

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**PARENTALIDADE JUVENIL E RELAÇÕES FAMILIARES
EM SALVADOR, BA**

ACÁCIA BATISTA DIAS

Orientadora: Prof^a Clarice Ehlers Peixoto
Co-Orientadora: Prof^a Maria Luiza Heilborn

Rio de Janeiro

2005

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**PARENTALIDADE JUVENIL E RELAÇÕES FAMILIARES
EM SALVADOR, BA**

ACÁCIA BATISTA DIAS

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof^a Clarice Ehlers Peixoto

Co-Orientadora: Prof^a Maria Luiza Heilborn

Rio de Janeiro

Agosto, 2005

D541p Dias, Acácia Batista
Parentalidade juvenil e relações familiares em Salvador,
Ba. / Acácia Batista Dias. – 2005.
. f.: 238. ils. tab. graf. Bibliografia. Anexos

Orientadora: Clarice Ehlers Peixoto.
Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais – Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

1. Família – Teses. 2. Juventude – Teses. 3. Relações de
Gênero – Teses. 4. Juventude – Teses. 5. Maternidade –
Teses. 6. Paternidade – Teses. I. Peixoto, Clarice E. II.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

CDD 306-87
CDU 314.6

Para Terezinha, Yago e Hayana.

AGRADECIMENTOS

À prof^a. Clarice Ehlers Peixoto, minha orientadora, pelo incentivo, dedicação, afeto e respeito na condução deste trabalho. Sem seu empenho a *courage* não se manteria.

À prof^a. Maria Luiza Heilborn, minha co-orientadora, pela solicitude, incentivo e fundamentais contribuições.

Aos pesquisadores da Equipe GRAVAD: Maria Luiza Heilborn, Estela Aquino, Michel Bozon, Daniela Knauth, Tania Salem, Fabíola Rohden, Cecília McCalum, Elaine Brandão, pelo compartilhar das discussões e ampliação de meus horizontes.

Às MUSAS que há anos partilhamos aprendizados, alegrias, solidariedade, carinho, respeito e cumplicidade. Ao longo dessa trajetória, Estela Aquino, Greice Menezes, Lílian Marinho, Jenny Araújo, Conceição Almeida, Iêda Franco, Lucélia Magalhães e Edileuza Santos, por tudo o que vivemos. E mais recentemente, Cecília McCallum, Ângela Figueiredo, Luiza Belaunde, Ana Paula. Também não poderia deixar de agradecer a Tatiane, Fabiane e Diorlene.

À Estela Aquino por quem tenho uma profunda admiração.

Aos bolsistas do Musa Cristiane Mercês, Silvia Regina e Antoniel Barros pelo apoio estatístico, paciência e afeto.

Às amigas Elaine, Cristiane, Terezinha e Simone pelo carinho, acolhimento, solidariedade e trocas de experiências, fundamentais nos percursos acadêmico e pessoal.

Às professoras do PPCIS: Claudia Rezende, Myrian Sepúlveda, Clara Araújo, Clarice Peixoto, por todas as sugestões ao meu trabalho.

Aos amigos da pós-graduação César, Ruth, Joseane, Lili, Luciane, Joselita e Bárbara que tornaram muito especial a minha estadia na cidade maravilhosa.

Às coordenadoras do GREFAC, Clarice Peixoto, Maria Luiza Heilborn e Miriam M. L. de Barros pela oportunidade de participação e aprendizado.

À Christiane e Simone, integrantes da equipe de apoio técnico do PPCIS, pela ajuda e informação em momentos de aflição.

Às “moças amáveis” que sempre me atenderam com tanta presteza no Programa de Gênero, Sexualidade e Saúde Reprodutiva (IMS/UERJ): Wilza, Andréia, Jacqueline, Maria e Leila.

À Mary Garcia Castro pelo carinho e incentivo que deram início a essa trajetória.

À Eliane Vargas por tantas coisas vividas.

À Anna Paula Uziel pelo apoio, confiança e carinho.

Às professoras Fabíola Rohden e Claudia Rezende pelas contribuições na banca de qualificação e presença na etapa final.

À prof^a. Simoni Lahud Guedes pela participação.

Aos colegas da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), em particular, àqueles que estão para além de relações de trabalho consolidando carinho e amizade: Ana Teixeira, Eduarda, Coelho, Rogério, André, Maslowa, Myra, Beto Heráclito, Cida, Washington e Nelsiane.

À CAPES pela concessão da bolsa de pesquisa e aos funcionários da UEFS que sempre viabilizaram as resoluções dos pequenos problemas ocorridos.

A todos os amigos que estiveram presentes em diferentes momentos do caminho demonstrando incentivo e muito carinho. Em especial: Claudia Mara, Sara, Zé Carlos, Raimundo, Nanci, Cristina Luz, Waldemir, Ana Licks, Iran e Lene.

Ao amigo Dario Assis, por sugestões e ajustes bibliográficos, sempre com competência e humor.

À Denise Sarakey pela contribuição e amizade.

À minha família pela credibilidade nos meus projetos, apoio às minhas decisões, dedicação e amor. Em especial, agradeço a Terezinha, minha mãe, por ter me ensinado a não desistir dos sonhos.

Aos jovens que participaram da Pesquisa GRAVAD pela colaboração e confiança em contar as suas histórias de vida, revelando a intimidade das relações cotidianas. Sem vocês nada disso faria sentido.

Sumário

Palavras Iniciais	1
Introdução	2
Capítulo 01 – O cenário urbano e o percurso da pesquisa	18
A cidade e suas singularidades	18
Pressupostos da pesquisa	22
Procedimentos metodológicos da pesquisa GRAVAD	26
Percurso metodológico deste estudo	29
Capítulo 02 - Parentalidade juvenil em Salvador: perfil sócio-demográfico	35
Jovens pais e mães de Salvador: características sociais	37
Escola e trabalho: trajetórias intercaladas	42
Retrato das famílias: jovens, pais e conjugalidade	59
As famílias de origem	68
Os pais dos jovens: algumas informações	69
Entre uniões e separações	76
Capítulo 03 – A gravidez na adolescência: contexto, assunção e reação	83
O início do percurso afetivo-sexual	83
Descobertas que vêm com a idade	85
Um dia, a primeira vez acontece	90
Contexto da gravidez	96
Ter ou não ter a criança	101
O aborto como horizonte de possibilidades	102
Assunção da paternidade	108

Queixas juvenis sobre relações familiares	114
Comunicando a gravidez às famílias	118
Reações frente à gravidez	120
Capítulo 04 – Desdobramentos da parentalidade juvenil e relações familiares	125
Sentimentos de família	125
Experiência de conjugalidade e relações familiares	129
Em busca da família: conflitos e mediação	139
Considerações sobre a parentalidade	146
Uma experiência multifacetada	148
Lugar da criança na família	156
Significados de mãe, significados de pai	159
Palavras Finais	166
Referências	174
Anexos	197
Anexo 01: Roteiro de entrevista	198
Anexo 02: Termos de Consentimento Informado	210
Anexo 03: Objetivos da pesquisa	212
Anexo 04: Biografias dos/as jovens	213
Anexo 05: Grupo familiar de residência dos/as jovens	219
Anexo 06: Outros familiares de referência dos/as jovens	223
Anexo 07: Informações sobre a primeira relação sexual dos/as jovens	227
Lista de Gráficos e Tabelas	
Gráfico 01 - Proporção de jovens de 20 a 24 anos (inclui virgens) com relato de filho antes dos 20 anos e respectivo intervalo de confiança a 95%, segundo cidade e sexo	35
Gráfico 02 – Distribuição dos jovens de 18 a 24 anos segundo número de filhos por cidade e sexo	36

Tabela 01 – Características de estudo e trabalho dos jovens pais e mães segundo sexo	38
Tabela 02 – Situação atual conjugal e de moradia dos jovens pais e mães por sexo	40
Tabela 03 – Características familiares dos jovens pais e mães por sexo	71

PARENTALIDADE JUVENIL E RELAÇÕES FAMILIARES EM SALVADOR, BA

A tese tem por objeto a análise da situação de parentalidade juvenil ao retratar o contexto da gravidez que ocorre na adolescência e as decisões em torno dos desdobramentos desse evento. O posicionamento dos jovens quanto à decisão de ter o filho inscreve-se em um processo de construção de autonomia, presente mesmo quando há uma situação de total dependência em relação à família de origem. Tais inferências são resultados de um percurso metodológico que contemplou entrevistas semi-estruturadas realizadas com jovens de ambos os sexos, de 18 a 24 anos, residentes na cidade de Salvador. Para determinadas interpretações utilizou-se, também, dados quantitativos. A condição de parentalidade redefine as relações entre pais e filhos e reafirma a família como esfera de apoio afetivo-material, esfera que acolhe conflitos, negociações, solidariedades e cumplicidades. O cotidiano familiar exprime características contemporâneas de novas atitudes e comportamentos nas relações familiares, ao mesmo tempo em que sentimentos, funções parentais e posturas dos jovens pais/mães apontam para uma permanência de valores assimétricos de gênero. O nascimento do filho promove a passagem da adolescência à vida adulta, embora essa transição, para muitos deles/as, possa já ter se iniciado com a aquisição de outras responsabilidades como a inserção precoce no mercado de trabalho.

Palavras-chave: paternidade, maternidade, juventude, família, gênero.

TEENAGE PARENTHOOD AND FAMILY RELATIONS IN SALVADOR, BAHIA

The aim of this thesis is to analyse teenage parenthood in the context of pregnancy in adolescence and the decisions around this turn of events. The choice of young people to have the children is part of a process of the construction of autonomy, present even when a state of total dependence on the family remains. Such inferences are the result of research methods which included semi-structured interviews with young people of both sexes between the ages of 18 and 24, resident in the city of Salvador. For certain interpretations quantitative data was also used. Parenthood redefines the relationships between parents and children and reaffirms the family as body of affective and material support in which conflict, negotiations, solidarity and complicity are given refuge. Everyday family life demonstrates the contemporary characteristics of new attitudes and behaviours in family relations while the sentiments, parental functions and attitudes of the young fathers/mothers reveal a persistence of asymmetrical gender values. The birth of a child prompts the passage from adolescence to adult life, although this transition for many might already have been initiated with the assuming of other responsibilities such as an early entrance into the job market.

Keywords: paternity, maternity, youth, family, gender.

Palavras Iniciais

Esta tese é o resultado de muitos momentos, alguns dos quais pareciam perdidos na infinidade de tantos sentimentos...

O desafio de refletir sobre as teorias, os debates, as premissas, os discursos dos sujeitos, interpretando o dito e inferindo sobre o não-dito - o que está nas entrelinhas, provoca inquietações e questionamentos. É um “pôr em xeque” certezas do *a priori*. O caminho trilhado representa a cotidianidade da busca pelo ponto de chegada. Cada dia se distancia do início e representa um recomeço a todo tempo.

Nesse percurso adquiri a compreensão do processo de tese como uma gestação: planejada, desejada, querida; mas nem por isso isenta de sofrimento. Alegrias nas descobertas, angústias na tentativa de conseguir a inteligibilidade, batalha com o tempo, que insiste em ser inexorável e caminha em descompasso com a maturação das questões, dos métodos e das inferências próprias da produção acadêmica.

Durante a trajetória, as interlocuções são fundamentais, contribuem para o rumo, a direção e as dúvidas provocadas a partir dos questionamentos, obriga a tomada de decisão. Mas a reflexão e a construção da narrativa constituem momentos de solidão, por isso, é preciso acreditar na escolha feita. O incentivo advindo da confiança e da torcida de familiares e amigos pelo fim do processo se constitui em instância essencial de apoio, de solidariedade e de sustentabilidade.

E ao final, resta a certeza de que era preciso arriscar, prosseguir e finalizar. Assim, evita-se conviver com o ressentimento, proclamado pelo poeta e inscrito no verso: “tristeza de que não vamos por medo dos caminhos” (Damário Dacruz).

Introdução

A gravidez na adolescência, como fenômeno social, aciona explicações complexas que podem dar em novos aportes teóricos contemporâneos de problematização acerca de características sociais, psicológicas e de saúde dos adolescentes. Há uma vasta produção acadêmica sobre o tema, oriunda de diferentes áreas de conhecimento¹. Entretanto, ainda que o evento da gravidez revele a existência de uma relação entre um casal, chama a atenção o fato de que a literatura sobre o tema não contempla os homens, circunscrevendo a questão ao universo feminino (Medrado e Lyra, 1999; Levandowski, 2001, Cabral, 2002, 2003). No Brasil, uma parte dos estudos sobre maternidade na adolescência define como objeto de investigação a população de jovens grávidas que freqüentam serviços de saúde, sendo em menor número os estudos populacionais e aqueles que incorporam a perspectiva masculina e os contextos familiares em que o fenômeno ocorre. Considerando os atores sociais envolvidos nesse processo, bem como a dinâmica das relações entre eles, reafirmo a ressalva de que “um fenômeno como a gravidez na adolescência não pode ser estudado sem o entendimento da estrutura e da dinâmica familiar” (Peixoto e Bozon, 2001: 25).

Assim a parentalidade² juvenil e as relações familiares são o foco de análise desse estudo, pois, compreendo, como propõe Ariès (1981a), que a história da família é a história dos processos de transformações, dentre os quais, está a forma como a criança aparece na família moderna inaugurando um novo conjunto de atitudes para com a infância, inclusive com a preocupação acerca da formação psico-social dos filhos. O autor salienta, também, o surgimento do "sentimento da família" que permite ao homem escapar a uma solidão moral³, tendo em vista a dimensão dada à vida privada e à relação entre pais e filhos, nas quais se instituem novas regras de sociabilidade e intensificação do processo de individualismo. Dessa forma, a família moderna corresponde "a uma

¹ Para uma análise sobre essa produção ver Brandão (2003)

² O termo parentalidade está sendo utilizado para designar a condição de maternidade/paternidade na adolescência; é um neologismo que visa suprir a falta da palavra em português, correspondendo ao termo inglês *parenthood* (Heilborn, 1993; Heilborn et. al., 2002)

³ Pensamento semelhante é expresso por Goode (1970) ao analisar a família como uma instituição social, afirmando que esta é considerada um refúgio individual para escapar às tensões da vida moderna. Entretanto, alguns autores discutem essa perspectiva por considerar que a família, nesse caso, é referenciada como algo consensual e harmônico, sem contemplar o conflito (Michel, 1983).

necessidade de intimidade e também de identidade: os membros da família se unem pelo sentimento, o costume e o gênero de vida". (p.278).

O século XX traz como uma das suas características a projeção da família nuclear como modelo, baseada na formação de uma “unidade sentimental” e centramento em torno de si mesma (Badinter, 1985). Assim, a presença da afetividade nas relações familiares é fruto das mudanças sócio-culturais de condutas e sentimentos dos indivíduos (Elias, 1994a,b). Para alguns autores, fatores como o processo de urbanização e a industrialização refletem diretamente nas novas configurações familiares¹. Entretanto, como aponta Saraceno (1997), o engendramento das mudanças a partir desses processos revela especificidades consubstanciadas aos diferentes contextos sócio-cultural e econômico de determinadas sociedades.

No âmbito das Ciências Sociais, o tema família é responsável por abordagens plurais que instituem interpretações advindas de diferentes correntes teóricas, referidas a tempos distintos do processo histórico. Leituras e releituras sobre este tema são elaboradas a partir de aspectos como: formação, manutenção, produção e reprodução das famílias, sempre demarcando a relação indivíduo e sociedade. O conjunto de textos interdisciplinares organizado por Canevacci (1985) é ilustrativo de uma abordagem institucional, mapeando os diferentes tipos em escala progressiva de constituição, no qual a família monogâmica é apresentada como a forma moderna. As novidades histórico-sociais advindas com a sociedade industrial, entre as quais se destaca o movimento de emancipação feminina, a “interiorização” dos indivíduos e a delimitação da esfera privada, são destacadas como fatores que favoreceram a uma “crise na família”. Entre os autores relacionados à Escola de Frankfurt, Adorno e Horkheimer (1985) afirmaram ser a crise “integral do humanitarismo”, pois diante da dissociação da coletividade, essa instituição já não conseguia proteger seus membros contra as questões do mundo exterior. Diante de outros prismas analíticos, o debate sobre a “crise da família” se instituiu e ainda vigora em determinados fóruns de debates. A obra de Michel (1983) registra uma revisão da literatura sobre a família permitindo uma

¹ Entre os quais: Goode (1970), Michel (1983), Elias (1994, 2000), Engels (1987), Simmel (1993), Segalen (1996), Singly (1993, 1996, 2000), Canevacci (1985), Lasch (1991), Bourdieu (1996), Giddens (1991, 1993), Kellerhals et. al. (1989), Àries (1981), Foucault (1988), Donzelot (1980), Flandrin (1984).

demarcação de mudanças na sua caracterização, especialmente a partir da década de 70. De modo geral, as análises apontam para duas direções. De um lado, a perspectiva de crise, e por outro, a perspectiva de como a família responde às transformações sociais. A Sociologia da Família, na França, tem priorizado a segunda perspectiva, discordando do pressuposto de “crise”.

Para Segalen (1999), a compreensão das mudanças na família requer uma investigação conjunta nas áreas de Ciências Sociais, História e Demografia, visto que dados como fecundidade, divórcio, nupcialidade, entre outros, refletem diretamente no tipo de composição e nos comportamentos familiares. Assim, a autora efetiva uma análise sobre os modelos de família extensa e nuclear, demarcando as suas inserções em um dado processo histórico em que as relações com a parentela se estruturam em termos de regras e valores compartilhados e socialmente demarcados. Já Singly (1993) contempla como modelo de família o casal, considerando a existência de um processo relacional de individualização dos seus membros. Assim, a vida privada se estrutura sobre o reconhecimento mútuo das pessoas que vivem juntas, demarcando as “regras” da conjugalidade. A relação com a parentela é fundamental para a manutenção do grupo, especialmente no que se refere à troca dos serviços, mas existindo certa autonomização da família (Singly, 2000a,b), ainda que, no caso francês, exista um percurso de liberação da parentela amparado pelo Estado Providência que assume o cuidado com crianças, jovens e pessoas mais velhas.

Entre as formas de expressão do individualismo destacam-se a questão da intimidade e a noção de espaço, ambas atreladas ao processo de autonomia dos indivíduos. Ariés (1981a) menciona que a reorganização da casa e a reforma dos costumes subsidiam a construção dos valores da família moderna. Mas, de imediato não uniformiza os sentimentos dos distintos segmentos sociais, embora a vida familiar tenda, lentamente, a se estender para toda a sociedade. A individualidade que se desenvolve no sujeito depende também de um processo de individualização baseado na estrutura da sociedade em que se encontra inserido (Elias, 1994a). Nessa estrutura social, o contexto das relações familiares é considerado como uma instância propícia e fundamental de produção da individualização - de construção e revelação de si (Singly, 1996).

No Brasil, os estudos sobre família têm, a partir da década de 70, novos horizontes de investigação, com a emergência de discussões que criticam² a prevalência de determinados modelos como expressão da sociedade brasileira³. Em especial, ocorre a desconstrução da família patriarcal como modelo hegemônico que durante muito tempo foi utilizado como parâmetro de classificação. Assim, ao final da década de 80 proliferam-se as recusas à sua representação como referência à família brasileira e essa como família extensa. Alguns autores apontam que tal modelo trata-se de um tipo historicamente situado, particularmente nordestino (advindo da estrutura da lavoura canavieira), com valores e normas relativos a um cenário que retratava uma estrutura de poder centrada no homem (sentido de patriarca), e com relações sociais bem definidas entre: “casa-grande e senzala”, patrão e empregado, pai e filho, marido e mulher (Freyre, 1995). Como desdobramento desse movimento, alguns autores mantêm a premissa de que a estrutura da família patriarcal era uma forma dominante de construção social e política que muito influenciou a organização e a manutenção de uma dada ordem social nacional (DaMatta, 1987). Prevalece, portanto, a vertente analítica que versa a família como uma instituição essencial, cuja estrutura se refletia nas relações de poder com centralidade na figura masculina e que se estendia à vida social, através de um forte grau da relação exploração e subordinação tipicamente retratada na nossa sociedade.

A compreensão da família como instituição social ainda é uma característica dos estudos no país, os quais referenciam a sua correlação com a estrutura e a organização social; assim, figura a sua representação como instância de produção e reprodução econômica, sócio-cultural, biológica; e, também, como espaço de socialização enfatizando a formação dos indivíduos, através do processo de interiorização de normas, valores e regras sociais.

“A família é uma esfera social marcada pela diferença complementar, tanto na relação entre o marido e a mulher quanto entre os pais e os filhos. O caráter relacional da família corresponde à lógica de sua própria constituição. Embora

² Ver Almeida et al. (1987), Arantes et al (1994), Carvalho et. al. (1995), entre outros.

³ Críticas às obras de Gilberto Freyre, Antônio Candido e Oliveira Vianna.

comporte relações do tipo igualitário, a família implica autoridade, pela sua função de socialização dos menores como instituinte da regra.” (Sarti, 1995: 43)

Entretanto, a recorrência à interdisciplinaridade para repensar o tema promove a visibilidade de outros tipos de composição familiar, a partir da utilização de critérios que consideravam questões como: temporalidade, contextos econômicos regionais, movimento da população, inclusive o fluxo migratório, as etnias e a expressividade de grupos sociais distintos que compõem a história da sociedade brasileira (Samara, 2002).

A percepção dessa multiplicidade de situação no cenário social com arranjos familiares muito distintos do modelo gilbertiano, contribuiu para tornar os conceitos de família patriarcal e extensa insuficientes e inadequados para a pluralidade da formação familiar no Brasil. Corrêa (1994) chama a atenção para a evidência histórica da existência e da permanência de famílias chefiadas por mulheres; ressalta, também, que a família conjugal moderna não se forma automaticamente via processo de modernização. Nessa perspectiva, Samara (1987: 31) alude às evidências ao longo da história.

“Assim, mergulhar no passado buscando reconstituir a família é enveredar por muitos caminhos, é o encontro de uma gama variada de composições ora simples, ora complexas, que vão da unidade conjugal à extensa, do grupo de sangue ao núcleo doméstico, que agrega relações não formalizadas apenas pelo parentesco.”

Pensar a história da família brasileira é pensar as várias formas de coexistência, dentro de um mesmo espaço social, de diferentes formas de organização familiar que consideram, entre outros aspectos, a convivência de valores igualitários e hierárquicos (Machado, 2001). A compreensão da família como grupo social contempla a discussão de redes e relações sociais que se estabelecem, pautadas em práticas de solidariedade, reciprocidade, inter-ajudas. Também em conflitos e negociações resultantes de uma composição diferenciada por sexo e idade no interior do grupo. Destacam-se ainda questões relativas ao sentimento familiar que remete à noção e ao sentido de pertencimento. Atualmente, são expressivos os estudos sobre o tema no Brasil, evidenciando as mudanças propiciadas, especialmente, pelos processos de

modernização e individualização (Sorj e Goldenberg, 2001), ainda que as abordagens se direcionem para referência da família como valor, mais do que para relações familiares e geracionais sob a ótica de suas práticas e comportamentos (Peixoto e Bozon, 2001).

Como reflexo das próprias transformações sociais, outro modelo torna-se parâmetro de análise e comparação: a família nuclear, compreendida dentro do processo de modernização como unidade de produção que possibilita a manutenção e a qualidade de vida do grupo, caracterizada, também, como uma “forma dominante e abrangente de organização doméstica” (DaMatta, 1987: 131). A diversificação das pesquisas tem privilegiado enfoques específicos que tratam da divisão sexual e social do trabalho, centralizados na dicotomia público – privado; bem como, características singulares presentes em determinados tipos familiares como: do campo, das classes trabalhadoras e médias, de diferentes raças/etnias e religiões. Essas perspectivas analíticas, geralmente, dialogam com questões referentes às relações de gênero. Há que se considerar a influência da Demografia nesse campo de investigação, o que possibilitou uma ampliação dos conceitos e especificação de novos modelos, como por exemplo, a visibilidade da família monoparental com chefia feminina e as circunstâncias históricas e sociais a ela relacionadas.

Em termos mais teóricos, é perceptível o deslocamento de atributos da família burguesa para a de classe média, especialmente no tocante ao debate acerca do individualismo. Nesse sentido, é comum a caracterização das relações familiares dos estratos médios da sociedade brasileira em bases mais igualitárias, condicionadas por uma postura mais liberal, cujos conflitos de geração e tipos de negociação se inscrevem no conjunto de valores considerados modernos. Em contraposição, as práticas das camadas populares são caracterizadas por valores mais tradicionais, nos quais prevalecem o domínio do grupo sobre o indivíduo, através de relações hierarquizadas, baseadas em conceitos como moral e honra. Uma parte da literatura brasileira sobre o tema traz como marca essa dualidade, denominada por Sorj e Goldenberg (2001) de “literatura de polarização”, tendo em vista o referencial teórico pautado na dicotomia tradição e modernidade, que é marcado por um sistema de valores dual que classifica os comportamentos familiares como hierárquicos ou igualitários. As autoras chamam a

atenção para o fato de que a adoção dessa postura analítica tende a incorrer em uma superficialidade, uma vez que essa abordagem não incorpora “o processo de (re)significação de práticas sociais que rompem com [tal] dualidade” (p.114).

Na dinâmica da vida cotidiana, uma ordem de mudanças impele os indivíduos para novos olhares e novos debates sobre as relações familiares, tendo em vista questões como: aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, queda da taxa de fecundidade, prolongamento dos anos de estudos - especialmente entre jovens, exercício mais autônomo da sexualidade, reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de Direito, mudanças na legislação⁴; a progressiva redistribuição de funções na socialização do cidadão (família e escola como agências sociais responsáveis). Os movimentos feministas foram emblemáticos em todo o processo, pois a contestação da posição social designada às mulheres expandiu-se, possibilitando a formação de identidades sexuais e de gênero (Hall, 2001). Novos personagens emergem nesse contexto social, reivindicando seu reconhecimento através de direitos e deveres: gays, negros, índios, idosos, portadores de necessidades especiais. O pronunciamento dessas solicitações elucida especificidades dos campos de embate, mas aponta a família como *locus* de referência.

Nessa perspectiva, é comum a manifestação de alguns setores da sociedade insistindo no argumento da existência de uma “crise ou do fim da família”. Entre as questões apontadas destacam-se a desestruturação familiar, devido a novas formas de sua composição, entre as quais aparece a família recomposta (ou reconstruída) e a formação de casal homossexual com ou sem a presença de filhos; diferenças na expressão da autoridade parental, haja vista a incorporação do processo de autonomia e construção da individualização dos membros do grupo, sobretudo de filhos jovens; a crescente inserção feminina no mercado de trabalho juntamente com outras formas de organização doméstica. Observa-se, também, a busca por uma tutela de

⁴ Referência à criação do Estatuto da Criança e do Adolescente; a promulgação na Constituição Federal da igualdade de direitos entre homens e mulheres na sociedade conjugal; o Novo Código Civil (janeiro de 2003) no qual a expressão “pátrio poder” foi substituída por “poder familiar” reconhecendo o direito de ambos os pais; a inserção de questões no Direito de Família referentes as novas tecnologias reprodutivas, relacionamentos na internet etc. Sobre o discurso legal acerca da família no Brasil, ver Basterd (1987).

especialistas da psicanálise (Russo, 1987), empenhados em definir os critérios e os comportamentos do que consideram ser uma família saudável.

Entretanto, Gomes da Costa (2002) observa como um agravante nesse processo de mudanças, o fato de que tanto os movimentos como as políticas sociais empreendidas no Brasil, desde a década de 80, relegaram a família a um plano secundário, priorizando problemáticas relacionadas à pessoa (criança, adolescente, jovem, mulher, deficiente, idosos). Assim, as reivindicações à época da Assembleia Nacional Constituinte revelaram que os movimentos sociais se mobilizaram para incluir novo texto constitucional, mas nada houve em termos de um movimento em favor de organizações familiares. E, mais uma vez, os créditos quanto às conquistas de maior igualdade na família conjugal, consagração do divórcio, bem como mecanismos de intervenção na esfera privada para garantia da cidadania, são resultados das lutas feministas junto aos legisladores (*ibidem*).

As mudanças ocorridas nas últimas décadas, não provocaram um enfraquecimento da instituição família, “mas o surgimento de novos modelos familiares, construídos a partir desses fenômenos sociais, mas, principalmente, das transformações nas relações entre os sexos, vistas de uma perspectiva mais igualitária” (Peixoto e Cicchelli, 2000: 9). Essas transformações se difundiram por vários países e pode-se afirmar que elas compõem as “novidades” da sociedade contemporânea. Decerto que as formas de vivenciá-las possuem condições próprias de incorporação e não se realizam ao mesmo tempo e da mesma maneira em todos os grupos e segmentos sociais, uma vez que essas condições possuem uma intrínseca relação de dependência com fatores como: “mercado de trabalho, possibilidades de consumo, acesso aos sistemas de saúde e educacional, à informação e à ação da mídia” (Bilac, 1995a: 35).

Uma breve ilustração da situação do Brasil, através do último Censo Demográfico (IBGE, 2003), permite demonstrar que entre os anos de 1991 e 2000, cresceu o número de famílias, passando de 37,5 milhões para 48,2 milhões, com predomínio daquelas formadas por parentes (91,2%). No entanto, o tipo unipessoal foi o que apresentou maior percentual de crescimento, de 6,5% para 8,6% entre os anos referidos;

sobressaindo-se os domicílios formados por mulheres. Nos grupos familiares com parentesco verificou-se a diminuição do tipo nuclear (casal com filhos) de 65,3% para 61,1% e aumento das monoparentais com chefia feminina de 14,9% para 17,3% (sendo esse dado maior nas áreas urbanas do que nas áreas rurais). Houve também o crescimento do número de famílias multirraciais e em cerca de 50,0% do total de famílias com cônjuge, só a pessoa responsável possuía rendimento.

Em termos de perspectiva teórica, alguns autores têm adotado como referência a família conjugal, configurando-se como uma alternativa de compreensão do processo de mudança social e seus reflexos internos ao grupo doméstico. Essa abordagem privilegia o processo de individualização na família, baseado na compreensão de que seus componentes constituem um grupo, mas este é formado por individualidades (Singly, 1992, 1993, 1996, 2000; Giddens, 1993, Kaufmann, 2001 etc.). Desse ponto de vista, o casamento (cerne da família conjugal) não se traduz como base para reprodução biológica, o motor interno dessa relação é a troca sexual, fazendo com que a relação sexual ocupe lugar de destaque (Bozon e Heilborn, 2001; Bozon, 2004a). A escolha do cônjuge continua fortemente centrada no grupo de pares (homogamia conjugal), embora a configuração do mercado matrimonial, sobretudo com o maior percentual feminino na população e aumento das taxas de divórcio, tem favorecido a formação de novos arranjos conjugais: casais com diferenças de capital cultural, diferenças etárias, com filhos de relações anteriores, entre outros.

A partir da noção de individualidade, as relações sociais estabelecidas entre os membros do grupo familiar adquirem novo contexto, são, também, mediadas por uma ambigüidade em torno do sentimento de independência e pertencimento em relação à família. A compreensão da dinâmica familiar requer interpretações acerca das interdependências estabelecidas entre seus membros, cujo grau de autonomia depende da posição que ocupam, correlacionada com características de gênero, geração, inserção profissional, entre outros. Cicchelli (2000: 114) defende o pressuposto de que:

“Por um lado, a produção de indivíduos autônomos não é, de maneira alguma, feita em detrimento da construção do laço familiar e, por outro lado, estas duas dimensões devem ser

tratadas conjuntamente pelo pesquisador, na medida em que os atores sociais contemporâneos são indissociavelmente ligados às preocupações consigo mesmo e com os outros.”

Compreender como cada grupo social trata a questão da individualidade e da reciprocidade nas relações familiares, significa estar atento para a maneira como as concepções de família são aferidas nos distintos segmentos sociais. A noção de autoridade presente nestas concepções, implica não só uma relação hierárquica, mas, também, estratégias de barganha na relação de poder, que devem ser entendidas como um “processo dinâmico, recíproco e interativo” (Salem, 1980a: 187). Logo, há uma fluidez do poder que é alocado de forma diferente conforme os indivíduos envolvidos na trama social, no contexto em que ocorre a cena e no tempo histórico equivalente. Assim, a autora afirma que: “os padrões de poder não são estáveis no curso da biografia da família, mas, antes, fluidos e específicos segundo tempo e situação” (p.187).

No momento atual, parece estar cada vez mais preeminente a posição de que a família se transforma ao longo do tempo, se adaptando aos novos contextos e assumindo um perfil mais centrado na qualidade das relações entre os indivíduos, inclusive no respeito às escolhas e aos desejos de cada membro do grupo. Assim, ressalta-se a prevalência de valores igualitários que contribuem para o enfraquecimento da hierarquia e do formalismo nas relações familiares. Entretanto, é necessário relativizar tal perspectiva a fim de evitar a construção de uma visão romântica e puramente harmoniosa destas relações, demonstrando-a como um espaço mais democrático e isento de conflitos, sobretudo de geração. Decerto que já se vislumbra mudanças de atitudes, sobretudo entre pais e filhos e com maior intensidade nas camadas médias, através de posicionamentos mais flexíveis, busca de diálogo, negociação e maior expressão de afetividade entre os membros do grupo; no entanto, os limites continuam sendo estabelecidos e outras formas de repressão são adotadas.

No Brasil, a família é uma referência primordial para o indivíduo porque o situa na sociedade e remete a sentimentos de identidade e de pertencimento⁵. DaMatta (1987) atesta a importância de se ter “um nome de família”, sendo esse um dos aspectos que reforça a sua percepção como valor. Percebe-se a incorporação de novos sentidos e novas expectativas nas relações familiares, a exemplo da composição e manutenção do casal conjugal a partir da dimensão do afeto, que em última instância significa a “vitória do desejo sobre a obrigação, daí que se os sentimentos individuais não são satisfeitos, as pessoas rompem o estatuto de família e vão viver de outras maneiras”⁶. O momento atual solicita “diálogos” mais intimistas entre os sujeitos e as agências sociais, motivados por uma busca de reflexividade (Giddens, 1991), demarcando reciprocidades e conflitos, instituindo situações em que prevalecem o “eu” ou o “nós”. Sentimentos e anseios se expressam também nas demarcações de espaço da vida privada, do individualismo e de novas formas de participação no cotidiano familiar, como por exemplo, a reivindicação masculina por uma paternidade mais participativa e da nova maternidade, que tem por ideal a busca pela equidade na responsabilidade parental (Scavone, 2001). Embora a consolidação de relações igualitárias entre os sexos não tenha se estabelecido de forma plena nas diferentes esferas sociais, endosso a premissa de que “é também no cotidiano da vida familiar que surgem novas idéias, novos hábitos, novos elementos, através dos quais os membros do grupo (...) criam condições para a lenta e gradativa transformação da sociedade” (Bruschini, 1993: 77).

Nesse sentido, o jovem aparece como um ator social potencialmente capaz de adaptação e proposição de mudanças. Pensar a juventude é pensar a diversidade que a circunscreve, reconhecendo que não se trata da definição de uma determinada faixa etária, mas de um processo, uma passagem à vida adulta, que tem, também, suas marcas de gênero. Galland (1993) aponta a vigência de um prolongamento da juventude, inclusive com maior investimento nos estudos e postergação de saída da casa parental.

⁵ Esse pressuposto se constitui como um dos alicerces da discussão de políticas públicas no país. Em geral, as entidades que trabalham com crianças e adolescentes (re)significam a noção de família como proteção, a partir dos depoimentos de meninos/as de ou na rua. Aqueles/as que escolhem ou são impelidos para transformar o espaço da rua em moradia, geralmente, alegam uma insustentável convivência familiar como principal motivo para a mudança, como romper com o vínculo doméstico.

⁶ Declaração de Lia Z. Machado à revista *Época* de 29 de dezembro de 2003 sobre o tema da nova família.

As nuances dessa transição são demarcadas por diferentes condições e posição de classe social (Bourdieu, 1992). Para esse autor, é importante investigar a juventude a partir da sua heterogeneidade, alertando que a linguagem possibilita reunir no mesmo conceito universos sociais distintos, mas não inviabiliza a construção de interesses coletivos de geração (Bourdieu, 1983). Dessa forma, a heterogeneidade é, também, formada por especificidades de origens sociais, perspectivas e aspirações, nas quais as vertentes de acesso à vida adulta mostram-se flutuantes, flexíveis e diversificadas, compondo a complexidade do debate e revelando a existência de várias formas de transição (Pais, 1993), entre as quais se destaca a inserção no mundo do trabalho, com importância atestada pelos autores. Nesse sentido, Sposito (1997: 39) revela a trajetória de jovens de baixa renda, cujo trabalho precoce se constitui em uma necessidade que propicia a aquisição de autonomia e responsabilidade.

“Para o conjunto da sociedade brasileira, a tendência maior é a de antecipação do início da vida juvenil para antes dos 15 anos, na medida em que certas características de autonomia e inserção em atitudes no mundo do trabalho - típicas do momento definido como de transição da situação de dependência da criança para a autonomia completa do adulto – tornam-se o horizonte imediato para grande parcela dos setores empobrecidos”.

A Sociologia da Juventude, em uma das suas vertentes, tem buscado a exploração das similaridades e das diferenças entre os sujeitos, considerando a existência de um conjunto diversificado por classe social, situação econômica, parcelas de poder, diferenças de interesses e de oportunidades profissionais, isto é, um conjunto constituído por jovens em diferentes situações sociais (Pais, 1993). Assim, o autor afirma que, historicamente, o processo de transição para a vida adulta foi definido pelo momento em que os adolescentes passavam a assumir responsabilidades relacionadas a atividades profissionais e a constituição e sobrevivência da família. Entretanto, ao comparar as juventudes nos anos 60, anos 70 e o momento atual, destaca que nas décadas anteriores o movimento estudantil teve grande importância político-cultural nas reivindicações contra gerações mais velhas e contra um dado poder e regime político. Mas agora, os problemas sociais dos jovens estão vinculados ao mundo do trabalho, envolvimento com drogas, delinquência, conflitos familiares e na escola. O autor aponta

que esses problemas não são exclusivos de uma época, mas os posicionamentos juvenis atuais trazem as marcas de um determinado tempo, historicamente situado. Assim, a década de 80 estabelece a ruptura com as representações sociais dominantes sobre os jovens; posturas caracterizadas como militante, utópica e cultivadora de solidariedade se contrapõem a um posicionamento juvenil mais cético, pragmático e individualista. São marcas da contemporaneidade.

As expressões manifestas na forma como os jovens reclamam sua atuação e intervenção nos espaços públicos e privados, caracterizam comportamentos, definem gostos, idéias e modos de conduta. É preciso compreender que o “jovem já vive em um mundo radicalmente novo, cujas categorias de inteligibilidade ele ajuda a construir” (Peralva, 1997: 23). A juventude não é uma categoria de fácil definição (Vianna, 1997). A compreensão das identidades sociais que a compõem requer o entendimento dos signos que traduzem as culturas juvenis, se atendo ao processo de formação, experimentação e práticas construídas na interação entre jovens e sociedade (Pais, 1999). Uma das expressões culturais de destaque na análise da juventude e posicionamento social, no Brasil, tem sido os movimentos de *rappers* e *funkeiros*, especialmente entre indivíduos da periferia dos grandes centros urbanos, que são retratados como construção de uma linguagem, um estilo ou um modo de ser jovem (Vianna, 1997; Carmo, 2001; Dayrell, 2001).

A literatura sobre a juventude no Brasil apresenta tendências semelhantes ao que se observa para os estudos sobre família, ou seja, reflexões mais direcionadas a determinados grupos e temáticas. Contudo, verifica-se que as mudanças globais impulsionam uma nova ordem no mercado de trabalho, fato que tem aproximado jovens de camadas médias e populares quanto à possibilidade/dificuldade de conquista da sua emancipação frente à família de origem (Casal, 1996). As produções mais recentes⁷ versam sobre a correlação da juventude com situações de violência e marginalidade, educação e trabalho, sexualidade e saúde reprodutiva, manifestações culturais, mídia, e, com menor ênfase, as reivindicações políticas. As Ciências Sociais deparam-se agora

⁷ Ver Zaluar, 1997; Novaes, 1997; Vianna, 1997, Abramo 1994, 1997, Heilborn, 1997, 1998, Minayo et. al. 1999, Alvim e Gouveia, 2000; Groppo, 2000; Zaneti, 2001; Castro et.al., 2001; Cabral, 2002; Brandão, 2003, Abramomay et. al. 2004, entre outros

com a necessidade de entender a juventude à luz de outros prismas, marcados por um processo de individualização que requer a compreensão da complexidade e diversidade da vida cotidiana a partir de um indivíduo mais reflexivo que explicita novos posicionamentos, valores, atitudes e diálogos entre e inter gerações.

As argumentações apresentadas por Casal (1996) demonstram que os projetos de vida juvenis são construídos a partir do contexto sócio-cultural em que vivem. Assim, mesmo na perspectiva da escolha racional transparecem determinações vinculadas a posição de classe e processo de socialização. As relações familiares intergeracionais, na contemporaneidade, fazem emergir a autoridade, a individualidade e a autonomia à luz de novos referenciais que contemplam o conflito e a cumplicidade, nas quais o jovem representa um “agente social e político”, essencial para essa nova configuração. A família se modernizou e os indivíduos modernos a reivindicam (Singly, 1996) como instância essencial e com mudanças e continuidades na forma de atuação. Como ressalta Segalen (1996: 202):

“Neste final de século XX, vemos definir-se uma ‘nova juventude’, a das incertezas e dos períodos de transição: prolongamento do tempo das experiências, atraso na entrada no mercado de trabalho, recuo da constituição estável dos casais. Este período que marca a saída da adolescência em direção à entrada no mundo adulto não se processa da mesma forma para os dois sexos e os diferentes grupos sociais. Isto tem conseqüências sobre as relações no seio da família”.

A análise sobre família e juventude demanda abordagens que contemplem a dinâmica das relações sociais, a partir dos seus diferentes atores e da identificação das suas fases da vida. Trata-se de entender as relações de independência e/ou dependência, solidariedade, autonomia, escolhas e limites existentes entre os membros da família. Dessa forma, o desdobramento do evento da gravidez na adolescência, sobretudo na questão da configuração dos rearranjos familiares, formas de apoio, solidariedade, conflitos, escolhas e recusas possuem estreita relação com o posicionamento das famílias dos jovens, suas condições materiais e suas práticas sociais. As relações familiares refletem, assim, os processos de individualização do sujeito e da transformação da intimidade (Giddens, 1993). No início do século XXI, a juventude

desponta novamente como ator social expressivo e com a peculiaridade de comportamentos, ações e valores que simbolizam um *ethos*. As atuações sociais trazem inscritas características da sociedade moderna - mudanças rápidas e constantes (Hall, 2001), propiciando novas configurações, promoção da autonomia individual (Giddens, 2000) e respeito às diferenças.

A dinâmica das relações familiares, em especial, entre pais e filhos jovens se constitui o arcabouço deste trabalho. A investigação se ateve ao tema da parentalidade juvenil através dos dados coletados na Pesquisa GRAVAD⁸, que apresento no primeiro capítulo desta tese. Entretanto, algumas observações são pertinentes a essa introdução. Primeiro, devo ressaltar que o projeto de doutorado foi construído logo após a primeira etapa de coleta dos dados qualitativos, os quais representam o material principal da análise restrito a entrevistas com jovens de 18 a 24 anos. Em segundo, contextualizar que apesar do roteiro de entrevista contemplar questões que sustentam a proposição aqui formulada, muitos questionamentos acerca das relações familiares, inclusive a possibilidade de complementar as inferências a partir das narrativas dos pais dos entrevistados⁹ foi inviabilizado. Os motivos pelos quais se tornou inviável a realização de nova coleta de dados, incluindo a pormenorização de questões fundamentais do trabalho, se justificam em função do meu deslocamento da cidade de Salvador para o Rio de Janeiro, tendo em vista as disciplinas a serem cursadas. O tempo decorrido tornou impróprio o retorno ao campo. Entretanto, muitos dos questionamentos suscitados foram respaldados a partir dos resultados do inquérito domiciliar, que corroboraram as evidências apontadas no estudo qualitativo.

Assim, prosseguí nas análises. De modo geral, pontuo a ausência de uma bibliografia sobre família e juventude na sociologia baiana que dialogasse de forma

⁸ O projeto “Gravidez na Adolescência: Estudo Multicêntrico sobre Jovens, Sexualidade e Reprodução no Brasil” foi elaborado originalmente por Maria Luiza Heilborn (IMS/UERJ), Michel Bozon (INED, Paris), Estela Aquino (MUSA/UFBA), Daniela Knauth (NUPACS/UFRGS) e Ondina Fachel Leal (NUPACS/UFRGS). A pesquisa está sendo realizada por três centros: Programa em Gênero, Sexualidade e Saúde do IMS/UERJ, Programa de Estudos em Gênero, Mulher e Saúde do ISC/UFBA e Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde da UFRGS. O grupo de pesquisadores compreende Maria Luiza Heilborn (coordenadora), Estela Aquino, Daniela Knauth, Michel Bozon, Ceres G. Victora, Fabíola Rohden, Cecília McCalum, Tania Salem e Elaine Reis Brandão. O consultor estatístico é Antônio José Ribeiro Dias (IBGE). A pesquisa é financiada pela Fundação Ford e contou com o apoio do CNPq.

⁹ Como realizado por Brandão (2003).

mais próxima com as narrativas juvenis. O material que apresento está estruturado em quatro capítulos. No primeiro, realizo uma breve apresentação da cidade de Salvador, contextualizo a Pesquisa GRAVAD e discorro sobre os procedimentos metodológicos adotados na investigação. No capítulo seguinte, os jovens pais e suas famílias de origem são revelados a partir de características sócio-demográficas, para tanto lanço mão de dados qualitativos e quantitativos, a fim de compor um retrato da juventude soteropolitana. A composição familiar e as informações sobre pais e irmãos, sempre que registradas, foram contempladas. O capítulo três aborda o início da vida afetivo-sexual dos entrevistados, o contexto da gravidez na adolescência, as decisões circunscritas ao evento, as atitudes de assunção parental e o posicionamento das famílias. No último capítulo, analiso os desdobramentos advindos com a parentalidade, a conjugalidade e as inter-relações familiares que se estabelecem, bem como os sentimentos e significados em torno da maternidade e paternidade juvenis. Por fim, sistematizo os principais achados do processo de garimpagem dos dados e explicito algumas inquietações a respeito da relação juventude e família, destacando a realidade baiana.

Capítulo 01: O cenário urbano e o percurso da pesquisa

Neste capítulo, faço uma breve descrição da cidade de Salvador, cenário da pesquisa, e apresento o itinerário da investigação. Ressalto alguns aspectos históricos da formação da capital baiana que ainda hoje influenciam o seu desenvolvimento populacional, como também sócio-econômico e cultural. Determinados indicadores sociais são salientados a fim de permitir o entendimento de singularidades desta cidade. Na representação coletiva, seguindo pistas durkheimianas, Salvador se apresenta como cidade histórica e culturalmente produtiva, reunindo encantos poéticos, talentos da arte, da música e da literatura, sincretismo religioso, belezas naturais, um povo hospitaleiro e alegre, mas que sobrevive em uma realidade econômica, política e social engendrada por grandes desigualdades, reveladas no binômio inserção – exclusão social. A cidade situa-se de forma paradoxal entre as principais capitais do Brasil, possuindo um PIB (Produto Interno Bruto) e uma taxa de crescimento populacional equivalentes aos centros urbanos desenvolvidos, ao mesmo tempo em que seus indicadores de qualidade de vida ocupam posições inferiores na comparação entre as grandes cidades. Essa é uma das particularidades da “terra do Senhor do Bonfim”.

A cidade e suas singularidades

Salvador, a Cidade da Bahia, assim conhecida desde sua fundação no ano de 1549, foi erguida numa encosta íngreme, o que promoveu a sua divisão em dois sítios: a cidade alta e a cidade baixa, interligados, inicialmente, por funiculares e elevadores (Martins, 2002). Depois, com o surgimento de novas ruas e o intenso fluxo de comunicação e comércio, “as ladeiras que ligavam os dois andares se multiplicaram e tiveram seus leitos adaptados à passagem dos automóveis” (Pinheiro, 2002: 222). Era o início do processo de modernização que suscitou muitas mudanças, mas manteve o convívio de aspectos modernos e arcaicos da vida cotidiana e uma acirrada diferença entre qualidade de vida e renda (Silva, 2002).

Segundo Pinheiro (2002), Salvador divulga sua história através de becos, ruas, avenidas, monumentos e praças. São nomes e sobrenomes que contam um enredo com a

inspiração do passado e também dos novos hábitos, demonstrando a forte influência da religião e dos povos índio e africano. Muitas vezes refratária à inovação, a representação coletiva não incorporou as mudanças de alguns nomes de logradouros públicos¹⁰. Embora oficialmente sinalizado, não foi popularmente legitimado, a troca do nome para Praça 15 de novembro do tradicional largo do Terreiro de Jesus¹¹. Alguns bairros, sobretudo aqueles situados na Cidade Baixa, mantiveram, durante muito tempo, hábitos e costumes de convivência e lazer típicos de cidades interioranas. Mas a dinâmica da vida social moderna e o aumento da violência urbana promoveram novas formas de relacionamento entre os indivíduos. Ainda hoje a configuração espacial da Cidade Baixa remete a um tempo passado, composto na sua maioria por casas ou pequenos prédios em estilo antigo. Em suas ruas se mantém a celebração de festas populares tradicionais e nos seus espaços públicos os diversos entretenimentos parecem ocorrer entre os velhos conhecidos do local.

Do outro lado, ou acima, está a Cidade Alta que agrega o centro histórico, as periferias, bairros já consolidados e novos. A expansão territorial e demográfica de Salvador tem essa direção. São altos os investimentos em moradia para classes médias e altas, opções de lazer, sobretudo na orla marítima; há uma acentuada proliferação de instituições de ensino, empreendimentos empresariais e comerciais, principalmente estabelecimentos vinculados ao turismo. Ergue-se uma nova arquitetura, prédios altos e sofisticados. Nos arredores dos centros comerciais, há sempre um mercado paralelo a céu aberto, formado por ambulantes. De modo geral, os locais de convivência na capital baiana reúnem as diversas camadas sociais. A conturbada dinâmica do centro da cidade tem promovido a busca de lugares mais periféricos para residência, o que resulta na construção de condomínios de luxo em áreas que possuem uma vizinhança empobrecida. Assim, segundo Brandão (2002: 161), o cenário que se configura como espaço urbano de Salvador apresenta:

“(...) uma periferia diversa, composta de bairros precários que correspondem a 60% das áreas residenciais da cidade, alternados

¹⁰ Esse fato não se constitui como uma peculiaridade baiana, visto que tal comportamento social ocorre com frequência em várias cidades brasileiras.

¹¹ Situado no Centro Histórico, próximo ao que convencionalmente chama-se de Pelourinho, como referência ao conjunto arquitetônico do local.

por baldios à engorda e ilhas de bem estar trancadas a sete chaves frente ao medo dos vizinhos e ao incômodo de quem não consegue evitar a visão cotidiana do espetáculo da pobreza”.

Essa pobreza se expressa, majoritariamente, na “população negro-mestiça” que encontra fortes barreiras de acesso aos mecanismos institucionais de inserção e ascensão sociais. Como em várias metrópoles brasileiras, os bairros de baixa renda se caracterizam pela prática de ocupação coletiva dos terrenos - as invasões (Guimarães, 2002). Seus moradores ocupam encostas, palafitas, planícies e morros, em alguns casos, fronteiros aos espaços nobres da cidade, onde moram famílias de camadas médias e altas. Em muitos bairros da capital baiana, há uma acentuada heterogeneidade de composição; encontra-se uma vizinhança difusa, na qual a disposição contempla em um mesmo espaço moradores das camadas médias e populares, caracterizados diferencialmente por tipo e condições da residência, estilos de vida e consumo de bens.

A partir dos anos 50, a economia da cidade se transformou saindo de uma base econômica agrária e mercantil e entrando na era industrial e, mais recentemente, o setor de serviços. O trinômio Petrobrás, Centro Industrial de Aratu e Pólo Petroquímico são os responsáveis diretos pelo desenvolvimento urbano, nas décadas de 50, 60, 70, respectivamente (Silva, 2002). A década de 80 consagra uma nova classe operária baiana que representa um novo grupo de status¹² (Agier, 1990). Emergem novos padrões de consumo, inclusive aqueles vinculados à mobilidade residencial na direção da orla, identificada como *locus* de maior prestígio simbólico e econômico da cidade. Surge um novo estilo de vida, expresso em “práticas residenciais que formam um conjunto de comportamentos em que se mostra a ‘maneira de estar’ no espaço urbano” (Agier, 1990: 40). Esse novo operariado, com maior poder aquisitivo, pressionou o desenvolvimento da economia, principalmente os setores imobiliário, educacional, de consumo de bens duráveis e de lazer.

No entanto, como constata Guimarães (1998), essa dinâmica da economia sofre outras transformações nos anos 90. As modificações no mundo do trabalho e os efeitos da reestruturação produtiva são visíveis no cenário soteropolitano e sua região

¹² Agier (1990) utiliza o conceito de grupo de status a partir do referencial weberiano.

metropolitana. Há uma efetiva redução dos postos de trabalho no setor petroquímico, resultando em desemprego e crescimento de outras formas de inserção no mercado, inclusive no mercado informal. Entre os anos de 1991 e 1996, Salvador se tornou a terceira cidade brasileira mais populosa e, nos últimos anos desta mesma década, apresentou uma das maiores taxas de desemprego do país.

Recentemente (e no momento em que a pesquisa foi realizada), a capital da Bahia reunia 2.443.107 habitantes, distribuídos em 52,9% de mulheres e 47,1% de homens (IBGE, 2001). Do total da população, 16,2% correspondem a jovens de 18 a 24 anos¹³. Salvador é o centro sócio-econômico do Estado com produção superior a 40,0% do PIB baiano, e apresenta forte concentração de renda o que torna mais visível a pobreza na cidade: 51,0% da PEA (População Economicamente Ativa) ganham menos de dois salários mínimos e quase 30,0% recebem em torno de um salário mínimo (Avena, 2002).

O novo milênio não suscita perspectivas de melhora nos indicadores sociais brasileiros. Carvalho e Almeida (2003) analisam os dados do DIEESE (Departamento Inter-Sindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos), na Pesquisa de Emprego e Desemprego de 2001, e observam que, em 2000, Salvador apresentou a maior taxa de desemprego aberto (26,6%) entre as capitais analisadas¹⁴, bem como o maior uso de tempo, por parte dos indivíduos que estavam fora do mercado de trabalho, em busca de emprego. Quando analisado o desemprego do chefe de família, a pesquisa revelou que entre as famílias mais pobres, situadas no primeiro quartil de renda, estas correspondem em Salvador a 36,2%, enquanto a média nacional é de 20,0%. A situação dos jovens é também difícil, visto que nas regiões metropolitanas brasileiras a taxa de desemprego de pessoas de 16 e 17 anos é superior a 40,0%, e em Salvador atinge 54,1%. Entre os jovens de 18 a 24 anos registra-se uma variação dessa taxa de 27,5% em São Paulo a 35,4% na capital baiana.

¹³ Dados oriundos do Datasus (www.datasus.gov.br)

¹⁴ As outras capitais analisadas foram: Belo Horizonte, Distrito Federal, Porto Alegre e São Paulo.

Este é o contexto macro-social em que estão inseridos os jovens aqui analisados. Em suas biografias inscreve-se uma realidade socialmente construída (Berger e Luckmann, 1985) que marca experiências, percepções, relações e práticas sociais. A partir das interações e posições cotidianas, se expressa complementarmente a forma como eles representam essa realidade (Lenoir, 1998). A análise das narrativas possibilita ao pesquisador apreender como cada sujeito experimenta o mundo que compartilha (Pais, 2003), os significados a ele atribuídos, suas escolhas e atitudes e suas relações sociais. Esse é um dos eixos da minha investigação.

Pressupostos da pesquisa

O fato de ser, este estudo, um desdobramento da Pesquisa GRAVAD possibilita um compartilhar de pressupostos teóricos e categorias utilizadas pela equipe da pesquisa. Isto, contudo, não significa a opção de uma mesma orientação teórica na leitura e interpretação dos dados. No entanto, duas premissas são particularmente importantes e ambas possuem como marco a desconstrução das categorias “gravidez na adolescência” e “juventude” enquanto problemas sociais e a sua reconstrução como objetos sócio-antropológicos¹⁵. Dessa forma, promoveu-se uma relativização do enfoque de “risco desta gravidez” e da demarcação de “juventude” pelo critério de idade. A gravidez na adolescência é correntemente definida como precoce, mas há algumas décadas atrás era comum que as mulheres tivessem filhos em idades hoje classificadas como adolescência. Além do “problema social”, o evento é tratado como “problema de saúde”. Na área de Saúde Pública, o termo “precoce” está correlacionado ao debate acerca do risco para a saúde das mães e das crianças de uma gravidez em mulheres muito jovens (Motta e Silva, 1994 e Silva, 1996). A ausência da redução das taxas de fecundidade em mulheres de 15 a 19 anos, em contraste com a tendência observada nos outros grupos etários, a exemplo do que se observa em alguns países da América Latina (Gupta e Leite, 2001), reforça o argumento da gravidez na adolescência como problema social. Nessa perspectiva, atrela-se também a caracterização dessa gestação como “indesejada” - fruto de um comportamento sexual descompromissado, considerado próprio da adolescência e a falta de preparo psico-social dos adolescentes para

¹⁵ Nessa perspectiva o trabalho de Lenoir (1998) foi particularmente importante.

assumirem funções maternas/paternas. Entretanto, merecem ser destacados os estudos mais recentes que têm problematizado e relativizado a referência da adolescência como uma fase de instabilidade e imaturidade que justificaria a ocorrência da gravidez e da parentalidade como resultado de comportamento inconseqüente (Medrado e Lyra, 1999; Heilborn et. al., 1999; Cabral, 2002, 2003; Brandão, 2003; Peres, 2003).

A compreensão da gravidez na adolescência, no âmbito das Ciências Sociais, requer a identificação das condições sociais e históricas que deram a esta gravidez o estatuto de “problema”, o que significa entendê-la através da ótica dos atores envolvidos, observando as suas posições e inserções sociais, assim como analisar a natureza dos discursos empreendendo a relativização das formulações recorrentes (Heilborn et. al., 2002). Uma cuidadosa revisão da literatura sobre o fenômeno da gravidez na adolescência foi elaborada por Brandão (2003), na qual a autora identifica abordagens que atestam desde a situação de risco da gravidez precoce (e conseqüências) e incapacidade psíquica para criar os filhos – mencionadas acima, até a sua relação com situação de marginalidade social e econômica, estratégias de inserção social e/ou no mundo dos adultos, entre outros aspectos. Para essa autora, está em curso um enfraquecimento dos argumentos estritamente biomédicos e psicológicos em contraposição ao fortalecimento de uma leitura social do fenômeno. No entanto, ela adverte que o debate sobre esta gravidez ainda demonstra lacunas acerca do sistema de representações e práticas presentes entre os jovens e que regulam suas trajetórias de vida.

A segunda premissa compreende a juventude como construção social (Pais, 1993), como processo de transição para a vida adulta, o qual é demarcado por etapas como conclusão dos estudos, início da vida profissional, saída da casa parental e casamento (Galland, 1993, 1997, 2001). Atualmente, essas etapas de transição possuem como especificidade o prolongamento¹⁶ da sua ocorrência, sobretudo no que diz respeito ao tempo de escolaridade e a permanência com a família de origem. Destaca-se também o fato de se realizarem de forma dessincronizada (Galland, 2001; Bozon, 2004). No

¹⁶ Galand (1993, 1997), Segalen (1996), Bozon, (1997), Pais (1993), entre outros.

momento, o debate sobre a juventude salienta a heterogeneidade¹⁷ da categoria a partir das diferentes posições sociais que os indivíduos ocupam, problematiza a alusão da imagem do jovem ao caráter de rebeldia e mal-estar, indica a correlação entre assunção de papéis adultos com tempos e situações sociais distintos.

Os pressupostos teóricos e analíticos da Pesquisa GRAVAD consideram também que a transição dos adolescentes para vida adulta apresenta um campo de possibilidades demarcadas por gênero, classe social, raça/etnia, nível de escolaridade, inserção no mercado de trabalho e formas de organização familiar, que atuam como determinantes na construção das suas trajetórias biográficas (Heilborn et. al., 1999). Assim, as práticas sociais e significados a elas atribuídos revelam a forma como os jovens representam e vivenciam o processo de individualização (Singly, 1993, 2000a, 2000b) e de busca da sua autonomia, que para Galland (2001), é, durante um certo período, parcial e reversível visto que a família permanece presente¹⁸.

Nos aspectos metodológicos da Pesquisa GRAVAD, a gravidez na adolescência foi caracterizada segundo definição da Organização Mundial de Saúde (OMS), dentro da faixa etária de 10 a 19 anos (WHO, 1986). A noção de parentalidade juvenil baseou-se no mesmo critério, assim foram considerados pais/mães na adolescência todos aqueles/as que tiveram filhos antes dos 20 anos. Tanto o evento da gravidez como a experiência advinda do nascimento do filho promovem algumas mudanças nas trajetórias biográficas desses jovens, e tais mudanças modulam-se sob a influência do gênero e da classe social¹⁹, como também dos contextos familiar e sócio-cultural ao qual eles pertencem.

“O projeto GRAVAD postula que uma gravidez adolescente envolve, além dos parceiros, as respectivas famílias de origem, cabendo, assim, também examinar os rearranjos e qual das redes familiares, preferencialmente, promove a gravidez na adolescência. A família assume relevância em virtude de

¹⁷ Ver Bourdieu (1983), Galland (1993, 1997, 2001), Pais (1993, 1999), Casal (1996), Bozon (1997, 2003), Abramo (1994, 1997), Vianna (1997), Alvim e Gouveia (2000), Novaes (1997), entre outros.

¹⁸ Para o autor, a presença da família e, em alguns contextos nacionais, o próprio Estado, subsidiam e acompanham a constituição da autonomia juvenil até o estabelecimento de uma independência plena.

¹⁹ Classe social e gênero representam os vetores de sustentação da Pesquisa GRAVAD (Heilborn et. al. 2002)

especificidades atuais da passagem à vida adulta sumarizadas na expressão ‘prolongamento da juventude’: extensão da dependência dos jovens com relação aos pais”. (Heilborn et al, 2002: 23)

Principalmente por se tratar de paternidade/maternidade na adolescência, a família aparece como referência de suporte material e afetivo, sobretudo nessa fase da vida. Por se compreender a juventude como passagem, como movimento de transição à vida adulta, não é possível limitá-la a uma idade nem a características estatísticas, entendê-la requer atenção à heterogeneidade da sua expressão. A pluralidade que a juventude manifesta simboliza os próprios dilemas da contemporaneidade (Abramo, 1997).

A observação das trajetórias sociais do grupo em exame é consoante com a forma como foi construída a proposta de pesquisa. Aprender o processo no qual os indivíduos são socialmente designados como jovens (Lenoir, 1998), bem como o atual alarde em torno da gravidez na adolescência, quando durante muito tempo esse período etário foi considerado ideal para a mulher procriar (Heilborn et. al., 1999), significava situar esses processos no tempo e no espaço. A narrativa do indivíduo revela o seu modo de agir e de pensar, e representa a realidade social na qual está inserido. Alguns cientistas sociais²⁰ já se lançam em defesa da combinação de métodos qualitativos e quantitativos em um mesmo percurso de investigação, tendo em vista a capacidade informativa produzida com essa junção (Ferrand, 1999). A análise das respostas dadas ao pesquisador pelo sujeito estudado, na situação de entrevista e questionário, possibilita a identificação de “regularidades que emergem da variedade das experiências individuais” (p.349), sobretudo na investigação de trajetórias sociais. A Pesquisa GRAVAD adotou como procedimento metodológico a combinação de técnicas que permitiram a reconstrução das biografias, a partir do contexto no qual se desenvolveram. Assim, foi possível mapear os percursos educacional, profissional, afetivo-sexual, como também as histórias contraceptiva e reprodutiva, tornando possível compreender a juventude, suas práticas sociais e sexuais, sua forma de estar no mundo e os significados a ele atribuídos, a relação com a família e com os grupos de pares.

²⁰ A exemplo de Ferrand (1999), Pierret (1999) e Rizek (1999)

Em cada esfera observada, interessava apreender o processo de construção da autonomia juvenil, com especial atenção para os campos em que tal autonomia se expressava mais precocemente, a exemplo do exercício da sexualidade com parceiro/a, considerada como “uma das principais transições operadas na adolescência” (Heilborn et. al., 2002: 22). As instâncias em que prevalecem as escolhas individuais do jovem precisavam ser analisadas a partir de referenciais como pertencimento à camada social, gênero e composição familiar, levando em consideração a inserção social do sujeito²¹.

Procedimentos metodológicos da Pesquisa GRAVAD

A pesquisa foi desenvolvida nas cidades de Salvador, Rio de Janeiro e Porto Alegre, durante os anos de 1999 a 2002 e teve como população-alvo jovens de ambos os sexos, com idades entre 18 e 24 anos, situados em diferentes estratos sociais. Duas estratégias metodológicas foram utilizadas. A primeira qualitativa, com a realização de entrevistas semi-estruturadas; e a segunda quantitativa, representada por um inquérito domiciliar. O material produzido permitiu reunir informações sobre dados sócio-demográficos, características pessoais e familiares, trajetórias escolar e de trabalho, trajetória afetivo-sexual, práticas sexuais, contracepção, gravidez e aborto, paternidade/maternidade, doenças sexualmente transmissíveis, atitudes e valores sobre sexualidade.

O recorte etário adotado na pesquisa (18 a 24 anos) busca, justamente, a partir da técnica de reconstrução retrospectiva da trajetória do indivíduo, coletar dados sobre os eventos acontecidos numa fase de vida ainda recente, bem como poder avaliar quais conseqüências a experiência de paternidade/maternidade na adolescência provocou na vida dos sujeitos. Assim, a seleção dessa faixa etária se deve ao fato de ser uma investigação sócio-antropológica construída num campo de debates marcado pela área da saúde. Ao considerar a definição da OMS, para gravidez na adolescência, buscou-se a comparabilidade dos dados com as faixas etárias utilizadas em estatísticas médicas, a saber: de 10 a 14, de 15 a 19, de 20 a 24 anos. Apesar da adolescência ter como

²¹ Heilborn et al (1999). A expressão no projeto GRAVAD foi utilizada para designar a localização dos indivíduos na estratificação social a partir de uma diversidade de categorias: étnica, composição familiar, religião, escolaridade ,renda, etc.

demarcador a idade de 19 anos, foram contempladas as faixas etárias imediatamente subseqüentes (20 a 24 anos) da população-alvo, de modo a analisar o impacto desse possível evento na vida dos indivíduos, em consonância com a abordagem retrospectiva das trajetórias biográficas. A opção por entrevistar também jovens de 18 e 19 anos, ou seja, pessoas ainda no período da adolescência, se deve ao fato de que essas idades funcionam como uma interseção entre a área da saúde, na qual a pesquisa está inserida, e a área jurídica, visto que a maioria na sociedade brasileira, segundo o Código Civil em vigor à época da coleta de dados, era definida a partir dos 18 anos. Ao limitar a idade inicial a 18 anos, a pesquisa evitava os problemas operacionais de consentimento parental (Heilborn, no prelo).

A etapa qualitativa visou, através da realização de entrevistas semi-estruturadas de orientação etnográfica, investigar a trajetória biográfica dos jovens, buscando captar a multiplicidade de cenários possíveis da vida pessoal e familiar, bem como da vida sexual com parceiro/a, suas práticas contraceptivas e formas de intervenção de uma eventual situação reprodutiva. Ao todo, foram realizadas 123 entrevistas nas três cidades, sendo 41 em cada centro²². Nessa etapa, foi adotado um critério de cotas que privilegiou os jovens na faixa etária acima mencionada, com especificações de gênero, camada social e experiência ou não de paternidade/maternidade na adolescência. As cotas buscam cobrir a vasta gama possível de experiências de moças e rapazes nessa etapa da vida, de modo a subsidiar posteriormente a elaboração do questionário padronizado (utilizado na etapa quantitativa). As entrevistas tiveram em média a duração de duas horas e as informações foram inseridas no *software Sphinx*, um programa que permite gerar um banco de dados com as questões contidas no roteiro de entrevista (Anexo I).

No segundo momento da pesquisa, foi realizado um inquérito domiciliar através de questionários estruturados, contemplando as mesmas informações contidas no roteiro da entrevista semi-estruturada, acrescentando, ao final do questionário, algumas

²² Inicialmente o número estipulado para cada cidade foi de 40 entrevistas, divididas igualmente para homens e mulheres, mas cada centro de pesquisa fez uma entrevista a mais e a equipe GRAVAD optou por mantê-las.

questões relativas à percepção do informante sobre a entrevista e sobre as condições da sua realização.

Nessa segunda etapa, foi inicialmente realizado um estudo piloto com 228 informantes para testar os instrumentos e os procedimentos metodológicos adotados. Para a obtenção de uma amostra representativa da população de interesse, foi utilizado o processo de varredura nas áreas selecionadas para identificar os domicílios com moradores entre 18 e 24 anos completos²³, ou seja, os elegíveis para a pesquisa. A amostra foi definida em termos de *setor censitário* - divisão territorial utilizada pelo IBGE para realização dos censos demográficos²⁴, com base na contagem populacional de 1996.

O sorteio dos setores censitários da amostra utilizou o cadastro formado pela malha setorial do Censo Demográfico de 2000. Esses setores foram classificados, de acordo com indicadores sócio-econômicos, em estratos que variaram de zero a quatro. Para tal classificação foram consideradas as variáveis: renda média do chefe do domicílio e proporção de chefes com doze ou mais anos de escolaridade. A técnica de varredura permitiu a construção de uma listagem com todos os domicílios particulares permanentes para cada setor censitário, identificando a existência da população-alvo. Do material produzido, foram sorteados 33 domicílios para serem visitados. Os dados foram coletados através da aplicação de questionário padronizado²⁵ por entrevistadores com curso superior, devidamente treinados. A coleta de dados ocorreu num período de quase quatro meses. Todas as informações estão inseridas no *software STATA*. Foram aplicados, no total, 4634 questionários, sendo 1442 na cidade de Porto Alegre, 1528 no Rio de Janeiro e 1664 em Salvador.

²³ Até a data de referência da pesquisa que foi estipulada como 31 de julho de 2001.

²⁴ Em Salvador, a amostra foi estimada em 1947 jovens, residentes em domicílios particulares permanentes nos setores censitários.

²⁵ “O questionário incluiu 369 perguntas a serem respondidas pelo entrevistado e 11 pelo entrevistador, estas relacionadas à avaliação das condições e contexto da entrevista. Foram utilizadas duas versões do mesmo questionário, de modo a assegurar a adequação da linguagem ao sexo da pessoa entrevistada e contemplar questões específicas no caso das mulheres. Isso facilitou a aplicação do instrumento no momento da entrevista, garantindo a comparabilidade dos resultados” (Aquino et. al., no prelo)

Um procedimento adotado na Pesquisa GRAVAD e não usual nas pesquisas da área de Ciências Sociais, foi o encaminhamento do projeto de pesquisa para apreciação e aprovação nos Comitês de Ética das três Universidades. O Termo de Consentimento Informado (Anexo II), utilizado tanto na etapa qualitativa como quantitativa, era lido antes de começar a entrevista e assinado ao final, em duas vias pelo entrevistador e entrevistado, ficando cada cópia com um dos participantes. Esse documento explicitava os objetivos da investigação, assegurava a confidencialidade da informação, o direito de não responder determinada questão ou interromper a entrevista a qualquer momento (Aquino et. al., no prelo).

Percurso metodológico deste estudo

A população investigada, nesta tese, é composta por jovens de ambos os sexos, com experiência de maternidade/paternidade na adolescência, residentes na cidade de Salvador e que participaram da pesquisa GRAVAD. Os dados aqui analisados são fundamentalmente provenientes das entrevistas semi-estruturadas realizadas na etapa qualitativa. Mas utilizo também informações do banco de dados quantitativos, especialmente na caracterização da população juvenil. No decorrer do texto, não realizo uma descrição da história natural da pesquisa (Becker, 1993); minha intenção é explicitar o itinerário percorrido, evidenciando potencialidades e limites deste estudo.

Do total de 41 entrevistas realizadas na cidade de Salvador, 20 entrevistados são jovens pais/mães pertencentes a camadas sociais diversas²⁶. A parentalidade na adolescência está igualmente distribuída: 10 homens e 10 mulheres, sendo que em cada grupo há 7 jovens das camadas populares e 3 jovens das camadas médias. Tal distribuição é o resultado do critério de cotas adotado na Pesquisa GRAVAD e que está vinculado à própria estrutura e objetivos da investigação. Embora alguns autores (Becker, 1993) critiquem a pesquisa por cotas, alegando as tendências (*biases*) nela incorporadas, acredito que a escolha aqui realizada foi respaldada pelas hipóteses e questões que guiaram a investigação, bem como pela opção do método biográfico,

²⁶ As outras 21 entrevistas são de jovens sem experiência de parentalidade adolescente. Tal número resulta do procedimento de cotas já mencionadas.

considerando que, sociologicamente, os relatos de vida são capazes de “fornecer elementos para o conhecimento da realidade social, tanto a nível sócio-estrutural como sócio-simbólico” (Brioschi e Trigo, 1987: 637). O empreendimento realizado com a pesquisa quantitativa revelou que os dados representativos da população geral, devido ao desenho amostral que permite essa projeção, corroboram as análises advindas das entrevistas qualitativas. As subjetividades reveladas através do método biográfico revelam a viabilidade do fornecimento de:

“(…) indicações válidas para o conjunto da sociedade, não pela redução da diversidade de vivências singulares, mas pela apreensão do determinismo dessas vivências enquanto modos de inserção nas situações sociais das quais o indivíduo é, ao mesmo tempo, produto e produtor” (Zamiti *apud* Brioschi e Trigo, 1987: 637)

Como assinalei anteriormente, a etapa qualitativa se constituiu no primeiro momento da pesquisa e buscou perceber a constituição de tipos sociais que permitissem uma maior compreensão das biografias dos jovens, a partir das suas diferentes inserções sociais. A escolha dos critérios de composição das cotas já demonstrou o caráter inovador e exploratório da pesquisa: primeiro, pela definição de entrevistar homens e mulheres de forma equivalente; segundo, por abranger indivíduos das camadas médias e camadas populares e, terceiro, por contemplar jovens com e sem experiência de maternidade/paternidade na adolescência. Essa abrangência permite uma análise complexa acerca do fenômeno da gravidez na adolescência e de sua não ocorrência, bem como de seus desdobramentos. As potencialidades da Pesquisa GRAVAD estão sendo demonstradas pela produção acadêmica através de dissertações, teses e artigos já disponibilizados para consulta.

O acesso aos jovens foi obtido por meio de indicações pessoais²⁷, sempre buscando preencher as especificações das cotas. Situações como homossexualidade, aborto e virgindade deveriam, se possível, ser contempladas, mas não se constituíram critérios fundamentais. O roteiro da entrevista é amplo e foi estruturado em partes que

²⁷ A equipe de pesquisa, através da sua rede de sociabilidade, como também através de parentes, vizinhos e conhecidos, identificava jovens que fossem elegíveis e repassava o contato para outro membro da equipe realizar a entrevista.

contêm diversas informações (Anexo I). Como já dito anteriormente, Salvador apresenta uma grande heterogeneidade de estratos sociais convivendo em uma mesma área, oferecendo a opção de proceder a uma classificação das camadas sociais a partir de critérios como bairro de residência, renda familiar, escolaridade e profissão/ocupação do jovem e dos seus pais e tipo de residência²⁸.

Foi solicitado a todos/as os/as pesquisadores/as²⁹ a elaboração de um relatório de entrevista de orientação etnográfica que detalhasse circunstâncias de interação, percurso, cenário, interrupção e comportamento do/a jovem. O conteúdo dos relatórios me permitiu uma maior aproximação com o entrevistado, visto que não realizei todas as entrevistas com pais e mães na adolescência. Por esse intermédio, foi possível aludir à situação da entrevista e à dinâmica da interação entre entrevistador/entrevistado, reconhecendo que a informação que emerge dessa circunstância representa um “verdadeiro processo social” (Champagne, 1998: 222). Dessa forma, a descrição se constituiu em um material precioso para interpretação das narrativas e conhecimento do jovem, já que a situação de entrevista retrata sempre um esforço do sujeito de se apresentar ao outro e a si, ou seja, de produzir-se (Bourdieu, 1996).

Outro procedimento de grande valia utilizado para o tratamento da informação, diz respeito ao processo de transcrição das fitas. Uma terceira pessoa transcrevia as fitas, mas era de responsabilidade do/a pesquisador/a a revisão das suas entrevistas e a inclusão de comentários sobre as reações, expressão de emoção, desconfortos ou naturalidade com as questões, demonstração de satisfação e comentários ao final da entrevista que não foram gravados. Após o gravador ser desligado, é comum ocorrer situações em que o entrevistado narra mais um fato ou comenta o tema abordado. Muitos desses registros revelaram que os jovens consideraram positiva a “conversa”

²⁸ O/a pesquisador/a realizava uma descrição detalhada do local de moradia e do tipo de residência do jovem, inclusive a existência de equipamentos sociais; depois reunia informações sobre indicadores sócio-econômicos dos membros da família e, juntamente com a coordenação do trabalho de campo, elaborava a classificação.

²⁹ Entendendo “a coleta de dados como processo de comunicação” (Brioschi e Trigo, 1987: 633), a equipe de pesquisadores/as de campo foi composta por pessoas com relativa aproximação etária com a população-alvo, com experiência de trabalho de campo e com formação em Ciências Sociais. O treinamento da equipe foi direcionado ao enfoque da sexualidade como socialmente construída, a relativização do “problema” da gravidez na adolescência, as questões de gênero e ao trabalho com temas de cunho íntimo e possível situação de sedução entre o pesquisador/a e o/a entrevistado/a.

com o pesquisador/a, assinalando, também, que muitas coisas estavam sendo ditas e/ou pensadas pela primeira vez em suas vidas, sobretudo as questões relativas a comportamentos sexuais. A falta de diálogo, na família, sobre sexualidade e afetividade era posta em questão, evidenciando que a retrospectiva elaborada para compor a trajetória biográfica promoveu um retorno aos caminhos percorridos e a identificação de presenças e ausências de sujeitos de referência em suas vidas, em particular os pais.

Esta pesquisa foi delineada após a coleta dos dados qualitativos. Ao optar pela investigação da experiência da maternidade/paternidade na adolescência e sua repercussão nas relações familiares, selecionei algumas questões do roteiro de entrevista que pudessem elucidar os objetivos propostos na minha investigação (Anexo III). Destaco como principais pontos de análise:

- ❖ Trajetória biográfica: percurso escolar; atividades profissionais, composição familiar, relacionamento afetivo-sexual; uso de contraceptivos; relação com o/a parceiro/a, gravidez/es, maternidade e paternidade na adolescência;
- ❖ Relação do jovem com a família: (in)dependência em relação à família de origem, formação de nova família; redes de apoio da sua família e/ou do/a parceiro/a, identificação de instâncias de construção e exercício da autonomia juvenil, conflitos, estratégias e formas de negociação;
- ❖ Situação de maternidade/paternidade e contexto familiar: parceria, total de filhos; com quem moram os filhos; dinâmica e rearranjos familiares após nascimento do filho; correlação com a história reprodutiva dos pais;
- ❖ Posicionamento frente à maternidade/paternidade: vantagens e desvantagens da gravidez na adolescência levada a termo; dificuldades; sociabilidade; percepções e sentimentos sobre a maternidade/paternidade.

As 20 entrevistas que constituem a parte qualitativa apresentaram uma heterogeneidade de situações (Anexo IV), indicando possibilidades diferenciadas de mapeamento dos contextos de ocorrência da gravidez, de composição e práticas familiares e conseqüências da experiência de maternidade/paternidade na adolescência. No primeiro momento, realizo uma leitura dos dados provenientes das duas etapas de

investigação, entrevista e inquérito domiciliar. Essa combinação provê um panorama da situação do jovem residente em Salvador, revelando: informações sócio-demográficas (jovem e família), trajetória de estudo e trabalho, gravidez e desdobramentos. Do inquérito domiciliar resultaram, para Salvador, 220 jovens que tiveram experiência de maternidade/paternidade na adolescência, ou seja, jovens que tiveram pelo menos um filho até o momento da pesquisa.

Nos demais capítulos, priorizo a análise das entrevistas, buscando dialogar com as inquietações que motivaram este estudo e aquelas que emergiram durante o meu percurso nas disciplinas do doutorado, nas leituras do material bibliográfico, nas defesas de dissertações e teses oriundas da Pesquisa GRAVAD, das reuniões e debates da equipe e, principalmente, das sessões de orientação. As questões relativas ao contexto familiar e à experiência de parentalidade na adolescência são centrais no estudo, daí a importância da compreensão dos comportamentos familiares, atitude e reação da família à gravidez, contribuição e apoio para o cuidado da criança. Indago se há uma relação entre essa experiência de maternidade/paternidade e a situação conjugal dos pais, a idade da mãe ao ter o primeiro filho, a mudança de estatuto (passagem à vida adulta) e sua legitimação e repercussão no contexto familiar.

O contexto social que envolve a gravidez na fase da vida em exame deve ser pensado como multifacetado. Assim, não procede a afirmação de um perfil generalizado dos jovens, como também de uma razão específica que justifique a gestação. Ao contrário, o desafio está na compreensão da diversidade. O que essa gravidez promove? É possível que a decisão de ter o filho assuma formas diferentes se associadas a classe social e gênero. Alguns autores têm discutido que a gravidez pode resultar da escolha consciente de um jovem casal, lembrando que há um reconhecimento social da maternidade. Assim, a gravidez, mesmo na adolescência, permitiria uma mudança de estatuto no interior da família: de menina à mãe. Tratar-se-ia de uma forma de inserção ou legitimidade social que pode estar vinculada a fatores como ausência de perspectivas de vida e carências afetivas, mas principalmente a forma de passagem para vida adulta (Le Van, 1998; Costa, 2002a, 2002b). Será que esses mesmos fatores são, também, relevantes para os rapazes que vivenciam a paternidade na adolescência? Cabral (2002)

ao analisar a paternidade em jovens das camadas populares, constata que a publicização da gravidez da parceira é também um atestado de virilidade masculina.

Um outro aspecto que destaco, diz respeito à associação entre gravidez na adolescência e trajetória escolar. Os dados da pesquisa mostram que a interrupção do projeto de escolarização antecede, geralmente, a situação de gravidez. É interessante observar em que medida há uma correlação entre escolaridade e idade dos jovens no nascimento do primeiro filho, sobretudo para as mulheres. Quais são, então, os projetos de vida pessoal e profissional desses jovens? Em que medida a experiência de maternidade/paternidade potencializa ou inviabiliza tais projetos?

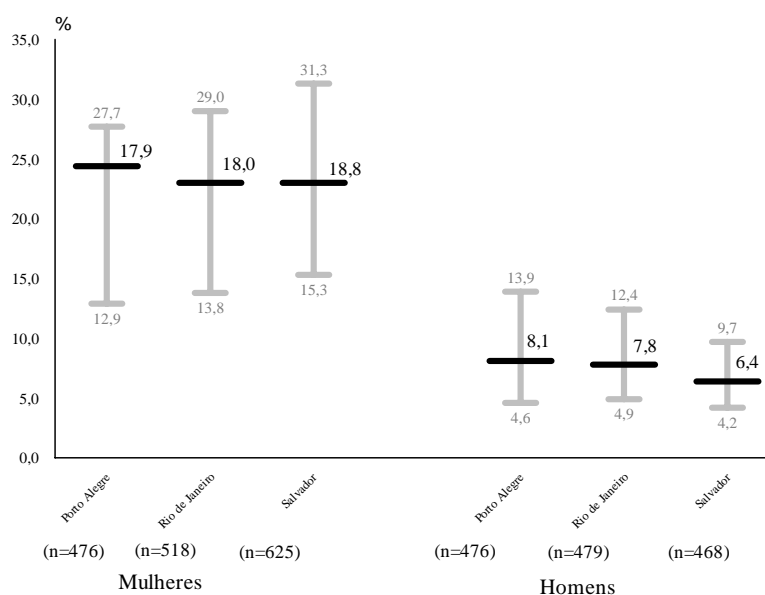
As negociações e as estratégias de convivência dos jovens e suas famílias, sobretudo a partir do nascimento da criança, envolvem acertos sobre os rearranjos familiares, a responsabilidade e despesas com a criança, permanência ou interrupção escolar, inserção ou exclusão do mercado de trabalho, entre outros. A mediação desses aspectos depende da posição social da família e do/a jovem, da forma como se relacionam os membros dessa família e os referenciais sócio-econômicos e simbólicos instituídos e compartilhados por eles.

Nessa perspectiva, questiono as possibilidades das escolhas dos jovens ou do casal jovem. Indago em que condições a decisão é tomada? Quais os protagonistas envolvidos e suas posições em relação ao jovem? Quais as condições e os recursos materiais disponíveis e a forma como são utilizados? Endosso que a família localiza-se em uma instância de interseção de apoio afetivo-material que influencia o jovem em várias esferas de decisão, por isso se constitui como objeto de mediação na reflexão acerca da juventude e a condição de parentalidade.

Capítulo 02: Parentalidade juvenil em Salvador: perfil sócio-demográfico

De um modo geral, os dados do inquérito domiciliar da Pesquisa GRAVAD revelam, para as três cidades investigadas, uma situação semelhante quanto à proporção de jovens com experiência de parentalidade na adolescência. A cidade de Salvador possui uma distribuição polarizada acerca do registro de filhos de pais e mães com menos de 20 anos, maior concentração entre as jovens³⁰ (Gráfico 1). Os rapazes baianos apresentam a menor proporção; situação que se inverte quando observados os dados de Porto Alegre. Os/as jovens do Rio de Janeiro possuem uma situação intermediária em comparação com as outras duas cidades.

GRÁFICO 1 -Proporção de jovens de 20 a 24 anos (inclui virgens) com relato de filho antes dos 20 anos e respectivo intervalo de confiança a 95%, segundo cidade e sexo.

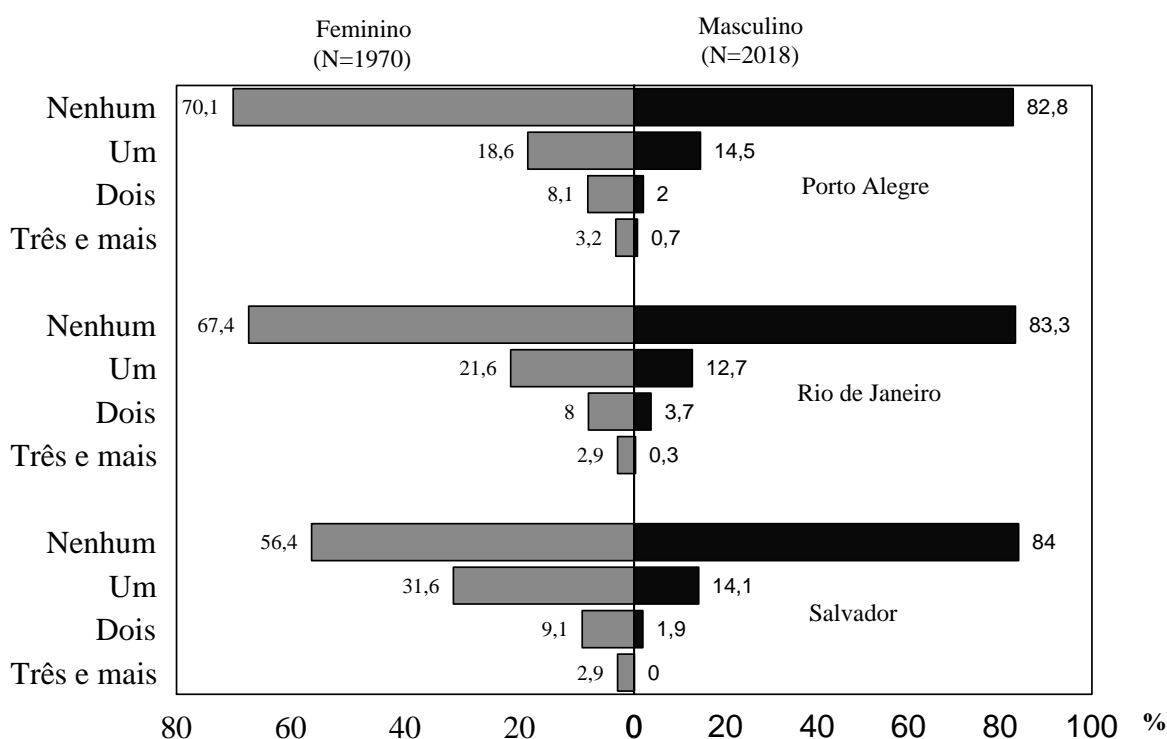


Fonte: Pesquisa Gravada, 2002.
População: jovens de 20 a 24 anos, Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA).

³⁰ No gráfico foi excluída a população menor de 20 anos, tendo em vista que esse grupo ainda está vulnerável à ocorrência de uma gravidez na adolescência. A inclusão daqueles/as que ainda não relataram iniciação sexual permite a comparação com outros dados demográficos de base populacional. (Dias et. al, 2004).

As mulheres de Salvador declaram uma iniciação sexual mais tardia, no entanto possuem experiência de gravidez mais precoce, em relação às jovens investigadas nas cidades de Porto Alegre e Rio de Janeiro. Elas também são as que apresentam um maior número de filhos: 43,6% das mulheres entrevistadas possuem pelo menos um filho³¹ (Gráfico 2).

GRÁFICO 2
Distribuição dos jovens de 18 a 24 anos segundo número de filhos por cidade e sexo, 2001



Fonte: Pesquisa GRAVAD, 2002

População: jovens de 20 a 24 anos, Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA)

Na história reprodutiva dos jovens, destaca-se ainda o fato de que a capital baiana registra a maior proporção de relatos sobre aborto provocado: 10,5% das moças e 19,0% dos rapazes³² fizeram referência (dados sobre as parceiras). Embora esse grupo se

³¹ (Dias et. al, 2004).

³² Nas outras duas cidades, os percentuais do relato de aborto provocado representam 3,0% para as mulheres e 7,2% para os homens em Porto Alegre e 7,2% para as mulheres e 10,2% para os homens no Rio de Janeiro (Menezes et. al., 2004). A alta proporção de declaração masculina sobre o aborto já havia sido constatada nos dados da etapa qualitativa (Peres, 2003).

posicione de forma contrária à prática do aborto, muitas vezes lança mão deste procedimento nas situações de gravidez não prevista (Menezes, 2004), principalmente quando não se trata da primeira gravidez, visto que, na maioria das vezes, esta resulta no nascimento do primeiro filho. A recorrência ao aborto é mais relatada a partir da segunda gestação. Os dados revelam que em Salvador as/os jovens previnem-se menos contra as doenças sexualmente transmissíveis, a AIDS e a gravidez.

Esse breve esboço sobre comportamentos reprodutivos e sexuais dos jovens residentes em Salvador provoca indagações acerca das identidades sociais desses sujeitos. Neste capítulo, apresento as características sócio-demográficas e algumas informações sobre suas famílias de origem. Para isso, recorro às duas fontes de dados da Pesquisa GRAVAD e seleciono: a) a população investigada na etapa quantitativa, composta por 220 jovens que tiveram experiência de maternidade (182) e paternidade (38) na adolescência; b) as 20 entrevistas de jovens pais/mães que compõem a etapa qualitativa.

Compartilho a premissa da juventude como processo de transição à vida adulta demarcada através dos eixos escolar, profissional, familiar e conjugal. Assim, utilizo-os como norteadores da apresentação, sem que essa forma assuma o significado de se tratar de eventos sincronizados. Tais marcos servem como roteiro de exploração das similaridades e das diferenças sociais entre os/as entrevistados/as. O inquérito domiciliar, através de uma amostra representativa, permite discorrer sobre os perfis dos jovens pais e das jovens mães residentes em Salvador.

Jovens pais e mães de Salvador: características sociais

Os jovens investigados apresentam percentuais significativos de baixa escolaridade, metade dos rapazes e das moças sequer concluiu o Ensino Fundamental. Entre os que finalizaram o Ensino Médio, destacam-se os jovens pais. No entanto, esse fato não assegura uma continuidade da formação acadêmica, tendo em vista que apenas algumas entre as jovens mães têm inserção universitária (Tabela 1). No Brasil, nos últimos anos, vigora a tendência de maior escolarização das mulheres, registrada tanto

nos dados do IBGE quanto em outras pesquisas sobre escolaridade. Aqui mais uma vez se expressa a posição singular de Salvador entre as grandes cidades do país. Na comparação com o Rio de Janeiro e Porto Alegre, a capital baiana revela um padrão bastante distinto, com a menor escolaridade em jovens de ambos os sexos (Almeida, 2004).

Tabela 1 - Características de estudo e trabalho dos jovens pais e mães segundo sexo.

Características de estudo e trabalho	Sexo			
	Feminino		Masculino	
	n	%	n	%
Escolaridade dos jovens	178		38	
Ensino Fundamental incompleto		55,1		50,0
Ensino Fundamental completo		28,6		31,6
Ensino Médio completo		12,9		18,4
Superior*		3,4		-
Interrupção dos estudos	180		38	
Sim		78,9		79,0
Não		21,1		21,0
Motivo da última interrupção dos estudos	142		30	
Gravidez		50,0		10,0
Cuidado com o filho/casa e/ou irmãos		13,4		-
Trabalho		11,3		50,0
Não gostava de estudar		3,5		20,0
Falta de dinheiro para frequentar a escola		4,9		3,3
Doença		4,2		6,7
Outros		12,7		10,0
Principal reação da família sobre a última interrupção dos estudos	141		30	
Ficou contra		55,3		63,3
Não ficou contra		44,7		36,7
Idade que começou a trabalhar	182		38	
Até 14 anos		24,2		36,8
15 a 19 anos		47,2		50,0
20 anos e +		11,0		5,3
Nunca trabalhou		17,6		7,9
Trabalho atual	182		38	
Sim		28,6		65,8
Não		71,4		34,2

*Curso completo e incompleto

Fonte: Pesquisa Gravad, 2002.

População: jovens de 18 a 24 anos, Salvador (BA).

O percurso escolar desses jovens é marcado por interrupções do estudo, mais de dois terços deles/as declaram ter deixado de frequentar a escola pelo menos uma vez na

vida (Tabela 1). Os motivos referidos para última vez em que isso ocorreu evidenciam uma assimetria de gênero. As mulheres ressaltam a gravidez como causa principal da última interrupção, seguida da responsabilidade com afazeres domésticos e cuidado com crianças, evidenciando assim as especificidades da condição feminina e a sua circunscrição ao espaço privado.

Metade dos rapazes argumenta que ser o trabalho o principal motivo de suspensão dos estudos, sinalizando que a construção da sua identidade masculina tem por base a realização de atividades remuneradas (Heilborn, 1997; Sarti, 2003). Assim, se estabelece o vínculo com o espaço público e forma-se uma imagem que promove o reconhecimento no mundo adulto. Os jovens destacam também pouco interesse pelo estudo. O item outros motivos, presente na tabela, diz respeito, para ambos os sexos, a fatores como: mudança de residência durante o período letivo e, conseqüentemente, dificuldade de reinserção escolar, falta de vagas em escolas públicas, baixo desempenho e serviço militar – no caso específico dos homens. Independente dos motivos alegados pelos jovens para a interrupção dos estudos, suas famílias costumam se posicionar de forma contrária a essa decisão (Tabela 1).

A maioria das mulheres e dos homens começa a trabalhar muito cedo³³, em geral antes dos 20 anos. A realização de atividades remuneradas é mais precoce entre os rapazes - até 14 anos 36,8% deles já haviam iniciado essas atividades, enquanto as mulheres apresentam percentual de 24,2%. No momento da pesquisa, a maior parte dos jovens pais estava trabalhando (Tabela 1), situação oposta à das jovens mães, visto que as funções da maternidade e o trabalho doméstico se constituem como principais motivos para postergar a inserção ou promover o afastamento do trabalho.

³³ Alvim (2001), ao analisar o trabalho infantil pontua que, no Brasil, a lei de 1932 regulamentou a idade mínima de 14 anos para o trabalho, mas recentemente houve uma mudança, a qual alterou essa idade para 16 anos. Tal fato mobilizou alguns setores da sociedade que se posicionaram contrariamente à mudança, ressaltando os aspectos negativos, pois o adolescente ficaria mais tempo desocupado e haveria, também, perdas na economia familiar. A autora ressalta que o trabalho infanto-juvenil é percebido por esses setores, bem como pelas classes populares como “salvação” desses jovens. “O trabalho do menor é então visto, tanto no passado como atualmente, com olhares positivos” (p.217). No debate sobre a lógica de gênero presente na divisão sexual do trabalho, a partir da contextualização dos espaços privado e público, Heilborn (1997) salienta que os rapazes, já em torno dos seus 14 anos, internalizam o marco moral da obrigação com o trabalho.

Quanto à situação atual de moradia, é perceptível que a maioria dos rapazes reside com a família de origem, o que significa estar com ambos os pais ou com apenas um deles. Nessa última situação, vale ressaltar que 20,3% das mulheres e 36,8% dos homens vivem em famílias monoparentais chefiadas por suas mães³⁴. Inversamente aos rapazes, a maioria das jovens mães não reside com seus pais, mora em domicílios sem a presença deles ou de outros adultos responsáveis (Tabela 2). Observando os relatos dos entrevistados baianos sobre com quem moravam entre os 15 e 18 anos de idade, verifica-se que as jovens mães apresentam proporção duas vezes maior de coabitação com parceiro³⁵, em comparação aos jovens pais. Esse dado corrobora a assimetria do calendário feminino e masculino no que toca à idade de união, consubstanciada pela forma de organização do mercado matrimonial onde moças casam-se em geral com homens mais velhos (Heilborn, no prelo). Outro aspecto ressaltado na literatura, que endossa tal pressuposto, é referente à estratégia feminina de evadir-se mais precocemente de um maior controle parental (Blöss, 1996).

Tabela 2 - Situação atual conjugal e de moradia dos jovens pais e mães, por sexo.

Situação de moradia e situação conjugal	Sexo			
	Feminino		Masculino	
	(n=182)	%	(n=38)	%
Moradia atual				
Com família*		38,0		68,4
Outros responsáveis		6,0		7,9
Sem pais ou responsáveis		56,0		23,7
Total de moradores**				
Até 3 pessoas		27,4		26,3
De 4 a 6 pessoas		48,9		52,6
7 pessoas e +		23,7		21,0
União atual				
Unido		64,3		23,7
Separado		18,1		34,2
Solteiro		17,6		42,1

*Ambos os pais ou um deles

**Inclui o/a entrevistado/a

Fonte: Pesquisa Gravad, 2002.

População: jovens de 18 a 24 anos, Salvador (BA).

³⁴ Segundo o Censo 2000, no Brasil o número de famílias constituídas por mulher sem cônjuge e com filhos tem aumentado e são também as que (sobre)vivem com menores rendimentos (IBGE, 2003).

³⁵ Dados não apresentados.

Sobre o número de pessoas com quem residem, incluindo o/a entrevistado/a, os dados revelam uma maior concentração de jovens inseridos em domicílios compostos por quatro a seis pessoas, e o menor percentual de convivência em residências em que vivem sete pessoas e mais³⁶. Sobre a coabitação com parceiro/a, no momento da entrevista, 64,3% das jovens mães encontravam-se unidas conjugalmente, em contraste com 23,7% dos jovens pais (Tabela 2). Este perfil deriva de regras do mercado matrimonial, já referidas, cuja parceria com homens mais velhos favorece a constituição de família conjugal. Estudos indicam também que essa diferença etária pode estar associada à decisão das adolescentes de levar a gravidez a termo (Elo et. al., 1999), para estimular a união conjugal. Os dados da Pesquisa GRAVAD não demonstram tal associação, mas é possível reconhecer ser essa uma prática utilizada pelas adolescentes em determinados contextos culturais. Já os rapazes são majoritariamente solteiros e/ou separados (Tabela 2). Embora haja indagações acerca de uma maior instabilidade das relações afetivo-sexuais entre os jovens, a proporção de separações não destoam do patamar registrado para a população em geral.

Assim, compreendendo a diversidade de situações que envolvem os jovens e a pluralidade de formas de inserção social dos sujeitos, pretendo aprofundar a interpretação da realidade apresentada nos dados quantitativos, através da análise das narrativas dos jovens pais e mães de Salvador. Partindo do pressuposto de que as entrevistas revelam as subjetividades que “regem as maneiras de ser, de pensar e de agir dos indivíduos em diferentes contextos sociais” (Pais, 2003: 145), busco apreender tais maneiras e os contextos nos quais se manifestam. Para isso, proponho analisar alguns aspectos sociais do grupo estudado, a partir dos dados qualitativos.

³⁶ O Censo Demográfico de 2000 revela, para o conjunto dos dados, uma redução do tamanho da família, sendo que as regiões Norte e Nordeste continuam apresentando as médias mais elevadas do Brasil (IBGE, 2003).

Escola e trabalho: trajetórias intercaladas

A juventude na contemporaneidade caracteriza-se, sobretudo, pelo alongamento da vida estudantil e, conseqüentemente, pelo adiamento da entrada no mercado de trabalho³⁷. No Brasil, observa-se essa situação com mais freqüência nas camadas médias, onde a família subsidia o prolongamento dos estudos como forma de assegurar a realização dos projetos profissionais destinados aos filhos, tendo em vista a conquista de posições privilegiadas no mundo do trabalho. Nas camadas populares, o apoio material para os estudos dos filhos nem sempre é possível, embora muitas famílias incentivem seus filhos a permanecerem na escola, pois reconhecem a importância dos estudos para melhor inserção profissional/ocupacional. Estudo e trabalho são instâncias de difícil conciliação para muitos jovens.

A trajetória de estudo dos/as entrevistados/as é marcada por períodos de repetência e interrupção que podem representar um evento temporário nas suas biografias, ou também, se consolidar como uma situação de abandono da escola. Considerando que o sistema educacional no Brasil estabelece que a educação básica inclui a conclusão do Ensino Médio até 18 anos, é perceptível, no grupo analisado, o “atraso abismal” refletido na defasagem idade-série. Os dados dessa pesquisa reafirmam o cenário da educação brasileira que apresenta taxas significativas de abandono escolar (Minayo et al., 1999). A situação se agrava ainda mais quando se observa os dados referentes à região Nordeste, cujo destaque no estado da Bahia registra-se no alto índice de distorção entre idade-série (Bomeny, 2003). Outra pesquisa realizada, comparando seis principais áreas metropolitanas do Brasil, demonstrou que Salvador apresentava as maiores taxas de repetência escolar (Neri e Costa, 2001). Esta conjuntura se agrava com a evasão escolar, que se intensifica na fase da adolescência. Os motivos citados sobre sua ocorrência são: baixo desempenho, ausência de projetos educacionais de incentivo aos alunos, inserção no mercado de trabalho e busca de autonomia financeira (Madeira e Rodrigues, 1998).

³⁷Galland, (1993, 1997); Segalen, (1996), Casal (1996), Pais (1993)

No momento atual, as mudanças decorridas da reestruturação produtiva agravam a inserção dos jovens no mercado de trabalho, sobretudo pela exigência de conclusão do Ensino Médio como escolaridade mínima e domínio de alguns conhecimentos específicos (Martins, 2002). Tal fato atinge ainda mais as pessoas das camadas populares, cuja perspectiva de ascensão profissional é prejudicada pela falta de qualificação. A literatura sociológica tem apontado para o fato de que os jovens dessas camadas, principalmente os homens, começam a trabalhar muito cedo, no mercado informal, desenvolvendo atividades consideradas como “bicos ou biscates”. Contudo, a atividade remunerada já significa, para eles, o reconhecimento de que são trabalhadores e possuem, assim, autonomia moral (Duarte, 1986; Sarti, 2003).

Esse sentido de moralidade se intensifica com a condição de paternidade. Ter a possibilidade de prover o filho com a remuneração recebida é considerada uma atitude honrosa e valorativa. Há que assinalar que eles estão inseridos em um contexto social no qual o desemprego é impulsionado por mudanças no mundo do trabalho, cuja desregulamentação e flexibilização da economia demandam habilidades nem sempre disponíveis aos jovens de setores populares (Castro et. al., 2001), o que agrava a vulnerabilidade deles no mercado. Tal situação não é exclusiva destes setores. Bock (2002: 12) chama a atenção para o fato de que até recentemente as camadas médias acreditavam que o capital cultural era “suficiente para que seus membros adentrassem o mercado de trabalho e trilhassem um caminho de progresso e estabilidade”. No entanto, o aumento de desemprego nessas camadas favorece a construção do argumento que transfere para o jovem a responsabilidade de conquistar seu espaço e se manter no mundo do trabalho.

As narrativas dos jovens confirmam o que os números do inquérito domiciliar GRAVAD revelaram: trajetória escolar entrecortada e baixa escolaridade, atingida particularmente entre as mulheres de camadas populares. Entre as sete jovens mães de origem popular, quatro não concluíram o Ensino Fundamental, das quais apenas duas encontram-se estudando; as outras interromperam o curso no Ensino Médio, somente

Kátia³⁸ (19 anos) se mantém na escola. Quanto aos sete homens do mesmo segmento social, dois interromperam o percurso escolar no Ensino Fundamental; cinco ingressaram no Ensino Médio: um concluiu, dois continuam estudando e dois abandonaram.

Chegar à universidade é aspiração de poucos. Os discursos revelam falta de esperança dos jovens em atingir esse objetivo. Dois deles destacam um interesse pelo curso de Direito, e quando Fábio é questionado sobre sua escolha, afirma: *Se eu tivesse condições de tentar vestibular e fazer faculdade, iria ser um advogado (...) procurar lutar em defesa de quem é peão, do trabalhador...* Seu depoimento traduz a carência e os anseios da sua vida cotidiana, já que ele trabalha em um escritório de advocacia e lamenta não poder ser um *doutor*. As mulheres declaram algum interesse por cursos universitários nas áreas de enfermagem, nutrição e secretariado. Entretanto, não demonstram muito empenho na busca desse objetivo, deixando transparecer que não se trata de uma prioridade. A maternidade e a condição de dona de casa parecem suprir as necessidades imediatas de reconhecimento de mulher adulta, uma vez que o espaço doméstico continua sendo definido como responsabilidade feminina, a casa continua sendo “coisa de mulher” (Heilborn, 1997).

Entre os jovens das camadas médias, apenas uma mulher e um homem freqüentam a universidade e cursam Psicologia e Medicina, respectivamente. Duas jovens concluíram o Ensino Médio, uma parou de freqüentar a escola durante a gestação, retomando depois. Ambas têm planos para prestar vestibular. Joana (20 anos) demonstra empolgação, *o meu sonho é fazer vestibular para turismo, estudar e me dedicar a isso*, e planeja o momento em que irá se matricular no curso preparatório para concorrer à vaga almejada. Ana (19 anos), cuja filha tem três meses, salienta que precisa esperar que a criança cresça um pouco mais, enquanto isso pensa nas opções de curso. Entre os rapazes entrevistados, dois interromperam os estudos no 2º ano do Ensino Médio, sendo que Adão (24 anos) parou antes do evento da gravidez da parceira, ressaltando que *já era vagabundo mesmo, a gravidez terminou de ajudar*. Já Pedro (19 anos) justifica-se alegando as mudanças no horário de trabalho para suspender

³⁸ Todos os nomes dos/as jovens e de seus/as parceiros/as e familiares são fictícios, assegurando o anonimato garantido a eles/as no momento da entrevista.

temporariamente seus estudos. Além disso, com a constituição de uma nova família tornou-se o principal responsável pelas despesas da casa e do filho. No entanto, ambos afirmam que o retorno à escola e o ingresso na universidade são metas de curto prazo. Para Pedro, trata-se de uma conquista pessoal e estratégia de ascensão econômica.

O objetivo que eu tenho desde pequeno é ser advogado. Tipo uma meta que eu quero atingir, até para mim mesmo, dizer que eu sou capaz de ser aquilo que eu quero, de ter o que eu quero, até para poder dar uma boa vida a meu filho, dá a ele tudo que ele precisa, tudo que ele quer, basicamente. (Pedro, camada média)

Um estudo sobre a situação educacional de jovens brasileiros revela que a constituição de família em idade jovem agrava ainda mais a situação de abandono dos estudos (Soares et al., 2003). Nos discursos masculinos, situações de repetência e interrupção escolares permeiam trajetórias estudantis antes mesmo da parentalidade adolescente. Lucas (22 anos, camada popular) parou de estudar já faz sete anos e seu filho tem um ano apenas. Ele não esconde que, às vezes, achava ruim estudar. *Eu estudava de tarde, aí comecei a trabalhar e parei. Fiquei de me matricular para o turno da noite, até hoje... nunca estudei.* Mas há sempre os mais persistentes, como Carlos (23 anos, camada popular), que durante seis anos se matriculou inúmeras vezes no 1º ano do Ensino Médio, sem jamais concluí-lo. As justificativas para a interrupção estão relacionadas à necessidade de ganhar dinheiro para custear suas próprias despesas e/ou ajudar no orçamento familiar, assim como arcar ou pelo menos contribuir para o sustento do filho. Aliada à busca de rendimentos próprios aparece, também, como motivo a falta de interesse pelo estudo. Alguns rapazes assinalam que o envolvimento com amigos que têm pouco interesse pela sala de aula, leva-os a preferirem utilizar esse tempo para outras atividades, geralmente ligadas ao lazer, e mesmo ao consumo de drogas³⁹.

Fiquei no primeiro ano [Ensino Médio] protelando três anos em diversas escolas... Eu fui um cara assim muito chegado à amizade, a primeira escola que eu me desviei, eu saí por mim mesmo, que eu estava me estranhando com um tipo de pessoa

³⁹ No discurso de Milton fica evidente que a ingestão de bebidas alcoólicas é considerada uma atividade de lazer, já o consumo de drogas se limita ao uso da maconha.

(...) que posso considerar amigos, mas que curtiam coisas que eu não curtia, no caso drogas, e bagunça demais. Eu curtia uma baguncinha assim. Eu tinha quinze ou dezesseis anos. Cachaça eu curtia. Apesar de andar com eles, eu nunca pratiquei [uso de drogas] com eles, entendeu? Na hora da cachaça eles me chamavam. Então eu estava me misturando muito, aí eu vi que se eu continuasse naquela, eu poderia até não agüentar a pressão e ir. Achei melhor cair fora. (Milton, 19 anos, camada popular)

Mesmo afastado do grupo de amigos, Milton não voltou a estudar. Parece arrependido, principalmente quando se refere aos colegas que deram continuidade aos estudos e obtiveram razoável inserção profissional. Ele afirma que tem sentido *necessidade de voltar à escola*. Aliás, essa é uma vontade constantemente declarada pelos jovens que não concluíram o Ensino Médio, sobretudo quando analisam o tipo de trabalho que desempenham e a real dificuldade de ascensão profissional.

Em Salvador, as situações de repetência e interrupção escolar ocorrem também com certa frequência entre rapazes das camadas médias, cujas justificativas se assemelham àquelas relatadas por jovens das camadas populares: não gostam de estudar e querem ganhar dinheiro rapidamente⁴⁰. Para os rapazes, trabalhar e ganhar seu próprio dinheiro viabiliza a sua inserção na esfera pública, sobretudo no mundo adulto, já que recebe o ônus moral de ser um trabalhador e conseqüentemente assumir determinadas despesas. Estar trabalhando significa, também, a conquista de uma posição reconhecida socialmente, visto que em vários setores da sociedade, trabalho se opõe à rua e à marginalidade (Alvim, 2001).

Eu era altamente indisciplinado. Perdi na quinta série, perdi na sétima. Os professores diziam que nunca viram uma pessoa voar tanto numa sala de aula. (...) Não fui mais ao colégio, aí ligaram para minha mãe que eu não ia mais, ela veio me perguntar e eu falei: 'Eu não vou mais não. Ou eu trabalho ou eu vou pro colégio'. E eu estava mais a fim de conseguir grana, não estava nem aí para o colégio. (...) Hoje, penso seriamente em voltar. (Adão, 24 anos, camada média)

⁴⁰ Entre jovens pais de camadas médias cariocas, Brandão (2003) também encontrou trajetórias escolares entrecortadas.

Adão é enfático em definir que, para ele, estudar não é prazeroso e seu projeto de retorno à escola deve-se mais às exigências de mercado de trabalho do que um desejo pessoal. A forma como comunica à mãe sua decisão tem um sentido de enfrentamento e provoca uma situação conflituosa: *Minha mãe me deu uma surra. Foi a última surra que eu tomei na minha vida.* O castigo em forma da *última surra*, juntamente com a prevalência da sua opção pelo trabalho, demarcam um caminho em que se realiza a transição para o mundo adulto. Assim se expressam as primeiras conquistas de autonomia.

É importante assinalar que as famílias, independente do seu pertencimento às distintas camadas sociais, não incentivam seus filhos a interromperem os estudos. Ao contrário, o desinteresse que os jovens demonstram pela escola se constitui fonte de conflitos familiares (Cicchelli, 2000). Lucas (camada popular) lembra a reação dos pais ao seu descaso para com a escola: *se eles brigavam comigo? Meu pai mesmo me batia.* Pedro (camada média) também menciona que seus pais *reclamavam e falavam que eu tinha que tomar um rumo na minha vida, estudar.* Mesmo entre aqueles que tiveram que optar pelo trabalho e desistir da escola, as famílias compreendem ser uma necessidade circunstancial e continuam expressando insatisfação. Os jovens afirmam que seus pais estão sempre cobrando o retorno à escola, aguardando que realizem suas matrículas e prossigam até pelo menos a conclusão do Ensino Médio.

Pesquisas na área de educação realizadas com famílias, sobretudo de camadas populares, demonstram que prevalece a concepção de que as atividades de trabalho e escola, para os adolescentes, devem ser complementares e não excludentes, pressupondo assim que esta combinação promove a formação de solidariedade familiar, menor exposição dos jovens às situações de violência e formação ética (Madeira e Rodrigues, 1998). O reconhecimento da importância do estudo como possibilidade de ascensão social e construção de cidadania tem sido amplamente difundido e incorporado nos variados estratos sociais. Nas camadas populares, embora seja expressiva a percepção da deficiência do ensino público, predomina o sentido de necessidade da

frequência dos jovens às escolas, revelando a dimensão simbólica que tem o estudo (Gouveia, 2000).

No caso das moças, o desinteresse em estudar é motivo de frustração para as mães que projetam nas filhas a expectativa de um futuro melhor do que almejaram para si. Significa também a impossibilidade de criar os filhos em melhores “condições”. Léa, jovem das camadas populares que migrou do interior aos 15 anos para trabalhar como empregada doméstica em Salvador, foi autorizada pela mãe (analfabeta) a viajar, mas com o compromisso de continuar os estudos.

Minha mãe não gostou muito, porque ela queria mais que eu estudasse e que eu saísse de lá [do interior] pelo menos na sétima série, para chegar aqui, fazer o supletivo e adiantar. Só que eu era muito preguiçosa. (...) Aí falei para ela que viria para cá e estudaria. Ela confiou, deixando e pensando que ia estudar; ela liga para mim sempre e pergunta. Ela sabe que agora eu não posso porque tenho uma filha. Ela falou assim: ‘Agora sua desculpa é essa, não é?’. Ela fica brava ainda comigo, porque ela sabe que eu devia estar estudando. (Léa, 18 anos, parou de estudar na 5ªsérie)

Léa confessa que era desinteressada pelos estudos: *eu não prestava atenção nos assuntos. Ia para o colégio e ficava de brincadeira. Eu perdi dois anos.* Agora, reproduz o discurso da mãe sobre o desejo de um futuro melhor para sua filha. A associação entre gravidez na adolescência e conseqüências na trajetória escolar adquire novos contornos quando se verifica, através dos dados coletados, que a interrupção do projeto de escolarização antecede, geralmente, à situação de gravidez. Como declara Kátia (19 anos, camada popular), ao ser questionada sobre quantas vezes já havia perdido o ano, respondeu: *Umás três vezes já. Todas antes de ficar grávida e casar.* Há que se considerar, especialmente para as mulheres, que a maternidade dificulta, de imediato, a permanência na escola, devido à própria demanda imposta pela criança nos primeiros meses de vida. Contudo, ao comparar o grau de escolaridade das jovens mães e as suas idades no nascimento do primeiro filho, percebe-se que já havia um percurso escolar entrecortado, anterior à gravidez. Até os 18 anos, cinco jovens das camadas populares já tinham experiência de maternidade, todas sem conclusão do ensino formal e três sem conclusão do Ensino Fundamental. São muitos os motivos referidos pelas

jovens mães para justificar interrupções e repetências escolares e a maioria das causas está vinculada à carência de recursos materiais⁴¹. Assim, salientam a falta de dinheiro para ir às aulas, as mudanças de residência devido à inadimplência com o aluguel, a dificuldade de conseguir vaga em outra escola, a necessidade de trabalhar para contribuir no orçamento doméstico e o cuidado da casa e dos irmãos menores, bem como do próprio filho.

Interrompi. Mãinha trabalhava, tinha um monte de filhos e era eu que tomava conta... Então não tive tempo de estudar. Mãinha me botava nos colégios longe que ela dizia que os colégios daqui não prestavam. Tinha dia que ela não tinha dinheiro para eu ir de ônibus, tinha dia que eu não tinha café para tomar, eu não ia andando, que eu não agüentava, aí eu deixei de mão, não estudei mais. Depois engravidei também e abandonei os estudos. (Talita, 21 anos, camada popular, cursa a 4ª série, a mãe estudou até a 5ª série do Ensino Fundamental)

Talita atribui às circunstâncias de sua vida, as interrupções do seu percurso escolar. No momento da entrevista, ela havia retornado à escola e a assiduidade às aulas é assegurada pelo namorado, de quem afirma *não gostar muito*, mas mantém o relacionamento porque ele financia o transporte para que ela possa freqüentar a escola. Ela revela que não tem outra pessoa a quem recorrer, pois sua mãe é dona de casa, o padrasto (o provedor) está desempregado e faz pequenos biscates, o que mal dá para o sustento da família. O pai do seu filho não paga pensão e tampouco presta ajuda esporádica. É a sua madrinha quem arca com as despesas da criança. Quando questionada sobre sua pretensão de trabalhar, afirma de forma pragmática: *todo mundo pretende trabalhar, eu também (...)* *Eu não achei emprego, aí não fui...*

Clara (20 anos), outra jovem de camada popular, explica que a sua trajetória escolar se iniciou tardiamente e responsabiliza a mãe por isso. Afirma que sempre gostou de estudar e quando engravidou da primeira filha, interrompeu os estudos por pouco tempo, retornando logo em seguida, graças ao apoio da mãe e de outras mulheres

⁴¹ Madeira e Rodrigues (1998) salientam a importância de incorporar à discussão sobre evasão escolar e repetência entre adolescentes de camadas populares a questão dos problemas internos ao sistema educacional brasileiro. Dessa forma, faz-se necessário uma avaliação dos procedimentos pedagógicos adotados, tendo em vista que a escola torna-se pouco atraente para os estudantes.

da família que cuidavam da criança para que ela pudesse concluir os estudos. A solidariedade familiar no cuidado das crianças faz parte da sociedade brasileira, as avós estão sempre presentes no cuidado e/ou criação dos netos (Peixoto, 2000a; 2004), sobretudo quando suas filhas são jovens mães e continuam morando com elas. Entretanto, o apoio da mãe de Clara, no cuidado da neta, não permitiu à jovem concluir sequer o Ensino Fundamental, pois com o nascimento dos outros filhos, tornou-se inviável conciliar o estudo com as atribuições de dona de casa e mãe.

Eu comecei a estudar com 13 anos. Acho que mãeinha que não quis me botar cedo no colégio. Deve ser coisa dela, sei lá. Porque esse negócio de mãe a gente não entende. Depois eu acho que ela não achou vaga para mim, para minha série. Então fui para o colégio. Comecei a ir, estudei, aí engravidei, mas continuei estudando. (...) Engravidei do meu [segundo] filho e parei de estudar. Também eu parei porque eu quis. Porque tinha quem tomasse conta. (Clara, 20 anos, camada popular, abandonou a escola, a mãe é analfabeta)

Ela faz questão de registrar que *parar de estudar* foi uma atitude coerente devido às circunstâncias, pois estava incomodando a mãe que trabalhava e ainda tinha que cuidar dos netos: *A senhora tem suas coisas para fazer. A senhora trabalha... aí vou empatá-la demais.* Então, resolveu esperar que os filhos crescessem um pouco mais para retornar à escola. No entanto, algum tempo depois nasceu a terceira filha, o que inviabilizou ainda mais seu projeto de voltar à escola. No momento da entrevista, Clara estava na quarta gestação, ainda assim menciona um vago desejo de retomar os estudos, mas agora, provavelmente, não será algo para um futuro tão próximo.

Quando a gravidez se constitui no motivo para interrupção dos estudos, as justificativas recaem, inicialmente, sobre determinados “incômodos” provocados pela gestação e depois sobre a necessidade da presença materna nos cuidados com o bebê. Em que pese o apoio familiar que muitas recebem para cuidar da criança e dessa forma retornarem e concluírem os estudos, essa possibilidade se consolida mais rapidamente nas camadas médias.

No princípio do 2º ano eu engravidei... mesmo assim eu continuei estudando, fui pro colégio no primeiro mês, no

segundo mês. Minha mãe: 'filha, vai... não está sentindo nada, gravidez não é doença, dá para você estudar, estuda até as condições que der para você, quando não der você sai e depois volta de novo, o importante é você não largar, sabe?' (...) Aos seis meses de gravidez eu comecei a enjoar na escola... (Joana, 20 anos, camada média)

Essa jovem reconhece que a insistência e o apoio da família para que ela retomasse os estudos foram fundamentais para que concluísse o Ensino Médio. Seus pais continuam incentivando o prolongamento dos seus estudos e solicitam que ela invista para ingressar na universidade. Nas camadas populares, fatores como outras gravidezes, responsabilidades domésticas e/ou a necessidade de inserção no mercado de trabalho contribuem para a manutenção das jovens mães fora do sistema de ensino. Marlene (23 anos, camada popular), por exemplo, não dispôs do mesmo incentivo e disponibilidade da sua família para continuar os estudos, como ocorreu com Joana. A gravidez de Marlene provocou sérios conflitos familiares, particularmente com o pai, mas também com seu parceiro - ele era casado e ela não sabia. Sem contar com a pensão alimentícia do pai da criança, não lhe restou alternativa a não ser recorrer ao trabalho para poder prover o filho, como ela mesma afirma: *Parei por causa da gravidez. Porque eu não tinha outra saída, tinha que parar mesmo.* Ela trabalha como empregada doméstica e seu salário é utilizado nas despesas do filho, inclusive para dar um *agrado à mãe*, pois *é ela que fica com meu filho* e para pagar uma vizinha, responsável por *levar e buscar meu filho na escola.*

O retorno à escola está presente no horizonte daqueles/as jovens que não concluíram o ensino formal. Alguns deles afirmam que já efetivaram matrícula na escola, outros continuam manifestando a necessidade do retorno, sobretudo por acreditarem ser este o caminho mais viável de ascensão social *já que sem estudar a gente não vai ser nada*, além de que *só vejo ter trabalho para quem é formado.* Noel (camada popular) amarga a perda *de um emprego melhor* em função da falta de qualificação profissional, por isso afirma que está *tentando retomar agora, procurando um tempinho para cursar o supletivo e adiantar meu lado.* Ele não conseguiu o emprego para o cargo de supervisor *por causa do estudo, estava incompleto, perdi a oportunidade.* Léa (18 anos, camada popular) que também não concluiu o Ensino

Fundamental, sabe que suas chances de conseguir um bom emprego são mínimas, visto que *para isso tem que ter estudo, não é? Como eu não tenho, vai ter que ser de doméstica... e muitas vezes para isso tem que ser formada.*

Mara (18 anos, camada popular), que parou os estudos no 2º ano do Ensino Médio, explicita também a necessidade de estudar e relembra as dificuldades vividas na infância como referência ao que não quer que se reproduza com seus filhos. Seu discurso evidencia o desejo de ter um futuro diferente de sua mãe, tanto no aspecto profissional como nas conseqüências que o exercício do emprego doméstico⁴² acarretou na sua vida, principalmente a ausência materna.

Acho que eu quero me formar para não ficar como minha mãe, não é? Ela sempre trabalhou em casa de família. Eu fui criada com minha irmã, porque minha mãe teve que vir para Salvador. Ela passava a maior parte do tempo, aqui, trabalhando em casa de família e tinha que mandar dinheiro para gente (...) É por isso, que eu quero ter um trabalho melhor, entendeu? E não assim em casa de família.

Contudo, reconhecer o valor do estudo não viabiliza mudanças imediatas em suas vidas, mesmo porque estudar requer disponibilidade de recursos e estes geralmente estão direcionados para as necessidades primárias de sobrevivência. Assim, as possibilidades concretas de retornar à escola estão condicionadas ao apoio familiar. Todavia, quando se trata de famílias das camadas populares, os recursos se tornam mais precários, principalmente porque muitas famílias passam a contribuir com as despesas dos bebês. Os jovens destas camadas sociais constroem suas expectativas associadas a uma busca antecipada pelo desempenho de atividades profissionais, o que marca a sua entrada no mundo dos adultos e assegura condições de consumo (Bourdieu, 1983). O trabalho tem mais importância do que a escola, mas ainda assim tentam conciliá-los.

⁴² Segundo Castro (1989: 53), na América Latina e Caribe o serviço doméstico é “composto basicamente por mulheres jovens ou na terceira idade, vindas de famílias minifundistas ou de camponeses sem terra, por mulheres de mais baixo nível educacional, negras e de origem indígena”. O que significa mulheres com menor possibilidade de competir em um mercado de trabalho que requer cada vez mais qualificação profissional, contribuindo para manter o emprego doméstico como trabalho de pouco prestígio. A falta de valorização social da profissão não é necessariamente vinculada a uma baixa remuneração, tendo em vista a comparação com outras atividades do mercado formal; principalmente, considerando as diferenças de remuneração nas distintas regiões do País.

Entretanto, o surgimento dos primeiros obstáculos desfaz a tentativa de conciliação e faz prevalecer a opção pelo trabalho. A condição de paternidade reafirma a importância de ter rendimentos. Um dos jovens entrevistados alude ao sentimento de angústia vivido nos momentos que antecederam o nascimento do filho, devido ao fato de estar desempregado.

Aí fui para casa, desempregado, só pensando nisso. O que eu vou dar ao meu filho? Não tinha nada para dar a ele. Vai nascer e eu... Aí comecei a ler no jornal. Telefonava, gastava telefone direto, orelhão, telefonava a cobrar e levava bronca de alguns (...) Que mais importante era o trabalho para mim. Porque é do trabalho que eu ia ter para dar a minha filha. (João, 20 anos, camada popular, sem união)

Finalmente, ele consegue um emprego de garçom, o que o impede de continuar os estudos, devido ao horário de trabalho, mas sente-se realizado pela possibilidade de prover a filha recém-nascida. Valoriza esse momento e a si mesmo declarando: *Quando comecei a trabalhar me transformei em outra pessoa. Eu acho que a vida faz a gente amadurecer bastante.* O trabalho expressa a dignidade e a capacidade de prover a filha, bem como sua família de origem, pois na sua casa o pai está desempregado, os irmãos mais novos também e o salário advindo do seu emprego de garçom é a única fonte de renda fixa. Como ressaltam Carvalho e Almeida (2003: 117):

“Os problemas de inserção dos jovens [no mercado de trabalho] também se manifestam na ocupação de postos vulneráveis e de suas baixas remunerações. A questão é importante, porque em decorrência da precariedade de rendimentos da maioria das famílias brasileiras, a participação dos jovens no orçamento doméstico não chega a ser desprezível, variando de 6,7% a 10,8%. E nas famílias do primeiro quartil de renda, esse percentual chega a dobrar (Dieese, 2001)”.

A inserção no mercado de trabalho constitui um marco para os jovens, pois decorre daí as condições de sustento (de si e/ou do grupo) e de reconhecimento da capacidade e do respeito necessários para o pertencimento ao mundo adulto, um mundo hierarquizado, marcado por diferenças de distribuição de bens e de oportunidades de acesso aos diferentes bens (Bourdieu, 1983).

Em termos de experiência de trabalho entre os jovens pais e mães entrevistados, verifica-se que, no momento da pesquisa, apenas duas mulheres trabalham: Suzi (23 anos, camada média) que realiza estágio na área de Psicologia e Marlene (23 anos, camada popular) que é empregada doméstica. Situação proporcionalmente inversa no caso dos homens: somente dois não trabalham, Elder (21 anos, camada média) que se dedica de forma exclusiva ao curso de Medicina, por solicitação dos pais que assumem todas as suas despesas, inclusive com sua filha e sua parceira⁴³; e Francisco (19 anos, camada popular) que está desempregado. Adão e Pedro, ambos pertencentes às camadas médias, trabalham um como programador na área de informática e o outro como prestador de serviços em empresa de telecomunicação. Nas camadas populares, os jovens trabalham no setor de serviços: garçom, *office-boy*, auxiliar de escritório, carregador de caminhão, distribuidor de catálogos e comercialização de pizza. Nos seus discursos, todos almejam obter melhores empregos, mas em tempos de crise econômica e redução de postos de trabalho no mercado formal, ter uma atividade remunerada, ainda que na informalidade, é considerado algo satisfatório, visto que entre seus pares e grupo familiar, casos de desemprego são inúmeros⁴⁴.

As jovens mães consideram estar fora do mercado de trabalho uma situação temporária, em função dos cuidados com o filho e da falta de condições financeiras para pagar *uma pessoa para ficar com a criança*. A perspectiva é de que, com o crescimento dos seus filhos e, conseqüentemente, uma maior independência deles, haverá mais disponibilidade dos seus familiares para *ajudar a tomar conta* das crianças⁴⁵ e assim

⁴³ O investimento de Elder nos estudos é reconhecido e acompanhado por seus pais que demonstram apoio incondicional a ele. Segundo Cichelli (2000), esse tipo de situação denota uma posição de convergência entre pais e filhos que se revela em esforços mútuos e apoio no projeto de autonomia. O caso de Elder é também exemplar para compreender, a partir da convivência entre gerações, a emergência do fenômeno que o autor define como “o alongamento da socialização, através do prolongamento dos encargos com os estudos superiores” (2001: 255). Para esse autor, há uma nova gestão na convivência entre pais e filhos pautada em condições estruturais e culturais, entre as quais: a ênfase na reprodução social através do capital escolar e a percepção do espaço privado como lugar de aperfeiçoamento da identidade, inclusive de respeito das diferenças e igualdades dos membros da família.

⁴⁴ Entre os 14 entrevistados das camadas populares, seis fazem referência a pelo menos um membro da família desempregado, e muitos dos irmãos/ãs, com idade de 16 anos e mais, foram classificados apenas como estudantes.

⁴⁵ Peixoto (2000a) chama a atenção para o fato de que a coabitação entre gerações é um fenômeno freqüente nas camadas populares brasileiras, quer pelo retorno de filhos e netos para casa dos pais quer pela permanência destes na casa dos avós. Esse convívio é pautado na solicitação dos filhos a seus pais,

poderão trabalhar e usar uma parte do salário para pagar alguém que cuide dos seus filhos. As mulheres que não contam com pensão alimentar dos parceiros, dependem ainda mais da ajuda de seus familiares⁴⁶. Guedes (1998) chama a atenção para o fato de a família, ao compreender uma rede de relações pautadas no princípio de reciprocidade, possibilita a união entre pessoas, através de obrigações mútuas, permitindo que a “ajuda” se constitua numa categoria multidimensional referida, “tanto aos atos do cotidiano em que esta troca se dá – e que possibilitam tornar menos difíceis as condições de vida destas pessoas – quanto à dimensão moral de que são investidos” (p.202). Assim, esta categoria recobre desde a forma como se organiza a divisão do trabalho e as responsabilidades no interior da família até as trocas entre parentes e vizinhos. As jovens mães acreditam ser fundamental ter um emprego para obter autonomia e nutrir o desejo de viabilizar um futuro melhor para seu filho, como demonstra Talita (21 anos): *Tenho um filho, tem que dar as coisas. Eu quero dar tudo o que tiver de bom para o meu filho, e que ele tenha tudo que eu não tive, educação em primeiro lugar. Logo, tenho que trabalhar.* O trabalho parece adquirir sentido de honra, sobretudo para as mães solteiras, pois provam poder criar os filhos sem os homens (Sarti, 2003).

Merece destaque também as estratégias de “ajuda”⁴⁷ utilizadas pelas jovens mães que vivem conjugalmente, sobretudo se os parceiros estão desempregados, pois necessitam da contribuição financeira das suas famílias. Assim qualquer atividade geradora de rendimento é sempre bem quista. Mara (18 anos, camada popular), dona de casa e mãe de uma criança de um ano de idade, revela que quando pode vai até o mercadinho do cunhado, situado no mesmo bairro em que mora, e fica *lá trabalhando, trabalho um pouquinho, aí ele me dá alguma coisa, um dinheiro.* Com esse *extra* ela

para ajudá-los a criar os netos. A autora salienta ainda que no Brasil, essa contribuição familiar é importante pois “não existe nenhum tipo de prestação social (*allocation sociale*) nem um amplo sistema de assistência social de creches e/ou babás credenciadas pelo setor público, como na França” (p.99).

⁴⁶ Segundo Heilborn (1997: 314) “a categoria *ajuda* traduz certa gratuidade implicada nas relações familiares sancionadas pelo princípio da reciprocidade” [grifo da autora]. As meninas começam a cumpri-la desde muito cedo com sua participação nas tarefas domésticas, quando já são percebidas como uma “mulher pequena” (Machado Neto *apud* Heilborn, 1997). Ao tornarem-se mães, as jovens recorrem a ajuda dos pais, especialmente das mães, para cuidar das crianças.

⁴⁷ Há um amplo debate na literatura feminista sobre a definição do trabalho da mulher como referência à “ajuda”, simbolizado tanto na realização do serviço doméstico como na adição do seu salário ao orçamento familiar.

compra *coisas para dentro de casa* e já contribui com seu parceiro, principal responsável pelas despesas da família.

Entretanto, para Clara (20 anos) sua contribuição no orçamento doméstico é algo dispensado pelos parceiros com quem já conviveu, visto que eles não queriam que ela trabalhasse fora de casa. Para ela, a vida conjugal pressupõe o exercício das funções de dona de casa e mãe e como afirma: *eu sempre trabalhei na casa dos outros. Agora que conheci José [parceiro atual] não precisei mais trabalhar*. Somente a separação conjugal justifica o retorno à vida de trabalho.

Eu comecei a trabalhar tinha 15 anos, a minha [primeira] filha estava com seis meses de idade. Tinha meu dinheiro. Comprava coisas para mim e para minha filha. Depois eu comecei a morar com o pai do meu [segundo] filho. Não trabalhei mais, porque ele não deixou. Ele também me dava tudo. Depois terminei com ele, voltei a trabalhar de novo. Aí agora conheci José [parceiro atual], não precisei mais trabalhar. (Clara, camada popular, grávida do quarto filho)

A maioria das moças das camadas populares tem histórias de trabalho marcadas pelo emprego doméstico, atendimento no setor de serviços ou vendas ambulantes (cosméticos, jóias). Kátia (19 anos) e Dilma (18 anos) não relatam experiência de trabalho remunerado, pois tinham obrigações domésticas e escolares – que suas mães priorizaram para elas; isso, contudo, não assegurou um bom desempenho nos estudos. O trabalho doméstico na casa dos pais é uma socialização para a inserção profissional das jovens deste estrato social. Elas têm em comum a realização de atividades vinculadas ao cuidado da casa e de pessoas, geralmente de crianças, mas algumas vezes há registro de cuidado de idosos.

O emprego doméstico, na Bahia, apresenta algumas peculiaridades: as empregadas costumam dormir nas casas onde trabalham, tendo assim um cotidiano mais compartilhado com os empregadores. Esse fato promove tanto situações de aproximação como de conflito entre patroa/ão e empregada/o, envolvendo complexas relações de trabalho (Sanches, 2002). Entretanto, tal padrão de emprego já apresenta algumas mudanças, sobretudo em Salvador, onde o sindicato da categoria profissional

conscientiza as trabalhadoras a exigirem carteira assinada e definição da jornada de trabalho⁴⁸. Essa é uma tentativa de minimizar situações como a de Léa (18 anos) ao afirmar que seu trabalho era *super legal, ganhava o salário mínimo e porque gostava tanto dela* [patroa] *que nem ligava para esse negócio de carteira assinada*. Em muitos casos, se estabelecem relações de confiança e afeto entre os patrões e a empregada, o que mascara a natureza da relação profissional e os primeiros passam a caracterizar a empregada como “se fosse uma pessoa da família”⁴⁹. Segundo Castro (1989: 54):

“As relações empregada X patroa se dão entre duas mulheres, comumente de classes diferentes, em que se entrelaçam identidades de sexo/gênero, como a do servir aos seus, a de mesclar amor com obrigação de fazer ‘coisas de mulher’ – a antagonismos de classe. De fato, pesquisas sobre empregadas domésticas não vinculadas a associações de classe indicam que uma das principais reivindicações destas trabalhadoras é ser tratada como ‘membro da família’ empregadora”.

O sentimento de ser “da família” faz com que as jovens sintam-se valorizadas: *Ah, eu gostava de trabalhar lá porque eles me tratavam super bem, não me tratavam como empregada, mas como filha. Ela [patroa] me entendia muito...* (Léa). Esse sentimento aumenta a auto-estima, levando algumas empregadas domésticas a se sentirem menos estigmatizadas pela posição social que ocupam⁵⁰. Outra situação frequente, principalmente entre as adolescentes, advém do fato de desde muito novas passarem a morar com uma outra família, na qual têm a função de realizar os serviços domésticos e

⁴⁸ Motta (1992) ressalta esse aspecto quando se refere à formação da sub-categoria diarista no serviço doméstico, destacando que foi, sobretudo, a atuação do sindicato que favoreceu o rompimento da prática de empregada doméstica dormir no local de trabalho. Mas salienta que essa mudança parece ter agradado ambas as partes: empregadas e patroas, visto que há uma realidade mais frequente “de apartamentos pequenos, conflitos de classe mais sensíveis e abertos e consciência reivindicante das domésticas” (p.36). Há também a perda de poder aquisitivo por parte da classe média que ainda se constitui no “grande reduto empregador de domésticas” (p.38).

⁴⁹ Kofes (1994), na sua análise, menciona a expectativa das empregadas domésticas de que a patroa seja “amiga” delas.

⁵⁰ Por outro lado, esse tipo de situação é percebido como “modo de escamotear a exploração ou como mecanismo de auto-valorização da própria empregada” (Rezende, 1997: 76). Essa referência é também apontada em Motta (1992). Um outro aspecto a ser considerado é que ter um bom relacionamento com os patrões sempre é valorizado, visto que é comum nas narrativas das empregadas domésticas, especialmente entre as adolescentes, situações de maus-tratos, violência (física e sexual) e desconfiança por parte do empregador/a para com elas. Vaz (1999) afirma que essas meninas atribuem a sua própria condição de adolescente, a maior vulnerabilidade à situações de agressões.

são consideradas afilhadas da dona da casa (ou agregadas da família), daí não considerarem a atividade realizada como trabalho (Guimarães, 1992).

Eu trabalhei na casa de minha madrinha desde os 14 até esse tempo. Foi quando eu saí da casa dela. Minha madrinha não me tem como uma empregada, me tem como uma pessoa da família, mas eu saí de lá. Eu queria ter minha liberdade. Eu morava lá com meu filho. Só que ela não queria deixar eu namorar. Ela só queria me deixar namorar uma pessoa que ela visse que dava para mim, tivesse um emprego decente. Minha madrinha queria meu bem, só que eu não queria entender, eu queria ter mais liberdade e achava que lá eu não tinha. Só tinha o quê? Ir da casa dela para minha casa. E eu não queria isso. Eu queria ficar solta, aí eu saí de lá. (Talita, 21 anos, camada popular, viveu com a madrinha até o primeiro ano do filho)

Talita critica a forma como a madrinha controlava a sua vida, reconhece que ela desejava algo melhor para o seu futuro, mas seu anseio de liberdade demonstra a insatisfação com os limites por ela impostos. A maternidade altera a percepção sobre si, agora já não é uma menina, sente-se no direito de escolher o próprio caminho e naquele momento *queria ficar a migué*⁵¹. A jovem recusa o controle exercido pela madrinha, então resolve voltar a morar com sua família e não mantém a realização das atividades domésticas que lá exercia. Sanches (2002) chama a atenção para as adequações imposta às adolescentes que começam a trabalhar no serviço doméstico em “casa de família”, entre as quais estão as regras de disciplina e obediência aos patrões, inclusive exigências de bom comportamento.

Os rapazes das camadas populares revelam, no rol das ocupações que compõem suas trajetórias de trabalho, atividades como: venda de picolé, frutas e verduras; barraca de pastel, ajudante em oficinas mecânicas, auxiliar de cozinha, atendimento em bar e lanchonete, *office boy*, operador de máquina de xerox, estágios em órgãos públicos. Em geral são trabalhos temporários, mas percebidos como “aquisição de experiência” e avaliados de forma positiva, principalmente quando desenvolvem atividades consideradas melhores do que as anteriores, o que é motivo de orgulho: *Já trabalhei de*

⁵¹ *Ficar a migué* é um termo associado à liberdade (sem responsabilidade ou compromisso) e tem sentido pejorativo. O sentido empregado por Talita traduz, também, o desejo de envolvimento afetivo-sexual sem o compromisso requerido por sua madrinha.

tudo quanto foi coisa; já trabalhei de auxiliar de cozinha... hoje eu sou auxiliar de escritório, mas já fiz de tudo um pouco. (Carlos, 23 anos)

A inserção dos jovens no mercado de trabalho torna-se muito importante com a gravidez das parceiras. Declaram que a *responsabilidade bateu na porta* e expressam o sentimento de orgulho quando conseguem prover a criança; assim remuneração significa o cumprimento dessa responsabilidade. João (20 anos) relembra a conversa que teve com o pai da sua parceira logo após o nascimento da filha:

Eu sei que o senhor tem condições, mas eu não quero que o senhor dê nada para minha filha. Eu vou mostrar para o senhor que eu sou humilde, mas eu sou homem para cumprir com minha obrigação.

Ser trabalhador dignifica o sentido de pobreza, pois não permite que receba o rótulo de “vagabundo” (Zaluar, 1985), prevalece o valor moral do reconhecimento social. Muitos rapazes, desde cedo, demonstram desejo de trabalhar, alguns começaram precocemente a realizar atividades que *rendiam uns trocados*, como busca de independência, mesmo que de forma parcial, dos pais, pois arcar com as despesas pessoais, especialmente aquelas relacionadas ao lazer, permite certa autonomia (Heilborn, 1997).

Retrato das famílias: jovens, pais e conjugalidade

Desde os anos 60, as famílias baianas de camadas populares vêm reduzindo o número de filhos. Tudo indica que há uma orientação do casal ou da mãe, para que seus filhos também tenham proles pequenas (Souza, 1995). Nas entrevistas realizadas, apenas Kátia (camada popular) não menciona a existência de irmãos, mas, em geral, os/as jovens possuem pelo menos dois. Entretanto, a referência a um número maior de irmãos geralmente é associada a relação de consangüinidade por parte de mãe ou de pai, ou seja, filhos provenientes de relacionamentos com outros/as parceiros/as. Mas há também casos em que os jovens têm mais de cinco irmãos – todos filhos dos mesmos pais. Fábio (24 anos, camada popular) é aquele que tem a família mais numerosa, reside com os pais e nove irmãos/as. A maioria dos jovens mora com seus familiares, ainda

que vivam conjugalmente com suas/seus parceiras/os. Segundo Pais (1993), na sociedade moderna os problemas que mais afetam a juventude são os relacionados e derivados da inserção no mercado de trabalho. Como consequência das dificuldades de conseguir um emprego que garanta a independência financeira, ocorre o aumento do tempo de permanência na casa dos pais, incluindo situações em que permanecem na condição de recém-casados. Essa é uma situação presente entre os/as entrevistados/as.

A convivência de pais com seus filhos possui suas ambivalências; o laço de filiação é “considerado simultaneamente uma ligação e uma obrigação, marcado tanto pelo desejo quanto pela rejeição” (Cicchelli, 2001: 257). A permanência na casa parental aventa um “prolongamento da socialização” (Ciccheli, 2000, 2001), pois o jovem continua inserido em um espaço com normas e regras que são também direcionadas para a construção da sua autonomia e ascensão à vida adulta. Por um lado, essa situação propicia certo conforto familiar e, por outro lado, é permeada por conflitos, tensões e ressentimentos entre os membros do grupo. Assim, a convivência com a família é, em geral, marcada pela existência de um universo cultural juvenil com novos códigos e valores que diferem do de seus pais. Isso contribui, muitas vezes, para o acirramento dos conflitos entre pais e filhos (Pais, 1993).

Na contemporaneidade, as relações familiares são pautadas por uma busca de soluções ou negociações que privilegiem “a autonomia, o indivíduo como um valor e a livre escolha de suas relações” (Lemarchant, 2000: 168). Mas a conjuntura familiar define níveis diferentes de aceitação e recusa nas situações cotidianas, ainda que possam estar guiados pelo ideal de que: “a compreensão recíproca à qual tanto os pais como os jovens adultos tentam chegar assinala que cada um deve consentir em reconhecer o lugar do outro, através de uma renegociação” (Cicchelli, 2001: 260).

Na discussão acerca do convívio intergeracional, chama a atenção a ausência de crianças pequenas na casa dos jovens pais das camadas populares. Foi relatada apenas a presença de três irmãos dos rapazes com idades entre 10 a 12 anos, dos quais dois deles fazem parte de uma mesma família, a de João (20 anos). Na casa de Lucas (22 anos), a

exceção fica por conta da presença de seu filho, residindo com sua família, sem a presença da mãe da criança.

Em termos de composição familiar, há muita semelhança quanto à pluralidade de arranjos familiares entre as diferentes camadas sociais. De modo geral, são poucos os casos de família nuclear formada apenas pelo jovem casal e filho, havendo predomínio do tipo de família monoparental com chefia feminina⁵². Apenas João e Carlos (camadas populares) moram em casas onde a mãe não é considerada moradora, mas a presença materna é muito próxima. Carlos (23 anos) mora com o pai, mas a sua mãe reside com os outros filhos na casa de cima; João vive com o pai e seus três irmãos menores, sua mãe (desempregada e com nova união conjugal) frequenta a casa cotidianamente para cuidar dos filhos e dos afazeres domésticos. Os dois rapazes, embora residam com os pais, afirmam que são as mães que possuem maior participação nas suas vidas, elas cuidam deles, procuram saber dos netos, dão conselhos e broncas.

Nas famílias dos rapazes é perceptível a presença de irmãos adultos - idade acima de 25 anos - morando com os pais, a maioria deles possui emprego e é solteiro. A situação de desemprego de um membro do casal ou de ambos também justifica a presença de um ou mais grupos familiares na casa dos pais. No caso de Elder (21 anos, camada média), a casa dos seus pais abriga seus quatro irmãos/as solteiros/as (todos estudantes), sua parceira (estudante) e sua filha, outra irmã (31 anos, médica) com marido (30 anos, desempregado) e dois filhos. Seus pais são os principais responsáveis pelo orçamento doméstico. Já na casa de Dona Marta (63 anos, cobradora de ônibus), sogra de Dilma (18 anos, camada popular), se abrigam muitos filhos e netos⁵³. Ela e uma filha de 33 anos, que realiza serviços gerais em um hotel, são as responsáveis por prover a casa. Os demais adultos estão desempregados; o genro de Dona Marta faz alguns biscates para contribuir em casa, já que além dele e de sua esposa, tem dois filhos, todos morando lá. Dílson (16 anos, estudante), parceiro de Dilma, é o filho mais novo e também não está trabalhando.

⁵² Woortmann (1987) chama a atenção para a frequência desse modelo nas camadas populares de Salvador, associada a uma composição majoritária de população negra.

⁵³ Ao todo residem 11 pessoas: Dilma, parceiro e filha; sogra, uma cunhada com a filha; outra cunhada com marido e dois filhos; um cunhado.

Chama a atenção o fato de que entre os jovens que vivem conjugalmente e moram com a família, apenas os pais de Elder não são separados. Entre as jovens mães que coabitam com seus parceiros e familiares, com exceção de Clara, que mora na casa de seu irmão, as demais convivem em famílias monoparentais chefiadas por mulheres: Ana e Kátia com suas mães e Dilma com a sogra. Diante da impossibilidade do jovem casal constituir um núcleo familiar independente, as mães oferecem apoio material e afetivo que possibilite a união do casal e o nascimento da criança. Dessa forma, asseguram a presença da/o filha/o e do/a neto/a próximos a elas, e cumprem mais uma vez a “função materna”.

Quando o jovem casal consegue formar sua própria família, geralmente o domicílio se localiza próximo à casa de seus familiares. Assim, seus vizinhos são caracterizados por relações de parentesco: mães, sogras, cunhados, tios. Não raras são as vezes em que o novo endereço corresponde à casa de cima ou a da frente da residência dos pais. Guedes (1998) ao analisar as relações familiares a partir dos quintais - agrupamento da casa de parentes dentro de um mesmo lote - , demonstra que a família é representada, nessa relação de proximidade, tanto como unidade de consumo quanto na sua dimensão simbólica. Afirma a autora que os quintais podem “ser considerados como forma empírica mais visível da rede de parentesco. Concretizam, assim, no espaço, os princípios morais através dos quais as pessoas se relacionam” (p.201). Nesse espaço, as redes de parentesco e vizinhança fazem circular, ao mesmo tempo em que recriam “os referenciais simbólicos através dos quais o mundo adquire sentido.” (p.202). Dessa forma, as relações sociais entre parentes consanguíneos e afins que são estabelecidas no quintal (aqui referido também como vizinhança) potencializam as trocas imediatas, as entre-ajudas, mas também potencializam os conflitos, ressalta a autora.

Duas jovens, pertencentes às camadas populares, moram próximo à casa da mãe de seus parceiros de quem dependem financeiramente para manter as próprias casas. Embora vivendo em núcleos residenciais separados, suas casas são consideradas circunstancialmente porosas, visto que são penetradas pela rede de parentesco (Guedes, 1998). Léa vive em uma *casa que foi emprestada pela sogra, ela mora no fundo*, seu

parceiro está desempregado, faz *alguns biscates*, mas o que ganha não cobre as despesas da família. Léa e Mara (ambas com 18 anos) têm em comum o fato de seus pais residirem no interior da Bahia e de serem vizinhas das sogras. Ter a família como vizinhança é comum nas camadas populares⁵⁴. A mulher busca particularmente morar próximo à mãe, em razão do predomínio e da predisposição de tensões na relação entre nora e sogra. Esse vínculo é constitutivo de uma relação por afinidade e representa “uma relação obrigatória, quer dizer, inevitável, inelutável, forçosa” (Lemarchant, 2000: 168), com poucas chances de fazer prevalecer a dimensão eletiva.

A literatura aponta a tendência da relação de proximidade, apoio e afeto na díade mãe-filha e um maior distanciamento dos filhos, pois estes tendem a conviver mais com as famílias de suas esposas (Macêdo, 2001; Agier, 1990), sem que esse movimento implique perda do afeto e do apoio material de suas famílias de origem. No tocante as relações de troca e de ajuda, a tendência é que se recorra às mães. Afinal, “uma mulher sempre está mais disponível para sua filha do que para sua nora” (Lemarchant, 2000: 170). Logo, os laços filiais se intensificam, sobretudo no cuidado com os/as netos/as. Vários estudos sobre relações familiares apontam a proximidade geográfica como um fato importante na consolidação da solidariedade familiar, mas os laços afetivos não são comprometidos por um distanciamento espacial (Peixoto, 2000a).

Em recente trabalho sobre paternidade na adolescência em camadas populares no Rio de Janeiro, Cabral (2002) revela que a acomodação do novo casal tem características de virilocalidade⁵⁵. A análise das trajetórias de união dos rapazes de Salvador revela que à época em que Carlos e Fábio viveram com suas parceiras (mães dos seus filhos), estas também foram morar na casa dos pais deles, esse rearranjo familiar responde à “atribuição masculina de prover o teto” (Sarti, 2003: 65). Mais ainda, evidencia que o espaço disponível da casa paterna “acomodava melhor” o jovem casal e filho, dentro da conjuntura de precariedade vivida pelas famílias das camadas

⁵⁴ O nascimento da criança reforça a necessidade do jovem morar próximo à família, assim podem recorrer aos auxílios e apoios no cuidado e criação dos filhos. Mas, como já apontado, a proximidade remete também à existência de conflitos, especialmente na forma como esses jovens exercem a parentalidade, muitas vezes criticada por seus pais.

⁵⁵ Costa (2002), no seu estudo, também observa essa tendência para o grupo de mães adolescentes, menores de 15 anos. E destaca a posição de Leal e Fachel (1999), na qual a virilocalidade representa um movimento provisório, prevalecendo depois a residência do casal próximo à família da moça.

populares, aquelas que recebem o jovem casal têm uma situação econômica mais favorável. No grupo analisado, fatores como condição financeira e espaço físico da casa estiveram sempre associados na alocação do jovem casal por uma das famílias de origem. Dilma foi morar com a família do parceiro e conta que na casa da sogra:

Tem um quarto só da gente. A mãe dele disse que vai fazer... assim, ela está terminando uma casa aí em baixo, já está batendo a laje, para depois ela fazer uma em cima para gente. Ela faz um quartinho e depois a gente termina. Mas, mesmo se ela fizer, eu não vou ficar só com essa não, porque caso tenha algum desentendimento, aí eu vou ficar onde? Eu tenho que fazer a minha [casa] em outro lugar. (...) Já tem um ano que eu moro aqui, mas eu ainda fico assim, sem jeito das coisas. Não sei o que é, mas ainda fico. Na hora que eu vou dormir mesmo, é tudo estranho. Porque eu nunca dormi assim na casa dos outros.

Dilma revela sentir-se pouco a vontade na casa de Dona Marta. Para ela, não é a própria casa, além do mais parece apostar na possibilidade de conflitos familiares⁵⁶, daí a proposta de garantir uma alternativa de moradia, caso torne-se inviável a sua permanência junto aos parentes afins. Clara (camada popular), quando estava grávida do segundo filho, foi morar com os pais do segundo parceiro, pois lá, também, havia um quarto para o casal. Apenas Kátia (camada popular) mora com o parceiro e a filha na casa de sua mãe. As duas já moravam juntas e como Kátia não tem irmãos, por parte de mãe, trouxe o parceiro para morar com ela. Agora, grávida do segundo filho, revela não ter intenção de sair da casa materna, pois conta com muito apoio dela no cuidado com a filha pequena, inclusive para continuar a freqüentar a escola.

Nas camadas médias, a parentalidade na adolescência promove, muitas vezes, a união conjugal dos jovens, apenas Suzi (23 anos) já era casada quando engravidou. Joana, Ana e Adão continuaram na casa dos seus pais, juntamente com seus respectivos pares, durante a gravidez e nascimento do filho. Pedro morou, inicialmente, na casa da sogra, depois mudou com a família para casa de cima, que alugou do cunhado. Elder

⁵⁶ Knauth e Leal (2001: 151), ao tratarem de questões sobre parentesco por aliança e unidade doméstica, afirmam que “Dividir o espaço doméstico com a família de aliança não é, portanto, uma situação simétrica para homens e mulheres, mas uma situação na qual a mulher é mais prejudicada, pois se encontra privada de seu espaço privilegiado de atuação, que é o próprio espaço doméstico”.

continuou na casa da sua família e sua parceira foi morar lá, depois do nascimento da filha. A alocação do jovem casal, nessas camadas sociais, está relacionada com a infraestrutura residencial e melhores condições de oferta de conforto e apoio para a criança (Brandão, 2003). Adão conta, resumidamente, como foi o processo de opção pela casa dos seus pais para morar com sua parceira:

Nós tentamos ainda morar juntos, quando ela engravidou. Fomos para casa de minha mãe. A casa é bastante grande, são três andares, a gente pegou um andar e ficou morando. Aí não deu certo. Eu vim para cá [Salvador], vim trabalhar e ela ficou lá.

A coabitação não durou muito tempo e, segundo ele, refletiu a fragilidade do seu relacionamento. Os relacionamentos afetivos dos jovens são reconfigurados a partir do nascimento do filho⁵⁷. Os relatos evidenciam uma tendência à união do casal com a descoberta da gravidez e/ou nascimento do filho. Entre os 20 jovens entrevistados, 12 disseram que se uniram conjugalmente em função da experiência de maternidade/paternidade na adolescência⁵⁸. No entanto, Adão e Joana (camadas médias) e Clara, Fábio e Carlos (camadas populares) desfizeram o vínculo conjugal. No momento da entrevista, Clara (20 anos) havia constituído nova união conjugal e encontrava-se na quarta gestação. Ao todo, seis mulheres permanecem em união conjugal com os pais dos seus primeiros filhos. Com exceção de Dilma, cujo parceiro é mais novo do que ela, os rapazes têm pelo menos três anos a mais do que suas parceiras.

Entre os jovens pais, apenas dois continuam unidos com as parceiras, Elder e Pedro, ambos das camadas médias. João e Francisco (camadas populares) mantêm o relacionamento afetivo-sexual com as mães dos seus filhos e esboçam o desejo de se casarem com elas. Os poucos casos de união conjugal por parte dos rapazes não são surpreendentes, levando em conta que são mais novos do que os parceiros das jovens mães. A maior estabilidade conjugal das moças provavelmente deriva de uma melhor

⁵⁷ Essa discussão é retomada no capítulo 4 quando abordo a experiência da conjugalidade.

⁵⁸ Dois jovens apresentam situações peculiares: Suzi (camada média) já estava casada quando engravidou e Noel (24 anos, camada popular) que atualmente é casado e tem uma filha (4 anos), faz parte do grupo analisado em função da sua primeira experiência de paternidade que ocorreu quando tinha 14 anos. Na época e o namoro já havia findado, o nascimento da criança não promoveu a reconciliação do casal.

inserção social dos seus companheiros. Vale ressaltar que a gravidez entre adolescentes foi mais frequentemente descrita pelos rapazes, cujas parceiras eram quase sempre mais novas ou tinham a mesma idade deles.

As separações são justificadas pelos rapazes, tendo como motivo principal o ciúme das suas parceiras. Fábio (24 anos, camada popular) assume que manteve relacionamento extraconjugal, mas afirma que a culpa foi da sua parceira, *ela que deu motivo porque eu não dormi com uma mulher na rua e ela disse que eu dormi*. A insistência da parceira sobre o assunto fez com que ele se sentisse autorizado a traí-la. Já Adão (24 anos, camada média) declara que a sua parceira:

Queria impor. Então, eu não levei tanto tempo para ter uma pequena liberdade, entre aspas - não sei se isso é liberdade – e de repente vir uma mulher, que de acordo com a situação, engravidou e tal e quer me impedir de fazer aquilo que eu gosto [sair com os amigos]. Pronto! Aí a gente brigava direto por causa dessas besteiras.

Os rapazes reagem ao controle conjugal proposto pelas mulheres e os conflitos se instalam; a negociação parece não contornar a situação e o relacionamento se fragiliza, a separação parece ser a solução mais prática. Para Bozon (2004: 70):

“A juventude é, paradoxalmente, o período da vida em que os indivíduos exigem de seus parceiros a fidelidade sexual mais restrita, enquanto a renovação dos parceiros, e até mesmo dos cônjuges, realiza-se em ritmo bem mais rápido. É justamente em virtude dessa intensa exigência de exclusividade que os rompimentos juvenis se tornaram uma experiência banal”.

Joana (20 anos, camada média) não especifica os motivos dos conflitos conjugais e identifica o momento posterior ao nascimento do filho como a fase crítica da relação, atingindo uma *falta de respeito tremenda, um com o outro*. Isso ocasionou ainda mais a *nossa separação*. Já Clara (camada popular), cuja primeira união foi aos 18 anos com o pai do segundo filho, separou-se ainda grávida, por motivo de ciúmes. Afirma que a ex-

noiva do rapaz, que morava em São Paulo, *veio para cá [Salvador], para infernizar. Aí fez a cabeça dele, porque tem mulher que sabe fazer a cabeça de homem. Ele começou a me tratar mal, com ignorância.* Decidiu pela separação, porque não *ficaria aturando ignorância de homem.* No momento da entrevista, ela estava na sua quarta gestação e segunda união, morando na casa do irmão (22 anos, desempregado), cuja parceira está também grávida. Segundo Clara, sua permanência na casa do irmão é temporária, porque José (27 anos), seu parceiro atual, *comprou um terreno e vai construir, nem que seja um quarto, para a gente ir morar.*

Entre os rapazes que não vivem em união conjugal com as mães de seus filhos, dois deles (camadas populares) expressam o desejo e a ansiedade de reunir a família, mas por enquanto estão esperando alcançar condições financeiras mais favoráveis. Francisco (19 anos) recebeu um terreno de doação de uma tia e espera ansioso por um emprego para poder construir a casa e *ir morar com minha futura esposa e meu filho.* João (20 anos) possui uma situação ainda mais complicada, pois no momento é arrimo de família e ainda sustenta a filha. Não perde a esperança de conquistar um espaço e ter um salário que lhe permita viver com elas, mas afirma: *meus planos para o futuro são esses, a gente morar junto. Mas está difícil prever quando. Rezar cada vez mais e mais, para ganhar na Tele Sena, ou então, está difícil.*

Os jovens pais e mães contam com formas de apoio material das suas famílias de origem e/ou das famílias dos/as parceiros/as. Uns dependem totalmente das famílias, pois não possuem nenhum tipo de rendimento, outros conseguem certa autonomia financeira para prover a família, mas ainda insuficiente para garantir total independência material. Pedro e Suzi (camadas médias) que constituíram novos domicílios, afirmam que no início da união conjugal receberam uma ajuda financeira mais intensa da parte das suas famílias. No momento, estão adquirindo independência econômica, embora o apoio familiar para os cuidados com os filhos pareça inevitável e dificilmente será dispensado. Alguns jovens que não vivem conjugalmente e moram com seus familiares contribuem para as despesas da casa, embora a participação no orçamento doméstico seja menor em função da *responsabilidade com o filho.* Outros direcionam o pouco rendimento para as despesas pessoais e com os filhos. Mas há aqueles que sequer

conseguem contribuir, como Fábio (24 anos, camada popular): *eu não sou de contribuir, porque o que eu ganho não dá para mim porque eu pago a escola da minha filha, pago a alimentação dela e ainda tem remédio, outros tipos de despesas com ela...* Entre todas as jovens mães, apenas Marlene (23 anos, camada popular, empregada doméstica) contribui em casa, mas pouco, pois ela é a responsável pelo sustento do seu filho.

As famílias de origem

A discussão sobre família solicita um olhar para a história dos processos de transformações (Ariès, 1981a), sejam elas sociais, econômicas, políticas e/ou culturais. Assim, pode-se perceber que a nova configuração que se apresenta no país, nos últimos anos, promove uma redefinição de valores, comportamentos e atitudes na sociedade brasileira. As mudanças engendradas⁵⁹ impulsionaram novos posicionamentos e a família representa um ícone desta situação. Como ressalta Salem (1980b: 204): “A família, assolada pela permanente possibilidade de dissenso entre os projetos de pais e filhos, constitui uma microarena na qual se explicitam a coexistência e a concorrência entre visões alternativas e conflitantes da realidade.” As relações familiares são construídas por um entrelaçamento complexo entre gerações e expectativas de gênero. Nesse sentido, compreender as práticas e as atitudes que permeiam as relações entre os jovens e sua família, significa recorrer ao universo simbólico e a dinâmica trama que os envolve.

A situação de parentalidade juvenil e as relações familiares a ela circunscritas explicitam os anseios, os sentimentos e os posicionamentos de pais e filhos. As negociações, os embates e seus desdobramentos traduzem especificidades de inserção e de posição social do indivíduo e do seu grupo de referência. Nesse sentido, as mudanças dizem respeito a novas configurações nas relações geracionais, sobretudo nas formas de expressão da autoridade e reconhecimento da individualidade dos membros da família.

⁵⁹ Entre as quais se destacam as conquistas do movimento de mulheres, emergência de novos sujeitos sociais nas mais variadas instâncias (trabalho, política, sexual etc.), mudanças na legislação, no “plano das mentalidades” (Heilborn, 1998a), estilos de vida, entre outras.

Os estudos demográficos realizados no Brasil têm revelado “mudanças e permanências” na composição da família, principalmente nas últimas décadas. Segundo Berquó (1998a), continua o predomínio da família nuclear, mas registra-se uma redução no tamanho da família, bem como o aumento de arranjos monoparentais (principalmente com chefias femininas⁶⁰), do número de uniões conjugais sem vínculos legais⁶¹ e o crescimento de unidades domésticas unipessoais. Mas há também formações familiares do tipo casal com filhos de uniões anteriores e uniões homossexuais com e sem filho. A maternidade e a paternidade na adolescência contribuem na composição das novas configurações familiares⁶², presentes na nossa sociedade. Para Goldani (1994a), nos últimos 20 anos, todos os segmentos da população brasileira foram suscetíveis a essa situação, de forma que “as transformações no tradicional arranjo familiar, casal com filhos, assinalam aspectos significativos de mudanças e também de continuidade no relacionamento entre seus membros” (p. 8).

A abordagem sobre família revela que ela comporta vários tipos de organização e que o grupo familiar não tem sempre como suporte o espaço da moradia. Esse fato é particularmente importante para analisar as relações familiares estabelecidas entre os jovens pais e seus parentes (consangüíneos ou afins). É uma tentativa de compreender os processos de independência e/ou dependência, solidariedade, autonomia, escolhas e limites existentes entre os membros do grupo.

Os pais dos jovens: algumas informações

A análise dos dados quantitativos sobre a família de origem dos jovens pais/mães de Salvador demonstra um quadro de baixa qualificação profissional associada à escolarização precária e carência econômica. A maioria das mães dos/as jovens não concluiu o Ensino Fundamental; os pais apresentam uma escolaridade um pouco melhor, inclusive com maior acesso à universidade, especificamente nas camadas

⁶⁰ Oliveira (1995) chama a atenção para o fato de que esse tipo de família encontra-se, atualmente, em todos os segmentos sociais, principalmente nos centros urbanos.

⁶¹ Torres (1996) afirma que entre os jovens esse tem sido um comportamento presente em alguns países da Europa, sobretudo vinculado ao nascimento do primeiro filho. No Brasil, observa-se a mesma tendência.

⁶² Goldani (1994), Berquó (1998b), Samara (1999), entre outros.

médias (Tabela 3). Observando-se o nível de instrução de mães e filhas (Tabelas 1 e 3) percebe-se que a maior escolaridade de mulheres é um movimento recente em Salvador⁶³. Vale ressaltar o percentual superior a 20,0% referente à não declaração sobre o nível de instrução dos pais, indicando a ausência de informação dos jovens sobre eles. Esse fato pode estar relacionado ao distanciamento entre pai e filho, proveniente de separação conjugal dos pais. Em termos de renda familiar, as jovens mães apresentam maior precariedade, a maioria delas declara como rendimento mensal (*per capita*) a quantia de até meio salário mínimo. A maior concentração de jovens pais está na faixa imediatamente subsequente, até um salário mínimo (Tabela 3).

⁶³ É recente a proliferação do ensino superior na Bahia, principalmente nos setores privado e estadual. Entre os anos de 1995 e 2000, o número de instituições privadas passa de 14 para 41, incluindo universidades (duas) e faculdades isoladas - expansão fortemente concentrada em Salvador e na sua região metropolitana. Nas instituições estaduais prevalece o surgimento de novos cursos. (Almeida, 2002).

Tabela 3 - Características familiares dos jovens pais e mães por sexo.

Características familiares	Sexo			
	Feminino		Masculino	
	n	%	n	%
Escolaridade da mãe	182		38	
Não declarado		8,3		4,7
Ensino Fundamental incompleto		55,9		61,9
Ensino Fundamental completo		17,1		14,0
Ensino Médio completo		14,5		14,4
Superior*		4,2		5,0
Escolaridade do pai	180		38	
Não declarado		24,9		28,4
Ensino Fundamental incompleto		9,6		-
Ensino Fundamental completo		35,1		16,1
Ensino Médio completo		21,1		37,2
Superior*		9,2		18,3
Renda familiar per capita**	182		38	
Até ½ SM		55,5		29,0
Acima de ½SM até 1SM		26,9		44,7
Acima de 1SM até 3SM		14,8		26,3
Acima de 3SM		2,8		-
Separação dos pais	182		38	
Pais sempre juntos		48,3		53,8
Pais nunca viveram juntos		9,1		8,1
Pais separados		42,6		38,1
Número de irmãos/ãs	181		38	
Nenhum		1,7		2,6
1 a 2 irmãos		24,3		18,4
3 a 5 irmãos		42,5		47,4
6 irmãos e +		31,5		31,6

*Curso completo ou incompleto

**Renda familiar mensal classificada em salário mínimo (SM)

Fonte: Pesquisa Gravada, 2002.

População: jovens de 18 a 24 anos, Salvador (BA).

Os discursos dos jovens, nas entrevistas qualitativas, convergem na direção revelada no inquérito domiciliar. Entre todos os jovens entrevistados, apenas a mãe de Elder tem nível superior completo, as demais mães oriundas das camadas médias concluíram o Ensino Médio. Duas moças mencionam o desejo das mães em ingressar na faculdade, mas justificam a interrupção dos projetos em função da maternidade e o envolvimento com afazeres domésticos. Ana (camada média) conta: *Minha mãe tentou vestibular e não passou, com os filhos e tudo, aí acabou deixando de mão. Quando ela*

*começou a trabalhar eu já tinha uns nove anos*⁶⁴. Na forma da organização familiar, a mulher continua tendo um papel central na administração da casa e dos filhos. Tal atribuição ocupa muito do seu tempo, então, muitas vezes, há o adiamento do projeto de qualificação profissional.

Minha mãe queria fazer o vestibular, na época, para veterinária, mas não deu certo para ela. Ave Maria! O sonho dela era se formar, até hoje. Mas aí começou a engravidar... Então a vida se transformou... Criar filho! Meu pai deu o maior apoio, conseguiu segurar a onda mesmo trabalhando sozinho, e ela dando conta da casa e dos três filhos, ela não queria botar empregada. (Joana, camada média)

Joana é assertiva quando correlaciona a existência de filhos e as mudanças na vida da mulher, destaca a participação do pai, o qual, para ela, cumpre *sozinho* o papel de provedor da casa, e insinua que não é uma tarefa fácil. Ele conseguiu estudar e concluir o curso de Ciências Contábeis, o que o ajudou a ter um bom emprego e *segurar a onda*. Entre os demais pais (camadas médias), apenas o de Elder também tem formação universitária completa - engenheiro civil. O pai de Suzi não conseguiu concluir o 3º grau⁶⁵. Há uma heterogeneidade na composição dessas famílias de camadas médias, não prevalece a alta qualificação profissional; o consumo de bens materiais, o acesso à informação e a inserção sócio-cultural são assegurados pelo poder aquisitivo que possuem.

Nas camadas populares, de um modo geral, tanto os pais como as mães dos jovens apresentam baixa escolaridade (quadro informativo – Anexo V). Clara, João, Léa e Lucas afirmam que *suas mães só sabem mesmo fazer o nome, assinar o nome*. João conta com admiração que a mãe, mesmo analfabeta, *é incrível, anda Salvador inteiro, pois conhece a bandeira dos ônibus*. Em suas narrativas não há menção sobre os motivos pelos quais essas mulheres interromperam as trajetórias escolares. Mas alguns

⁶⁴ A literatura sobre trabalho feminino destaca que as mulheres saem temporariamente do mercado para cuidar dos filhos, retornando quando estes crescem. Essa intermitência do trabalho possui estreita relação com a posição da mulher na família e a classe social a qual pertence. Sobre esse assunto ver Castro e Lavinias (1992)

⁶⁵ Entre os demais jovens das camadas médias, Ana e Adão não informaram a escolaridade dos pais e Pedro declarou que seu pai concluiu o Ensino Médio.

jovens, quando instigados a responder sobre o assunto, ficam meio confusos e arriscam um palpite, como Carlos:

Minha mãe parou não sei se na 6ª série [Ensino Fundamental]... Quando a gente tem filho, a gente esquece mais o lado da gente. (...) Mas acho que ela parou de estudar por falta de interesse, porque filho, eu acho que filho não atrapalha muito não. Tem mulher que diz: “Ah! Não vou para a escola por causa de meus filhos”. Mas eu acho que quando tem interesse, eu acho que nada atrapalha.

Para Carlos, filho pequeno impõe determinadas prioridades, mas acredita na possibilidade da mulher-mãe concretizar seus ideais. Alguns pais das jovens, no momento da entrevista, haviam retornado à sala de aula, o que foi anunciado com orgulho por Dilma e Mara. Entretanto, para as mães dos jovens das camadas populares, o trabalho doméstico e/ou a inserção no mercado de trabalho pode ter sido mais necessário do que o investimento na escola. Isso não significa falta de reconhecimento da sua importância. Vale lembrar o registro sobre a preocupação dos pais para que os jovens concluam os estudos e conquistem um futuro melhor. Apenas Fábio indica que, recentemente, sua mãe concluiu o Ensino Médio, fez o magistério e montou uma pequena escola infantil na parte de cima da casa.

As mães das camadas populares realizam trabalho geralmente relacionado ao serviço doméstico, venda de produtos ou alimentos em casa ou na vizinhança, ou em alguns casos amargam o desemprego. Talita e Marlene classificam suas mães como donas de casa. Já os pais, alguns possuem mais de uma atividade⁶⁶, outros são aposentados e três estão desempregados. O tipo de ocupação é diversificado: serviços gerais, dono de bar, pedreiro, empregado do comércio, motorista de táxi, porteiro, agricultor. Algumas trajetórias dos pais são ressaltadas como exemplo de uma vida vitoriosa, o que vale como incentivo aos filhos.

Meu pai, na verdade, teve o primário, mas pelo esforço dele. Ele perdeu pai e mãe cedo, mas teve uma mãe que criou ele e os

⁶⁶ Apenas Lucas e Noel ressaltam a dupla jornada das mães, talvez por se tratar de atividades de vendas que se realizam próximo à residência ou mesmo por classificá-las como uma “ajuda” no orçamento familiar. Nessas atividades há também a participação das filhas.

irmãos. Sendo o segundo mais velho, praticamente criou os irmãos e procurou lutar na vida e foi por intermédio de [trabalho em] oficina. Ele sabe coisa de capoteiro, chapista, pintor, mecânico, eletricista, tudo. Hoje em dia tem a aposentadoria dele [da prefeitura], até boa, e é motorista de táxi. (Fábio, mora com os pais e nove irmãos)

Nas camadas médias, dois pais já aproveitam os benefícios da aposentadoria. Aqueles atuantes no mercado de trabalho estão inseridos nas áreas de: gerenciamento de empresa de telecomunicações, construção civil e piscicultura (Anexo V). Os pais de Suzi são separados, mas trabalham juntos na administração do posto de gasolina, de propriedade da família. Entre as mães, também prevalece a situação de inserção profissional em atividades como: professora universitária, auxiliar de enfermagem e proprietária de salão de beleza. A mãe de Joana é dona de casa e a mãe de Pedro está desempregada.

Como já assinalado anteriormente, os jovens pais/mães freqüentemente convivem com situação de desemprego de alguém da família, o que agrava ainda mais as suas condições de vida. Quando solicitados a precisar a renda mensal familiar, observa-se muita incerteza sobre quanto ganha cada pessoa, a não ser para os jovens cujo salário representa todo ou a maior parte do orçamento doméstico, a exemplo de João, arrimo da família e de Pedro (camada média) provedor da casa. No entanto, mesmo esses dois rapazes contam sempre com uma “ajuda” da(s) família(s) nas despesas, que pode ser em dinheiro, alimento ou algo para criança.

A renda familiar? Muito pouco. Entra pela minha parte. Meu pai [desempregado] fala assim: Vou comprar uma besteirinha. Ele trabalha um ou dois dias como ajudante de pedreiro, que ele não agüenta trabalhar mais do que isso, pegar lata de cimento... Aí ganha esses dois dias, chega lá compra uma coisa e tal. (João, 20 anos, camada popular)

A situação dos jovens das camadas populares é muito diversificada, em alguns casos ocorre um recrudescimento da carência material. Na casa em que Talita mora, há dois grupos familiares⁶⁷, nos quais todos os adultos estão desempregados e os homens –

⁶⁷ O outro grupo que reside na casa é formado pelos parentes do padrasto de Talita.

que são provedores - conseguem manter as famílias através de biscates. Assim, vão sobrevivendo e como conta Talita: *comida aqui a gente se vira. O que tiver come, um ovo, uma carne frita, qualquer coisa. Minha irmã que trabalha, de vez em quando, vem aqui e dá um dinheiro a minha mãe.* Na casa de dona Marta, sogra de Dilma, onde moram 11 pessoas, a renda familiar mensal fica em torno de três salários mínimos.

Algumas famílias (camadas populares) apresentam melhores condições de vida, mas nesses casos há dois tipos de circunstâncias. A primeira refere-se a domicílios com menor número de moradores cujos adultos estão empregados⁶⁸, Kátia (19 anos, camada popular) estuda, cuida dos afazeres domésticos e de sua filha. Em casa, a renda mensal é superior a três salários mínimos, provenientes das atividades de marceneiro de seu parceiro, da aposentadoria da mãe e de mais um salário que ela recebe como empregada doméstica, visto que continua trabalhando⁶⁹. Segundo Kátia: *em casa, tudo dá, com jeito tudo dá. A gente nunca passou necessidade, graças a Deus.* A outra circunstância está associada a grupos familiares formados por um maior número de pessoas, em que a maioria trabalha. Assim, as famílias de Fábio e Lucas conseguem rendimento total superior a cinco salários mínimos. Quando o salário dos filhos (jovens adultos) não é suficiente para oferecer contribuição significativa no orçamento doméstico, pelo menos isenta os pais de custear as suas despesas pessoais. Contudo, no momento de substituição ou aquisição de novos eletrodomésticos para casa, o que geralmente são considerados presentes para as mães - mesmo sendo para benefício coletivo - há uma participação financeira dos filhos que trabalham. A associação dos aparelhos eletrodomésticos com a figura da mãe reforça substancialmente a casa como espaço doméstico cotidiano, essencialmente feminino (Zaluar, 1982).

As famílias representam fonte de apoio material desses jovens pais/mães. Independente do segmento social e da situação de co-residência há sempre uma participação importante no sustento deles/as, suas parceiras/os e suas crianças. Quando

⁶⁸ Como os casos de Kátia, Marlene, Mara, Francisco, Carlos, Milton e Noel.

⁶⁹ Peixoto (2004) analisa a manutenção e/ou retorno de aposentados ao trabalho, sobretudo pela precariedade dos rendimentos. Demonstra que mulheres das camadas populares, geralmente desenvolvem atividades vinculadas ao trabalho doméstico. Na ausência de seus cônjuges, há um movimento de co-residência com filhos, e estes logram delas tanto um suporte financeiro como realização de serviços, incluindo o cuidado com os netos.

o jovem casal não está trabalhando e vive com a família ou próximo a ela, todo o sustento do grupo é promovido pelos pais, muitos dos quais se resume exclusivamente à mãe do/a jovem, em razão da ausência paterna. *A mãe dele é quem trabalha, é ela quem dá tudo a gente. Almoçamos na casa dela, a gente faz as coisas lá, porque aqui [na própria casa] a gente só faz mesmo é dormir*, relata Léa (camada popular). No caso de Elder (camada média), seus pais *bancam tudo o que for preciso* para todos os filhos, que contam com *uma casa já toda estruturada, toda montada, alimentação garantida, carro e motorista à disposição*.

Entre uniões e separações

Ao longo das últimas décadas, observa-se o aumento de famílias chefiadas por mulheres e domicílios unipessoais, sobretudo, em razão de eventos como separação, divórcio e viuvez (Oliveira, 1996), ainda que haja prevalência da família nuclear⁷⁰. Segundo Vaitsman (1994: 52), “o casamento moderno e a família conjugal moderna, cada vez mais, passaram a conviver legitimamente com uma pluralidade de outros padrões de casamento e família”. É o que se observa com a frequência de situações de recasamento⁷¹, muitos dos quais resultam nas chamadas famílias recompostas⁷², ou seja, novas uniões com a presença de filho de pelo menos um dos cônjuges. Os dados do inquérito domiciliar revelam o predomínio da família conjugal, com os pais dos jovens vivendo sempre juntos, mas é também alto o percentual de pais separados (Tabela 3). Sobre o número de irmãos dos entrevistados, poucos estão na situação de “filho único”, sendo alta a proporção de declaração de três irmãos e mais, mas vale ressaltar que os dados de pesquisas demográficas assinalam a tendência de redução do número de filhos⁷³.

⁷⁰ A diversidade de composição familiar durante algum tempo foi relacionada, principalmente, às camadas populares. Como mencionado anteriormente, os estudos críticos acerca do predomínio da família patriarcal como modelo hegemônico da sociedade brasileira já assinalavam essa variedade.

⁷¹ Alguns autores assinalam o aumento de separação conjugal/divórcio e as mudanças que elas promovem no significado da família e parentesco, inclusive com o recasamento (Velho, 2001; Scott, 2001; Medeiros, 2002)

⁷² Lobo (1995) chama a atenção para o fato de que as famílias recompostas/compostas promovem uma nova orientação no processo de transição familiar e não representam um grupo estável e homogêneo.

⁷³ Goldani (1994b,c) ressalta que, no Nordeste, a redução do número de filhos tem ocorrido também de forma acelerada, ainda que mais tardiamente do que no Sul e Sudeste.

Na etapa qualitativa, nove jovens declararam que seus pais continuavam casados/unidos⁷⁴. Os filhos demonstram satisfação quanto à duração da união de seus pais⁷⁵, relatam episódios de desentendimentos e momentos críticos do relacionamento e elaboram justificativas para a permanência da união do casal. Segundo Adão (camada média), seus pais formam: *um casal normal, já teve brigas, já teve altos e baixos, mas o que consolidava mais o casamento era aquela coisa de que quanto mais eles passavam dificuldades, mais eles ficavam juntos. Então fortificava mais ainda*. Outros acreditam que a presença de filhos ajuda na negociação e manutenção do casamento dos pais, como afirma Fábio (camada popular): *Tem umas brigas aí, mas pelos filhos não separa não*. O tempo de convivência aparece também como algo que solidifica a relação afetiva. Os jovens são enfáticos quando narram o número de anos de união conjugal da geração parental. Joana (camada média) fala com emoção: *meus pais vão fazer bodas de prata agora! Eles são bem casados, graças a Deus, são muito unidos, estão casados há muito tempo*.

Alguns jovens relembram a situação de separação conjugal dos pais com ressentimento⁷⁶. A existência de relação extraconjugal é apontada como um dos motivos para o fim do relacionamento do casal e mudança na convivência familiar, que não se limita apenas à relação dos cônjuges, mas torna-se extensivo à relação com os filhos. Ana (19 anos, camada média) conta que seu pai:

Estava com outros relacionamentos fora [do casamento] e estava ficando ruim para dentro de casa. Ruim em relação a tudo: carinho, coisas materiais e amor. Não dava mais nada, não estava nem aí para nada. Chegou do trabalho, comeu, dormiu, foi para a rua... acabou. Quando arranja outra pessoa, pronto!

⁷⁴ Nesse mapeamento foi incluído o caso de Marlene que considera como sua mãe a esposa do pai, pois como conta: *meu pai já a namorava [esposa] e paquerou outra menina e aí eu nasci, só que a mãe não assumiu e me entregou para ele. Ela [madrasta] me criou e me registrou*. Marlene não tem contato com a mãe biológica.

⁷⁵ Os discursos dos jovens evidenciam uma valorização do modelo familiar constituído pelo marido, mulher e seus filhos, formando assim um grupo doméstico (Durham, 1983).

⁷⁶ Oito jovens relatam casos de separação conjugal dos pais. O tempo decorrido da separação é muito variado. Milton (camada popular), por exemplo, demarca seus três anos de idade quando o *pai saiu de casa*, anos depois a mãe casou-se novamente e ele considerava seu padrasto como um pai. No momento da entrevista, Milton estava muito triste com a morte do padrasto.

Depois da separação, houve afastamento entre o pai, ela e seus irmãos, mas Ana busca conforto afirmando: *minha mãe é uma mãezona, ela vale pelo pai e pela mãe*. Embora a separação seja do casal, os relatos sempre acentuam um distanciamento do pai em relação aos filhos/as, o que provoca sentimentos conflitantes para eles/as. Milton (19 anos, camada popular), ao se referir ao pai biológico, declara: *aquele [pai] não faz parte da minha vida, aquele meu pai legítimo, que você mencionou aí, para mim não existe*.

Para Carlos (camada popular) foi muito difícil aceitar a separação dos pais. Na época ele tinha 17 anos e lembra: *foi terrível, dos filhos quem mais chorou fui eu!* Reconhece que a situação era delicada para a mãe, pois o pai tinha muito ciúme dela e isso provocava brigas frequentes. Então, *ela [a mãe] decidiu que não dava mais, eu chorava, ia para casa do meu tio, mas não adiantou, eles se separaram mesmo. Minha mãe quando decide uma coisa, é isso mesmo*. Na situação de convivência tumultuada do casal, a mãe, geralmente, é referida como a pessoa que decide pela separação. Ana (camada média) conta: *por ele [pai] disse que nunca iria sair de casa, então minha mãe falou – vou dar um basta nisso!* Pedro (19 anos, camada média) relativiza os efeitos da separação dos pais na sua vida, confessa que sentiu falta dos dois juntos, ao seu lado na adolescência. A separação, para ele, *é uma faca de dois gumes. Porque às vezes é bom ter pais separados, você pode correr para um e para o outro, mas às vezes é preciso os dois juntos, para dar uma força, estar ali presente*. Seus pais se casaram novamente e tiveram outros filhos, o que implica em redefinição das relações familiares⁷⁷.

Nas camadas populares, três jovens mães contam que seus pais nunca viveram juntos. Kátia e Clara não têm informações sobre os pais. Kátia (19 anos), além de não demonstrar interesse sobre o pai, afirma: *minha vida é normal! Até hoje não sinto falta dele, minha mãe é que é pai e mãe ao mesmo tempo*. Já Clara demonstra sentimentos ambíguos em relação à figura paterna. Por um lado, acha que está certa em não procurá-

⁷⁷ Segundo Durham (1983:40), “A impossibilidade de satisfazer todas as condições colocadas como necessárias à manutenção da parceria conjugal igualitária encontra solução na crescente aceitação do divórcio, que acarreta a fragmentação da família original e a constituição de outra, através de novo casamento. Mantendo-se a responsabilidade e os direitos de ambos os ex-cônjuges em relação aos filhos de casamento desfeito – única solução igualitária possível”. A autora ressalta a existência de novas formas de tensão nas relações entre as novas parcerias, os ex-cônjuges, os filhos, etc. O que exige “processos muito penosos de acomodação interindividual” (p.41)

lo; por outro, considera que teve perdas afetivas e materiais com a ausência dele. Acredita que sua vida poderia ter sido melhor se tivesse convivido com ele.

Ele [o pai] sumiu... porque acho que se ele me registrasse e continuasse dando as coisas, acho que minha vida não era assim não. Pelo menos eu teria uma casa para morar com meus filhos. Mas mãeinha tem a cabeça dura. Ela não entende as coisas; a obrigação dela era aceitar [o dinheiro dado pelo pai]. Fui criada sem ele. Não me interessei em procurá-lo. Agora ele não vai fazer nada por mim também... Ele deve ter muitos filhos e vai dizer: eu não tenho condições de fazer nada por você. Ele para mim não existe. (Clara, 20 anos, camada popular)

A referência ao espaço da casa é uma questão importante para Clara. O fato de não possuir uma, aparece como “objeto de desejo” que espera satisfazer através do relacionamento com José (parceiro atual), e lamenta não tê-la recebido do pai. A casa remete ao sentido de família (DaMatta, 1991, 2001), afinal trata-se de um espaço *para morar com meus filhos*. Esta jovem morou durante muito tempo na casa da tia, com sua mãe e irmãos; relata momentos de estadias na residência dos padrinhos. Atualmente, vive com o irmão e, como já afirmou anteriormente, *sempre trabalhou na casa dos outros*. Agora, deposita em José a possibilidade de concretizar seu sonho, visto que ele prometeu construir *nem que seja um quarto* para eles e já não mantém nenhuma esperança de ajuda por parte do seu pai. A casa significa a possibilidade de constituir/reunir a família, pois seus outros dois filhos estão com as avós⁷⁸.

Talita também considera que a presença do pai em casa teria possibilitado melhores condições de vida, mas ele *sempre foi casado com outra mulher, e sempre vinha visitar minha mãe (...) eu não gostava disso, eu queria que eles convivessem juntos, pai e mãe juntos*. Depois de muitos anos nessa situação, a mãe começou outro relacionamento, o que promoveu o rompimento da relação anterior, e foi morar com o atual parceiro, a quem Talita se refere como padrasto.

Entre uniões e separações dos pais, os/as jovens contabilizam irmãos; alguns, em idades próximas a deles, são frutos de relacionamentos concomitantes, geralmente do

⁷⁸ A questão sobre a “circulação de crianças” (Fonseca, 1989, 1995, 2000) será discutida no capítulo 4.

pai com outra parceira. Ter irmãos por parte de um dos pais é algo comum entre esses jovens, os três rapazes das camadas médias também são exemplos dessa situação. O pai de Elder manteve um relacionamento extraconjugal que resultou numa filha, atualmente com quatro anos de idade. A descoberta de mais uma irmã causou alguns problemas na família, mas, segundo ele, sua mãe teve muita coragem de *enfrentar a situação e de conseguir segurar o casamento*. Os pais de Pedro, após a separação, casaram-se novamente e tiveram outros filhos. Adão (gêmeo da irmã) tem mais nove irmãos, todos por parte de seu pai. A mãe de Adão (Dona Rita) é a terceira esposa do pai e a diferença etária entre eles (pai e mãe) é de 22 anos, o que implica na existência de irmãos com idade muito próxima à idade de Dona Rita.

Nas camadas populares, os/as jovens declaram ter irmãos de filiação tanto materna quanto paterna (Anexo VI). Os filhos por parte de mãe, geralmente, possuem mais convivência com os irmãos, a casa é o espaço que os agrega e muitos residem juntos por um tempo. Trabalho e casamento são os motivos apontados para a saída dos irmãos da casa parental. As informações sobre os irmãos paternos são superficiais e, quando a relação com o pai é ocasional, muitos não sabem precisar o número de irmãos. As mães de Talita, Clara, João, Francisco, Fábio e Milton têm filhos com outros parceiros, relacionamentos que ocorreram em momentos diferentes da convivência com os pais dos jovens. Não necessariamente essas mulheres coabitaram com esses parceiros. Milton e Francisco falam sobre as uniões conjugais de suas mães⁷⁹ com seus pais e com os pais de seus irmãos/ãs. O pai de Milton viveu com sua mãe, juntamente com os dois filhos da primeira união dela: *morou [com eles], ficou acho... não sei quanto tempo, não sei se foi um ou dois anos, foi uma época pequena*. O curto período de convivência dos pais não é valorizado pelo rapaz, a trajetória afetivo-sexual da mãe é resumida assim: *Então ela ficou viúva duas vezes com os dois que ela casou*. Milton demonstra muita afetividade e sofrimento com a morte do padrasto, pai da sua irmã caçula.

⁷⁹Fonseca (2000) afirma que nas análises sobre as famílias de baixa renda, é interessante a perspectiva da “pluripaternidade – *serial monogamy*” como uma tática feminina para ampliar a sua rede social e “aumentar as suas fontes potenciais de ajuda” (p.59).

“As sucessivas uniões dessas mulheres, já uma vez denominada de ‘monogamia serial’, significariam, antes de qualquer coisa, os esforços para se manter a figura do provedor em casa, mesmo não sendo este o pai biológico de toda a prole”. (Bilac, 1995b: 53)

A autora ressalta que esse tipo de situação, bem como todas aquelas que se diferenciam do “modelo tradicional” de família, reforçam a relação mãe-filho, e não inviabilizam a constituição e manutenção do grupo familiar. A narrativa de Francisco (19 anos) é ilustrativa. Ele conta que tem cinco irmãos e, com o pai dos dois mais velhos, sua mãe: *casou não, morou junto um tempo, mas não foi casada não*. Sobre o pai do terceiro irmão, não foi revelado se houve coabitação com a mãe. Do relacionamento com o seu pai, sua mãe teve três filhos, Francisco é o caçula. Seus pais viveram juntos, mas ele não sabe por quanto tempo. Após a separação do casal, ele lembra: *a gente levou um bom tempo sem se ver, quase dez anos (...) conheci [ele] mesmo, assim, quando eu tinha sete anos. Depois só voltei a vê-lo com 17 anos*.

Pesquisa realizada em Salvador com mulheres de baixa renda, chefes de família, revela que elas ressaltam a dificuldade de cuidar sozinhas da família, tanto pela responsabilidade que recai sobre elas, como pela expectativa da sociedade sobre seu desempenho (Macêdo, 2001). A ausência paterna reforça a relação mãe-filho, sobretudo quando há o afastamento completo do pai, nesses casos, incrementa-se uma “constante negociação entre as partes. As mães buscam cotidianamente afirmar a legitimidade de sua autoridade sobre o grupo através da organização da vida familiar” (p.74). A mulher-mãe, mesmo com a presença do cônjuge, assume um papel central no espaço doméstico e nas estratégias familiares, geralmente ela é a mediadora das relações internas do grupo. Especialmente nas camadas populares, social e simbolicamente, a presença masculina mantém um sentido, às vezes mais idealizado do que real, de provimento e proteção. “Sem dúvida, a organização doméstica é facilitada pela presença de indivíduos dos dois sexos, mas para as mulheres mais velhas essa presença masculina é assegurada com maior frequência por filhos que por maridos” (Fonseca, 2000: 85). A vida conjugal tem sido repensada e praticada de formas variadas na sociedade contemporânea, ainda que o ideal igualitário predomine nas camadas médias e altas. A

atuação de movimentos sociais e da mídia, entre outros, tem contribuído ativamente na busca, ou pelo menos na aspiração, dos indivíduos por autonomia, desejos e escolhas nos diversos segmentos sociais.

Giddens (1993) advoga que as relações afetivo-sexuais atuais estão centradas na idéia do “relacionamento puro⁸⁰”, ou seja, pautadas em igualdades sexual e emocional, constituídas por sentimento de confiança, sendo possível finalizá-las a qualquer momento por qualquer um dos parceiros. Valoriza, assim, uma autonomia individual no que se refere às escolhas. Considerando que a atuação do sujeito possui suscetibilidades de gênero, classe social e geração, as práticas afetivas podem estar mais ou menos próximas da construção proposta pelo autor. De fato, é perceptível mudança nas relações entre casais, incluindo o comportamento feminino (Giddens, 2000).

Para esse autor, a democratização da vida cotidiana constitui um elemento de maior reflexividade, uma vez que o espaço privado conserva muitas marcas da tradição pautadas, sobretudo, em normas familiares, mas esta mesma família tem sido alvo de processos de transformação ou mesmo de “invenção da intimidade⁸¹”. Giddens (1993) elege a família como *locus* que simboliza as escolhas dos indivíduos, visto que mudanças na sua composição e dinâmica – situações de divórcio e novos casamentos – formam uma diversidade de novos laços de parentesco, juntamente com a atribuição (ou proposição) de igualdade entre homens, mulheres e crianças, as quais têm iniciado, desde cedo, a constituição da sua autonomia.

⁸⁰ O relacionamento puro “refere-se a uma situação em que se entra em uma relação social apenas pela própria relação, pelo que pode ser derivado por cada pessoa da manutenção de uma associação com a outra, e que só continua enquanto ambas as partes considerarem que extraem dela satisfações suficientes, para cada uma individualmente, para nele permanecerem” (Giddens, 1993: 68-9)

⁸¹ Segundo Giddens (2000: 89), “a retórica da intimidade é relativamente nova e reflete um mundo pós-tradicional onde a comunicação afetiva torna-se crucial para manter as relações dentro e fora do casamento”.

Capítulo 03: A gravidez na adolescência: contexto, assunção e reação

Neste capítulo, descrevo o início das experiências afetivo-sexuais dos jovens e procuro analisar as primeiras reações deles/as e de suas famílias à descoberta e/ou revelação da gravidez. Baseada no relato retrospectivo, acredita-se que o tempo decorrido entre a gravidez e a entrevista leva os/as jovens a realizarem um processo seletivo no qual redimensionam e salientam aquilo que foi mais marcante, no primeiro momento. Assim, ao procurar apreender o contexto da gravidez e a forma como os entrevistados e suas famílias reagiram, foi possível perceber, em geral, que as narrativas masculinas se referem à família das moças como o cenário principal de negociação em torno do evento.

As atitudes e reações dos/as entrevistados/as e dos seus pais são motivadas e influenciadas por situações tais como o tipo e o tempo de relacionamento do jovem casal, a condição sócio-econômica, a assunção da paternidade, entre outras. Tais circunstâncias adquirem significados a partir de um sistema social manifesto na vida dos indivíduos, narrados através das suas autobiografias (Pais, 2003). Aprender o sentido atribuído aos eventos e as atitudes tomadas traduz o desafio de compreender como estes sujeitos experimentam o mundo. Considero importante investigar o contexto em que ocorre a gravidez, a fim de analisar as estratégias e negociações formuladas e estabelecidas entre os atores sociais envolvidos: parceiros e família. Ainda que durante a gestação e o nascimento da criança novas configurações sejam realizadas, o que analiso é a reação inicial, ou seja, as inquietações, surpresas e posicionamentos na confirmação da gravidez.

O início do percurso afetivo-sexual

É próprio da contemporaneidade que a passagem dos jovens para a vida adulta seja marcada por uma multiplicidade de situações expressas nas “primeiras vezes” (Bozon, 1997; Galland, 1997) em que o indivíduo realiza novas experiências, entre as quais se destacam: a iniciação sexual, a primeira gravidez e o primeiro filho. Cada experiência está associada ao itinerário para a maturidade social que é composta por

períodos de restrições e de liberdade, entre outros, e se efetiva no processo de interações sucessivas, marcadas por autonomia parcial e independência controlada (Bozon, 1997).

O exercício da sexualidade⁸² revela como os atores sociais conferem significações às suas práticas, que são parte integrante de seus comportamentos (Bozon e Leridon, 1993). Assim, as mudanças ocorridas na sociedade, sobretudo aquelas impulsionadas pelo movimento feminista, nas quais as mulheres conquistam maior nível de escolarização, independência econômica e engendram transformações nas estruturas familiares (inclusive em decorrência do divórcio), “contribuem para quebrar a *dóxa* e ampliar o espaço das possibilidades em matéria de sexualidade” (Bourdieu, 1999: 108).

A quebra do vínculo entre relação sexual e procriação, que privilegiava o casamento como espaço da reprodução biológica e social (Giddens, 1993; Bozon, 2004a; Heilborn e Brandão, 1999; Jelin, 1995), promove novas atitudes e posicionamentos dos indivíduos nas suas práticas sexuais. Embora as relações sexuais ainda traduzam situações de “dominação masculina” e tendam a legitimar a sexualidade heterossexual, evidenciando certa inércia dos *habitus* (Bourdieu, 1999), está em curso um processo de mudança nas relações entre os gêneros e na expressão da sexualidade no Brasil (Heilborn, 1998a). Nesse sentido, é perceptível que os sujeitos, especialmente as mulheres, revelem novas posições de ser e estar sexualmente inseridos e interagindo na sociedade (Giddens, 2000).

O início da vida afetivo-sexual dos sujeitos evidencia as diferentes posições e atuações sociais sobre a composição de si e o relacionamento com o outro, particularmente a partir do processo de “socialização do gênero” (Heilborn, 1998b). Para os/as jovens, esse é um processo lento e gradativo, novas sensações são descobertas e a aproximação entre os parceiros/as é “permeada por carícias íntimas, desvelamento gradativo do próprio corpo e do corpo do parceiro, conversas, dúvidas e

⁸² O tema da sexualidade se constitui em uma das inquietações da sociedade contemporânea. No âmbito das Ciências Humanas, as análises sobre a sexualidade apresentam diferentes vertentes, entre as quais pode-se citar: Foucault (1984, 1985, 1988), Brown (1990), Laqueur (2001), Ariés e Béjin (1987), Elias (1994b), Giddens (1993), Bourdieu (1999), Bozon e Leridon (1993), Bozon (2004), Bozon e Heilborn (2001), Heilborn (1998b, 1999, 2004), Loyola (1998), Parker (1991), Parker e Barbosa (1996), Barbosa e Parker (1999), Vance (1995), Abramovay et. al. (2004).

medos” (Brandão, 2003: 87). As narrativas juvenis sobre as suas primeiras experiências afetivo-sexuais revelam comportamentos moldados por uma cultura sexual brasileira (Parker, 1991), na qual homens e mulheres expressam as formas como vivenciam a sexualidade⁸³.

Descobertas que vêm com a idade

Para as jovens, a descrição da primeira experiência amorosa⁸⁴ faz referência a um envolvimento afetivo com o namorado, ao início de novas emoções, como o sentimento da paixão. Esses sentimentos são vividos com certa intensidade e são repletos de simbolismos, especialmente aqueles vinculados ao imaginário do “primeiro amor”. Como conta Marlene (camada popular): *primeiro eu me apaixonei. No dia do meu aniversário [de 17 anos], ele simplesmente me deu um beijo. Aí pronto.* Joana (camada média) contextualiza seus sentimentos a partir da idade que tinha na época: *Imagine, eu com 14 aninhos... A gente estava numa festa, aí o amigo dele nos apresentou. Eu o vi e achei que era amor a primeira vista. Imagina só!* Na maioria das vezes, essa primeira experiência está associada ao primeiro relacionamento estável, classificado como namoro. Em contraposição a essa tendência, Suzi (23 anos, camada média) ressalta ter vivido *uma coisa assim muito forte. Foi mais que um ficar, e não foi um namoro. Na verdade, foi uma relação rápida e intensa.* O sentimento experimentado nesse momento aparece como demarcador, visto que até então o que tinha acontecido *era só paquera, não era gostar mesmo* (Kátia, 19 anos, camada popular). Leal (2003), ao comparar os dados da Pesquisa GRAVAD nas três cidades estudadas, observa que em Salvador a maioria das moças define a experiência amorosa como um primeiro amor, inversamente ao que ocorre em Porto Alegre, onde prevalece a referência ao “ficar/beijar”.

⁸³ Pesquisas realizadas com crianças e/ou adolescentes ressaltam a diferença como os gêneros vivenciam a sexualidade, a exemplo de Duque-Arazola (1997), Arilha e Calazans (1998), Lavinias (1997), Rieth (1998), entre outras já citadas no texto.

⁸⁴ Ficou a critério dos jovens a definição do que eles/as consideravam como sendo a primeira experiência amorosa de suas vidas.

A “paquera”, que fora definida por Thales de Azevedo (1975) como “namoro moderno”, vem sendo substituída, no discurso juvenil, pelo termo “ficar”⁸⁵, e revela mais do que uma troca de nomenclatura, visto que se observa mudanças qualitativas na sua representação e no campo das possibilidades, ou seja, o que pode acontecer durante o encontro⁸⁶. Lavinias (1997: 34) destaca que na percepção de rapazes e moças, o “ficar” significa “prática de uma geração, e não de um dos sexos”. Assim, tal prática refere-se a uma relação eventual, “um envolvimento passageiro tratando de distinguir, mesmo que potencialmente, a parceira sexual da parceira amorosa” (Rieth, 1998: 16). O namoro é, então, “o lugar do sentimento” em oposição ao foco do atrativo físico-sexual, assumindo o sentido de compromisso e respeito, ressalta a autora. Nas relações sociais entre homens e mulheres, a fronteira entre ficar e namorar passa a ter mais relevância quando se verifica o contexto da iniciação sexual.

As narrativas juvenis revelam que o critério utilizado pelas moças para definir a primeira experiência amorosa tem reforço com o processo de iniciação sexual, que começa com os relacionamentos afetivos mais intensos, caracterizados como namoros, e chega à primeira relação sexual que ocorre, em geral, depois de certo tempo de convivência com o namorado. Entre as jovens entrevistadas, apenas Clara parece ter saído desse padrão. Assim, aos 11 anos, ela se envolve com o primeiro namorado, que é um ano mais novo do que ela, e que, hoje, a ele se refere como sendo *uma criança*. Esse namoro permanece durante um ano. À medida que seu corpo se transforma, sinal da passagem para a adolescência, ela passa a se interessar por rapazes mais velhos, visto que suas amigas lhe revelam as vantagens desse tipo de relacionamento. Além do fato de que, namorar um rapaz de mais idade potencializa o seu reconhecimento como uma mulher (adulta).

⁸⁵ Rezende, (1990) ao analisar jovens das camadas médias cariocas, menciona como objetivo da paquera o “ficar com o outro”. Nesse contexto, percebe-se ainda com mais frequência o uso dos dois termos, sendo que o ficar já é representado como “alterar por uma noite uma relação de amizade” (p.15), que é retomada após o evento.

⁸⁶ Bozon e Heilborn (2001) destacam que “ficar” diz respeito a encontro em que ocorre troca de beijos e carícias sem implicação de compromisso, o que difere muito do namoro. É também apontado que “o *ficar*, além de não envolver *compromisso* entre os parceiros, funda-se na imprevisibilidade: ele pode resumir-se a um encontro (com ou sem ato sexual) ou desembocar em um namoro. O ficar radicaliza a imprevisibilidade e a intermitência que caracterizam as relações sexuais juvenis.” (Heilborn et.al., 2002:22).

Depois que eu fiz 12 anos, começou a nascer peito... Eu fiquei com meu corpinho bonito e queria sair. Com 13 anos eu fiquei menstruada, aí que eu só queria saber mesmo de homem mais velho. (...) Namorei ele [o primeiro namorado] um ano e depois eu não quis mais. Não saía para lugar nenhum. O namoro da gente era tão besta, ficava lá na porta conversando. Eu via as meninas namorando homens mais velhos. Aí eu mesmo terminei. E já procurei um homem mais velho para namorar. (Clara, camada popular)

Na rede de amigos e no grupo de pares, as moças tendem a agregar homens mais velhos, especialmente quando o relacionamento afetivo-sexual torna-se um interesse mais central para elas (Bozon, 2004a). A adolescência aparece como marco da busca por esse tipo de rapazes que são, muitas vezes, considerados “mais interessantes, mais maduros, ou até mesmo mais experientes quanto ao sexo” (p.89). Nas camadas populares, há que se considerar que o tipo masculino descrito viabiliza, também, a participação das moças em locais de lazer, diante da possibilidade de poder custear as despesas do casal. Considerando a conquista de certa autonomia financeira, por rapazes mais velhos⁸⁷, as jovens vislumbram, com o namoro, uma companhia para festas, praias e outros locais de diversão. Esse é o anseio de Clara quando procura se relacionar com um rapaz mais velho cuja estratégia, diz ela, parece funcionar.

No caso dos rapazes, a primeira experiência amorosa revela, para alguns, o momento do primeiro beijo, mas o mais relevante é, sem dúvida, a ocorrência da primeira relação sexual⁸⁸. Esta, em geral, acontece primeiro com os rapazes do que com as moças. Em alguns casos, as duas situações se sucedem com a mesma namorada. Francisco (19 anos, camada popular) é um dos jovens que demarcam de forma distinta o primeiro namoro e a primeira transa. Ele lembra que tinha entre 11 e 12 anos e estava brincando com a turma de amigos, quando em um determinado momento ficou a sós com a menina e *foi aí que gerou o primeiro beijo, a primeira relação amorosa. Foi só beijo*. Depois namoraram um ano, mas não tiveram relações sexuais. Durante o namoro,

⁸⁷ No segundo capítulo desta tese foi observado que um dos motivos para os jovens interromperem os estudos era a necessidade de ganhar dinheiro. A possibilidade de poder arcar com determinadas despesas das namoradas potencializa a priorização do trabalho, reforçando a inserção na vida adulta.

⁸⁸ Leal (2003) verifica a mesma relevância e acrescenta que a associação entre primeira experiência amorosa e relação sexual tem maior incidência nas camadas populares.

os jovens são envolvidos pelo tempo de aproximação e de conhecimento do outro, das trocas de carícias íntimas. No campo sentimental, os rapazes, em geral pertencentes às camadas médias, revelam dificuldades em lidar com as novas emoções, sobretudo quando estão muito atraídos pelas parceiras.

Eu fiquei assim meio com vergonha, mas sentia que estava gostando dela e não sabia. Era aquela coisa bem tímida, bem infantil mesmo. A gente começou a namorar mesmo, namoro de menino de 13 anos. Mas aí não aconteceu nada nessas férias. Meus pais sabiam, a gente saía na rua, a gente achava que era super normal, mas as pessoas achavam engraçado, eu com 13 anos, ela com 15 anos, era então duas crianças. Ela mais velha do que eu, a mulher mais adolescente, mas eu era uma criança ainda. Na rua, as pessoas comentavam, mas a gente namorava.
(Elder, camada média)

Embora seja recorrente na literatura a menção acerca da iniciação sexual masculina com mulheres mais velhas, “sobre as quais não exercem dominação social” (Bozon e Heilborn, 2001: 121); são perceptíveis mudanças e uma aproximação etária entre os jovens de ambos os sexos. Entretanto, vale ressaltar que o interesse dos rapazes por moças mais velhas, mesmo considerando a busca de aprendizado, também é passível de revelar situações de paixão. Adão (24 anos, camada média) afirma que quando começou a despertar para o namoro: *era ridículo. Me apaixonava de querer chorar e tudo. Era horrível. E o mais engraçado, sempre me apaixonei por pessoas mais velhas. Aí é aquela onda do tal complexo de Édipo.* Carlos (23 anos, camada popular) também menciona que já aos 13 anos mantinha um *namoro escondido* com sua vizinha, dois anos mais velha do que ele, e confessa que *era só beijo, pois nesse tempo ainda não pensava em coisa mais quente.* Fábio (24 anos, camada popular) conta que na época da sua primeira namorada, ele tinha 12 anos e ela 16 anos, e se sentia realizado: *meu sonho era pegar menina mais velha do que eu.* Namorar mulher mais velha reforça o atributo de virilidade e contribui na construção da identidade masculina (Heilborn, 1998b).

As narrativas masculinas são mais breves quando se trata de explicitar a forma como conviveram com as emoções da paixão, as expectativas geradas e os desejos

emergentes⁸⁹. Fábio (camada popular) revela seu sentimento em relação à primeira namorada: *Eu achava que ia me casar com ela, eu a amava*. Na época ele tinha 12 anos e a moça tinha 16 anos, o relacionamento durou 2 anos. Quando solicitados a declarar o que mais os marcou nesta primeira experiência amorosa, os rapazes demarcam a importância relacionada à primeira relação sexual. Mas há aqueles que expressam outros encantos, como Carlos que reafirma a sensação do primeiro beijo: *é bom demais! A gente não esquece, chegamos a sonhar assim, beijar... Foi inesquecível*. Fábio afirma que sua namorada *era uma pessoa carinhosa e tinha muitos conhecimentos sobre a vida, sobre trabalho, sobre amizade. Muitas coisas eu aprendi com ela*. Carlos e Fábio (camadas populares) não tiveram relações sexuais com essas namoradas, o que as elegem como primeira experiência amorosa são outros atributos que não os estritamente de cunho sexual.

Já as jovens, relacionam a primeira experiência amorosa ao fato de sentirem-se apaixonadas pelo namorado. Expressões como uma *paixão louca* ou a *descoberta da paixão*, representam o sentimento⁹⁰ inicial, a partir do qual se inicia o namoro – identificado com a proposta de compromisso. A maioria das moças registra esse percurso, a expectativa abrange a criação de um vínculo⁹¹ que pode ser ilustrado no depoimento de Joana (20 anos, camada média): *eu ficava com as pessoas, mas não me entregava, sonhava em namorar. Mesmo novinha do jeito que eu estava, eu queria ter alguém, um companheiro*. Em razão da paixão e da circunstância de um relacionamento estável, as jovens virgens diante do dilema entre “o ceder e a recusa” (Heilborn, 1997), escolhem (ou cedem) ter a sua primeira vez. Léa (18 anos, camada popular) ressalta que da experiência amorosa, *o mais marcante foi a minha primeira transa*. Alguns desses relacionamentos afetivo-sexuais chegam até o nascimento do primeiro filho, outros se desfazem, mas vale o imediatamente vivido. Como revela Ana (19 anos, camada média):

⁸⁹ As mulheres costumam falar mais do que os homens sobre sua vida afetiva e sexual (Ferrand e Mounier apud Bozon, 2004).

⁹⁰ Segundo Velho (1989: 95): “A paixão, portanto, é a presença do extraordinário que penetra no cotidiano, transformando-o. É representada por uma espécie de iluminação, há algo mesmo de mágico”. Os/as jovens descrevem as sensações da paixão de forma diversa, expressando o que há de “mágico” no encantamento pelo outro.

⁹¹ Para Bozon (1998: 241), “As mulheres, muito mais do que os homens, insistem no compromisso e na ligação, sejam eles conjugais ou simplesmente afetivos, que devem fundar a relação sexual. É assim que as biografias sexuais são vivenciadas e interpretadas de maneira inteiramente diferentes”.

Na época a gente acha que ama, mas depois a gente vai vendo que não é assim. Você vai conhecendo outras pessoas, vendo outras coisas, o outro lado... Aí pronto, acabou que não deu certo.

Nos discursos juvenis a “experiência amorosa”, comumente, remete a significados afetivos. A paixão ou o despertar vivido por cada jovem tem a especificidade de representar orientações subjetivas presentes no imaginário e no desejo em descobrir o outro. Para Leal (2003: 106): “ainda que para homens e mulheres a primeira experiência amorosa tenha a mesma denotação, ela não tem a mesma conotação”. Há uma diferença de concepção, uma vez que as moças remetem essa experiência para o campo afetivo e os rapazes tendem a separar sentimento e sexualidade (Bozon e Heilborn, 2001).

Um dia, a primeira vez acontece

Os jovens consideram que a primeira relação sexual corresponde ao momento em que deixam de ser virgens, o que significa, para homens e mulheres, o coito com penetração vaginal. Antes desse desfecho, eles/as experimentam outras práticas sexuais, como as carícias íntimas, que compõem o processo de aproximação - “cumplicidade e intimidade” entre os parceiros (Brandão, 2003, 2004). Assim, conta Carlos: *namorava, fazia um bocado de coisa. Pronto, foi daí que rolou a vontade sexual.* Ou como explica Ana: *é todo dia uma coisinha... futuca daqui, futuca dali...* No momento atual, as normas e práticas relativas à sexualidade têm sido reformuladas e como salienta Bozon (2004b: 127):

“A temporalidade da passagem ao ato [sexual] está atualmente ligada, por um lado, a uma norma de grupo de idade (o momento em que os colegas ou os amigos a realizam) e, por outro, a uma norma relacional: a primeira relação sexual acontece hoje em dia bastante cedo na história de um relacionamento, pouco tempo depois de os parceiros se encontrarem.”

De modo geral, o momento da primeira relação sexual é esperado com ansiedade. A conversa entre amigos/as instiga a vontade e a curiosidade, categorias correlacionadas

com o masculino e o feminino, respectivamente (Salem, 2004). Se por um lado, a entrada de adolescentes, de ambos os sexos, na sexualidade evidencia proximidades quanto a práticas e datas; por outro lado, são divergentes no que diz respeito a expectativas e representações (Lhomond, 1999).

Nas narrativas das jovens das camadas populares, é comum a referência ao termo “me perdi” para designar que não são mais virgens⁹². Essa terminologia foi também mencionada por Fábio (camada popular), ao contar a sua primeira vez: *Namorei Aline, foi a menina que se perdeu comigo e eu me perdi com ela. Eu tinha 15 anos, ela estava fazendo 15 anos. Foi no aniversário dela.* Assim, ambos “perderam” a virgindade. O uso da expressão “me perdi” parece aludir a um sentido contrastante à prática do “namoro na porta”, mencionado especialmente pelas jovens, definido como um namoro localizado, oficializado junto à família, socialmente aceito e, em princípio, passível de controle⁹³.

Namorar na porta é... No caso, como eu não morava com meus pais e sim com minhas irmãs, elas sabiam quem eu estava namorando, entendeu? Se você tem um paquera é como se... a pessoa com quem você mora não soubesse, ter uma paquera é isso. E você ter um namorado sério é sua família e todo mundo sabendo. É isso que é namorar na porta, é com a família sabendo. (Léa, 18 anos, camada popular)

Algumas jovens ainda destacam como pré-requisito para esse tipo de namoro a solicitação do consentimento parental, a permissão para namorar. Clara (20 anos, camada popular) conta que o namorado foi até a sua casa: *ele chamou mãe e disse: “Eu gosto de sua filha, comecei a namorá-la e sei que a senhora não sabe, então eu vim*

⁹² Talita (21 anos, camada popular) faz uso da expressão *foi meu devedor* para designar o parceiro da primeira relação sexual. Esse termo, embora não seja mais tão comum entre os jovens, é facilmente compreensível. Quando solicitado que ela explicasse, afirmou: *Porque se diz que entregou a pureza, só que a gente não diz mais devedor, a gente fala de outro jeito.*

⁹³ Heilborn (1984) alude ao termo “namoro de portão”, em um estudo de camadas médias de um subúrbio carioca, demonstrando que este tinha o sentido de compromisso, inclusive por ser mais público e controlado. Já Brandão (2004) observa, também em camadas médias cariocas, que as moças destacam a categoria “namoro sério” como referência ao relacionamento em que o namorado frequenta a sua casa, onde há a presença dos pais e/ou responsáveis, não mais se referindo a terminologia utilizada anteriormente.

aqui pedir permissão à senhora para namorar na porta". O pedido é um atributo masculino (Azevedo, 1975), como explica Francisco (19 anos, camada popular):

Quando duas pessoas se gostam, geralmente é o homem que vai conversar com o pai da menina para ver se ele deixa [o casal] namorar na porta. Os pais ficam sabendo, nada é escondido.

Mesmo com as mudanças em curso nos relacionamentos afetivo-sexuais, algumas das quais muito presentes no comportamento juvenil, observa-se que na cidade de Salvador acontecem determinadas atitudes, valores e práticas sociais característicos de um estilo considerado mais tradicional, sobretudo nas camadas populares. O compromisso do namoro e seus desdobramentos, entre os quais a "perda da virgindade", são questões emblemáticas de um código moral e que, necessariamente, não estão circunscritas somente a uma determinada camada social.

O significado da primeira vez revela especificidades de gênero, pois as mulheres destacam que a sua ocorrência está vinculada a uma conjuntura de namoro⁹⁴, o que endossa a construção da relação de confiança entre os pares. As jovens fazem referência ao sentimento de medo na ocasião da perda da virgindade, um temor que indica diferentes conotações. Assim, as narrativas enunciam certo receio sobre o ato sexual e suas conseqüências, mas, também, as incertezas acerca da intencionalidade do namorado e a continuidade ou não da relação afetiva e se o momento e a pessoa são adequados. Joana (20 anos, camada média) explicita as angústias vividas nesse momento: *na época, eu achava que quando a primeira vez acontecesse, ele me largaria, não mais me procuraria*. Mara (18 anos, camada popular) afirma que o namorado *paquerava outras meninas* e justifica: *também eu era virgem, ele sempre queria e eu tinha medo*. Mas, quando começou a ter ciúmes do seu namorado com as outras meninas, revela:

Foi o que motivou a me entregar para ele perdidamente. Eu achava que se ele a procurava, era porque ela tinha algo mais para dar a ele, e eu não dava, entendeu? Aí, eu fiz. Sei lá... Talvez não tenha sido nem por amor, mas foi justamente porque

⁹⁴ Entre as 10 jovens mães entrevistadas, apenas Suzi (camada média) não teve a primeira relação sexual em um contexto de namoro.

eu tinha ciúmes da outra e achava que se eu fizesse isso mudaria. Porque namorar é assim e ele namorava comigo. E ficar é uma coisa que fica um dia, depois fica de novo...

Mara pondera que gostava muito do namorado, e isso, para ela, justificaria o início das suas atividades sexuais com ele, representando um desdobramento do relacionamento. Nos discursos femininos, esse argumento é sempre repetido. Há uma expectativa das adolescentes sobre o momento em que deixarão de ser virgens, mencionam a insistência dos namorados⁹⁵ para que isso aconteça e contrapõem as angústias que as rondam, ou seja, *morrendo de vontade, mas com medo*. Até que um dia, *teve de acontecer, como com todas as meninas... Um dia acontece* (Kátia, 19 anos, camada popular). A nova experiência produz encantos e desencantos. Dessa forma, para algumas jovens *tudo foi maravilhoso, foi bom, foi ótimo*. Para outras, *foi horrível, não senti grandes emoções, me senti mal e no outro dia estava arrependida*. Talita (21 anos, camada popular), ao relembrar o momento e a expectativa sobre o desenlace do namoro, resume sua história:

Aconteceu, e o que aconteceu não pode mudar. Ele não era a pessoa que eu sonhava para ficar ao meu lado. Eu queria uma pessoa que ficasse comigo, e que, enfim, a gente construísse juntos uma família. Na época eu gostava dele, iludidíssima com ele, então só tinha de gostar de tudo ali. Doe, dizia para ele parar, ele me dizia para ter calma, e pronto.

Há sempre uma construção romântica atrelada à circunstância da primeira relação sexual, tanto em relação ao parceiro quanto ao cenário do acontecimento. Entre as jovens mães, apenas Suzi (camada média) não menciona uma paixão pelo parceiro e enfatiza a sua decepção, levando em conta que: *talvez eu tenha sido diferente, pois eu não o amava nem achava que era o homem da minha vida*. Algumas das sensações vividas pelas jovens atuam de forma irruptiva na quebra do encanto que envolve a primeira vez, como a menção ao sentimento de dor que é maior do que o de prazer⁹⁶. O

⁹⁵ A insistência masculina para a primeira transa é repetidamente mencionada pelas mulheres que geralmente cedem a pressão (Heilborn, 1997; Bozon e Heilborn, 2001; Salem, 2004).

⁹⁶ Torres (2002), em pesquisa realizada com adolescentes pobres da cidade de Salvador, explicita que nos discursos femininos sobre a primeira relação sexual a dor é mencionada. E quando ela se mantém nas transas subsequentes é associada a ausência de prazer. A maioria das adolescentes entrevistadas por Monteiro (1999) também refere-se a dor ou o medo da primeira relação sexual.

incômodo advindo da dor é atenuado pelo sentimento de paixão atribuído aos parceiros e a forma como se comportam, sobretudo se são carinhosos. Outra questão explicitada nos discursos corresponde ao fato do namorado ser mais velho e, *a priori*, mais experiente aumentando, assim, a expectativa do prazer que deveria ser proporcionado a elas.

Ele foi super carinhoso comigo, teve paciência, só que eu não sentia prazer. Não sei por que ele não me ensinou as coisas que ele deveria me ensinar. Foi a minha primeira vez, acho que foi descuido dele, porque o primeiro parceiro da gente tem que ensinar tudo. A gente é inexperiente, não sabe como é. Acho que foi por isso que a nossa relação acabou. Eu não sentia prazer com ele. (Léa, camada popular, tinha 14 anos na época)

Os parceiros das jovens são geralmente mais velhos do que elas, mas verifica-se uma diminuição da diferença etária entre os pares – também observado no caso dos rapazes (Anexo VII). Ou seja, o calendário de iniciação sexual de moças e rapazes tende a se aproximar (Bozon, 1995, 2004; Heilborn, 1998). Os relatos evidenciam que tal iniciação ocorre majoritariamente entre as jovens mães na faixa etária de 14 a 16 anos e entre os jovens pais, na faixa de 12 a 14 anos. No entanto, para as moças ainda vigora uma orientação (familiar) de preservação da virgindade, quando se deve avaliar se o momento e o parceiro são adequados, embora seja perceptível uma perda relativa do valor a ela atribuído (Heilborn, 1998). Para os rapazes, verifica-se ainda certo estímulo para o início das atividades sexuais. Porém, algumas mudanças já são registradas, sobretudo o fato da iniciação sexual ocorrer no âmbito de relacionamentos afetivos estáveis, com as namoradas, também adolescentes, embora persista a busca por mulheres mais velhas, a quem atribuem terem mais experiência (Leal, 2003). A iniciação sexual no contexto de relacionamentos estáveis tem sido apontada como um novo padrão entre as gerações mais jovens (Heilborn, 1999). Também, verifica-se uma menor frequência desta iniciação com parceiras eventuais (Heilborn, 1998).

Os jovens reafirmam a separação entre aprendizagem sexual e relação amorosa (Monteiro, 1999; Leal, 2003), mas vale ressaltar que no grupo de 10 rapazes, três deles tiveram sua primeira relação sexual com moças que também eram virgens. A primeira vez, para eles, é sempre descrita como algo positivo, e que apesar de ser um momento

rápido, é bom para caramba. Revelam muita ansiedade em deixar de ser virgem e, assim, não importa muito o desempenho e sim a passagem para o mundo dos “iniciados” (Salem, 2004). Segundo Elder (21 anos, camada média), *o quanto mais rápido o homem puder fazer [sexo] para contar para as outras pessoas que ele fez, melhor*. Observa-se, que existe uma expectativa de cumprir essa cobrança que lhe é socialmente instituída da mudança de estatuto: a transformação de adolescente em homem. Milton (19 anos, camada popular) indica a importância do *adolescente ter a sua primeira transa, pois é uma questão de honra*, visto que quanto mais tarde ocorre, *mais ele está sendo discriminado pelos outros*⁹⁷. Entretanto, ainda que exista a pressão social, há também o desejo de que a iniciação sexual seja realizada com alguém conhecido, como ocorreu com Pedro (19 anos, camada média), *se for com uma pessoa que você conhece, que tem amizade, aí fica gostoso*. As narrativas masculinas são sucintas quando o assunto é sexo, em algumas delas é possível perceber um significado especial atribuído à parceira da primeira relação sexual. Elder conta que *o fato de ter sido com ela, a primeira vez, marcou muito, marca até hoje*.

Algumas pesquisas revelam que é comum, entre garotos, uma iniciação sexual com práticas homoeróticas⁹⁸. Entre os jovens entrevistados, apenas Milton assume que *rolou quando estava na adolescência, na época da bagunça, mas foi por lance de querer dinheiro fácil. Porque eu transei, mas do ato sexual mesmo, eu não gostei*. Entre os jovens pais/mães entrevistados não houve menção a iniciação sexual com parceiros do mesmo sexo.

⁹⁷ Sobre esse debate ver Heilborn (1998, 1999), Cabral (2002), Leal (2003), Salem (2004), entre outros.

⁹⁸ Torres (2002) destaca que nos depoimentos masculinos foi explicitado que manter relações sexuais com outro rapaz é considerado aceitável quando se trata de aprendizado sexual, até os 15 anos de idade, “quando então [eles] começam a ter relações sexuais com mulheres” (p.63). Aquele que mantiver as relações com parceiro do mesmo sexo, passa a ser considerado “veado”, se desempenhar o “papel passivo”.

Contexto da gravidez

As gravidezes surgem no contexto de relações estáveis. Entre as 10 moças entrevistadas, cinco engravidaram do primeiro parceiro sexual; entre os rapazes apenas Carlos vivenciou a mesma situação. As famílias têm conhecimento do namoro e provavelmente das relações sexuais, mesmo sem conversar com os filhos e, assim, sem esclarecer a intimidade da vida amorosa destes. De modo geral, os/as entrevistados destacam a falta de diálogo *em casa* sobre tais assuntos, ainda que se afirme o predomínio de valores igualitários e individualizantes das camadas médias. Uma vez que as relações interpessoais são baseadas em uma dinâmica familiar menos hierarquizada, espera-se que “a família pode também vir a se constituir (em maior ou menor grau) em um espaço de interlocução das experiências sexuais e reprodutivas dos filhos” (Brandão et. al., 2001: 163). Joana (camada média) pondera que antes do filho nascer, *não dava espaço para meus pais conversarem comigo e eu conversar com eles*. Talita e Clara, ambas pertencentes às camadas populares, ressaltam a ausência materna⁹⁹, quando se tratava do tema sexualidade: *mãinha pode conversar com outras pessoas, mas comigo não. Dentro de casa não fala nada*, afirma Talita. Já Clara é mais contundente na sua crítica:

Mãinha nunca me disse nada, que obrigação de mãe é falar. Ela é tímida, também. Eu nunca achei ninguém para me dizer nada. Porque mãinha não é mãe assim, de chegar e dizer: “Se você quiser ter relações [sexuais], use primeiro preservativo ou remédio”. Não é porque tem televisão, tem rádio, que a pessoa vai entender. Tem muitas pessoas que não entendem. Eu disse a ela uma vez: “A senhora tinha que sentar com a gente e conversar”. Mas ela nunca falou, nem iria falar isso. Nunca.

Nos depoimentos juvenis, *esses assuntos* aparecem em momentos circunstanciais, não se constituindo em conversa de caráter mais íntimo, capaz de instituir uma relação de confiança que permita esclarecimento e posicionamento deles/as e de seus pais. Entretanto, outras entrevistadas obtiveram informações sobre sexo com as mães. Ana (19 anos, camada média) conta que *desde que ficou mocinha, ela [a mãe] explicava as*

⁹⁹ A presença e a atitude paterna nesse contexto não são esperadas por parte das moças, mesmo diálogos sobre outros temas com o pai não é comumente referido.

coisas. Kátia e Dilma (camadas populares) também mencionam conversas com a mãe. Dilma relata a decepção da sua mãe quando descobriu que estava grávida e lembra o que lhe disse: “*Eu não te expliquei tudo como devia ser?*”. Então, eu respondi: “*É, mãinha, só que aconteceu. Não foi porque eu quis, mas também porque eu não quis, aconteceu*”. O risco de gravidez se constitui no principal assunto impulsionador do diálogo na família sobre o exercício da sexualidade. Mas, como salienta Brandão (2003, 2004) o tema sexo é abordado nas conversas em família de forma indireta, pouco clara e com reticências. Os dados coletados na etapa quantitativa da Pesquisa GRAVAD corroboram essa situação, inclusive entre rapazes e suas mães, demonstrando que a abordagem do tema traduz a preocupação com a prevenção da gravidez na adolescência e seus desdobramentos (Bozon e Heilborn, no prelo).

Não obstante, a mais importante fonte de informações sobre relação sexual é a conversa com os amigos/as e/ou os colegas da escola. Os dados do inquérito domiciliar revelaram que 38,5% das moças e 52,6% dos rapazes de Salvador, apontam para esse tipo de interlocução¹⁰⁰. As narrativas juvenis ratificam a circulação das conversas entre amigos/as. As jovens afirmam que adquirem conhecimento, *contando as experiências, ouvindo as coisas e contando uma para outra*. Parker (1991: 94) pondera que esse tipo de informação “é quase sempre parcial, fragmentária e freqüentemente contraditória”. As moças também destacam a leitura de revistas que abordam a questão da sexualidade na adolescência. Os rapazes mencionam a convivência com pessoas mais velhas, principalmente homens, o que favorece a circulação de revistas pornográficas, exibição de filmes e participação nas conversas¹⁰¹. Nas referências familiares aparecem os irmãos mais velhos (e seus amigos), pais e tios. O aprendizado é algo importante, pois em última instância é o que garante uma boa atuação sexual. Francisco (19 anos, camada popular) conta: *o que mais chamou a atenção foi o Guia do Sexo que eu assisti. Com esse guia aprendi muitas coisas. Como você deve ou não fazer*.

¹⁰⁰ Outro estudo realizado com adolescentes escolares na Bahia revelou a importância do grupo de pares na troca de informações e busca de esclarecimentos sobre sexo (Almeida et.al., 2003)

¹⁰¹ Parker (1991) ressalta que uma parte da socialização dos meninos é socialmente atribuída a grupos masculinos, formados por homens mais velhos, especialmente no tocante a informações sobre sexo – em alguns casos, também, para promover a iniciação sexual deles.

No repertório de informações adquiridas, os jovens destacam o conhecimento de métodos contraceptivos¹⁰², entre os quais o preservativo masculino tem maior divulgação, especialmente pelos familiares. Esse tipo de diálogo ocorre mais entre mães e filhos, os pais, geralmente, se eximem dessa tarefa (Abramovay et.al., 2004). A escola aparece como outro espaço de informação sobre os vários tipos de métodos, mas os discursos juvenis evidenciam que entre o conhecimento e a utilização há um hiato. Alguns jovens (homens e mulheres) usam de forma irregular e outros simplesmente não usam, assim *correm o risco* e acreditam que *a gravidez não vai acontecer*. Segundo Adão (24 anos, camada média), ele e a namorada *sabiam do perigo e não se preveniam. Coisa de maluco, não é?* O próprio questionamento o faz pensar qual a lógica que orientaria esse comportamento nas relações afetivo-sexuais. Eles demonstram que não estão completamente alheios às conseqüências dos seus atos, contudo, continuam praticando deslizes. Joana (camada média) também conta que ela e o namorado optaram, inicialmente, pelo método do coito interrompido, mas afirma que isso nem sempre acontecia, o que a deixava preocupada. Quando abordava o assunto ele era incisivo em afirmar: *“Não fique falando essas coisas não, que quanto mais se fala, mais pode acontecer”*. Depois Joana optou pelo uso da pílula anticoncepcional, mas *tomava um dia, esquecia no outro*.

O início das relações sexuais no namoro, inclusive com o não uso ou o uso irregular de contraceptivos, promove uma dinâmica na relação permeada de incertezas e receios sobre a ocorrência da gravidez. Contudo, os “sustos” não são suficientes para promover uma conduta contraceptiva (Brandão, 2004). Aposta-se na sorte e, com o passar do tempo, sem que o risco se concretize, os jovens acreditam, cada vez mais, na pouca probabilidade de engravidar.

Eu ficava morrendo de medo. Aí quando minha menstruação chegava, eu ficava toda feliz. Mas mesmo assim, eu não usava camisinha, não fazia nada. Mesmo sabendo que corria risco, eu não usava nada. Risco de engravidar, entendeu? Até mesmo de pegar uma AIDS, uma infecção, uma coisa, uma doença. Nós éramos novos, não tínhamos muita experiência. Mesmo assim eu não engravidei. (Mara, camada popular)

¹⁰² No caso de jovens é preciso considerar a questão da desigualdade e qualidade de acesso à informação e ao uso dos métodos contraceptivos (Costa et. al., 1999; Aquino et.al., no prelo).

O fato de Mara não ter engravidado quando mantinha relações sexuais com o primeiro namorado, favoreceu a sua prática de não usar métodos contraceptivos. Quando então a gravidez acontece, as/os jovens admitem o descuido, comumente chamado de *vacilo*, termo que consideram adequado para designar o evento. Alguns deles relatam que ter filhos foi tema de conversa entre o casal, mas o desejo era logo postergado, pois sentiam-se jovens demais para constituir família.

Predomina entre os sujeitos atitudes de surpresa, desespero e angústia no momento da confirmação da gravidez: *meu Deus, o que é que eu vou fazer da minha vida agora?*. Essa foi a primeira reação de Ana (camada média) que estava sozinha ao receber a confirmação no exame. Adão lembra que estava junto com a namorada quando *viu aquela setazinha ridícula confirmando: positivo*. Segundo ele, *a cabeça entrou em parafuso*. Três jovens classificam o ocorrido como uma fatalidade: Ana que engravidou durante a mudança de método contraceptivo; Marlene (camada popular) que não teve uma *transa completa*, e, segundo ela, *como não houve penetração, foi um susto! Nunca imaginamos...* E Noel (camada popular) que, algum tempo depois do término do namoro, que coincidiu com sua mudança temporária da casa parental para casa da tia, soube na escola que a ex-namorada estava com problema de saúde o que provocou mudanças no seu corpo. Quando toma conhecimento da gravidez e da sua participação, ele atônito afirma: *O que estou sabendo é que ela estava com um mioma. Que mioma é esse que já está para nascer?*

No quadro de ocorrência de gravidez nas relações afetivo-sexuais já estabelecidas, encontra-se o caso especial de um rapaz de camada popular com uma trajetória sexual de múltiplas parceiras. Milton, na época, mantinha dois namoros paralelos e resolveu conquistar uma terceira namorada, uma adolescente de 14 anos, que estava passando uns dias na casa da prima, no mesmo bairro em que ele residia. Durante o jogo de sedução, afirma que usou diversas artimanhas para convencê-la a manter relações sexuais com ele. Visto que ela era virgem, prometeu casar-se caso ela engravidasse, mas *jamais poderia imaginar que aquilo aconteceria*. Ele narra com orgulho o número de mulheres das quais *tirou de casa* (desvirginar), e esta jovem é mais uma deste grupo.

Mas, um telefonema, quatro meses depois, o surpreende com a notícia que ele qualificou de *aquela bomba*.

Os parceiros das jovens entrevistadas que vivenciaram a gravidez na adolescência, geralmente são mais velhos do que elas, alguns são os mesmos da iniciação sexual. A diferença etária entre esses pares apresenta uma variação de 3 a 12 anos a mais, para os homens; situação contrária a dos rapazes entrevistados. Apenas Dilma é dois anos mais velha do que seu parceiro. No caso dos homens, há uma inversão: apenas Noel era mais novo do que a parceira à época da primeira gravidez que resultou no seu primeiro filho. Ele registra que desde a adolescência sempre gostou de se relacionar com mulheres mais velhas, modelo presente no caso dos seus pais. No geral, os jovens tendem a namorar mulheres da mesma faixa etária ou um pouco mais nova. Esse padrão de assimetria etária entre os sexos revela traços estruturantes do mercado afetivo-matrimonial, na sociedade brasileira. As mulheres tendem a procurar homens mais velhos a medida que eles podem oferecer condições mais favoráveis de comprometer-se em um relacionamento (Bozon, 1995). Acontece, assim, o enquadramento de uma relação afetiva por regras sociais que modelam a escolha dos sujeitos e, simultaneamente, geram outras linhas de conformação do desenrolar do vínculo entre os parceiros.

A diferença etária também influencia as negociações e decisões sobre a gravidez. Os depoimentos femininos apontam para o fato de que os parceiros mais velhos possuem uma inserção social diferente dos rapazes da mesma faixa etária que elas e, portanto, já possuem uma maior independência e autonomia frente à família de origem, como também, mais responsabilidade e capacidade de prover-se, o que favorece a assunção da paternidade. Contudo, a análise dos dados indica que a prática da assunção paterna não está atrelada a idade do parceiro, e tampouco à sua inserção no mercado de trabalho. Está sobretudo articulada com o sentido de responsabilidade com as funções parentais.

Ter ou não ter a criança

Momentos de desconfiança, ansiedade e medo das conseqüências, principalmente da reação dos pais, precedem a certeza da gravidez. O parceiro é, em geral, o primeiro a saber¹⁰³ e o jovem casal discute as opções - interromper ou levar a termo a gravidez. É o momento de tomar as decisões (Palma e Quilodrán, 1994) e o casal precisa se posicionar. Acordos e conflitos são estabelecidos. O jovem reconhece que há uma esfera de decisão ou pelo menos de proposição do casal que antecede ao posicionamento dos seus pais, embora o apoio da família seja importante. Em última instância, a decisão tomada entre os parceiros define a forma e/ou o momento da família ter (ou não) conhecimento do episódio. Segundo alguns relatos, gravidezes que foram interrompidas nem sempre foram comunicadas aos pais, evidenciando diferentes graus de envolvimento familiar (Cabral, 2002); especialmente da família dos rapazes (Aquino et.al., no prelo).

No primeiro instante, as sensações oscilam entre incerteza, alegria e desespero, ainda que sejam precipitados e confusos os sentimentos. Adão (camada média) lembra da reação da sua namorada: *da parte dela só era medo. Medo do que as pessoas falariam, medo da família, medo da situação da gente, porque éramos dois adolescentes*. No entanto, posicionar-se entre permanecer ou interromper a gestação revela uma situação carregada de simbolismo. Há que se considerar que a posição assumida revela as intenções e percepções do jovem quanto à sua parceira e ao relacionamento afetivo. Determinadas propostas são repensadas e reeditadas após o impacto inicial da notícia. Alguns rapazes afirmam que a escolha de ter ou não o filho é um domínio feminino, afinal é no corpo da mulher que está situada a criança. Ao sugerir o aborto e ter a proposta rejeitada pela parceira, eles assumem uma posição de “respeito à decisão delas” (Brandão, 2003), e firmam compromisso de “estar junto” no decorrer do processo de gestação, nascimento e criação do filho. Compromisso nem sempre

¹⁰³ Na Pesquisa GRAVAD, os dados oriundos do inquérito domiciliar, para as três cidades, revelam que 60,0% das moças noticiam a gravidez primeiro para os parceiros. As mães aparecem em seguida, reafirmando a posição de “interlocutoras privilegiadas”. (Aquino et.al., no prelo)

mantido¹⁰⁴. Em situação inversa, ou seja, quando é a jovem que cogita a realização do aborto e o namorado a convence a ter o bebê, ele se sente orgulhoso e valorizado.

No decorrer do namoro, os sujeitos revelam que, pelo menos uma vez, discutiram a possibilidade de ocorrência da gravidez, posto que admitiam ter comportamento sexual de risco. No entanto, quando a “possibilidade” se torna real e diante da questão *agora, o que fazer?* decidem pelo nascimento da criança, os jovens mencionam uma forte sensação de cumplicidade e de coragem para enfrentarem juntos o “resto do mundo”. As moças afirmam que ao ouvirem de seus parceiros frases como: *a gente assume, estamos juntos, você não está sozinha, vamos ter nosso filho*, sentem-se amparadas e fortalecidas para prosseguir e enfrentar a família. Assim, revelam sentimentos de valorização de si e atribuem maior importância ao relacionamento afetivo. Como ressalta Le Van (1998), a gravidez tem também um sentido de comunicação e regulação do casal, a posição de apoio do parceiro evidencia sentimentos de afeto e amor, bem como as pretensões com a namorada. Em especial, nas camadas populares, além da valorização cultural, a gravidez representa um “indicador concreto de compromisso afetivo” (Leal e Fachel, 1999: 109).

O aborto como horizonte de possibilidades

O fato de ser o aborto uma prática ilegal no Brasil favorece a sua referência como crime, contravenção, pecado e castigo. Esta forma de perceber o aborto é amplamente divulgada na sociedade brasileira¹⁰⁵, mas não há dados que demonstrem a diminuição da sua prática em prol dessa representação. No caso dos jovens, esse procedimento muitas vezes é cogitado tanto por eles quanto por suas famílias (Peres, 2003). Algumas entrevistadas ressaltam que a idéia de fazer o aborto esteve presente nos momentos iniciais da confirmação da gravidez, mas o medo das conseqüências foi a principal

¹⁰⁴ Não significando, necessariamente, a posição masculina de “sumir” (Heilborn et.al., 2002), mas a variação de grau do compromisso com o cuidado e atenção dispensados ao filho.

¹⁰⁵ As representações, simbolismos e práticas acerca do aborto no Brasil vigentes na primeira metade do século XX, são analisadas por Rohden (2003). A autora lança mão de diferentes óticas (médicas, morais, políticas) e mapeia os percursos que direcionam esse tema para o espaço público.

justificativa para desistirem¹⁰⁶. Ana e Joana (camadas médias) alegaram que ter um filho naquele momento atrapalharia os seus projetos profissionais, sobretudo a conclusão do Ensino Médio. Em ambos os casos, as suas famílias se posicionaram contrárias ao aborto. A mãe de Joana se assusta com a proposta de interrupção da gravidez e manifesta a sua indignação: *Nem invente, você vai ter esse filho*. O parceiro de Joana também foi favorável ao nascimento da criança, *segurou a onda legal mesmo* e afirmou: *eu quero muito esse filho*. Quanto a Ana, o fato de já estar noiva e ter como projeto futuro o casamento e filhos, parece apaziguar as emoções iniciais provenientes da notícia da gravidez, sobretudo para o parceiro, que demonstra certo comodismo com a situação. Quando ela cogita o aborto, o noivo afirma: *é você quem decide*. Seu posicionamento era de apoio incondicional a qualquer escolha de Ana, e se recusa a assumir o ônus de uma decisão.

Já Marlene e Talita (camadas populares) não contam com os parceiros para sequer discutir o que fazer: um não acreditou na gravidez¹⁰⁷ e o outro só tomou conhecimento bem depois. Primeiro, elas pensam em interromper a gestação, depois resolvem ter o filho, mesmo sem comunicar aos pais, e assumem não ter coragem de *tirar a criança*. Outras entrevistadas declaram que a sugestão de aborto foi proposta pelos parceiros, sendo que um deles torcia para que a mãe dela sugerisse a interrupção da gravidez, acreditando que seria o melhor a fazer. Os rapazes quando propõem o aborto o fazem de forma sutil, negociando com sua parceira e ressaltando a idade precoce para assumir a responsabilidade de criar um filho. Milton (camada popular) expressa seu sentimento de frustração ao saber da gravidez somente no quarto mês¹⁰⁸, quando já “não dava mais tempo” para interromper; porque se soubesse antes *procuraria tirar*. Mas, ainda que critiquem a decisão das parceiras, eles sentem-se *homens capazes de assumir o próprio filho*.

¹⁰⁶ Análise realizada por Peres (2003) sobre o conjunto de 123 entrevistas da Pesquisa GRAVAD demonstrou que de todos 86 entrevistados que tiveram experiência de gestação, apenas 30,0% das moças e 20,0% dos rapazes não aventaram a possibilidade do aborto.

¹⁰⁷ Posição assumida pelo parceiro de Marlene que engravidou sem ter tido uma “relação sexual completa”.

¹⁰⁸ Esse é o caso em que a gravidez foi proveniente de um relacionamento sem compromisso, um “ficar”, especificamente no contexto de três encontros.

Os rapazes também apontam para a proposta de aborto realizada por suas parceiras. Francisco (19 anos, camada popular) foi questionado pela mãe da namorada sobre a sua pretensão de interrupção ou não da gravidez, ao que ele respondeu: *se está, deixa. Já que veio, tem que ficar. Porque eu sou contra o aborto*. Apenas Adão (camada média) menciona que a sua família cogitou a possibilidade da parceira abortar, mas ele discordou e seus pais não insistiram. Nenhuma moça declarou a intenção da família em interromper a gravidez, mesmo quando a reação à notícia foi de profundo descontentamento. Algumas esconderam a gestação durante meses, com a cumplicidade do parceiro, o que pode ser inferido como uma estratégia para inviabilizar o aborto.

Uma parte da literatura sobre o tema analisa o desejo de maternidade/paternidade entre os jovens, apontando para o fato de que algumas moças decidem levar a gravidez a termo antes mesmo de comunicá-la ao parceiro e/ou à família (Brandão, 2003). Dessa forma, prevalece o desejo do jovem casal, ao mesmo tempo em que se contorna uma possível pressão familiar para a interrupção da gravidez, sobretudo em virtude da dependência parental que é uma realidade para a maior parte dos entrevistados (Menezes, 2004).

Entre os jovens há os que discordam completamente da prática abortiva, a exemplo de Kátia e Fábio (camadas populares). Kátia (19 anos, casada e grávida) não pretendia ter o segundo filho, posto que a impediria de concluir os estudos e sobrecarregaria sua mãe que já ajuda no cuidado da sua primeira filha. O aborto, entretanto, estava fora de cogitação, entre outros motivos devido à influência religiosa da família que é protestante. Para ela, essa gravidez foi indesejada; acredita que a *camisinha pode ter furado, e tirar ele [o marido] não tem coragem de mandar, daí teve que ficar mesmo*. Fábio (24 anos) está preocupado com o atraso menstrual da atual parceira, que não é a mãe da sua primeira filha, e já se prepara para sustentar mais um filho, pois ele *é contra tirar*. Admite que há casos em que há necessidade, mas sendo assim:

A mulher não deixe chegar nem no terceiro mês, tome um chá, mesmo remédio, uma planta. Assim ela não está prejudicando, porque a criança ainda está ali tipo uma areia, ainda

começando a se formar. Não vai ter hemorragia nem nada. Mas, sendo meu, eu não aconselho nem a menina a tomar um chá. Eu prefiro que ela leve [a gravidez], entendeu? Eu prefiro dar um jeito, com [ajuda do] meu pai, o que for. Está na consciência. (Fábio, camada popular)

Aludir à religião e à lei, nas formas de pecado e crime, justifica o prosseguimento da gestação, sobretudo no caso da primeira. No entanto, nas entrelinhas das biografias dos jovens baianos, há registro de tentativas de aborto através da ingestão de chás. Embora seja uma prática recorrente, não é considerada pecaminosa ou prejudicial, pois a chegada da menstruação proporciona a percepção de que se trata de um atraso menstrual e se a gravidez acontecer, *é porque tinha de ser mesmo*. Além do mais, na perspectiva deles, o chá¹⁰⁹ não causa nenhum dano ao bebê. Ao analisar a lógica presente na ingestão de chás para evitar a gravidez, Leal (1995: 22) destaca que:

“É interessante notar que, de um modo geral, não há uma distinção entre contracepção e aborto, a própria noção de prevenção não se faz presente no domínio da reprodução: pode-se desfazer apenas aquilo que está feito.”

Os jovens mencionam com certa frequência a ingestão de chás. De fato, parece prevalecer a percepção de “desfazer” a gravidez, pois, geralmente, não verbalizam a expressão “fazer aborto”. A intencionalidade do ato é transparente, mas a percepção das suas práticas revela ambigüidade. Quando questionados sobre providências tomadas diante de atraso menstrual, aparece o arsenal de chás ingerido, mas quando indagados sobre aborto, alegam a falta de coragem. O depoimento de Dilma (18 anos, camada popular) ilustra essa situação:

Logo quando eu soube que estava grávida, tomei chá de capim santo, erva cidreira com folha de pitanga, a raiz de uma planta que tem aí, uma flor, eu não sei qual é... Mãinha disse que aquilo dali só serve mesmo para gripe, na hora que eu contei a ela. E aquela folhas tudo que eu juntei para fazer o chá, aquilo não adiantava nada, aquilo não ia matar mesmo.

¹⁰⁹ Rohden (2003) afirma que, desde meados do século XIX, as estratégias de contracepção e aborto estavam próximas e se confundiam, sendo difícil para o público em geral a diferenciação do uso de chás, entre outros - usados para “regular” as mulheres - dos abortivos.

Quando questionada sobre a possibilidade de realizar o aborto, afirma:

Eu não queria não. Ele [parceiro] estava pedindo para eu tirar, mas eu não estava querendo, porque eu não tinha coragem. Eu sempre dizia que se ficasse grávida, nunca tiraria. Porque a pessoa está tirando uma vida, não é? Está tirando a vida de outra pessoa.

João (20 anos, camada popular) afirma que se sentiu pressionado entre o desejo da namorada em abortar e os conselhos recebidos dos amigos para assumir o filho. Ele providenciou vários tipos de chás, mas não obteve resultado e conta: *Fiquei maluco, desesperado, pedia conselho a um e a outro, e só o que ouvia era: 'Deixa nascer e enfrenta, seja homem'*. Enquanto esperava o resultado dos chás, sua parceira empurrava a barriga contra os móveis *para ver se perdia a criança*, pois estava convencida de que seria expulsa da casa dos pais.

Mesmo com atitudes que objetivam a interrupção da gravidez, a posição contrária ao aborto é sempre explicitada por jovens de ambos os sexos. As narrativas anunciam que eles devem se precaver e *não tirar uma vida*, afinal *a criança não tem culpa*. A noção da existência de uma pessoa desde a concepção e o imperativo moral de assumir essa vida, foi relatada por Leal e Lewgoy (1995) em estudo realizado com grupos populares. Na composição dos argumentos sobre resistência à interrupção da gestação somam-se os casos mal sucedidos vivenciados pelas ex-namoradas (no caso dos rapazes), por parentes e amigos, e situações consideradas traumáticas. Peres (2003) indica que a maioria dos jovens é desfavorável ao aborto, principalmente nas camadas populares, e advoga que nas questões de aborto a classe social é mais preponderante do que o gênero. A autora também aponta que nas camadas médias há uma maior aceitação, prevalecendo a maior adesão feminina à possibilidade de interromper a gravidez.

Pesquisa realizada com jovens brasileiros revelou que entre eles a posição contrária ao aborto supera aquela em que o mesmo é amparado por lei. Entre os casos que podem “justificar” o aborto, a situação em que não há assunção paterna, apresenta uma tendência favorável, no entanto predomina a postura “contra o aborto em qualquer

situação” (Abramovay *et. al.*, 2004). Os dados quantitativos da Pesquisa GRAVAD priorizam informações sobre a prática do aborto, não abordando a sua representação. Assim, foi observado que 7,7% das mulheres e 12,4% dos homens relatam experiência de um aborto provocado, sendo o Cytotec®¹¹⁰ o método mais utilizado na primeira interrupção. A decisão pela sua realização, em 60,0% das declarações, foi referida pelos jovens tanto pela falta de condições financeiras para criar o filho quanto por e ao fato de não desejar tê-lo naquele momento (Aquino *et.al.*, no prelo).

Após o primeiro filho, outras questões passam a subsidiar a decisão de abortar: a precariedade das condições materiais de existência, o suprimento das necessidades e a tentativa de viabilizar um melhor futuro para o filho/a. Talita (21 anos, camada popular) considera o aborto um crime, porém, na segunda gestação o praticou com a “ajuda” da mãe e da vizinha. O seu ato e a cumplicidade da mãe são justificados pela impossibilidade financeira da família criar outro filho. Mas, embora o tenha praticado, continua discordando da sua realização.

Eu fiz, mas é uma coisa... é chato, viu? Você vê ali seu filho todo formado. Eu acho errado. Eu fiz, mas acho errado o que eu fiz (...) Também como minha madrinha mesmo diz, a gente não tem condição então tem que pensar antes, não é? Não fazer! Mas na hora que o pessoal está lá, no sexo, pensando no sexo, não pensa nisso. Só vai pensar o quê? Depois que engravida comprar Cytotec para tirar. (Talita)

Jovens de outras sociedades compartilham a insatisfação com a interrupção da gravidez e as justificativas referem-se a razões morais, medo e seqüelas. Mesmo em países onde o aborto é legalizado, como na França (Le Van, 1998), registra-se manifestação de sentimento de culpa, ainda que haja o apoio e o incentivo da família. A alegação é a de que após o aborto fica um “vazio”, o que se associa a uma desvalorização pessoal (Palma e Quilodrán, 1994).

¹¹⁰ Remédio usado para provocar o aborto, com ampla difusão e uso entre as mulheres no Brasil.

Assunção da paternidade

A literatura sobre gravidez e juventude destaca que os rapazes dispõem da possibilidade de “sumir ou assumir”¹¹¹ o filho, sendo que a segunda alternativa seria mais freqüente entre os homens das camadas populares (Heilborn et. al., 2002). As narrativas dos/as jovens de Salvador demonstram não haver problemas quanto à assunção da criança por parte dos pais¹¹². Situações de questionamentos e desconfianças acerca da paternidade não foram habituais, no entanto, dois casos muito específicos são destacados¹¹³, nos quais não houve assunção social nem legal das crianças, ambos de camadas populares. No primeiro caso, Marlene engravidou virgem; Mário, seu parceiro, (12 anos mais velho do que ela) desconfiou da veracidade da gravidez. Outra descoberta que contribuiu para transformar esse momento em um conflito familiar de grande dimensão, foi o fato de Mário ser casado e já ter outros filhos. Tal situação provoca a imediata separação do casal e desentendimento entre ele e o pai de Marlene. Depois, a jovem sofre a rejeição do pai, tanto pelo evento da gestação como pelo envolvimento com um homem casado.

O segundo caso foi o de Noel, que tinha 14 anos quando a sua namorada, de 16 anos, ficou grávida. Eles terminaram o namoro antes dele ter ciência da situação. As negociações ocorreram entre as famílias, que apenas questionaram os jovens sobre a ocorrência da gravidez, mas as decisões passaram ao largo das suas escolhas¹¹⁴. Os diálogos sobre o nascimento da criança resultaram em desentendimentos entre as famílias e o pai da ex-namorada de Noel o proibiu de ter acesso ao filho, inclusive de registrar a criança. Quando Noel é perguntado pelo entrevistador sobre a possibilidade de vir a reconhecer legalmente o filho, afirma que isso deverá ocorrer no futuro. Embora o menino já tenha 10 anos, ele alega que a idade não é problema, pois o seu próprio pai

¹¹¹ Heilborn et. al.(2002), Cabral (2002), Arilha (1998), entre outros

¹¹² Embora os dados qualitativos sejam resultantes de uma amostra por cotas, os dados do inquérito domiciliar atestam o baixo percentual (2,8%) de parceiros que “sumiram” diante do evento da gravidez na adolescência (Aquino et. al., no prelo).

¹¹³ A terceira filha de Mara (camada popular) também não foi registrada pelo pai, optei por destacar essa questão no capítulo 4, e priorizar aqui a discussão em termos das atitudes frente a parentalidade, com referência ao primeiro filho.

¹¹⁴ Interessante observar que quando Noel foi interpelado pelo pai da jovem grávida (sua ex-namorada), ele destaca a sua idade (14 anos) e sugere que a conversa seja realizada com o seu pai, visto que ele era menor de idade. Então conta que sua mãe procurou saber dele o que tinha ocorrido e ela: *me chamou bem a atenção, encheu o meu saco, parece que desmontou o mundo na minha cabeça.*

só registrou o seu irmão mais velho quando ele estava com 12 anos. Noel tem pouco contato com esse filho, mas o fato de reconhecer socialmente a paternidade é considerado, por ele, como algo positivo. No seu discurso, não enfatiza o sentido do reconhecimento, mas salienta:

Não tenho aproximação de pai, não dou bronca nem nada. Mas chamo e converso: qualquer coisa eu estou aqui. Também quando minha mãe pode, ela dá uma assistência, compra uma roupa. Mas ele não se aproxima muito da gente por causa da relação criada pelo avô [materno], com medo da reação do avô.

Assumir o filho é percebido como ser responsável por ele ou “tomar a responsabilidade” (Cabral, 2003), o que significa prover o filho, arcar, ou pelo menos contribuir para as despesas dele. O inverso: *não assumir o filho, isso é covardia*, como afirma um entrevistado. Há diferentes formas de expressar a assunção (Lima et.al., 2002; Cabral, 2002, 2003; Brandão, 2003; Pantoja, 2003), que podem estar relacionadas à coabitação imediata ou futura, à atenção dispensada ao filho, à perspectiva de assegurar melhores condições de vida, à possibilidade de acesso à educação viabilizando sua realização profissional. Assunção paterna significa também estar junto, dar carinho, cuidar e fazer planos para os filhos, como afirma Milton (19 anos, camada popular): *assumir filho não é só registrar, é você ter responsabilidade com a criança, é criar para vida toda*. Carlos (23 anos, camada popular) chama a atenção para o fato de que: *tem que trabalhar mais para poder arcar com a responsabilidade*, demarcando “uma atitude mais compromissada em relação ao emprego” (Heilborn et.al., 2002: 36). Nos casos em que a gravidez coincidiu com o desemprego do jovem pai, esta adquiriu sentido de incentivo para a busca de trabalho e não *fugir da responsabilidade*.

As jovens mães declaram que o enfrentamento das conseqüências é menos pesado quando contam com a responsabilização por parte dos parceiros. Estudo realizado entre escolares de camadas populares em Belém do Pará destacou a atitude de assunção paterna como regra entre o grupo de adolescentes analisado, independente da idade e dos desdobramentos do relacionamento, significando para o grupo maturidade e uma “atitude de macho” (Pantoja, 2003). Para as mulheres, é simbolicamente importante a presença masculina nesse contexto, além de não se sentirem abandonadas, a figura do

homem como parceiro ou apenas como o pai do seu filho mantém a “dimensão do respeito” (Sarti, 2003), frente à família e sociedade. É uma espécie de “respaldo moral”, que as isenta do rótulo de tornarem-se *mães solteiras*¹¹⁵. Para tal não se faz necessária coabitação conjugal com os parceiros, mas o reconhecimento da sua existência física ou simbólica, aquilo que o identifica socialmente como o pai do seu filho.

Milton (19 anos, camada popular) que vivenciou a *bomba* da gravidez resultante de um “ficar”, ressalta como agravante o fato de ter sido *na flor da idade, curtindo a vida e daí achar uma responsabilidade dessa...* O não uso de métodos contraceptivos durante as relações sexuais possibilita a ocorrência de uma gestação, contudo, a constatação é sempre percebida como algo inesperado para a maioria dos/as entrevistados/as. No caso de Milton, ele conta que no primeiro momento titubeou sobre a autoria da paternidade, mas considerando que a menina era virgem e que a gravidez ocorreu pela *inocência dela*, não lhe restava alternativa além de assumir. Situação que apropriadamente Cabral (2002: 82) infere como “assumir a paternidade pode ser interpretado como um reparo ou contradádiva ao fato de ter sido ele quem deflorou a moça”. Embora a classificação das parceiras que a grosso modo pode ser exemplificada como “mulheres de casa” e “mulheres de fora” (Salem, 2004), seja um dado importante para o reconhecimento da paternidade, a virgindade, mesmo quando o encontro foi estritamente sexual, como no caso de Milton, é um diferencial para a prevalência do valor moral que acompanha a assunção parental. Ele afirma que: *se não fizesse isso [assumir] ficaria com a consciência pesada*. Em Salvador, nas camadas populares, são freqüentes as representações de que o rapaz “fez mal a moça” ou “tirou ela de casa” para designar a perda da virgindade e atribuição de responsabilidade aos homens.

Decidir levar a gravidez a termo e sua assunção, permite questionar em que medida pode-se afirmar uma autonomia dos jovens acerca de tal posicionamento, visto que eles mantêm uma dependência econômica, social e afetiva das suas famílias de origem. Optar por ter o filho e reivindicar a aceitação dos pais pela decisão por eles tomada, são questões inseridas em um campo de conflito polarizado entre as condições de autonomia e heteronomia (Brandão, 2003). As relações familiares comportam

¹¹⁵ Embora este termo não seja atualmente tão usual, dois jovens entrevistados o utilizam.

relações de poder, hierarquias e individualidades (Salem, 1980a,b), aspectos que são acionados nas situações de confronto e experimentados de forma diferente segundo o gênero e a classe social. Nesse cenário, talvez seja mais pertinente “falar de tensão entre dependência e autonomia do que de individualização e observar quais as condições de funcionamento da (in)dependência” (Lemarchant, 2000: 175). O nascimento da criança estabelece a incorporação de novos papéis sociais e a construção de novas identidades, promovendo, assim, redefinições nos indivíduos. Tornar-se pai/mãe é um dos percursos de inserção no mundo adulto e requer a mudança de estatuto social. Em algumas situações, essa passagem é associada a uma conquista de maior autonomia por parte dos jovens ou do casal; ainda que pese sobre alguns deles um acirramento da dependência parental no cuidado do filho.

A noção de juventude remete à perspectiva de transição para a maturidade, a partir da assunção de papéis adultos (Abramo, 1997). Nesse sentido, o início da vida de casal já é um atenuante nesse processo (Kaufmann, 2001) e a existência de filhos, mesmo que tutelado pelos pais dos jovens, “se torna um caminho para afirmação da autonomia e um ganho de respeito e responsabilidade” (Scott, 2001: 108). Se o filho se configura como um fator de relevância à vida adulta (Arihã, 1998), escolher manter a gravidez suscita determinadas significações. Uma das formas de transição da adolescência para a vida adulta, analisada por Galland (1993), é representada através do “eixo familiar-matrimonial”, ou seja, a saída da casa dos pais e a constituição de família conjugal. Dessa forma, ao acoplar dois movimentos distintos, o sentido da autonomia juvenil se fortalece. O fato dos jovens optarem pela coabitação com parceira/o, ou mesmo de serem impelidos por suas famílias para que assim procedam, diante da situação de gravidez, revela o reconhecimento da condição ou da possibilidade de assumirem a posição de pai/mãe de família, mesmo que não fundem uma outra unidade domiciliar. Vale ressaltar que, nos relatos, as uniões conjugais, nos diferentes estratos sociais, são retratadas como uma escolha e uma iniciativa do jovem casal.

Segundo Beck (1997), o indivíduo contemporâneo age de forma contingente sem uma perspectiva de finalidade, que se realiza através de suas práticas imediatas. Assim, tudo indica que a decisão juvenil de ter o filho e constituir uma vida conjugal, mesmo

que sem um questionamento mais elaborado sobre as conseqüências advindas, pode estar apoiada nessa lógica. Endosso a necessidade de relativização do processo de individualização na perspectiva da(s) juventude(s), mas insisto na discordância com marcos teóricos que rotulam o adolescente simplesmente como um indivíduo imaturo e irresponsável. Esses/as jovens não estão se desobrigando da assunção parental, acreditam na sua capacidade de avocar a responsabilidade. Um dos rapazes revelou o seu sonho de tornar-se pai ainda muito jovem e afirma: *eu apostei que a gente poderia dar conta*. Ainda que entre eles se perceba diferentes nuances na assunção, suas ações se vinculam à possibilidade de “criar o filho”, que passa a integrar seus projetos de vida. Há uma reafirmação da condição de autonomia, sem desvinculação dos laços de parentesco, posto que estes continuam fortalecidos em diversos contextos da sociedade moderna (Giddens, 1991).

Os jovens agem como atores sociais reflexivos, ou seja, reconhecem a situação de risco (Giddens, 1997) e fazem uma opção dentro do seu campo de ação. Neste caso específico, o risco significa a possibilidade de gerir a vida conjugal, a responsabilidade com o filho e a manutenção da estrutura familiar, segundo atitudes e comportamentos próprios dos adultos. A dinâmica que se apresenta na atual sociedade, favorece a reivindicação de direitos específicos por determinados grupos sociais, permitindo um processo de individualização que cria novas certezas para si e para os outros (Beck, 1997), cujos valores muitas vezes se distanciam das gerações anteriores a eles. Nesse sentido, a busca de determinados jovens pela coabitação com seu parceiro/a, em um momento em que não prevalece uma imposição explícita da ordem social que define esse procedimento como norma, pode ser interpretada como uma forma de contraposição e/ou de opção por um caminho. O que pode ser considerado próprio da autonomia é a escolha, posto que o casamento, sobretudo vinculado ao ideal do amor romântico, remete a um valor cuja ação visa reproduzir a ordem social da família, categoria reconhecidamente próxima ao pólo do natural (Bourdieu, 1996).

Quando eu fiquei grávida da primeira vez, minha mãe perguntou a ele [parceiro] se ele queria casar comigo. Aí nós dois decidimos casar. Foi assim, eu casei, mas eu já tinha perdido o neném. Mas não foi por causa da gravidez. Ele quis,

eu quis, aí a gente casou. Pronto. E até hoje estamos casados.
(Kátia, 19 anos, camada popular, parceiro - 21 anos)

Kátia se casou aos 16 anos. Teve um aborto espontâneo quando estava no quarto mês de gestação e logo depois o casal planejou a segunda gravidez. A união conjugal é referida como uma escolha e, para ela, o questionamento da mãe sobre as intenções do parceiro não se configurou como imposição, mas uma forma de checar as intenções dele em relação à filha.

Entre os pais das moças, nos diferentes estratos sociais, a gravidez aparece diretamente relacionada com a preocupação de assunção da paternidade. Nas camadas populares é perceptível uma maior solicitação da família da jovem para que a união conjugal se concretize. De fato, nesta camada social, a coabitação do jovem casal é mais freqüente quando passa a residir com familiares ou em casa separada¹¹⁶, o que não necessariamente se traduz em independência familiar; ao contrário, passa a morar na vizinhança e recorre sistematicamente aos apoios material e afetivo dos pais.

Heilborn (1997) destaca a diferença entre as lógicas culturais de classes trabalhadoras e das camadas médias na constituição da identidade social; dessa forma as primeiras mantêm a ênfase no valor da família – prevalência do grupo sobre o indivíduo, em oposição ao outro segmento cuja tônica está no processo de individualização. No grupo aqui analisado, as jovens das camadas médias não ressaltam uma “solicitação” dos seus pais no sentido de uma união conjugal, ou seja, os pais não explicitaram o desejo de casamento dos/as filhos/as, o que aparece como valor mais requerido é a independência profissional dos mesmos. Assim, é prioritário assegurar os projetos de vida que foram idealizados, sobretudo a conclusão dos estudos, o que parece ser mais viável com a manutenção dos jovens na casa parental. Como afirmam Brandão et. al. (2001: 170-1) quando analisam os jovens pais pertencentes às camadas médias :

¹¹⁶ Nas camadas populares, entre as jovens que coabitaram com os parceiros em razão da gravidez: duas formaram novas residências, duas se deslocaram para casa da família dos parceiros e uma recebeu o parceiro na casa da mãe. Entre os rapazes, dois formaram união conjugal e trouxeram as parceiras para a casa paterna.

“Quanto ao suporte familiar, a tendência entre os jovens é de permanecer junto às suas famílias de origem onde, cotidianamente, possuem mais conforto, apoio doméstico, emocional e financeiro. Nesse sentido, uma rede formada pelos pais e irmãos ajuda o jovem casal a enfrentar de modo menos exaustivo a responsabilidade que reconhecem advir com a chegada de um filho”.

Se por um lado, residir com a família facilita os cuidados com a criança, por outro favorece o controle sobre a vida cotidiana dos filhos. É interessante observar que entre os jovens baianos das camadas médias, homens e mulheres, todos optam pela união conjugal, mesmo sem a sugestão (ou imposição) dos pais para esse desfecho. E, pelo menos no primeiro momento, eles/as vivem com uma das famílias. A análise sobre a convivência conjugal e seus desdobramentos é um dos temas do próximo capítulo.

Queixas juvenis sobre relações familiares

No momento do anúncio da gravidez, as relações intra-familiares e a percepção dos pais sobre o namoro dos filhos são aspectos que permeiam a forma como a família reage à notícia. Como já apontado nesse capítulo, a família tem conhecimento ou pelo menos desconfiança das práticas sexuais dos seus filhos adolescentes. Mas tais práticas não se constituem tema de conversa, ao contrário, prevalecem as “queixas”, sobretudo das jovens, acerca da falta de diálogo com os pais. Joana (camada média) revela que na época da gravidez: *faltava um diálogo com minha mãe, para debater esses assuntos*. No entanto, ao ficar grávida seu relacionamento com a mãe mudou substancialmente. Conversas sobre o estado da gravidez, a relação com o parceiro e o nascimento da criança passam a fazer parte do cotidiano delas. Joana admite: *eu comecei a ter um diálogo melhor, comecei a me entender mais com ela [mãe]*.

Jovens de ambos os sexos e dos diferentes estratos sociais valorizam o diálogo com a família e destacam a figura materna como fundamental na orientação das suas vidas, enfatizando a socialização dos filhos como tarefa mais propriamente feminina. Nas camadas populares baianas, parece que o modelo predominante das relações de gênero está pautado na oposição damatiana “da casa e da rua” (DaMatta, 1991), como alusão aos espaços privados e públicos, pois, aos pais cabe a responsabilidade de prover

a família e às mães de organizar a reprodução cotidiana dos seus membros, enquanto “dona de casa”; ambos, pai e mãe, são situados a partir de uma lógica de gênero. Decerto não se está diante de manifestações recrudescidas que determinam e limitam a divisão sexual do trabalho, posto que há reconhecimento e valorização das conquistas das mulheres, mas no imaginário social predomina a correlação mulher-mãe acoplada ao processo de maternagem (Chodorow, 1990). No espaço da família se reproduz a divisão sexual do trabalho e a “representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem” (Bourdieu, 1999: 103). Os jovens que convivem em família monoparental chefiada por mulher têm como sinônimo de configuração doméstica a mãe “na rua” para garantir a sobrevivência do grupo. O cotidiano é marcado pela difícil conciliação de trabalho e família¹¹⁷, pois em geral a mãe passa a maior parte do tempo no trabalho, sendo que a baixa remuneração recebida inviabiliza a contratação de “ajudantes” para as tarefas domésticas. Este é o modelo típico da dupla jornada de trabalho e do tempo reduzido para dedicação aos filhos.

Minha mãe também não teve muito tempo para mim, por ela trabalhar. Ela tinha que sustentar a gente, então ela saía de manhã cedo e chegava tarde. Meu xodó era com minha irmã. Não tive aquela infância assim... eu não lembro da gente [mãe e filhos] ter ido a um parque, a uma coisa assim, entendeu? (Milton, 19 anos)

A inserção profissional da mãe implica o envolvimento de filhos nas tarefas domésticas (Kellerhals et.al., 1989). É comum que uma filha mais velha se responsabilize pela casa e pelo cuidado dos irmãos menores, contando também com rede de apoio de vizinhança e co-residência com familiares próximos (Wall et.al., 2002). Os jovens, embora reconheçam que não *dava para ser diferente*, reclamam o distanciamento das mães alegando: *falta de carinho, falta de abertura para conversar, falta de informação sexual*. Muitas vezes, as moças, sobretudo das camadas populares, justificam a ausência da conversa por sentimentos de vergonha em revelar sua

¹¹⁷ Sardenberg (1998) ao analisar mães trabalhadoras de camadas populares em Salvador, aponta a relação de dependência da ajuda dos filhos nas tarefas domésticas. Na divisão sexual do trabalho das crianças, se estabelece marcas de gênero que definem como responsabilidades de meninas aquelas comumente designadas às mulheres; para os meninos caberiam atividades relacionadas à sua preparação para vida futura como provedor, com atribuições a serem realizadas fora do espaço da casa. Esse tipo de diferenciação já havia sido analisada por Machado Neto (1984).

intimidade, medo de não serem compreendidas ou de serem repreendidas pelas mães (Dias e Gomes, 2000). A falta de uma comunicação afetiva, bem como a ausência de intimidade nas relações entre mães e filhos/as compõem o elenco de queixas.

Mãe nunca parou para dar carinho a gente. Que a vida de mãe era trabalhar. Chegava de noite... Depois que eu cresci, foi que mãinha ficou mais comigo. Mesmo assim eu não tinha carinho. Porque eu ficava na casa de minha tia o dia todo. Mãinha ia trabalhar. Eu ficava lá com minha irmã mais velha. Praticamente não tive carinho de pai nem de mãe. (Clara, 20 anos)

Outras questões presentes nas relações familiares, e que contribuem para a formação de conflitos entre pais e filhos¹¹⁸, dizem respeito aos comportamentos juvenis e suas escolhas como, por exemplo, o pouco investimento nos estudos, principalmente dos homens das camadas médias e populares. A priorização do trabalho e o abandono dos estudos suscitam confrontos com os pais que discordam da opção feita pelos filhos. Eles, contudo, reconhecem a imaturidade em não considerar os conselhos parentais e justificam se tratar de *coisas de adolescentes*, atribuindo sentido às suas opções. A adolescência ao se constituir numa “fase da vida caracterizada por uma redefinição das relações familiares” (Peixoto, 2000a: 98), propicia freqüentes aproximações ou perturbações nas relações entre duas gerações durante o percurso da transição para vida adulta.

O namoro dos filhos, também, se constitui em campo de conflito. O questionamento e a avaliação dos pais sobre o relacionamento afetivo-sexual se pautam, por um lado no comportamento do parceiro/a, visto que há uma predominância de relacionamentos entre jovens que residem no mesmo bairro, facilitando a obtenção de informações sobre a rede de amizade, sociabilidade e trajetórias de estudo e trabalho. E por outro lado, na parentela do parceiro/a, interessa saber se corresponde a uma pessoa “de família” (DaMatta, 1987). Mara (18 anos, camada popular) narra episódios de

¹¹⁸ Lasch (1991) situa a família como espaço onde antigos conflitos sobrevivem, defendendo que “eles se tornaram mais agudos em função das mudanças sociais que reduziram a intensidade da vida doméstica, facilitaram a ruptura dos jovens com seus pais e suavizaram assim a transição da infância para a maturidade”. (p.228)

violência sofridos devido ao relacionamento com o parceiro, pai do seu filho. Afirma que sua família (pais, irmãs e cunhados) não se conformava com o seu namoro. Na época, ela morava com os pais no interior da Bahia; Ricardo, seu parceiro, residia em Salvador. Os pais de Mara assumiram uma posição de alerta, especialmente por não conhecerem o rapaz e terem informações de sua má conduta. Nas entrelinhas do desagrado com o relacionamento, vigora, também, o receio dos pais de Mara de que o jovem viesse a desrespeitá-la. Segundo Mara:

Minha mãe era a principal, ela não queria [o namoro], achava que Ricardo era pivete. Não gostava dele, falava muito, falava que ele usava drogas. Ela chegou a falar isso! Ela me batia, meu pai me batia por causa dele, disse que se eu ficasse com ele, eu teria que sair lá de casa e também que eu iria quebrar a cara.

Mara, como tantas outras adolescentes, teve que decidir por um dos dois caminhos: ou renunciava ao namoro ou enfrentava o conflito familiar. Mas estava apaixonada e confiava na reciprocidade afetiva do parceiro, condições que favoreceram a sua decisão de apostar na relação afetiva. Havia, também, a perspectiva de sair da casa dos pais. Acreditando na palavra do parceiro de que não era usuário de drogas e nas suas “boas intenções”, embarcou para Salvador com a finalidade de conhecer a família dele. Essa atitude dele e o *carinho imenso* que dispensava a ela, contribuíram de forma positiva para mudar a imagem que sua família tinha do rapaz. Assim, progressivamente o *pivete* desaparece da cena e surge a imagem de *bom sujeito*. Então, *mãinha passou a gostar, todo mundo passou a gostar dele e ele começou a ir lá em casa*, conta Mara. A credibilidade no relacionamento inaugura outro momento de relações familiares para essa jovem, pois seus pais acolhem o rapaz e permitem que eles *passem a dormir juntos na casa*. A ocorrência da gravidez é posterior às turbulências iniciais e o jovem casal continua vivendo conjugalmente.

Outros pais demonstram insatisfação com os relacionamentos afetivos dos filhos, direcionando a crítica e o descontentamento para a família da parceira, como afirma Adão (24 anos, camada média): *minha mãe se preocupava muito com a família que eu*

estava me envolvendo; Lucas (22 anos, camada popular) justifica a posição dos pais: *porque a família dela é família de brabos, de valentões, e minha mãe não queria*. A preocupação consiste na formação de novos laços de parentesco a partir do nascimento da criança, visto que a parentela não é composta apenas pela família de origem (Segalen, 1996). A mãe é sempre aquela que solicita e insiste com o filho para que repense e reavalie a situação do namoro, inclusive quando se configura um envolvimento intenso e a iminência de gravidez aparece no campo das possibilidades. Nesse momento, a mãe acredita que o relacionamento amoroso do filho pode se tornar um problema e procura mostrar o futuro infeliz que o espera. Assim, as mães de Adão e de Lucas criticam as famílias das namoradas dos filhos, ao invés de referirem-se às próprias moças, reafirmando, nesse sentido, que no específico das relações de gênero a imagem da mulher continua vinculada à imagem da família, no sentido de produção e reprodução dos seus membros. Daí a preocupação com a existência do neto/a, visto que ele/a representa o elo entre as duas famílias. Essa criança é socializada partilhando valores, normas e regras advindas de ambos os grupos familiares. Dessa forma, o receio situa-se no fato de que os aspectos negativos da família materna influenciem na formação sócio-cultural da criança. A mãe de Lucas assume a criação do neto, que passa a morar com ela¹¹⁹.

Comunicando a gravidez às famílias

Situações de conflitos na família de origem e com a família da parceira fazem com que os/as jovens elaborem estratégias para comunicar ou confirmar a gravidez aos pais. Os momentos que antecedem o comunicado são sempre descritos como tensos e de muito nervosismo. Lucas (22 anos) afirma que só teve coragem de contar para a mãe da sua namorada depois de ingerir bebida alcoólica. Outros jovens, sem coragem, postergam a notícia, nutrindo a esperança de que a mãe da parceira desconfie logo, o que acontece com frequência. Esperam que ela pressione a filha para ter certeza e solicite a presença do rapaz. Essa é uma estratégia de efeito prolongado, o começo é a desconfiança e o final é o posicionamento do parceiro. Esse processo propicia, muitas vezes, um redimensionamento do afã inicial, no qual os rapazes são os principais

¹¹⁹ Brandão (2003) revela atitudes semelhantes entre mães de jovens das camadas médias cariocas.

beneficiados, pois quando entram em cena, a notícia já está mais apaziguada entre as mães.

Dilma e Carlos (23 anos, camadas populares) mencionam que algumas mães vivem em *alerta*, embora não consigam evitar a gravidez das filhas, elas são as primeiras a desconfiar. Carlos declara que a parceira tem muitas irmãs e que a mãe *ficava sempre observando* o ciclo menstrual das filhas, dessa forma foi fácil descobrir, então *pegou no pé dela* [namorada], *e forçou até que ela disse* [confirmou a gravidez]. *Então, veio me chamar para conversar*. Já Dilma (18 anos) afirma que sua mãe *sonha com essas coisas, aí viu uma menina passando de costas pela porta do quarto e ela dando mamadeira a um bebê*. Na manhã seguinte, a mãe interpelou todos os filhos sobre suas suspeitas. Dilma, embora no quarto mês de gestação, ainda conseguia disfarçar, mas no momento em que sua mãe determina: *me conte o que é que está acontecendo*; ela começa a chorar e a gravidez é descoberta.

Entre os estratos sociais, é perceptível determinadas diferenças no comunicado da gravidez às famílias. Nas camadas médias, normalmente o jovem casal está junto no momento de dar a notícia para a família da moça. No entanto, os rapazes costumam comunicar aos seus pais a gravidez sem a presença da namorada (não é o casal que se apresenta) e, geralmente, anunciam à sua família antes de compartilhar a notícia com os pais da moça. Já nas camadas populares, a conversa ocorre, primeiramente, entre o rapaz e os pais da namorada, seja por iniciativa própria, seja porque foi solicitado. Às vezes, o pai da jovem “é o último da família a saber”, só tomando conhecimento depois que a mãe dela se certificou que o parceiro pretende assumir a paternidade.

A gravidez na adolescência aparece muito vinculada à família da jovem. Mesmo nos depoimentos dos rapazes predomina a preocupação com a reação dos pais da namorada. Tanto nas narrativas masculinas como nas femininas, o medo de contar aos pais é mais enfatizado como uma característica da mulher; o homem teme o enfrentamento da própria família e a da parceira, mas o fato de “ser homem” não lhe permite alternativa que não seja a de trazer para si a responsabilidade em noticiar a gravidez e, logo depois, responder à questão da assunção da paternidade.

No momento atual, as relações familiares são marcadas por uma maior flexibilidade; as gerações passam a coexistir de forma sobreposta (Segalen, 1996). Assim, princípios de autoridade e obediência são questionados por seus membros, recorre-se a uma “democracia familiar” (Bozon, 1997), mesmo que, predominantemente nas camadas médias, apareçam nuances de mudanças ou de “co-existência de um valor relacional ancorado nas noções de honra, reciprocidade e hierarquia, e de um código individualista” (Machado, 2001: 16). É perceptível a manutenção da assimetria nas relações entre pais e filhos, mas há indícios de novas bases de sustentação. A noção de individualismo vai lentamente sendo incorporada por outros estratos sociais, a vida privada se estrutura sobre o reconhecimento e respeito mútuos entre as pessoas que partilham o mesmo espaço (Singly, 2000). Essas novas circunstâncias favorecem a implementação de posturas mais compreensivas do que repressivas entre pais e filhos.

Reações frente à gravidez

Os pais reagem diferentemente à notícia da gravidez - alguns de forma mais tranqüila, outros de forma mais exacerbada. Às vezes, o casal parental se posiciona de forma discordante, prevalecendo o apoio e a solidariedade da mãe, comportamento já esperado (Bourdieu, 1999; Kellerhals et. al., 2002), frente à rejeição do pai. Dadoorian (2000) ressalta que a reação das famílias, diante da gravidez de filhas adolescentes, varia de acordo com a classe social. Assim, as famílias das jovens de camadas populares apresentam uma melhor aceitação, enquanto as de camadas médias não desejam a gravidez. Os relatos dos jovens entrevistados na Pesquisa GRAVAD promovem um questionamento dessa dualidade, posto que, de modo geral, a atitude de aceitação da gravidez se apresenta nos diferentes estratos sociais. Decerto, as famílias, independente da posição e condição social, não desejam a gravidez dos seus filhos/as nesse momento das suas vidas; sabem que há outras prioridades que são anteriores à situação de parentalidade juvenil, como o investimento no estudo. Ainda que haja nas camadas populares uma valorização cultural da gravidez (Leal e Fachel, 1999), a sua ocorrência na adolescência não é inicialmente comemorada. O que se festeja é o nascimento da criança.

Brandão (2003) ao analisar as primeiras reações familiares à notícia da gravidez em camadas médias cariocas¹²⁰, ressalta que apenas um pequeno grupo de pais se mostra inconformado, sugerindo o aborto; os demais casos expressam posições mais solidárias e de respeito à individualidade dos filhos/as, conformando-se com a situação. Nos relatos dos jovens baianos é notório o desapontamento dos seus pais quando tomam conhecimento da situação. Entretanto, não há uma diferença de posição que permita uma associação com as camadas sociais, exceto nos casos de total rejeição da gravidez, em que aparecem apenas famílias das camadas populares.

Dessa forma, são três as posições assumidas pelos pais dos jovens¹²¹. A primeira é representada por uma postura “condescendente” no sentido de anuir à vontade do outro. Aqui se concentra a maior parte dos casos dos/as jovens das camadas médias¹²² e alguns casos das camadas populares, cujas famílias acreditam que a ocorrência da gravidez era uma questão de tempo. No caso de Fábio (camada popular), em que a parceira já tinha um filho (de um relacionamento anterior), o desejo de repetir a experiência da maternidade com ele é naturalizado no seu discurso e na percepção das suas famílias. Nos outros casos, os jovens demonstram surpresa com o apoio recebido por parte da família. O pai de Elder (camada média) declara que já imaginava ser esse o desejo do seu filho. Joana (camada média) acredita na dificuldade de compreensão dos pais, em razão de sua idade e das conseqüências de uma maternidade na adolescência, mas não esconde a sua surpresa quanto ao apoio recebido.

Meus pais ficaram meio assustados, claro. Como a maioria dos pais... Uma menina de 16 anos, eu engravidei muito cedo, não é? Mas eles já sabiam que eu namorava, tinha um cara certo, conheciam o pai de meu filho. Eles vibraram... (Joana, camada média)

¹²⁰ A autora constrói quatro tipos de “primeiras reações manifestadas à gravidez do filho” (p.132), que são “incisiva”, “resignada”, “otimista” e “moderada”.

¹²¹ Essa caracterização tem o caráter de tipologia, utilizada como recurso analítico.

¹²² Suzi (camada média) não foi inserida nessa classificação, pois à época da gravidez já estava casada e tinha planejado o filho. Conta que: *a gravidez foi uma escolha tanto minha quanto dele. Na verdade foi desejada e de certa forma planejada*; visto que interrompeu o uso da pílula anticoncepcional. Quando a gravidez foi confirmada, o casal comunicou as famílias, então *foi uma alegria geral, todo mundo adorando...*

A mãe de Ana (camada média), separada do marido, ao saber da gravidez solicita que a filha não realize o aborto, mesmo antes de buscar informação sobre a posição do parceiro da filha. Compromete-se a ajudá-la no que for preciso na criação do neto, não considerando necessário o casamento da filha. Como última providência, se responsabiliza por anunciar o fato aos parentes como forma de proteção dela e de sua filha, alegando: *eu mesmo conto, porque se eu não contar o povo começa a criticar*. Assim, a mãe busca desempenhar um papel de apoio explícito aos filhos como forma de evitar comentários críticos de outros membros da parentela (Brandão, 2003).

A segunda posição é de “insatisfação” no sentido de um descontentamento mais comedido, uma decepção provocada pela falta de responsabilidade dos/as filhos/as. Para esse grupo de pais, não era o momento e, em alguns casos, nem a parceria desejada. Os jovens sabem o que os pais pensam e têm receio em contar a novidade. Léa (camada popular) afirma que a mãe desejou muito outro futuro para ela e a notícia da gravidez a deixou triste. Lucas (camada popular) lembra que o pai *não achou bom*, mas como ele é o único filho homem, *depois ele gostou!* Entretanto, a prova de masculinidade não evitou as broncas, pois os pais além de discordarem do namoro, reclamaram: *ter filho agora, sem trabalhar!* Talita declara que quando anunciou sozinha a gravidez: *minha mãe ficou louca. Eu queria tirar, só que ela disse: "não, você fez, você vai deixar esse filho aí"*. A proibição do aborto assume a forma de castigo, visto que, em princípio, ela tem de cuidar do filho. O pai, que sempre viveu separado da mãe, soube por intermédio da irmã de Talita, quando ela já tinha sete meses de gestação. Então, *ele brigou, falou que não era o momento de engravidar. Que eu tinha que estudar, que eu dei uma punhalada nele por detrás*. Duas famílias das camadas médias também estão incluídas nessa posição. Lamentam a “juventude perdida” dos filhos, choram, refletem sobre culpabilidade e conversam sobre o futuro.

A primeira pessoa [da família] que eu contei foi meu pai... eu tinha que chamar meu pai para conversar e foi a reação que eu menos esperava, ele teve uma crise de riso, mas no meio da gargalhada eu falei: 'E minha mãe?' Ele engasgou e falou sério: 'É, difícil vai ser contar para sua mãe'. Aí a gente foi junto contar. Nós choramos e eu fui consolá-la [mãe]. (Adão)

A terceira posição é de “desaprovação”, no sentido de uma contrariedade mais exacerbada. Nesses casos, algumas situações perduram, mesmo após alguns anos do nascimento da criança. Aqui prevalece uma atitude de desaprovação dos pais ou de pelo menos de um deles. Marlene e Dilma (camadas populares) contam que seus pais não as perdoam. Na época sofreram ameaças de serem expulsas de casa e até hoje eles não falam com elas. Contam com uma rede de apoio e solidariedade feminina (mãe, irmã, tia e avó) no cuidado da criança¹²³. Essa postura é mais recorrente para as moças; os rapazes mencionam comportamento semelhante nos familiares das suas parceiras.

Os discursos masculinos revelam um sentido de traição quando se referem às reações dos pais das suas namoradas. Assim é comum escutarem frases como: *o que você fez com a nossa amizade? Ou, você me traiu!* Demonstrem, assim, a quebra de confiança depositada neles e, em última instância, culpa os mesmos pela gravidez. João (camada popular) lembra as palavras de Sr. Antônio, pai da sua namorada, quando lhe contou da gravidez: *Não acredito! Eu tinha tanta confiança em você.* Esses relatos advêm de situações em que os jovens mantêm uma situação de namoro, considerado como uma instituição social que persiste e “implica um vínculo reconhecido e enquadrado pela rede de relações sociais” (Bozon e Heilborn, 2001: 129). Assim, esses jovens freqüentavam a casa da namorada e mantinham uma relação amigável com os “sogros”. Instaura-se um sentido de desonra que pode ser restituído com a assunção paterna, visto que houve falha no controle parental. Na fala das mulheres, quase não se verifica menção à reação da família dos seus parceiros. Os poucos casos foram narrados por jovens de camadas médias, outras alegam pouco contato com os pais do namorado. Os rapazes também são sucintos quanto à reação das suas próprias famílias à notícia da gravidez.

A gravidez, na maioria das vezes, é resultante de um exercício da sexualidade cada vez mais precoce entre os adolescentes. O momento atual revela que a autonomia sexual antecede a autonomia social dos jovens, os pais tornam-se testemunhas e cúmplices desse processo e intensificam suas orientações para os projetos escolares e profissionais (Bozon, 2004a), mas continuam sem promover um diálogo mais intimista

¹²³ Como contraponto a postura do pai, Marlene conta que sua mãe ficou alegre e a avó paterna: *felicíssima, ela queria tanto um bisneto, que veio.*

sobre o comportamento sexual dos filhos. Os entrevistados, por sua vez, reconhecem que suas práticas sexuais os tornam vulneráveis à experiência de parentalidade. Assim, revelam que o filho poderia ter sido postergado, mas positivam a existência dele, especialmente pela legitimidade adquirida, sobretudo na família, a partir da condição de maternidade e paternidade.

Capítulo 04: Desdobramentos da parentalidade juvenil e relações familiares

Este capítulo é dedicado à análise de determinados aspectos relacionados aos desdobramentos que ocorrem nas biografias juvenis, especialmente após o nascimento do primeiro filho. Mas, em alguns momentos, aludo, também, ao contexto de gestação do jovem casal. Retomo a discussão da união conjugal por considerar que a vida a dois inscreve-se em um dos caminhos de autonomia juvenil e representa um dos eixos de passagem para o mundo adulto. Assim, explico as principais questões destacadas pelos jovens no tocante ao sentimento em relação ao parceiro/a, ao desejo de coabitação e os (des)compassos da convivência conjugal. A descoberta das funções parentais, as avaliações e os significados sobre o processo de maternidade e paternidade na adolescência são também aqui retratados. Nessa conjuntura, a família configura-se como agente mediador em variados níveis, reafirmando a condição de que as relações familiares se apresentam como suporte imprescindível no processo dos jovens “rumo à adultez” (Rios et.al., 2002). Ao apontarem as mudanças sofridas nas suas vidas e a forma de convivência familiar, os jovens revelam que recorrem à família de origem em algumas situações, principalmente nos momentos de conflitos com seus pares –os quais esboçam diferentes formas de intervenção e de posicionamento sobre as escolhas individuais.

Sentimentos de família

Entre as características atuais da juventude está a tendência ao postergamento do casamento e certo privilegiamento pela modalidade de coabitação (em contraposição as formalidades religiosas e legais do matrimônio), principalmente motivada pelo nascimento do primeiro filho (Torres, 1996). Entre os jovens pais/mães aqui pesquisados vigora a associação entre parentalidade e constituição de uma nova família¹²⁴. Embora considerando que seja esse o caminho mais adequado, não é,

¹²⁴ Considerando a tendência revelada, especialmente em estudos populacionais, sobre um prolongamento da idade para o casamento/união conjugal, devido à legitimidade social da dissociação entre relação sexual e matrimônio, observa-se aqui o sentido de união correlacionado à presença de filho.

necessariamente, o mais seguido. A decisão pela união conjugal¹²⁵ é sempre atribuída como esfera de autonomia própria do jovem casal, mesmo que esteja atrelada à expectativa de suporte material e emocional das famílias para que essa escolha se concretize da melhor forma possível. Nesse sentido, tem relevância a questão do espaço para o casal (Cabral, 2002), quer seja o quarto cedido na casa dos pais, quer seja a constituição de um domicílio próprio; esse espaço simboliza um “sentimento de família”(Áries, 1981a).

Entre os/as entrevistados/as há um sentido implícito de que a família se constitui a partir de uma formação que reúne o casal e filho. Quando essa configuração não se estabelece, o filho é agregado à família de origem, adquirindo o sentido de novo membro. A reprodução do modelo nuclear figura como uma idéia definida no imaginário social (Fonseca, 2002), por isso este formato tende a ser socialmente esperado. A literatura contemporânea sobre casamento e/ou uniões conjugais refere-se à importância das relações amorosas como impulsionadoras ou responsáveis por esse processo¹²⁶. Segundo Goode (1970), a criança é socializada para se apaixonar, o que influi na probabilidade de que os jovens sejam “motivados a casar por causa do amor” (p.71). Esse sentimento, em última instância, pode ser compreendido como uma categoria que atribui forma ao existente (Simmel, 1993). Assim, os jovens se unem conjugalmente tendo em vista a perspectiva de acolhimento da criança e o afeto em relação ao outro, objetivando, entre tantas, uma das modalidades da atualidade: “o ideal de juntos por amor” (Bozon, 2004a: 48). Dessa forma, a união conjugal juvenil está associada ao desejo e ao sentimento afetivo-sexual nutridos pelo parceiro/a, mas motivado, no momento, pela gravidez. Situação semelhante foi apontada por Pais (1993), em pesquisa realizada com jovens, ao constatar que na decisão de casar as hierarquias sentimentais e eróticas são privilegiadas.

¹²⁵ No Brasil, embora persista o ideal de casamento formal apresentando ainda uma ocorrência significativa, a coabitação entre parceiros é legitimada socialmente. Dessa forma, os indivíduos unidos conjugalmente são rapidamente assimilados pelas famílias como parte da parentela.

¹²⁶ Nas Ciências Sociais, abordagens sobre sentimento e intimidade nas relações sociais estão, geralmente, relacionadas à perspectiva da individualidade e suas práticas, sobretudo em temas como relações de gênero, família, sexualidade, (Simmel, 1993; Goode, 1970; Elias, 1994, Luhmann, 1991, Giddens, 1993, 2002, Bourdieu, 1999; Singly, 1992, 1993, 1996, 2000; entre outros).

A formação do casal, na contemporaneidade, endossa as características da escolha por amor, desejo, paixão, acompanhado da relação de confiança que se estabelece entre os pares (Giddens, 1993, 2002; Singly, 1993, 2000). Na literatura sociológica acerca do processo de individualização focalizando a esfera da intimidade, as relações sociais entre os sujeitos, especialmente no campo da afetividade, são marcadas por construção e negociação¹²⁷ intensas. Tais relações são orientadas por uma busca de autonomia, que se expressa de forma plural, evidenciando as diferenças subjetivas inscritas nos tipos de inserções e posições sociais dos indivíduos. Ainda que marcadas por especificidades, figura como ícone do processo de construção da individualidade, a escolha do par com quem se quer estar e por quem se opta regido pelo sentido do “amor paixão” (Luhmann, 1991).

Embora se trate de jovens e a durabilidade das relações afetivo-sexuais seja demarcada pela possibilidade de incertezas, expressas na (possível) ausência da expectativa do “para sempre” e na valorização da intensidade do relacionamento, o significado de compromisso assumido com a parentalidade e/ou com coabitação, os remete a um outro patamar de vida, tornando-os pais e mães de família. Tal fato revela-se como suficiente para sentirem-se adultos¹²⁸. Béjin (1987) afirma que na coabitação juvenil não predomina a suposição de que o relacionamento seja definitivo, a sua duração está submetida a uma renegociação cotidiana entre os parceiros. Jovens casais ao decidirem pela coabitação firmam um compromisso, mas atestam que a união se realiza em função da gravidez, ainda que, em algum momento, o casamento estivesse em seus planos. No entanto, em determinados casos, ocorre pressão da família da moça para uma assunção da paternidade que contemple a união conjugal, mesmo assim todos

¹²⁷ Também a partir de uma perspectiva macrossociológica, a relação família e indivíduo na contemporaneidade tem sido contraponto para o argumento do enfraquecimento das instituições e a análise da ação dos atores sociais, ressaltando-se as mudanças ocorridas e as novas relações que se estabeleceram. Touraine (1998: 51) afirma que “não é mais em termos institucionais que definimos uma situação familiar, mas de preferência em termos de comunicação entre os membros da unidade familiar, ou de reconhecimento de direitos e de interesses pessoais de cada um deles”. Catells (1999) pontua a profunda diversificação da família e a mudança do seu sistema de poder, assim, afirma o autor: “papéis e responsabilidades, não mais se ajustam às rotinas tradicionais: precisam ser negociados”(p.264).

¹²⁸ Alguns entrevistados, sobretudo os rapazes, já expressam formas de inserção na vida adulta, especialmente via trabalho, o que implica rendimentos próprios e possibilidades de contribuição no orçamento doméstico. Mas, o cuidado com um outro indivíduo, completamente dependente, aguça o sentido de responsabilidade, como se não lhes permitissem mais retornar à adolescência.

os jovens insistem no registro de que a situação de conjugalidade foi uma decisão do casal.

A percepção e a demonstração do sentimento pelo parceiro/a são reveladas discretamente e aludem a uma associação entre amor e carinho. Ao narrarem o enredo que se inicia com a constatação da gravidez até seus desdobramentos, mencionam a importância da parceria: alegrias, descobertas; como também, frustrações, decepções e saudades. Algumas falas publicizam a importância do afago do outro na produção de si. Clara (20 anos, camada popular), ao referir ao parceiro atual, afirma: *José faz coisas que a minha mãe nunca fez por mim. Amor mesmo, ele me dá carinho. Nunca tive carinho de mãe nem de pai.* Depois da experiência de outros relacionamentos, ela aposta que encontrou a pessoa certa. O relacionamento é baseado na expectativa de suprir as carências materiais e afetivas que a acompanham desde a infância, primeiro porque José está providenciando um local para eles se instalarem, e essa é uma reivindicação antiga na vida de Clara; segundo, ele é *muito carinhoso*, isso o diferencia do ex-parceiro visto que *nem um carinho o miserável sabia dar.*

A expressão da emoção sobre a atual parceria, geralmente, é construída em contraposição a relacionamentos afetivos anteriores. Elder (21 anos, camada média), sobre a companheira, mãe da sua filha, declara: *com ela é mais o carinho, o que chama assim de amor mesmo. Vontade de estar perto, é algo mais forte, o tempo de modo constante.* Entre as formas de caracterizar o sentimento que nutrem pelos pares, prevalece a menção ao gostar ou sentir-se apaixonado/a. A palavra “amor” e suas derivações são mais frequentemente designadas aos filhos e às pessoas da própria família, especialmente aos primeiros. Assim, é comum nos discursos, expressões como: *o meu amor materno; amo meu filho; ele é minha vida; ela me mostrou amor e carinho e dar amor.* Esse sentimento traz a conotação de eternidade, é percebido como inviolável. Um tipo de manifestação nas relações familiares simboliza que esse amor pressupõe gratuidade e incondicionalidade (Singly, 2000).

Outra forma de referir-se ao amor aparece vinculada ao desejo e à prática sexual, sendo essa uma instância fundamental no relacionamento, responsável, inclusive, pela

construção e manutenção da relação afetiva (Bozon, 2004a). Esse desígnio é ainda mais intenso na juventude, onde há frequência das atividades sexuais, ressalta o autor, condição que pode ser alterada com a existência de filho. No entanto, para rapazes e moças é necessário *fazer um amor gostoso*, visto que a vida de um casal precisa de *muito amor e carinho, sem isso não dá certo* (Kátia, camada popular).

Experiência de conjugalidade e relações familiares

A família contemporânea ocupa lugar privilegiado tanto na reprodução biológica e social como na construção da identidade individualizada (Singly, 2000a), na qual a conjugalidade assume o estatuto de domínio autônomo da família (Heilborn, 2004), fundamentando, assim, a esfera da produção de sentido, onde a parentalidade adiciona sentido existencial para o indivíduo (Torres, 2000). Desse modo, a decisão de morar junto¹²⁹ é permeada de sentimentos e significados. O nascimento do filho torna-se emblemático na construção da nova família, pois atua como instância de acolhimento para a criança, algo como uma estrutura familiar (Palma e Quilodrán, 1997). Assim, as condições de parentalidade e conjugalidade aguçam o sentido de responsabilidade e promovem o redimensionamento do novo contexto em que se inseriram. Estar e morar junto cria uma interação cotidiana (Torres, 2001), ainda que precedida da convivência do namoro. Estar em situação de cônjuge pressupõe “encarar a esfera privada como um mundo onde há escolha e autonomia para ‘moldar’ a realidade à nossa maneira, o que tende a traduzir-se em altas expectativas em relação ao casamento” (p.91).

O cotidiano da vida do jovem casal revela-se como um aprendizado dinâmico e potencialmente sujeito a “metamorfose dos sentimentos” (Kaufmann, 2001). O posicionamento frente aos conflitos, às negociações e às decisões esboçam questões de âmbito individual, mas há também o recurso à família (Brandão, 2003), como domínio

¹²⁹ Constituíram união conjugal em função da parentalidade os seguintes jovens das camadas populares: Dilma, Kátia, Mara, Léa, Fábio, Carlos; das camadas médias: Joana, Ana, Adão, Pedro. Vale ressaltar que, também nas camadas médias, Suzi já era casada e Elder se uniu com a parceira depois que a filha nasceu. Nas camadas populares, João e Francisco têm planos de coabitação com as mães dos seus filhos; Clara conviveu com o pai do segundo filho, na época da gravidez e atualmente mora com o pai do quarto filho (em gestação). Noel após a conturbada experiência de gravidez na adolescência, casa-se com a mãe do seu segundo filho quando descobre a gravidez. Embora se registre uma tendência de adiamento das uniões na juventude, Luker (1996) já ressaltava a frequência das coabitações juvenis.

legitimado de aconselhamento e amparo. Quando o assunto é o relacionamento do casal, a família é requerida, especialmente no tocante as circunstâncias que envolvem indecisão e angústia, buscando aclarar sentimentos e escolhas. A experiência de vida dos pais e em alguns casos de irmãos mais velhos é valorizada, não significando, necessariamente, acatar as propostas destes.

Na sociedade contemporânea, a valorização da autonomia dos indivíduos endossa a premissa de que “a relação a dois é um assunto puramente privado, que diz respeito apenas aos envolvidos” (Prost, 1992: 92). Os comportamentos juvenis, muitas vezes, são emblemáticos dessa tendência, mas a vida de casal (jovem), acentuada com a presença de filho, não consegue manter o distanciamento, ou a independência almejada, dos posicionamentos, das atenções e sugestões familiares. Os entrevistados não relatam um cotidiano da vida de casal compartilhado com os pais, fazem questão de demarcar que a condição de casal constitui uma esfera autônoma das suas vidas. Assim, afirmam que a coabitação com os parceiros/as é regida por negociações e renegociações próprias do casal, embora tenham ciência das expectativas familiares sobre seus comportamentos e atitudes. Não decepcioná-los apresenta-se como mais uma das tensões vividas em um momento de tantas novidades e descobertas, o que revela uma sutil forma de controle parental.

No campo de possibilidades das relações sociais entre casais, situações de conflito emergem e, às vezes, atingem o limite da violência com a ocorrência de agressões físicas. Alguns sujeitos relatam experiências vividas, especialmente no decorrer da gravidez e/ou após o nascimento do filho. Nessas circunstâncias, a intervenção de uma ou mais pessoas da família, intermediando ou propondo uma solução para o problema, acontece frequentemente. Mara (18 anos, camada popular) conta que brigava muito com Ricardo (seu parceiro) até que um dia sofreu a primeira agressão física perpetrada por ele: *murro no rosto e empurrão*. Ela estava no sétimo mês de gravidez e residia na casa da mãe dele. Esse episódio motivou seu retorno para casa dos pais, no interior da Bahia. Essa separação não significou o fim do relacionamento, o casal apenas se manteve afastado. Durante esse tempo, afirma que o parceiro: *guardava todo o dinheiro para comprar a roupa do filho*; e, também, coisas que fossem necessárias para ela. No dia do

parto, o parceiro estava presente, mas ao conhecer o filho profere um comentário sobre a criança que, segundo Mara, além de magoá-la muito, desencadeia nela um processo depressivo, diagnosticado como “depressão pós-parto”.

Estava de alta [hospitalar], Ricardo chegou, olhou para mim e falou: "Esse menino branco? Ele não é meu filho!". Eu olhei para ele com raiva, mas não falei nada, fiquei quieta. Ele falou que foi brincando, porque notou que eu senti - aquilo me doeu bastante! Fiquei com aquilo, como algo preso... Não sei se foi por causa da raiva que eu senti, era como se eu fosse sufocar. Eu fiquei sem voz.

O momento final da gestação é envolto por uma diversidade de sentimentos e significados, além das mudanças corporais, dores do parto, ansiedades e preocupações com o filho. Para a mulher, em especial, muitas novidades acompanham a chegada do primeiro filho e, certamente, há uma expectativa sobre a descrição da criança, particularmente a narrativa do pai. A “brincadeira” de Ricardo teve repercussão emocional para Mara; ela silencia, a voz é obstruída por causa da alteração emocional que pode ser aludida como moral, visto que a fidelidade é uma das principais características do código de honra (Duarte, 1986). O estado de depressão persistiu por algum tempo; a jovem não indica com exatidão a sua durabilidade. A necessidade de cuidados especiais fez com que a mãe de Mara deixasse o emprego para se dedicar à filha e ao neto; Ricardo também ajudava. Foram muitas as dificuldades da família, inclusive falta de dinheiro para comprar medicação. Na ocasião, parentes, amigos e grupos religiosos ajudaram financeira e espiritualmente, atuando como rede social¹³⁰. A combinação da situação de classe, gênero e condição de jovem mãe acentuam o simbolismo da ajuda recebida de outras mulheres, reafirmando o sentido essencial da solidariedade na vida familiar e social (Kellerhals et.al., 2002).

Após essa fase, a família se reúne (casal e filho) e passa a morar em uma casa alugada, próxima a casa da mãe do parceiro. Entretanto, a formação de um novo domicílio representa um aumento das despesas para Ricardo que é o principal responsável pelo sustento da família. Esse fato faz com que *ele esquente muito a cabeça*

¹³⁰ Bott (1976) salienta a importância da rede social para as famílias, sem a qual não poderiam sobreviver.

e a gente brigue bastante, afirma Mara. Diz ela que recentemente: *houve uma briga horrível, ele me bateu e eu disse que iria embora*. Ela menciona que sua mãe e a sua irmã pediram que ela rompesse a relação com o parceiro e voltasse para casa da família, inclusive com a ameaça de que: *se eu não fosse embora, não era para considerá-la mais como irmã*. Ela justifica o comportamento da mãe: *porque ninguém vai ter uma filha para deixar assim*.

Não obstante, para Mara, assim como para tantas mulheres vítimas da violência conjugal¹³¹, a dependência afetiva e as relações de poder inscritas nas relações de gênero, muitas vezes, se sobrepõem sobre as demais instâncias. As (re)negociações na relação afetiva-sexual são impregnadas de simbolismos e significados com expressões de gênero e classe social, entre outras. Assim, no relacionamento da jovem, esboça-se uma outra chance quando: *ele disse que se arrependeu. Mas que arrependimento é esse que depois ele volta a fazer tudo de novo?* Ainda assim, prevalece a esperança de ter sido essa a última vez.

Ele começou a falar comigo e disse que não faria mais. Eu gosto dele, entendeu? Ele sabe que eu gosto dele, acho que é por isso que ele faz isso. Que já aconteceu antes, não é a primeira vez; ele parecia está transformado, uma coisa horrível! Eu estava decidida realmente a ir embora, mas ele conversou comigo. Comprou até um rádio para mim, que ele tinha me prometido há um tempo. De noite, se deitou comigo e começou a fazer carinho... (Mara)

Outras situações de violência entre casais foram referidas por dois jovens das camadas médias. Uma moça e um rapaz narram experiências consideradas traumáticas no percurso dos seus relacionamentos afetivo-sexuais. No primeiro caso, Victor, parceiro de Joana, passou a morar na casa dos pais dela, após a confirmação da gravidez. A convivência foi gradativamente apresentando pequenos conflitos. Após o

¹³¹ A partir da década de 90 se intensifica a análise da violência de gênero/conjugal/doméstica que tem no homem o principal agressor e na mulher a predominância da situação de vitimização, sem a reiteração simplista do “binômio vítima-algoz” (Gregori, 1993). Como salientam Heilborn e Sorj (1999: 213): “as estatísticas de vitimização feminina são contundentes no sentido de assinalar de que modo a estrutura da conjugalidade em particular, e da família em geral, no que implicam uma ordenação de gênero, abriga uma virtualidade de violência (simbólica ou física)”. No Brasil, dispõe-se de uma ampla produção sobre o tema, com perspectivas diferentes e interdisciplinares que analisam contextos, expressões e manifestações dessa violência.

primeiro ano do filho, consolidou-se o distanciamento do casal, inicialmente descrito como de interesses e culminou com a separação¹³². Na percepção de Joana, ele *segurou a onda até quando deu para ele, depois pulou fora*. Durante a gestação, a convivência do casal teve *muitos momentos de briga e falta de respeito*. Eis o seu relato:

Minha gravidez foi muito agitada e nervosa. Eu não tive muito companheirismo da parte dele, os momentos que estávamos bem eram poucos. Eu sentia muita necessidade dele, fica-se muito sensível quando se está grávida, e não tinha um companheiro do meu lado. Eu tinha meu pai, minha mãe, mas eu precisava de um homem: ele, o pai de meu filho; deveria estar perto, unido. Então isso foi começando a influenciar, comecei a enxergar e ver que não pode ser assim. Como se tivesse tombando a cabeça e levantando, sabe, vendo a vida crescer. Eu decidi, pus um fim e a gente se separou. Ele ficou me perseguindo e depois de uma briga, meus pais se envolveram e a família dele também. Pronto, separou a família toda, ninguém se falava. (Joana, camada média)

O processo de desgaste da união conjugal narrado pela jovem, prossegue até o momento em que há o envolvimento das famílias, caracterizado como o ápice da situação. Antes ela menciona manifestações lacônicas da parte dos seus pais sobre seu relacionamento com Victor. A nova conjuntura que se impõe na vida dos jovens pais provoca inquietudes, incertezas e receios sobre o *dever*. Situação que se agrava quando no namoro já incorrem questões de incompatibilidades que denotam dúvidas sobre a sua continuidade. Elder (21 anos), outro jovem das camadas médias, afirma que seu relacionamento era marcado *por muita instabilidade*. A gravidez provocou muita ansiedade na namorada, exaltou sua insegurança sobre a relação deles e instalou o temor de enfrentar sozinha o nascimento do filho¹³³. Para ele, naquele momento, enquanto curtia a alegria da notícia, os questionamentos da sua parceira revelavam que ela *viu mais à frente, foi mais madura*, ao se preocupar com o futuro. A principal solicitação dela era o casamento, como forma de assegurar a parceria e a partilha das

¹³² Brandão (2003) aponta que o processo de mudanças no relacionamento é uma das dificuldades enfrentadas pelo jovem casal e se intensifica após um ano do nascimento do filho.

¹³³ Wall et.al. (2002) chamam a atenção de que na situação de gravidez na adolescência, a família, após o choque inicial, apóia a jovem e gerencia recursos para assegurar o bem estar da criança e sua mãe. Mas, geralmente, “o namorado assume a paternidade e um papel discreto de apoio.” (p.641)

responsabilidades e cuidados com a criança. Essa demanda o assustava. Segundo Palma e Quilodrán (1997: 157):

“Da gravidez da companheira ao casamento, a experiência é a de ‘dormir e acordar casado’. A irrupção da gravidez faz com que sentidos e projeções vinculadas à definição e construção da relação de casal se tensionem, diante da iminência de trajetos biográficos inteiramente diferentes.”

Elder não demonstrava entusiasmo para a união conjugal e preferia não aventar essa possibilidade. O fato de ter acordado em assumir a paternidade, parecia-lhe confortável e satisfatório. Ter um filho naquele momento não era exatamente um desejo, mas sentiu-se feliz. Estava ciente da responsabilidade que teria doravante e, por isso, a inserção na vida conjugal ecoava como imprudência.

Apesar de que aquilo [gravidez] foi motivo de nos aproximar mais, eu acreditava que não precisava a gente colocar no papel para realmente ficarmos juntos. A gente devia mesmo era fortalecer aquele momento de aproximação e depois confirmar isso no papel, por conta daqueles traumas que a gente já tinha tido antes, muitas brigas. Ela tinha se tornado uma pessoa muito insegura. Por alguma parte da insegurança ela tinha até alguns motivos, mas se exacerbou um pouco... Ficou neurótica. Eu não tinha muita paciência com ela, e eu tinha medo da gente se precipitar em casar e ser pior. Não cuidar da gestação, da criança e se arrepender depois de ter casado, piorar a situação.
(Elder, camada média)

A vontade da parceira foi fortalecida na ocasião do casamento da irmã de Elder, pois, como afirmou, a cerimônia sensibilizou a jovem, que, por sua vez, reiterou o desejo de casar. Eles discutem e a desavença é descrita por Elder como: *uma briga feia, briga dela me dar um tapa, ela grávida, e eu devolver o tapa nela*. Os pais dele intervêm, o jovem discute com o pai, com o irmão e termina o namoro. Desde a notícia da gravidez, os pais dele respeitaram sua decisão, mas consideravam que ele *deveria pensar melhor se não queria casar*. A mãe era quem mais conversava sobre o assunto, mas, como ele mesmo pontua: *ela não me pressionava, não era repressiva*.

O jovem manteve, durante um tempo, a decisão de não viver conjugalmente e continuou, entre rupturas e reconciliações, o relacionamento com a mãe da sua filha. No momento da entrevista, o casal vivia na casa dos pais de Elder, há poucos meses. Essa atitude torna evidente o desejo deles de redirecionar as suas vidas e a da filha, visto que, pensando na criança considera a importância *do apoio de um pai presente, assim resolvemos mudar as coisas*. A representação de risco que o matrimônio lhe impunha, foi explicitada quando ele revelou os significados da vida de casado, corroborando a perspectiva de que “o casamento precisa de algum sacrifício e de algum empenho” (Torres, 2001: 61).

As responsabilidades aumentam, mas os anseios não diminuem. Então, a vida de casado não é mais a sua vida sozinha, não é a vida de namorado. Que você tem aquele grupo, tem um compromisso, tem responsabilidade com sua filha, com sua mulher, com sua família. Com a preservação da família, com o ambiente que você vive. Eu preciso considerar que tenho uma família para tudo que vou fazer, porque já não tenho mais apenas os meus anseios; tenho anseios de uma família. (Elder, camada média)

A narrativa do jovem expressa dilemas presentes na vida conjugal, nos quais o indivíduo oscila entre o “eu” e o “nós” (Singly, 2000c). A família contemporânea se constitui numa esfera capital na construção de si, construção da individualidade no espaço das relações, reafirmando o caráter relacional do indivíduo (Singly, 2000a). Segundo Kellerhals et. al. (1989), o grupo familiar é composto de vários tipos de “nós”, todos legitimados, mas sem a predominância de um deles¹³⁴. Os discursos juvenis ao expressarem a noção de grupo familiar, demonstram consonância com a perspectiva na qual “a família apresenta-se, assim, como espaço onde se confrontam e se mesclam valores que privilegiam o indivíduo e aqueles que acentuam a importância do grupo social” (Barros, 2004: 20).

¹³⁴ Kellerhals et al. (1989) consideram que o sentimento de pertença é uma das formas de construção simbólica da realidade familiar, composta por o “nós-casal”, o “nós-família” e o “eu” individual. A ordenação de prioridade entre eles apresenta variação vinculada a “diferentes distribuições de recursos e por formas distintas de resolução de conflitos de interesse.” (p.86).

Na literatura sócio-antropológica brasileira, um dos campos de debate sobre família¹³⁵ demarca uma distinção acerca da sua representação entre os diversos segmentos sociais. Os autores advogam a preponderância de valores mais igualitários e individualistas associados às camadas médias, em contraposição a valores mais relacionais e hierárquicos nas camadas populares. Nessa perspectiva, os jovens baianos apresentam uma peculiar ambivalência: o ideal individualista, também predominante nas camadas médias, cede espaço para o indivíduo relacional com a emergência da parentalidade. A forma como se manifestam as relações familiares, com ênfase no grupo e no parentesco, possui configurações específicas de *ethos*, cujo código de valores é definido por sentimentos de moralidade e responsabilidade.

Ao associarem a união conjugal à constituição de uma nova família¹³⁶, os jovens definem como prioridade dessa instância as funções parentais, cuja conotação se expressa no eu e no outro. Quando refletem sobre a trajetória da adolescência à experiência de paternidade/maternidade, avaliam que poderiam ter investido primeiramente no “eu-individualizado”, onde se inclui a conquista de independência e maior autonomia, e, só depois na formação familiar – sempre mencionada como um desejo. A “mudança de planos” com o nascimento da criança, e as relações sociais que passam a existir entre pais e filhos, se apresenta envolta por um “espírito de família”, funcionando como *habitus* de reafirmação institucional que, segundo Bourdieu (1996: 129): “visam produzir, por uma espécie de criação continuada, as afeições obrigatórias e as obrigações afetivas do sentimento familiar (amor conjugal, amor paterno, amor materno, amor fraterno etc.)”. Léa (18 anos, camada popular) afirma que a gravidez impõe compromisso para o casal, visto que *se não tivesse filho, era melhor porque a gente estava namorando. No dia que não desse certo, cada um para o seu lado, não teria com o que se preocupar*. Mas a presença da criança redimensiona a situação, afinal enfrentar uma separação implica que: *sempre quem vai sofrer as conseqüências é ela [filha], por ter que ficar separada do pai ou da mãe*. O valor atribuído à família é

¹³⁵ Ver Duarte (1986, 1995), Salem (1980, 1989), Velho (1989, 2001), Heilborn (1997, 1998, 2004), Sarti (1994, 1995, 2003); Fonseca (1989, 1995, 2000), Figueira (1987), entre outros.

¹³⁶ Uziel (2004) destaca que a coabitação tende a ser um aspecto relevante na definição de família, inclusive legalmente. Entretanto, o debate ampliado sobre o tema remete à falta de consenso sobre essa relevância, mas adverte que o ideal de família repousa “ainda sobre a existência de um par”.(p.92) Entre os jovens pesquisados, apenas Suzi, que já era casada quando engravidou, destaca que no primeiro momento de contemplação da filha teve a sensação *de estar constituindo uma nova família*.

reafirmado nas orientações dadas pela mãe da jovem, quando se preparava para morar com o parceiro:

Ela me mandou tomar juízo, que agora era diferente, agora eu não estava mais com namorado. Agora eu estava tendo responsabilidade, porque um marido a gente tem que respeitar, não é como um namorado. Um namorado, no caso, você está com ele, mas se você não o quiser mais, você não tem nenhum compromisso com ele, você pode namorar outro. Marido não, marido você tem que respeitar. (Léa, camada popular)

A literatura brasileira que discute relações familiares nas camadas populares é categórica na premissa de que filho e casamento/união ao implicar responsabilidade acentuam o significado da moralidade e da honra (Duarte, 1986; Sarti, 1994, 1995, 2003, Heilborn, 1997). Tornar-se pai/mãe (de família) significa assumir dependentes, cumprir obrigações, mesmo que matizadas em graus variados. Alguns jovens, geralmente homens, se recusam a constituir união conjugal, mantendo a assunção paterna; outros aguardam um momento financeiramente propício para formarem um novo domicílio e poder reunir a família; e outros se rendem à coabitação. Há que se considerar que a parentalidade em si mesma demarca mais uma esfera de reconhecimento de autonomia, que passa a ser conquistada cada vez mais precocemente por crianças e adolescentes.

É próprio da família contemporânea a conquista por parte dos indivíduos do direito a uma vida privada autônoma (Prost, 1987). Na fase da adolescência, a esfera da vida privada começa a se delinear. Uma das instâncias de demonstração desse processo se expressa através do percurso amoroso-sexual (Bozon, 2004a) e intensifica-se com a constituição do casal e nascimento do filho. Essa autonomia se revela e se constrói vinculada ao emblema da individualidade. E, se por um lado, a questão acerca das potencialidades de sua manifestação nos diferentes segmentos sociais se configura como algo polêmico, por outro lado, o entendimento das relações familiares requer abordagens que privilegiem esse debate. Sarti (1995) chama a atenção para o fato de que o problema reside na compatibilização entre a individualidade e a reciprocidade familiar. Assim, as pessoas desejam aprender, ao mesmo tempo, “a serem sós e a serem juntas”.

Novas configurações e relações familiares estão vigorando ou se enraizando na nossa sociedade. Percebe-se a propagação de valores mais igualitários, modificando as relações sociais de gênero e geração, ainda que expressem marcas de classe social. Assim, a família brasileira apresenta a peculiaridade da convivência sutil e complexa entre o arcaico e o moderno (Figueira, 1987). O dinamismo social, no qual se incluem as relações familiares, demonstra a convivência entre as “mudanças e permanências”, evidenciando que “o vínculo conjugal (mesmo temporário) constitui a base recorrente para a construção da esfera privada da vida social” (Durham, 1983: 42), caracterizada como família conjugal. Observei, em alguns casos, o desejo de casar nos moldes tradicionais¹³⁷ quer por uma escolha dos jovens, quer por um desejo dos pais. Ainda que sejam expressivas as mudanças no sentido do casamento, essas mudanças não anunciam, necessariamente, uma passagem¹³⁸ devido às pequenas etapas constituídas na prática das relações do casal (Segalen, 2002); mas permanece, com o casamento, o sentido de conferir “publicidade a um ato de compromisso” (p.58).

Dilma (18 anos, camada popular) coabita com Dílson (parceiro) na casa da sogra, mas revela que sua mãe deseja muito que ela formalize a sua união. A jovem afirma que quer se casar, mas tem dúvidas se esse é também o desejo do seu parceiro. Quando o aborda sobre o assunto ele afirma: *querer casar só depois que fizer a casa da gente*. Justificativa que suscita desconfiança em Dilma. A combinação “igreja e vestido de noiva” ainda tem ressonância entre jovens, principalmente entre as mulheres. Noel (24 anos, camada popular) é casado há 4 anos, na época do nascimento do primeiro filho ele tinha 14 anos e já estava separado da namorada. O conflito gerado com o evento da gravidez resultou na ausência de convivência com o filho, dada a proibição de contato imposta pelo avô materno. Essa experiência foi fundamental na sua decisão em casar, logo que soube que a parceira atual estava grávida. Agilizou as formalidades para o casamento e ao noticiar para as famílias a novidade, já comunicou também o casamento.

¹³⁷ Oliveira (1996) pontua que nas últimas décadas houve um aumento de uniões informais, fenômeno verificado no Brasil e em alguns outros países.

¹³⁸ Segalen (2002) chama a atenção para o fato de que Bourdieu discorda da referência a rito de passagem, posto que, em sua opinião, o fundamental não é a passagem e sim a “linha que separa um antes de um depois” (p.50), aquilo que os diferencia, por isso adota a noção de rito de legitimação ou instituição. Para a autora, “ritos de passagem e de instituição não se excluem mutuamente, eles existem uns nos outros, especialmente quanto aos efeitos agregativos.” (p.52).

Ele conta: *quando soltei a bomba já estava com a documentação na mão para casar. Considera que dessa vez, agiu corretamente, ainda que precocemente: Igreja, cartório, tudo para se enforçar. Não me arrependo, mas claro que na época eu era muito novo para ter assumido essa responsabilidade, mas estou segurando até hoje.* A atitude masculina de assunção e formação de família, muitas vezes, “envolve simultaneamente a demanda de construção de sentidos biográficos e de respostas à ordem social” (Palma e Quilodrán, 1997: 170).

Entre aqueles que passaram a coabitar com o/a parceiro/a, alguns desfizeram o laço conjugal, geralmente após o nascimento do filho¹³⁹. Os discursos não refletem uma banalização da separação, mas é perceptível uma naturalidade da situação, caracterizada como algo presumível e em alguns casos previsto. Ariès (1987) ressalta a temporalidade da coabitação juvenil na contemporaneidade, destacando que os jovens não são adeptos a um compromisso (duradouro), posto que “a permanência não é moderna” (p.161). Assim, para esse autor vivemos em uma sociedade que “privilegia o instante e a ruptura” (p.162). Nessa perspectiva, Luhmann (1991) acrescenta que o mundo moderno não consegue prever a estabilidade do casamento ou de outras relações íntimas. Atualmente, uniões, separações e recasamentos fazem parte da dinâmica das relações afetivo-sexuais, com maior regularidade.

Em busca da família: conflitos e mediação

Após a separação, a atenção direciona-se para a responsabilidade e o cuidado com o filho. É importante, sobretudo para os rapazes, continuar a cumprir as suas funções parentais. Novos relacionamentos são vislumbrados, ainda que as mulheres pontuem maiores restrições devido à presença cotidiana do filho. Marlene (23 anos, camada popular) afirma: *eu não tenho liberdade total de sair sem ele [filho]. Eu tenho que sair com ele nas minhas folgas.* Então, quando alguém demonstra interesse por ela, assegura que: *antes de pintar qualquer clima eu falo logo [sobre o filho].* Joana (camada média) revela: *estava procurando muito um companheiro, uma pessoa que me entendesse, que*

¹³⁹ Entre as jovens que permanecem coabitando com os parceiros, Mara explicita o desejo de separar-se, mas teme: *criar o filho sozinha.*

entendesse que eu tenho filho. Alguns jovens descrevem a interrupção ou término do relacionamento revelando que ainda sentem-se envolvidos afetuosamente com o/a pai/mãe do seu filho, mas demonstram que o amor por si só não é suficiente para manter a vida conjugal (Torres, 1996). Outras questões, descobertas, anseios e recomeços balizam essa decisão. Adão (24 anos, camada média) separou-se da parceira e mudou para Salvador, mas continua namorando-a. No entanto, ele redimensiona o compromisso desse relacionamento:

Eu não me sinto casado, não me comporto como um homem casado, a verdade é essa. Eu me comporto na parte da responsabilidade com minha filha, como pai. Hoje em dia o nosso relacionamento está muito melhor do que quando morávamos juntos. Não sei se foi pela falta, pela distância. Isso contribui, com toda certeza. Também, muita coisa que nós fazíamos vê que é besteira. Poderia ter feito de uma outra forma.

Nas narrativas femininas, estão presentes situações de desilusão em relação ao ex-parceiro, justificadas por mudanças de comportamentos, sobretudo depois do nascimento da criança. A convivência marca as descobertas de si e do outro na relação a dois. A conjugalidade dos casais jovens também é vulnerável à presença de “sinais de desconstrução em relação ao sentimento inicial, situações conflituais de desfecho incerto” (Torres, 2000: 155).

Nos momentos de conflitos conjugais, os indivíduos buscam alguém de referência para dialogar, mas revelar acontecimentos ou situações da intimidade requer confiança¹⁴⁰. Algumas jovens privilegiam a família¹⁴¹, particularmente a mãe como principal interlocutora. É interessante notar que em certos depoimentos femininos são perceptíveis determinadas mudanças de atitudes – as amigas são substituídas pela mãe, sobretudo para conversar assuntos de família. Em última instância, é a mãe que ocupa posição privilegiada no diálogo com os filhos (Blöss, 1996). Vale lembrar que a conversa entre pais e filhos é também uma possibilidade de controle familiar (Rezende,

¹⁴⁰ Giddens (1993) ressalta que as relações de parentesco são de confiança, mas ela deve ser constantemente negociada e barganhada. Tal pressuposto, para ele, é próprio do momento atual.

¹⁴¹ Segundo Kellerhals et.al. (2002), a geração mais jovem elege pessoas da família a partir de critérios de afinidade e confiança e estabelecem com elas uma relação de maior proximidade. Essa eleição está diretamente relacionada à construção da identidade familiar dos indivíduos.

1990). A construção social da mãe, para além dos estereótipos presentes no imaginário social, reúne elementos de mito (cautela com conselhos, avisos e pressentimentos maternos) e de sabedoria. É uma relação de confiança porque se acredita que ela deseja sempre e irrestritamente o bem dos seus filhos. Segundo Badinter (1985: 213): “a família moderna se recentra em torno da mãe, que adquire uma importância que jamais tivera”.

Rezende (2001, 2002), ao analisar a percepção de familiares como amigos¹⁴², observa que critérios como diálogo, confiança e intimidade compõem o quadro de referência. O posicionamento dos indivíduos sobre a esfera da amizade na família revela diferenças de idade e de geração. Assim os mais jovens, que vivenciam as mudanças nas relações familiares com a introdução de padrões mais igualitários, referem-se aos pais como amigos nos quais confiam inteiramente e têm “abertura” para o diálogo. Os mais velhos pontuam a pouca intimidade com os seus pais e um pouco mais com os irmãos.

Nos discursos dos jovens pais e mães de Salvador, dois momentos são destacados na relação entre amizade e família. O primeiro é caracterizado pela fase inicial da adolescência, na qual o grupo de pares (amigos e colegas) assume a alusão ao “diálogo aberto”, a possibilidade de expor dúvidas, afetos, desejos, planos etc. Já as conversas em casa são marcadas por uma diversidade de temas, mas sem a construção da intimidade necessária para troca ou narrativa de confidências, sobretudo no campo da sexualidade, como já referido no capítulo anterior. O segundo momento tem como marco a parentalidade juvenil. Assim, na percepção dos pais, seus jovens filhos ascendem socialmente, adotando a condição de paternidade/maternidade como elemento que os impulsionam para a maturidade. Dessa forma, tornar-se pai/mãe (de família), com ou sem vínculo conjugal, remete a um reconhecimento da inserção na vida adulta. Para alguns jovens, as relações familiares modificam-se substancialmente nesse momento e a parentalidade juvenil cria instâncias e relações próximas entre pares (pais e filhos-pais). Entretanto, não ocorre uma perda da dimensão das hierarquias e assimetrias, os pais dos jovens não são simbólica e efetivamente destituídos da sua

¹⁴² Os dados do Brasil são referentes a indivíduos pertencentes às camadas médias carioca. A autora já aponta uma tendência entre jovens dessas camadas em considerar os membros da família como amigos em trabalhos anteriores (Rezende, 1989).

autoridade. As relações entre eles apresentam nuances, compartilham um campo de maior cumplicidade, confiança e intimidade. Pais e filhos consideram-se mais amigos¹⁴³.

Os jovens pais consideram fundamental a importância da relação de amizade entre os familiares, e ressaltam, nos seus discursos, que pretendem investir na conquista dos filhos afim de que se tornem amigos. Acreditam no sucesso desse investimento, tanto pela percepção das mudanças nos comportamentos familiares, com a possibilidade de maior interação afetiva entre os indivíduos – particularmente entre homens, como por uma menor distância etária entre eles e as crianças, favorecendo a vivência de experiências de um mesmo tempo. Como salienta Elder (camada média): *é mais fácil estabelecer um relacionamento de amizade com seu filho quando se é mais novo do que quando você é mais velho*. No momento atual, a juventude expressa como marca do seu tempo a possibilidade de maior abertura para conversas em famílias, do que as gerações anteriores.

No campo das Ciências Sociais, destacam-se as análises sobre relações familiares e condição feminina, ressaltando os aspectos da vida privada, as relações com os filhos, sobretudo a partir de mudanças engendradas com o movimento feminista, propiciando debates em várias frentes, tais como: relações de gênero, mercado de trabalho, violência, educação, socialização, entre outros. Nesse cenário, sobre o homem, até então referenciado com certa exterioridade das relações cotidianas do espaço doméstico, incidiam abordagens com enfoques na autoridade, na dominação, nas relações de poder e patriarcais, entre outras. Ou seja, fatores característicos de correlação com o mundo público. Mas, nos últimos anos, observa-se uma proliferação de estudos sobre masculinidade, contemplando, entre outros, a construção social da sexualidade, inclusive com a incorporação de “uma perspectiva mais relacional das identidades masculinas e femininas” (Heilborn e Sorj, 1999: 194).

¹⁴³ Para Romanelli (1995) as transformações sociais contribuem para uma maior proximidade no plano afetivo entre o pai e seus filhos, inclusive a partir do questionamento do movimento feminista sobre a postura masculina. Esse processo não ocorre uniformemente entre as famílias de diferentes segmentos sociais, prevalecendo entre os indivíduos das camadas médias.

Em termos de relações familiares, ainda verifica-se uma centralidade de referências que identificam a esfera doméstica como domínio feminino, mantendo-se os homens como coadjuvantes nas atividades parentais, sobretudo no cuidado infantil (Medrado, 1998; Ridenti, 1998). Mas, os estudos sobre família têm criado novos campos de debate contemplando a construção de óticas plurais que dialogam com as categorias de gênero, classe social, raça/etnia e geração, nas quais a perspectiva relacional dos indivíduos traz para a arena personagens já conhecidos, porém com novas nuances. Um dos exemplos correntes é a discussão de inovações no exercício da paternidade, que enseja desde a visibilidade do homem como outro protagonista na família, até a participação nas tarefas domésticas e cuidados com os filhos¹⁴⁴. Ainda assim, continua “largamente inexplorada, na nossa sociedade pós-freudiana, tanto a relação pai-filho como a relação pai-filha” (Saraceno, 1997: 77).

Na dinâmica das relações familiares, a constituição das identidades sociais, pautadas na lógica da “representação da imagem de si e do outro nas relações sociais” (Peixoto, 2000b: 48), tem na parentalidade um fator de formação. A construção da identidade feminina, no âmbito doméstico¹⁴⁵, se alicerça a partir de atributos de gênero, destacadas na condição de mulher/mãe. Segundo Barros (1987), com o nascimento do neto, as relações mãe-filha se afinam e se inserem em uma perspectiva ampliada da relação entre mulheres. Essa sintonia é ressaltada nos discursos. Talita (21 anos, camada popular) passou parte da sua vida morando com a madrinha¹⁴⁶, que assumiu a responsabilidade de sua educação e, com isso, tinha controle sobre ela. Depois do nascimento do filho, Talita passou a discordar da forma de gerenciamento da madrinha sobre sua vida, decidindo, então, retornar para casa materna. Ela aponta aspectos positivos na relação com a mãe que foram favorecidos por sua maternidade e destaca dois momentos significantes em que contou com apoio materno: o primeiro, quando resolve procurar o ex-parceiro para informá-lo do nascimento do filho; e depois, na

¹⁴⁴ O debate sobre a perspectiva de constituição de uma “nova paternidade” é polêmico, muitos autores preferem apontar mudanças de atitudes masculinas ante uma configuração de *habitus*. Sobre essa discussão, ver Nolasco (1993), Arilha(1998), Medrado e Lyra (1999), Lyra da Fonseca (1998), Medrado (1998), Ramires (1997), Siqueira (1999), Cabral (2002), Bustamante (2005), Ridenti (1998).

¹⁴⁵ Fougeyrollas-Schwebel (1996) destaca a maior participação feminina na parentela, afirmando que a ajuda familiar é um elemento constitutivo da identidade social das mulheres.

¹⁴⁶ Ferreira Filho (2003) chama a atenção para a importância da madrinha na sociedade baiana, se constituindo em uma das estratégias fundamentais de solidariedade das camadas populares, que buscavam o compadrio com pessoas de melhor situação social.

decisão e prática do aborto, na segunda gestação. Para ela, essa cumplicidade era indispensável em momentos anteriores à sua condição de mãe.

Joana (camada média) demarca claramente que a partir da sua gravidez houve uma aproximação ente ela e a mãe, o que possibilitou conversas sobre assuntos íntimos, inclusive sobre o seu relacionamento com o pai da criança¹⁴⁷. Declara que: *amiga para mim é minha mãe, é a pessoa que eu converso. Ela sabe completamente tudo que acontece na minha vida.* Essa relação de amizade que se iniciou com o evento da gravidez, gradativamente foi se solidificando. A jovem pontua que o apoio dos pais, e particularmente, os conselhos maternos, foram fundamentais para respaldá-la na decisão de separação do parceiro.

Foi na época que eu caí na real, eu conversava muito com minha mãe, e ela dizia: “Olhe filha, isso não dá para você, não é porque vocês têm um filho, que você tem que continuar com ele, sofrendo. Vamos pensar, vamos raciocinar direito e ver se isso é bom para você. Se você não está se desgastando. Você tem que ser você, tem que se amar e se valorizar”. Era uma época que eu não tinha isso, uma valorização de mim, aí eu me separei dele... (Joana, camada média)

Entre os rapazes, as relações familiares são descritas de forma breve. Brandão (2003) destaca que as questões referentes a conflitos familiares e afetivos são narradas por eles não apenas com brevidade, mas também com uma postura de distanciamento. A condição parental promove uma identidade social masculina, mas não revela uma intimidade com o pai, sobretudo para debater questões afetivas. Ainda que se anuncie uma “qualidade do relacionamento, com ênfase sobre a intimidade que substitui a relação de autoridade dos pais” (Giddens, 1993: 111), é perceptível que sua implantação encontra-se em estágios variados. Possivelmente os jovens pais ao proporem relações de maior cumplicidade e menor distanciamento com seus filhos, já experimentem relacionamentos mais próximos do ideal democrático anunciado no âmbito das relações familiares, que já é atestado por alguns grupos sociais em determinados contextos culturais.

¹⁴⁷ Segalen (1996) discorrendo sobre relações femininas na família, enfatiza a inferência de Schwartz ao revelar “a força da relação mãe-filha, constitui um ‘segundo casal’, onde a filha se refugia para conversar, para falar das dificuldades encontradas na gestão do difícil cotidiano que lhe cabe”. (p.127)

Entretanto, verifica-se nas narrativas dos rapazes aqui pesquisados que “no plano das trocas afectivas e simbólicas, as mulheres são os principais agentes” (Segalen, 1996: 128). Assim, o comportamento familiar reafirma o domínio feminino no tocante às funções de atenção e cuidado com os membros da família, seguindo a norma social ainda predominante¹⁴⁸. Mas é importante para os jovens que seus pais reconheçam o processo de crescimento pessoal ao qual foram submetidos desde a gravidez até a gestão das suas funções paternas. O discurso de Adão (camada média) bem ilustra esta afirmativa:

Eu me dou muito bem com minha mãe, apesar de termos tido uma época muito conturbada, até o nascimento de minha filha. Mas depois a gente se entendeu em muita coisa. Hoje a gente se dá super bem. Ela me viu mais maduro. A gente conversa muito melhor, não tem comparação. Principalmente porque ela aprendeu a me respeitar, e eu também.

Entre os membros do grupo familiar, os irmãos são também considerados por alguns entrevistados/as, como amigos. Eles/as destacam o apoio recebido tanto na época da gravidez, quando muitos ajudaram na montagem do enxoval do bebê, como nos cuidados cotidianos com os sobrinhos/as. A criança parece atuar como catalisadora das relações familiares, tornando-as mais próximas e solidárias, sem que isso signifique ausência de conflitos.

Outra referência de amizade está na relação com o/a parceiro/a, com quem se dialoga sobre temas íntimos. Em especial, no cotidiano das camadas populares, observa-se uma maior participação da vida social entre vizinhos, assim, algumas jovens afirmam a necessidade de evitar comentários sobre a vida do casal com a publicização de questões da sua intimidade. Dessa forma, a relação de confiança fica restrita aos membros da família.

¹⁴⁸ Souza (1995) afirma que na Bahia, embora a educação dos filhos fosse responsabilidade dos genitores, a criação era sempre partilhada entre a mãe e outras mulheres adultas da rede de relações sociais. “Entre as famílias mais abastadas, no âmbito do próprio grupo doméstico, o cuidado com os filhos pequenos contava com o apoio das filhas mais velhas, das parentes ‘solteironas’ sob a proteção do casal, das amas-de-leite e de serviçais vários, inclusive ‘crias-da-casa’ e escravos.” (p.195)

Só converso com meu marido. A gente sempre tem que ter uma colega para conversar, mas hoje em dia a gente não tem em quem confiar. Então, é preferível conversar com as pessoas de dentro de casa mesmo, pois sabe que não vai contar para ninguém. (Kátia, camada popular)

Considerações sobre a parentalidade

A reflexão sobre o momento de consolidação da parentalidade juvenil revela uma ambivalência de sentimentos. De um lado, a alegria sentida e socialmente requerida proveniente da existência do filho, bem como as denotações simbólicas, a exemplo do atestado de capacidade reprodutiva e perpetuação familiar, que contribuem para a valorização da maternidade e da paternidade. De outro lado, encontram-se encargos e responsabilidades que absorvem etapas das suas vidas, compelindo-os ao mundo adulto.

Do total de entrevistados/as, 14 jovens são assertivos na especificação de que à época do nascimento do primeiro filho, o momento não era apropriado para tê-lo. Essa declaração tem no seu entorno muita cautela, várias justificativas a circunscrevem com a intenção de garantir que estão todos/as felizes com a existência da criança. Consideram importante a ressalva, por isso trazem à baila as seguintes frases sobre os filhos: *agora, ela é mais do que apropriada; não me arrependo de ter nenhum; ela não foi planejada, mas é a coisa mais importante da minha vida; tinha que ser ela; o filho te engrandece*. Outros sujeitos assumem posição mais pragmática sobre o momento, evitando o posicionamento ou a reflexão: *já nasceu e não se pode fazer mais nada; já é realidade, então tem que meter a cara*. As principais questões relatadas sobre a inconveniência do momento são referidas, sobretudo pelas moças, quanto à interrupção ou o não investimento nos estudos. Esse último lamento é exclusivo de jovens das camadas populares, ainda que as suas trajetórias estudantis já apresentassem intermitências anteriores à gravidez. Mas, prevalece o lamento tanto pelo estudo como também, por não ter uma estrutura material adequada, representada por casa e marido.

Eu não tenho estudo, não tenho vida estabelecida, então, não foi o momento certo. Eu queria fazer faculdade, queria fazer um monte de coisa. Não queria ter filho agora. Filho quando tivesse

meu marido. Ter assim pai e mãe, tudo junto dentro de casa, bem melhor para você ter um filho. (Talita, camada popular)

Para determinados rapazes, a impropriedade do momento, se justifica em razão da “dureza” da responsabilidade¹⁴⁹, concebida como dificuldade em prover e criar o filho. Assim, apontam as situações de busca de emprego ou o aumento de rendimentos que possam favorecer tanto as condições de manter o filho como a concretização dos seus próprios anseios. Carlos (23 anos, camada popular) afirma: *Perdi muita coisa da vida, sabia? Sonhava em ter tanta coisa, e hoje ainda sonho. Mas não tenho por causa da minha filha, eu gastei muito comprando e construindo a casa.* Já Elder (21 anos, camada média), cujos pais asseguram o projeto profissional e a manutenção da nova família, ressentido-se da transposição das etapas da vida em função da paternidade, como também, da falta de uma organização financeira que permitisse assumir as despesas da filha.

Alguns jovens esboçam dúvidas sobre a avaliação da conveniência do momento da chegada do filho. Marlene, Suzi e Lucas respondem com: *talvez sim, talvez não.* Mas, depois, Lucas (22 anos, camada popular) se posiciona afirmando que: *foi melhor assim, tendo em vista que cada dia que passa, as coisas ficam mais difíceis para se ter filho.* A conotação da paternidade como algo inevitável lembra o debate da “maternidade como destino”. A procriação permanece inscrita como elemento importante na construção das identidades masculina e feminina, ainda que expressem significados diferentes. A expectativa da reprodução biológica não deixa de ser um dos elementos de socialização, pois desde cedo as crianças incorporaram a parentalidade como um dos papéis sociais que devem ser cumpridos no curso da vida. Atualmente, embora incida sobre as mulheres a orientação da busca pela independência profissional, elas mantêm o projeto da maternidade, pois mesmo tendo de postergá-lo, este continua a ser socialmente solicitado.

¹⁴⁹ Embora certos depoimentos femininos atestem a grande responsabilidade que há em criar filho, o termo é mais usual entre os homens, frequentemente associado à manutenção do sustento da criança. Arilha (1998) ressalta que um dos achados etnográficos da pesquisa realizada com homens na perspectiva da construção da masculinidade, confere ao termo uma forte associação com a concepção de ser homem.

Uma experiência multifacetada

As ponderações sobre o contexto do nascimento da criança tornam-se mais elucidativas quando os/as jovens descrevem o que consideram como vantagens e desvantagens de ser pai/mãe na adolescência. Entre as características mais destacadas no rol de vantagens da parentalidade juvenil está o amadurecimento, mesmo que na forma imperativa como eles apresentam. Os comentários asseveram a falta de alternativa, então: *você é obrigada a amadurecer; aprender a ser adulto; é a responsabilidade e o caminho de botar os pés no chão*. O destaque dado a esse processo recai sobre a necessidade de ocupar-se de um outro indivíduo, em situação de vulnerabilidade por sua total dependência; como expressa uma jovem mãe: *não é fácil cuidar de um serzinho pequenininho*. É também, o sentido de ser uma parte de si, como ressalta Joana (camada média): *é seu filho, sangue de seu sangue, tem que saber lidar com isso*.

Outro aspecto considerado positivo é o fato de ser e continuar jovem no acompanhamento do crescimento do filho. Um dos destaques é a possibilidade de uma participação mais ativa nas atividades de lazer dos filhos. No argumento de Pedro, as dificuldades iniciais identificadas como certa inconveniência do momento de tornar-se pai, em função da falta de estrutura financeira mais adequada, são relevadas em função do desejo existente de ser pai e já que tinha encontrado uma *pessoa especial*, avalia que:

Foi o momento [de ter o filho], porque, eu não vou tê-lo quando estiver velho, tiver com quarenta anos. Porque ele com dez anos, eu vou estar com cinqüenta anos, não dá. Eu acho que agora está bom. Assim, podemos curtir a vida juntos. (Pedro, 19 anos, camada média)

Nessa mesma perspectiva, Ana (camada média) também salienta: *você está novinha e está curtindo com sua filha. Quando ela estiver com 10 anos eu ainda vou estar bem nova, dá para brincar com ela*. Entre os/as jovens, a projeção da idade e a percepção da velhice destoam da lógica atual de sentir-se jovem durante um longo período de tempo. Nesse momento se observa um prolongamento da vida, inclusive com as contribuições advindas dos avanços da medicina, propiciando um deslocamento

da imagem do idoso/a de modo que aos 65 anos “já não se é tão velho assim!”. Para eles/as a juventude é também relevante e vantajosa por favorecer um crescimento conjunto de pais e filhos. Então, afirmam: *a gente mais jovem vai crescendo junto; podemos crescer junto com ele*. A proximidade etária cria a expectativa da construção de relações entre pais/mães e filhos pautadas em maior sensibilidade, compreensão e companheirismo. João acredita que quando os pais são mais velhos, ocorrem mais divergências porque o adolescente tende a considerar que eles não compreendem seus anseios e desejos.

Eu vou crescer rente com ela [filha], passando experiência para ela, porque se eu esperasse para ter uma filha quando estivesse velho, não teria aquela experiência para passar para ela. E jovem tenho muita coisa para dizer a ela, vai ser mais fácil dar orientação. A maioria dos filhos quando vê que o pai é velho, não quer ouvir muita coisa não, deixa de lado. (João, camada popular)

Mas crescer juntos implica também confrontar-se com a falta de experiência no cuidado e na educação dos filhos. Os momentos iniciais de cuidados com o bebê são sempre guiados pelas avós maternas, e em alguns casos pela sogra, configurando a relação espaço doméstico e atividade feminina. Segundo Costa (2002b), as adolescentes evidenciam ser a família fundamental no processo de adaptação às novas funções e que a maternidade potencializa essa rede de apoio. No entanto, com o desenvolvimento da criança, começa a ampliação das atuações individuais e o debate sobre permissividades e limites na educação infantil. Não raras são as divergências de orientação e definição do certo ou errado, entre casais e a parentela. As diferentes disposições de arranjos familiares retratam o grau de intensidade das intervenções. Jovens mães que residem com seus pais, queixam-se da interferência materna, mesmo reconhecendo que: *avó é mãe duas vezes*; essas jovens querem *sentir-se mães*.

Por mais que minha mãe tenha me dado a maior força, porque eu sempre convivi aqui nessa casa. Ele [filho] teve tudo preparadinho. Mas, durante algum tempo foi muita briga, porque eu era muita novinha, ela era mais experiente, então achava que podia mandar na educação do meu filho. Existiam duas palavras ao mesmo tempo, ela falava uma coisa e eu falava outra, a gente nunca chegava a um acordo. Isso foi muito

difícil, mas com o tempo, com conversas, com diálogos: "Mãe eu estou crescendo, não sou mais aquela menina, já tenho autoridade para lidar com ele". Fui assumindo mesmo, tomando minhas próprias decisões. (Joana, camada média)

Ter autoridade é definido como um campo da autonomia juvenil e um aprendizado que estabelece tempos diferentes, a partir da própria prática de homens e mulheres na família, visto que muitos/as adolescentes já cuidavam e/ou eram responsáveis por seus irmãos menores, sobretudo nas camadas populares. Mas delegar a autoridade para si, *demora um pouco, não é fácil*. Na construção da parentalidade, os/as jovens demonstram o desejo de trilhar caminhos próprios, mantendo o que consideram fundamental da educação recebida dos seus familiares, mas com pretensões de mudanças dos aspectos que criticam nos seus pais, entre os quais apontam a necessidade de maior espaço para um diálogo aberto e uma educação mais igualitária entre meninos e meninas. Essa última reivindicação, predominantemente feminina, ocorreu entre as jovens das camadas populares. Apesar de algumas entrevistadas considerarem o controle um aspecto próprio da formação familiar, o que será reafirmado quando discorrem sobre os requisitos indispensáveis para a educação dos filhos/as. Kátia (19 anos, camada popular), conta que sua mãe não a deixava sair com as amigas, mesmo sendo elas pessoas conhecidas, e considera: *mas isso é normal de mãe mesmo*. Já Clara (20 anos, camada popular) contesta o controle exacerbado realizado por sua mãe, atestando sua ineficácia: *eu sempre fui presa, mãeinha nunca me deixou sair* – e acredita que suas gravidezes (quatro ao todo) foram conseqüências desse limite, pois *não sabia como era a vida lá fora*. Na sua avaliação, ela e a irmã mais velha foram muito reprimidas. Agora, *mãinha viu que prender não adianta nada, pois se tiver que se perder, vai se perder e vai ter filho*. Depois das experiências de maternidade na adolescência das duas filhas, a mãe realiza uma nova estratégia de controle sobre a filha caçula. Para Clara: *ela viu que prender não adianta, eu acho que a boa criação é essa, nem a mãe soltar demais, nem prender demais*.

Outro ponto de discordância sobre a orientação do filho ocorre entre o jovem casal, especialmente quando a criança vive na casa dos avós maternos e a reclamação é basicamente dos rapazes. Eles se queixam de muito mimo, muito dengo e ausência de limites. João (20 anos, camada popular) alega desatenção da parceira na educação da

filha, que está na fase de descobertas dos objetos. Então, tudo que ela quebra na casa do avô e: *tudo o que ela faz de mal feito, botam na minha conta*. Além do custo, considerado desnecessário, ele teme pela formação da filha que aos 8 meses já é caracterizada como *traquina*. Francisco (camada popular) também diverge da parceira sobre a educação do filho. Segundo ele, para a criança não chorar a mãe cede ao desejo do filho entregando o objeto que ele pede. O jovem reage por considerar essa negociação prejudicial, e a alerta para as conseqüências do seu ato: *eu digo a ela, quando ele tiver maior você vai ver*. Segundo Francisco, quando reprime o comportamento do filho, a parceira o acusa de *maltratar o menino*. Os jovens pais reconhecem essa situação como um problema que requer sensibilidade para solucioná-lo, visto que é preciso ter coerência na formação da criança. O relato de Adão (camada média) reflete a situação: *minha filha tem uma falta de educação que é fogo! É uma coisa que a gente vai ter que resolver. Eu não posso ficar cobrando demais dela. Menina criada com avó é mimada*.

Entre tensões e alegrias os jovens tentam administrar a nova realidade e ponderam as restrições impostas com a parentalidade. Na especificação das desvantagens que a condição de jovens pais promove está a *perda da adolescência - o que você gosta de fazer e tudo; assumir um compromisso muito cedo; ter responsabilidade mais cedo*. A etapa da adolescência é transposta e com ela surgem alguns ressentimentos, a exemplo da interferência na sociabilidade, “essa forma lúdica da sociação” (Simmel, 1983: 169), especialmente na diminuição do convívio com amigos e participação em festas. Afinal, “a juventude é mais ávida de vida exterior, de experiência direta e espontânea” (Ariès, 1981b: 22). Essa restrição da vida social é mais proeminente entre as jovens mães (Brandão, 2003), principalmente nos primeiros meses de vida do bebê¹⁵⁰. Como estratégias de lidar com esse momento, as moças pensam no futuro: *meu filho vai crescer e vou ter mais liberdade de curtir com ele*.

¹⁵⁰ Os dados do inquérito domiciliar da Pesquisa GRAVAD revelam que entre os jovens pais de Salvador, 73,6% das moças e 35,1% dos rapazes afirmam que diminuíram a convivência com os amigos durante o primeiro ano de vida dos filhos.

Há uma solidariedade familiar que possibilita o cuidado cotidiano da criança¹⁵¹, como também em momentos de lazer para os/as jovens. Essa é uma prática feminina, geralmente são as avós (Barros, 1987; Peixoto, 2000a) que exercem essas tarefas. Embora se observe o predomínio de avós maternas, configurando a relação de apoio e cumplicidade entre mães e filhas, o fato do jovem casal residir próximo ou na casa da família do rapaz, não modifica essa prática, visto que dispõe da participação da avó paterna tanto no cuidado do neto, como em contribuições financeiras para ele, reafirmando o pressuposto de que as mulheres atuam sempre como as atrizes centrais da dinâmica familiar (Kellerhals, et. al., 2002). Quando as jovens mães não coabitam com os parceiros, torna-se mais frequente a assunção de funções parentais por parte das avós maternas (Peixoto, 2004). É interessante notar, principalmente nas camadas médias, a postura dos jovens em não sobrecarregar os pais com o cuidado dos netos. Assim, nos finais de semana buscam alternativas de lazer que possam incluir os filhos, sem deixar de registrar maior dificuldade quando estes são ainda bebês.

Antigamente, eu via as minhas amigas na mesma faixa de idade, que não tinham filhos, saindo, curtindo... Então, eu ficava meio depressiva. Minha mãe não segurava a minha onda toda hora, um sábado e um domingo ela ficava com o neto, mas na maioria dos finais de semana eu que ficava mesmo, porque eu queria. Hoje, ele está aí com três anos de idade, eu saio com ele para tudo quanto é lugar, ele curte comigo. É uma experiência massa. (Joana, camada média)

Entre os jovens casais, uma das queixas se refere à dificuldade de realizar determinadas atividades da época de namoro sem a colaboração das famílias para cuidar da criança, o que causa certo desconforto. Como afirma Elder: *às vezes, a gente deixa [a filha] para ir ao cinema, mas eu não gosto, me sinto um pouco egoísta*. Argumento que seus pais já assumem a totalidade das despesas dele e de sua família, então seria exagero solicitar algo mais. Segundo Velho (1989), os casais jovens sempre dependem, em vários planos do apoio dos pais e dos sogros, incluindo tempo para tomar conta das crianças, o que é, parcialmente, suprido pelos avós. Suzi (23 anos, camada média) avalia que não teria conseguido dar conta das suas atividades e criação da filha sem a ajuda da

¹⁵¹ Os dados quantitativos demonstram a predominância da participação dos avós maternos no cuidado dos netos 58,6% em contraposição ao percentual de 29,7% de avós paternos, declarados por jovens de ambos os sexos.

sogra, por isso afirma que: *se você tem retaguarda que pode lhe ajudar, continua valendo o desejo* [de ter o filho].

Os jovens pais/mães, de modo geral, reconhecem ser algo trabalhoso e cansativo cuidar de criança. Por isso é preciso tomar para si as responsabilidades. Com certa frequência mencionam o dito popular “quem pariu Mateus, que balance”, numa tentativa de asseverar que as restrições devem ser vividas por eles e não pelos avós das crianças. Mas, como destaca Fonseca (2002), há sempre ajuda em torno da criança pequena, especialmente nos bairros de baixa renda, onde sua presença se configura em fonte de divertimento, tendo sempre alguém para carregá-la. Entretanto, o grosso das atividades do cuidado infantil e as restrições sociais compõem o cotidiano feminino. Como resume Mara (camada popular): *enfim, o filho transforma nossa vida. Faz com que a gente mude, pare de ser como a gente era antes*. Clara (camada popular) teve muito apoio das mulheres da família até o segundo filho, mas a partir da terceira gestação, outras relações familiares foram sendo estabelecidas, configurando menor disponibilidade de ajuda por parte dos parentes. Quanto aos pais das crianças, estes não lhe prestavam nenhum tipo de auxílio.

Eu tive filho muito cedo, então, não posso sair. Tudo isso me prejudicou. Não posso ficar livre. Tenho que ficar com filho. Porque pai nenhum vai ficar, a mãe é que tem que ficar. Vó não quer, vai dizer: "Vai sair para se divertir." Não vai querer. Falo com a tia: "Ah, eu não vou querer. Vai se divertir, eu não vou ficar." Nisso tudo tem desvantagem. Filho dá dor de cabeça.
(Clara, 20 anos, camada popular)

A participação masculina no cuidado do filho é, geralmente, referida quando há coabitação com a parceira ou proximidade das residências dos jovens pais. Alguns autores afirmam um crescimento do envolvimento de homens com as atividades domésticas, especialmente nas tarefas de cuidado com a criança, o que vem sendo denominado de “nova paternidade” (Lyra da Fonseca, 1998). Em recente pesquisa realizada em bairro popular de Salvador, Bustamante (2005) constatou que os homens que participam do cuidado dos filhos não valorizam essa prática, colocando-se em posição subordinada às parceiras. Os/as jovens da pesquisa GRAVAD, ao aludirem a esse tipo de participação paterna a caracterizam como uma ajuda pontual, sem o sentido

de divisão do trabalho. É interessante observar certa inversão de situação, visto que essa atitude masculina se assemelha ao posicionamento feminino quando se refere à “ajuda” para o orçamento doméstico proveniente do seu trabalho remunerado. A dualidade público-privado e sua associação ao masculino-feminino são recolocadas. Assim, na esfera doméstica, os homens que realizam atividades e que optam pela aceção de co-participantes se referem à categoria ajuda ou contribuição ao trabalho feminino.

Ela [parceira] trabalhava de manhã e estudava de tarde; quem tinha que ficar com o menino era eu. Quando eu tinha que sair ele ficava com a avó, quando eu chegava pegava o menino até ela chegar da escola. Aí tomava meu tempo todo, como toma até hoje. Mas é assim mesmo. (Francisco, camada popular)

Esse jovem pai está desempregado e tem como atribuição diária o cuidado do filho de um ano e quatro meses. A incumbência, mesmo representada como circunstancial devido à ausência de emprego, não é percebida por ele como atividade doméstica, mas como uma função parental. De alguma forma, a sua realização pode ser compreendida como mudança nas práticas familiares. Segundo Ridenti (1998: 167), é possível “observar um número significativo de homens assumindo as mais diversas tarefas com as crianças e com a casa”. A “nova paternidade”, se não representa uma divisão sexual de trabalho mais igualitária em termos do cuidado com o filho, já se anuncia como uma postura mais participativa dos pais, sobretudo entre os mais jovens.

O sentido da necessidade de dar atenção ao filho se constitui, também, como uma preocupação masculina, atrelada ao registro de que o tempo de estar com a criança é diferente do tempo de estar com os amigos. O grupo de amigos não se compõe de uma maioria de jovens pais. As opções de lazer da juventude não são adequadas para inclusão de crianças pequenas. Francisco (camada popular) tinha uma participação ativa no jogo de futebol do bairro, mas como afirma: *depois que meu filho nasceu, ficou difícil*. Além disso, para sair com a criança é preciso analisar os lugares e horários e montar uma estrutura; pois *tem que se preocupar em levar mingau, levar roupa, trocar fralda, voltar bem cedo*. Outro jovem demonstra que essa restrição: *às vezes, gera conflito*. O desejo de liberdade e a responsabilidade com a família provocam uma ambivalência de sentimentos.

Tenho as necessidades da minha filha. No fim de semana eu tenho que deixar um tempo para ela e para minha mulher. Coisa diferente... É diferente, às vezes, você quer estar na roda de amigos, mas quando você está com ela, dois anos de idade apenas, é mais difícil. Apesar de ter coisas boas, não significa que não gere conflito. (Elder, camada média)

Os momentos iniciais do exercício da paternidade e da maternidade revelam muitas ambigüidades. Para além do contraponto entre possibilidades de pais e de não-pais juvenis, os indivíduos incorporam os atributos sociais da parentalidade e as singularidades das relações de gênero neles imbricados. O percurso trilhado para aquisição do estatuto de adulto fica mais complexo com um “filho no colo”. Há uma predisposição juvenil para que essa experiência tenha a marca do seu tempo, daí a tentativa de contraposição a determinados comportamentos familiares nos quais foram socializados. Entretanto, algumas referências apresentam valores que permanecem, especialmente, na caracterização das funções parentais. Assim, a relação mãe-filho, narradas pelas moças, revela a necessidade de se pensar primeiro no filho: *tudo é para o filho*. Aparece também, o sentido de companhia - *de não sentir-se sozinha*, intrinsecamente relacionado ao espaço doméstico, pois, geralmente, os filhos sempre moram com a mãe. Léa (18 anos, camada popular) declara: *Penso que nunca estou sozinha, sempre vai ter alguém comigo. Essa pessoa vai ser ela [filha]*. O significado do laço construído entre mãe e filho traduz a idéia de constância, o que contribui para a reafirmação da essencialidade imbricada nessa relação. Como afirma Suzi (camada média), *filho é uma coisa maravilhosa. É a sua companhia, a sua realização, o seu investimento emocional*. Dessa forma, a maternidade parece concretizar a condição de ser mulher, configurando uma espécie de movimento de “dentro para fora”; aludindo o sentido de dar à vida.

Os discursos dos rapazes sugerem um movimento contrário ao revelado no âmbito feminino. A materialização do filho requer a construção de uma imagem (pública) de pai. Entre os elementos constitutivos dessa imagem está a concepção, inferida por Cabral (2003), na qual a paternidade representa uma demonstração pública da

masculinidade¹⁵². A responsabilidade, que os jovens propagam, advém, especialmente, da existência da criança. Em última instância, a capacidade de criar, de prover e de educar, compõe, em grande medida, a condição masculina. A presença do filho/a promove uma (re)significação dos projetos de vida, pois é importante se preservar para continuar cumprindo o compromisso da assunção parental. Fábio (camada popular) destaca que, agora, repensa sua participação em festas e lugares propícios a confusão. Assim, busca evitar situações de perigo e afirma: *tudo isso, graças a minha filha*. Outro jovem ao refletir sobre a sua trajetória de vida, conclui que a chegada da filha promove mudança no seu comportamento. Depois da negligência com o primeiro filho, embora tenha pretensões de reverter essa situação, procura ser e dar o melhor de si enquanto pai.

Eu aprontava muito aqui [bairro onde mora], amigos meus que hoje em dia estão presos, o que eu dissesse eles faziam. Eu comandava. Depois que ela nasceu eu me desliguei de todo mundo, passei a andar só e fazer novas amizades, em primeiro lugar. (Noel, camada popular)

Cabral (2002:112) analisa tais mudanças como “alterações no ‘cuidado de si’, representadas pela renúncia aos bailes de briga” (funk, principalmente), e que estão inseridas no contexto dos novos posicionamentos juvenis frente à paternidade.

Lugar da criança na família

No campo simbólico e prático das relações familiares, há uma preponderância para mãe e filho residirem juntos. Entre os jovens da pesquisa, Lucas (22 anos, camada popular) é o único pai cujo filho mora com ele e seus familiares, sem a presença da mãe. Essa situação, considerada atípica, foi uma iniciativa do jovem pai devido ao fato da parceira não ter experiência e não contar com o apoio da família para cuidar do filho. Diz ele que *ela não tem condições, não trabalha. A mãe dela trabalha, mas não queria ficar com meu filho; o pai dela é morto, aí peguei o menino e trouxe para cá*. A avó paterna assume a criação do neto, mas a mãe tem contato diário com o filho, pois mora no mesmo bairro que ele. Nas camadas populares, os relacionamentos dos jovens pais

¹⁵² Fonseca (2000) também ressalta que para o homem de família, uma das expressões de prestígio social se expressa na associação virilidade e procriação.

são marcados pela endogamia e proximidade das residências. Quando não há coabitação do casal, os filhos transitam entre as casas dos familiares. Dessa forma, é comum que no final de semana ou em dias alternados, os filhos convivam com a rede de parentesco. Nos casos em que os avós moram em outra cidade, a relação com o neto é mais episódica, mas não raro ele passa alguns dias em companhia dos avós. Contatos mais espaçados não significam um distanciamento afetivo entre avós e netos (Peixoto, 2000a). A mãe de Mara, que mora no interior da Bahia, visita com certa regularidade o neto, como também o leva para sua casa. Segundo a autora:

“Há um outro elemento ainda mais importante que estimula os avós brasileiros a viajarem: é o desejo de fortalecer o vínculo familiar com seus descendentes e a certeza de que essa vontade é recíproca. Sendo a sociedade brasileira hierarquizada e relacional, os laços familiares e as relações pessoais são valores estruturantes.” (Peixoto, 2000a: 104)

Nas camadas médias, esse comportamento também se apresenta. A filha de Adão, agora com 5 anos, passa as férias escolares com a família dele, em Salvador, e os pais de Suzi visitam a neta, sempre que possível. Esses encontros são sempre valorizados, tanto no âmbito da afetividade como no sentido de família: pertencimento e reconhecimento. Quando ocorrem conflitos que afetam esse vínculo, prevalece um ressentimento de que a criança deveria estar isenta da situação, pois o problema é “de adulto”. Joana se queixa da ausência dos avós paternos na vida do seu filho e afirma: *eu não vou ligar, não vou cobrar: venha ver seu neto. As portas estão abertas.*

Na literatura sobre família e camadas populares, outra questão frequentemente apontada diz respeito ao fenômeno da circulação de crianças¹⁵³, ou seja, a mãe delega o cuidado do filho a outrem: parentes consangüíneos ou afins, vizinhos, instituições, pessoas conhecidas ou estranhas (Fonseca, 2000). Dessa forma, o lugar da criança é determinado a partir das diferenças de desenvolvimento e “ordenação da relação conjugal e a relação entre pais e filhos” (Sarti, 2003: 77). Entre as jovens mães pesquisadas, a trajetória de Clara é emblemática do processo de circulação de filho. Ela

¹⁵³ Algumas referências sobre a circulação de crianças nas camadas populares destacam: a assunção coletiva das responsabilidades pelo grupo de parentesco (Fonseca, 1989, 2000); a adoção temporária (Sarti, 2003); o acolhimento da criança como filhos de criação (Agier, 1990; Souza, 1995).

não coabitou com o pai da primeira filha, ele a registrou, mas nunca a sustentou. A mãe de Clara sempre arcou com as despesas da neta. Na segunda gestação, ela foi morar com o parceiro na casa dos pais dele, deixando a filha mais velha aos cuidados da avó materna. Entretanto, no final da gravidez, o casal se separou. Clara retorna para casa da sua família, o que acarreta aumento de despesas para o grupo doméstico, visto que não conta com regularidade de apoio financeiro do ex-parceiro. Após um episódio de problemas com a saúde do filho, decide entregá-lo à avó paterna, que já havia se oferecido para criar o neto.

Porque ela [avó paterna] disse que botaria ele no colégio com dois anos. Então, é melhor ainda. Colégio pago, eu sei que ele vai estudar. Agora é pequenininho, mas vai entendendo as coisas quando estiver maior. Ela disse que não falta nada para ele. O pai vai lá vê-lo, uma coisa que ele não fazia, era vir ver o filho aqui. Para ele, eu sou uma estranha, não me chama de mãe. Melhor assim do que se estivesse comigo. Sem ter onde ficar. Eu não me arrependo de ter dado ele à avó. Se eu tivesse condições, mas eu não tenho. Deixe-o para quem tem condição de criar. (Clara, camada popular)

A dificuldade de cuidar dos filhos é sempre maior entre as “mães sós”, as ajudas oferecidas pela parentela são percebidas mais como vontade (idéia de afetividade) do que de obrigação (Wall et. al., 2002), sobretudo da avó paterna. No momento da pesquisa, Clara estava esperando o quarto filho; sua filha mais velha (5 anos) mora com a avó materna, mas iria se mudar para casa da tia, que mora em um bairro com melhores condições de inserção escolar para a criança. O segundo filho de Clara (com 2 anos) vive com os avós paternos, pois seu pai constituiu nova união conjugal. Clara conta que teve intenção de entregar a terceira filha ao pai, principalmente porque ele condicionou a pensão alimentícia ao retorno da relação conjugal. Para ela: *os pais são irresponsáveis, têm os filhos e largam. Não estão nem aí. Só porque a mãe não quis ficar com o pai, não quer dar a alimentação dos filhos.* Diante da recusa à proposta do ex-parceiro, este solicitou a guarda da menina. Clara afirma que estava disposta a dar, mas depois: *acabei pegando amor a ela (...), então disse para ele: deixe a menina aí, que eu vou criá-la do meu jeito.* Mas, sem o respaldo familiar que tivera antes, ela e a filha foram abrigadas na casa dos padrinhos da jovem. Para sustentar a criança teve ajuda deles e de um casal de vizinhos. Lembra que estava sem trabalhar e: *sem o pai*

dela dar nada. Sabe o que é a pessoa estar com o filho e depender dos outros? Isso é ruim. Clara recebe críticas da mãe sobre a “circulação dos filhos”, ao que retruca: *não dei filho porque quis dar, para ficar negócio de solta, não.* Continua considerando que foi a melhor opção para o filho, mas reconhece a repreensão familiar, visto que sua mãe criou todos os quatro filhos junto a ela, sem presença e sem ajuda paterna. Segundo Wall et. al. (2002: 655), o fato de não ter ajuda do pai da criança acarreta para a mulher muitas dificuldades, pois “trabalhar e cuidar de filhos pequenos pode significar não conseguir conciliar, ou conciliar muito mal, estas duas esferas da vida cotidiana”.

Fonseca (2002) ressalta que a circulação de criança não aparece como prática reconhecida pela maioria dos sujeitos envolvidos. No entanto, adverte que a dinâmica em torno dessa questão promove novos olhares analíticos de contraposição ao modelo nuclear de família, especialmente na nossa sociedade.

Significados de mãe, significados de pai

No Brasil, há uma valorização da construção do indivíduo associada a uma identificação familiar. O sentido de pertencimento, adverte DaMatta (1987), é crucial e remete à caracterização social. Assim, “ser de ou ter família”, representa um elo e uma apresentação sócio-cultural. A identificação parental é fundamental, mesmo que não seja uma assunção legal. Mas, poder ostentar os pais evita determinados constrangimentos. Como advoga Dauster (1987: 109), “a ausência do nome do pai pode ser vivida problemáticamente pela mãe solteira ao se confrontar com situações que exijam a certidão de nascimento” (do filho). O espaço em branco no registro, designado ao nome do pai, suscita ausência no plano material e simbólico¹⁵⁴, mesmo que as funções paternas tenham sido supridas por um outro homem.

Clara (camada popular) melindra-se pelo fato do pai da sua terceira filha não a ter registrado, embora afirme: *não é com nome de pai que ela está comendo*; mesmo assim, tenta preencher essa ausência, *dando carinho de pai e de mãe à filha*. Diferente da

¹⁵⁴ No capítulo 3 foi abordada a questão da assunção paterna, inclusive ressaltando a dimensão simbólica da moral e do respeito para as mulheres que não são rotuladas como mãe solteira.

atitude que teve com os outros dois filhos, demonstra o desejo de não se separar dela e avisa: *se o homem está comigo, ele tem que gostar de mim e de minha filha*. Já Noel (camada popular) se ressentido de não ter registrado o primeiro filho, mas atesta a sua pretensão em *resolver isso*. Sua atual parceira discorda e coloca em dúvida a paternidade do menino, no entanto, ele desconsidera o questionamento, mas alega que se for preciso: *para provar, é só fazer o DNA¹⁵⁵ e esperar o resultado*. Noel reafirma o sentido de pertencimento familiar ao revelar que: *ela [a esposa] tem que aceitar, meu filho veio primeiro do que ela*. E garante que essa assunção não interferirá na sua relação conjugal e na relação com a filha (do casal).

Quando os/as jovens especificam o significado de maternidade e de paternidade, há um delineamento na reafirmação de padrões que caracterizam a mãe, a partir de qualidades como: afeto, cuidado, atenção. E o pai é associado aos referenciais de responsabilidade, poder e autoridade. Ainda que se esbocem tendências a atributos parentais mais igualitários, as diferenças se expressam. A construção do ideal do amor materno permanece presente. Simmel (1993) ao escrever sobre a Sociologia da Família, em 1875, já ressaltava a importância da relação mãe-filho, afirmando que a incondicionalidade do amor materno é intrinsecamente relacionada à lógica de que “se ama aquilo por que se fazem sacrifícios” (p.39). Um século depois, pode-se observar semelhante pressuposto na análise de Badinter (1985: 223):

“A maternidade torna-se um papel gratificante, pois está agora impregnado de ideal. O modo como se fala dessa ‘nobre função’, com um vocabulário tomado à religião (evoca-se frequentemente a ‘vocação’ ou o ‘sacrifício’ materno) indica que um novo aspecto místico é associado ao papel materno. A mãe é agora usualmente comparada a uma santa e se criará o hábito de pensar que toda boa mãe é uma ‘santa mulher.’”

Outro aspecto que foi ressaltado por Souza (1995) acerca da importância atribuída à relação mulher-mãe, diz respeito às políticas higienistas presentes na sociedade baiana

¹⁵⁵ Segundo Fonseca (2004), o exame de DNA tem promovido mudanças nas relações familiares contemporâneas, inclusive porque aguça a vontade de certificação da paternidade, o que a autora tem denominado de “a certeza que pariu a dúvida”. Dessa forma, no debate sobre a família, a prerrogativa de que “a maternidade era uma certeza, a paternidade uma crença” (Béjin, 1987: 187) perde força e promove a emergência de novas questões.

e intensificadas na virada do século XX. Assim, foi definido que a mãe seria a responsável pelos cuidados com as crianças recém-nascidas e durante a primeira infância, visto que a ela teria sido “confiada (por Deus ou pela natureza) a ‘missão sublime’ da maternidade” (p.197). Nesse discurso, juntamente com a pregação da Igreja, reforçava-se a imagem materna através do elo entre procriação e criação de filhos, conclui a autora. Essa é uma das formas de controle familiar que foi instituída especialmente para a mulher e a criança (Donzelot, 1980).

Nos discursos femininos, as dificuldades da maternidade são apaziguadas pelo sentimento de realização com a existência do filho. As jovens mães reafirmam as qualidades consideradas “próprias” da condição feminina, como: *mãe é doação; ser mãe é uma coisa linda; é capacidade de amar; é ter paciência, disponibilidade e cuidado*. Também chama a atenção o caráter insubstituível atribuído por homens e mulheres à figura da mãe. A narrativa de Mara (camada popular) é ilustrativa: *ser mãe é tudo. Não existe segunda mãe, é só uma e acabou*. Entre os jovens pais, esse posicionamento é reforçado: *mãe é mãe; é ela que vai ter que criar o filho para o resto da vida, de qualquer jeito; mãe não tem significado concreto*.

Acho que mãe é um tudo. A palavra mãe não se define. Porque as pessoas falam: “Mãe só tem uma”, e só tem uma mesmo. Agora, pai pode ser vários. Criou é pai. Mãe é apenas uma. Mãe, você tem que ter amor, ter atenção. (Noel, camada popular)

A possibilidade de permuta da figura paterna revela uma posição extrínseca designada ao homem. Assim, a função de pai pode ser realizada por qualquer indivíduo, desde que cumpra as atribuições instituídas. Milton (camada popular) reforça a ampliação da possibilidade, declarando: *pai pode ter mil*. Quando os rapazes são solicitados a definirem o bom pai, considerando as próprias práticas, o afeto e o cuidado são, também, ressaltados. Mas, prevalece o sentido de que: *ser pai é algo de muita responsabilidade*; especialmente, porque está relacionado com o papel de provedor.

A experiência de ser pai é muito gratificante. Eu gosto muito, mas é muita responsabilidade. Sou pai, independente de saber ou não. Isso dá um posicionamento até para outras atividades na minha vida. Deu um subsídio de responsabilidade. (Elder, camada média)

Essa caracterização é também composta por requisitos como: carinho, atenção, amor, destacando-se a importância da conversa com o filho. Afirmo Milton: *ser pai, primeiro é você ter um bom relacionamento e se tiver um diálogo, você vai longe. O diálogo para mim é a principal arma do homem, principalmente de pai e filho. Os atributos relatados pelos rapazes são endossados pelas jovens mães. Como contraposição, para eles e elas, pai ou mãe ruim é aquele que não assume o filho, dá para outro ou joga o filho fora.*

A parentalidade juvenil significa também um aprendizado, a constatação de que: *a gente está tentando ser pai e mãe. Nesse sentido, criar o filho apresenta-se como uma das questões mais difíceis, visto que o comportamento do futuro jovem vai revelar o trabalho realizado pelos pais, ou seja, é a avaliação da boa criação. Noções como formação, educação, caráter e respeito são consideradas imprescindíveis para passar ao filho. Há também a preocupação na formação de meninos e meninas: porque há uma diferença muito grande de você criar um homem e uma mulher, caráter e dignidade são essenciais para o homem, diz Joana. Léa (camada popular) afirma que com filha mulher, não se pode confiar em qualquer pessoa para tomar conta. João (camada popular) ressalta a necessidade de conversar com a filha, quando estiver na adolescência, sobre a sua experiência de paternidade juvenil. As observações reproduzem as orientações de que a menina está mais vulnerável às tramas da vida, por isso, precisa de proteção. De todo modo, evidencia-se nas narrativas que o menino deve ser preparado para enfrentar o mundo, com caráter digno de homem; também, não pode mimar muito, pois criança mimada se transforma.*

Os relatos juvenis, frequentemente, enfatizam que a parentalidade requer as mesmas funções para pais e mães. Para eles/as, o maior desafio está na criação do filho, que deve conter amor e limite. Posicionamento que encontra eco na análise de Duarte (1995: 39), sobre a complexidade do processo de criação da criança na família, visto

que se trata de algo “muito especial e radical, por envolver o físico e o moral, as emoções e a cognição”. Para os jovens pais, a boa educação se configura como prioridade, é preciso ter condições financeiras e discernimento para *ensinar o que é certo e o que é errado*. Como salienta uma das entrevistadas, *conduzir essa educação, até onde lhe é permitido, é muito difícil*. Ao discorrer sobre a criação de filhos pequenos na sociedade contemporânea, Rosemberg (1995) destaca que nos diversos segmentos sociais têm-se percebido o recurso à educação compartilhada entre casa e pré-escola, sendo essa busca cada vez mais habitual no Brasil. Entre os jovens pais, essa situação se evidencia, pois os filhos, a partir dos 2 anos de idade, já estão na escola. Carlos (23 anos, camada popular) considera importante para a filha: *dá sempre carinho e estudo. Educação é essencial. Nesse país de hoje tem que ter educação. Também, ensinar as boas coisas da vida para ela*.

Não obstante a criação de filhos ser percebida como responsabilidade de ambos, o discurso mais igualitário, de homens e mulheres, é balizado por assimetrias de gênero quando se define a participação de cada um nas funções parentais. Assim, é incumbência do pai, mais do que da mãe, é dar limites ao filho, favorecendo, dessa forma, a permanência da autoridade como qualidade masculina. As jovens mães esperam essa postura dos rapazes e quando esta não se efetiva, a crítica traduz certo desapontamento.

Nós temos alguns parâmetros de criação diferentes, por exemplo, ele [parceiro] é muito mais paciente do que eu, e muito mais permissivo. Então, sou sempre eu que tenho que está dizendo não, impondo limites. De certa forma é meio difícil, porque eu acabo fazendo o papel de pai e ele o de mãe. (...) O papel de pai? É esse de dar limite, educar, ser carinhoso e dizer: não. (Suzi, camada média)

A discussão sobre o binômio limite-permissividade é uma das características da sociedade atual. O debate corrente sobre violência contribui para repensar práticas familiares de educação, propondo que as relações de poder sejam reelaboradas e não se manifestem via agressões. Dessa forma, ao pai é solicitado que consiga o equilíbrio entre *seu lado liberal e seu lado rígido*, visto que as mães são consideradas mais

sensíveis a essa intermediação¹⁵⁶. Na perspectiva dos sujeitos pesquisados, *o bom pai deve aconselhar o filho e não espancar*. Os jovens pais compartilham a percepção da associação paternidade e autoridade e reconhecem que *o pai tem uma força maior para colocar limites*. Embora o diálogo seja o mais desejado, algumas vezes, o castigo e a palmada se constituem como recursos de educação. Tarefa, para alguns deles, difícil de executar.

Na hora que você tem que bater, dar palmada, é difícil. Eu não gosto, mas tem hora que ela merece, é um pouco desobediente. Aquilo dói, você ter que bater. Porque castigo, às vezes resolve, mas às vezes não, porque relaxa mais ainda. (Carlos, camada popular, a filha tem 4 anos)

Eles não são os únicos, as jovens mães também repreendem os filhos na lida diária. Algumas delas se ressentem de tratar o filho, muitas vezes, *como se ele fosse um adulto*. Alegam que gritam e perdem a paciência com as crianças. Mas isso é também considerado parte das questões cotidianas, haja vista o maior tempo de convivência entre mãe e filhos. Das mulheres é sempre esperado um comportamento de maior preocupação e atenção com a criança. Ridenti (1998) analisa que a definição do cuidado com os filhos como uma tarefa feminina, está relacionada também à intrínseca ligação com o corpo. Nos primeiros momentos de vida do bebê, o sentido dessa relação se intensifica, sobretudo em função da amamentação; como também o sentimento de que o filho é, de fato, parte de si. Aos poucos as crianças começam a ter as primeiras manifestações de descobertas do mundo, então as mães percebem que: *já não é mais um, não é mais o próprio corpo*. Através da experiência elas anunciam reconhecimento e maior valorização da maternidade: *você só dá valor à mãe, quando você é realmente uma*. Como afirma Saraceno (1997: 132): “Pode-se dizer antes, que a família moderna, como família dos sentimentos e da educação, nasce em torno destas duas figuras, a mãe e a criança, justamente assimétricas e unidas”.

¹⁵⁶ Em termos de sociedade americana, Lasch (1991: 221) aponta que: “a família luta para conformar-se a um ideal de família imposto de fora para dentro. Os especialistas concordam que os pais não devem tyrannizar as crianças, nem sobrecarregá-las com atenções ‘solicitas demais’”. Mas, para o autor, essa demanda faz com que, muitas vezes, os pais deleguem a disciplina a outras instâncias.

As narrativas dos sujeitos reforçam a importância de tal relação ao demonstrar encantamento e valorização da figura materna. De modo geral, a percepção das atribuições parentais não revela diferenças significativas entre os segmentos sociais e tampouco diferenças de gênero, os posicionamentos são semelhantes quando discorrem sobre os papéis de pai e de mãe, ainda que atribuam mais simbolismo à maternidade. Os anseios de uma participação mais compartilhada estão no horizonte de aprendizado de jovens pais e mães, incluindo um reconhecimento social da paternidade. Embora as práticas revelem a continuidade de uma divisão desigual de tarefas e atribuições na esfera doméstica, observa-se que já se esboça uma postura juvenil que propõe a implementação de relações mais próximas e menos hierarquizadas entre pais/mães e filhos. Assim, reivindicações são registradas e novas práticas são, lentamente, incorporadas nas suas relações sociais e como diz uma das entrevistadas: *então, a vida vai mudando conforme o tempo mesmo.*

Palavras Finais

Nos últimos anos, os temas da gravidez e da parentalidade na adolescência têm se constituído em um campo de debate frutífero à construção de novos olhares sobre a juventude, inclusive pela possibilidade da sua compreensão a partir das narrativas dos sujeitos envolvidos nesses processos. As produções técnica e acadêmica sobre esse assunto, se por um lado permitem uma disponibilidade bibliográfica, por outro lado, desafiam a análise a partir de novas perspectivas, outros pontos de vista.

Inevitavelmente, alguns dos pressupostos teóricos anunciados na caracterização do debate são retomados, a fim de cotejar a sua propriedade no contexto analisado. A apreciação dos dados aqui trabalhados corrobora a premissa da parentalidade juvenil como um dos caminhos de passagem ao estatuto de adulto, como também, a promoção de um reconhecimento social, através da lógica de inserção social dos/as jovens (Le Van, 1998). Alguns estudos apontam que a gravidez na adolescência apresenta uma tendência à repetição da história reprodutiva dos pais (Luker, 1996). No entanto, os sujeitos revelam situações diversas: em quatro casos, a mãe do entrevistado/a era também adolescente quando teve o primeiro filho e, em geral, a maioria delas tinha entre 20 a 22 anos de idade. Embora a idade dos pais seja sempre muito imprecisa, prevalece a afirmação de que eles são mais velhos do que suas parceiras. Na exposição sobre circunstâncias e contexto da gravidez, rapazes e moças, raramente apontam semelhanças com a experiência de parentalidade dos pais como prerrogativa ou justificativa das suas próprias experiências. De forma mais contundente, Clara (20 anos, camada popular) elabora uma analogia entre ela e a mãe sobre a condição de maternidade, afirmando que: *Mãinha também é assim, e eu sou igual. Ela tem [quatro] filhos com três homens. Mas, eu já sou mais, tenho com quatro homens. E isso aconteceu comigo porque eu não olhei para ela.*

A ressalva de Clara está direcionada ao número de filhos, uma vez que a maternidade aparece como algo previsto para sua vida. Aliás, tornar-se pai e mãe é frequentemente apontado pelos jovens como uma das conseqüências esperadas nas suas trajetórias reprodutivas. Mesmo considerando que o momento do nascimento do

primeiro filho não era o ideal, eles/as assumem que tinham consciência do risco de gravidez, tendo em vista a irregularidade ou o não uso de métodos contraceptivos. Mas sempre esperam que não aconteça. Assim, também, havia certa previsibilidade dos desdobramentos advindos do evento da gravidez, como a assunção parental, já que a maioria posiciona-se contrária ao aborto. Pode-se pressupor que os comportamentos, as atitudes e as escolhas que os/as adolescentes realizam, gradativamente, se inscrevem no processo de individualização juvenil.

O exercício da sexualidade aponta para uma modelação de gênero, tendo em vista as questões ressaltadas por rapazes e moças. Assim, independente da camada social a qual pertencem, a manifestação de receios relativos à “primeira vez” revela uma preocupação masculina em não fracassar em contraposição à postura feminina de dúvidas sobre a escolha do parceiro e a adequação do momento. O início da vida afetivo-sexual configura-se como um marco na esfera da autonomia dos jovens. Ainda que se registrem mudanças nas práticas de iniciação sexual, cuja tendência aponta para o aumento da sua ocorrência entre adolescentes e nos relacionamentos estáveis, chama a atenção o desejo dos jovens, de ambos os sexos, de relacionarem-se com pessoas mais velhas do que eles. É interessante notar que há aspirações diferentes entre rapazes e moças na procura desse parceiro/a, uma vez que para os homens prevalece o atestado de virilidade e aquisição de experiência, e para as mulheres uma possibilidade de maior participação na vida social, como também de união conjugal (futura). No entanto, demonstrar publicamente estes namorados/as parece, também, influenciar na própria construção da identidade social quanto ao aspecto da destituição de uma imagem infantil, reconhecimento do estatuto de adolescente e aspiração da condição de adulto.

Os jovens valorizam as escolhas feitas, consideradas expressões de uma autonomia em construção. Assim, eles/as destacam a decisão de levar a gravidez a termo, a opção pela união conjugal, pela separação, ou, simplesmente, por não viverem conjugalmente (atitude observada apenas entre rapazes), ainda que exista uma pressão familiar, mais expressiva nas camadas populares. Os sujeitos ao sentirem-se capazes de decidir, potencializam a crença na possibilidade de cumprir (bem) as funções parentais. Entretanto, reconhecem que a implementação das suas escolhas está atrelada e depende

efetivamente do apoio familiar. Em geral, a família que tem melhor condição financeira e/ou material ajuda mais seus jovens. Independente da diversidade de situações de gestão e provimento entre os entrevistados e seus filhos, o suporte familiar ocorre de forma constante e variada. Adão (camada média) define essa circunstância anunciando que *é como se a criança fosse considerada filho de todos*. No entanto, tal consideração não deve ultrapassar os limites da autonomia de decisão dos jovens pais sobre a forma de orientação educacional dos seus filhos, o que, geralmente, se constitui como elemento de conflito entre gerações. As relações familiares são marcadas pela busca juvenil em asseverar a sua autonomia e a condição de parentalidade potencializa esse processo.

A compreensão das percepções dos indivíduos sobre as relações sociais e os significados atribuídos ao imediatamente vivido, requer atenção e relativização da heterogeneidade (sexo, escolaridade, inserção profissional, classe social etc.) que compõe esse grupo social, buscando identificar a posição dos sujeitos, reflexões sobre a imagem socialmente construída sobre eles/as e os sentidos que estes atribuem às suas ações. A juventude como categoria analítica é emblemática dos dilemas sociais, atuando, também, como um retrato projetivo da sociedade (Abramo, 1997). A família se constitui como um dos cenários de construção de identidade social dos indivíduos, cuja dinâmica das relações entre seus membros promove (re)significações permanentes. E na contemporaneidade, esse processo é mediado por uma individualização que ocorre cada vez mais precocemente no cotidiano da vida privada.

Persiste no imaginário social a representação coletiva que configura a juventude como portadora de ideais contestadores e inovadores. Recentemente, uma revista de circulação nacional estampou como reportagem de capa¹⁵⁷: “Surpresa! A juventude brasileira é careta”. Os parâmetros utilizados para tal definição estavam relacionados a características como: posições conservadoras, apego à família, valorização da solidariedade, preocupação social com emprego e violência, rejeição ao uso de drogas, entre outros. Esse elenco de questões figura como algo fora de sintonia dos anseios juvenis. Ainda mais, em um contexto sócio-político em que este grupo social é,

¹⁵⁷ Revista Istoé de 5/05/2004. Reportagem baseada na pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira” do Instituto Cidadania, realizada com jovens de 15 a 24 anos em 198 municípios do país.

comumente, apresentado como despolitizado, embora novas formas de manifestação e posicionamento sejam reveladas por eles/as. Como questiona Pais (1993: 12):

“Não será que os aparentes ‘conformismos’ dos jovens acabam por dissimular inversões significativas, modificações ou reapropriações de sentido, comportamentos criadores, em torno ou à revelia de uma rede de dependências, proibições, obrigações – elementos constitutivos, por sua vez, da própria quotidianidade?”

O sentido atribuído aos símbolos, signos, normas e valores, constrói-se a partir de diferentes referenciais. Decerto que a família percebida como *locus* de “articulação de relações de gênero e de geração que se tecem e se realizam em um tempo social e histórico” (Motta, 1998: 13) torna-se capital na formação dos jovens filhos. O processo de socialização é marcado pela interiorização de determinados princípios, como também por conflitos que emergem a partir de perspectivas diferenciadas dos indivíduos. Nas narrativas, os embates ocorridos nas relações familiares, particularmente, advindos das solicitações parentais quanto à conclusão dos estudos, relações com determinados grupos de amigos e aquisição de responsabilidade com a vida profissional, são, depois, repensados e valorizados pelos jovens assumindo, assim, a procedência das críticas dos seus pais. Vale ressaltar que tal atitude está vinculada, agora, à condição de paternidade/maternidade destes sujeitos. Dessa forma, evidencia-se a baixa escolaridade, sobretudo entre rapazes e moças das camadas populares, como um agravante para o desenvolvimento pessoal e profissional, refletindo negativamente, para eles, na potencialidade de proporcionar um futuro melhor para seus filhos. A importância da educação, tantas vezes ressaltada por seus pais, ressurgiu no desejo de investimento tanto para si quanto como um compromisso e uma perspectiva para os filhos¹⁵⁸.

Em torno do primeiro filho está um conjunto de simbolismos, descobertas e novos sentimentos; todos contribuindo para demarcar a condição parental. Para os jovens de

¹⁵⁸ Pesquisa realizada com jovens adultos revela que nas camadas populares o sentido do primeiro filho está, também, associado a uma perspectiva de reparação da cidadania, ou seja, “o filho vai TER tudo que eu não tive, mais do que SER o que não fui ou FAZER o que não fiz. Representa a possibilidade de um FUTURO melhor que, corretamente, é percebido como esforço de uma geração” (Paiva, 1996: 221). [grifos da autora]

ambos os sexos e dos diferentes segmentos sociais, o estatuto de pai/mãe remete a atributos como responsabilidade e maturidade, aos quais todos se referem como consequência e não como escolha. Reconhecem que estão envolvidos em um processo, por isso advogam que a relação com o filho/a faz parte de um crescimento conjunto. Assim, anuem à autopromoção para a vida adulta, incluindo a aceção de (nova) família.

Quando a assunção parental se configura juntamente com a formação do casal, prevalece a expectativa de compartilhar os encargos e as decisões sobre o filho, fortalecendo, para os jovens pais/mães, a expressão de autonomia - ainda que mantenham condição de subordinação material frente às famílias de origem. Entretanto, nos casos em que a jovem mãe não conta com qualquer forma de apoio do pai da criança, a relação de dependência familiar é maior. Nesses casos, a moça ressalta que se sente socialmente mais cobrada quanto à capacidade de dar conta das funções maternas. Segundo Marlene (camada popular): *meus pais pensaram que eu não fosse capaz de ter essa responsabilidade que tenho de ser mãe solteira, mas eu tive. Tanto que ele [filho] já tem 3 anos e faço tudo que está ao meu alcance.*

A parentalidade condiciona atitudes e comportamentos juvenis, que passam a ter um tom de maior responsabilidade com eles/as próprios e com o outro, perfazendo relações e sentimentos familiares. Quando discorrem sobre as funções parentais, moças e rapazes vislumbram um envolvimento mais igualitário acerca das atribuições na criação dos filhos. No entanto, as práticas cotidianas demonstram que cuidar e prover continuam inscritos na dicotomia feminino e masculino, respectivamente. As esferas doméstica e reprodutiva permanecem referidas como domínio feminino. Certamente que tal percepção justifica o fato de que quando a gravidez é descoberta, os rapazes direcionam a negociação para a família da namorada. Atestar a assunção paterna simboliza responsabilidade “de homem” e, também, a preservação da honra e da moral familiar – valores significativamente presentes na sociedade baiana.

Em Salvador, o valor atribuído à família é percebido tanto na expressão dos jovens entrevistados como nos dados simbólicos e culturais presentes nas práticas sociais que

compõem o cotidiano da cidade. O espaço da casa ainda se constitui por excelência, o lugar de agregação da parentela. As relações familiares mais imediatas estão circunscritas a pais e filhos, mas, solidariedade e reciprocidade são elementos constitutivos de uma rede familiar mais extensa. Em especial, nas camadas populares, o compadrio que, durante muito tempo, teve como relevância a escolha de pessoas de estratos sociais diferenciados, vislumbrando certo prestígio e possibilidade de ajuda material, tem adquirido outros sentidos através das gerações mais novas. Assim, torna-se evidente na escolha dos compadres a (re)afirmação de laços de afetividade, muitas vezes entre parentes, revelando posicionamentos individuais de afinidade (Kellerhals et. al., 2002) e diferenciação entre membros da família.

Momentos em família fazem parte de uma ética e agrega amigos que são considerados como irmãos. Não raras são as situações em que pessoas sozinhas, especialmente sem vínculo familiar na cidade, são agregadas simbólica e afetivamente a uma ou mais famílias. A figura central nessa organização é a mulher, reafirmando a centralidade da mãe¹⁵⁹ na família. Os jovens pesquisados expressam certa veneração pela figura materna e afirmam que *mãe é tudo*, atribuindo-lhe um caráter insubstituível e revelando seu atributo de catalisadora nas relações familiares. Ainda que não se refiram exatamente a uma mãe em particular, não se trata da mãe de cada um e tampouco da mãe de seus filhos, mas de um ideal materno. Na Bahia, cultua-se fortemente a religiosidade, embora os aspectos místicos estejam sobrepostos às práticas participativas. Contudo, há uma intensa associação entre manifestações religiosas, tanto advindas da tradição judaico-cristã como dos cultos afros, e a figura feminina, haja vista, por exemplo, a legitimidade e o respeito às mães-de-santo no cenário baiano. Certamente, não foi por acaso que a cidade de Salvador tornou-se palco de investigações que resultaram em títulos sugestivos da relevância feminina, como “A família das mulheres” (Woortmann, 1987) e “A cidade das mulheres” (Landes, 2002). Assim, compreendendo que a história de uma sociedade está presente no indivíduo e é representada por ele (Elias, 1994), a permanência do domínio da “mãinha”, também, se

¹⁵⁹ Ferreira Filho (2003: 23) destaca, sobretudo para as camadas populares, que “o poder materno e a sua forma particular de expressão mantém e reproduz relações sociais nas mais diferentes instâncias da realidade baiana. ‘Minha mãe’, ‘mãinha’ ‘mãe preta’ (...) ‘mãe-de-santo’ são expressões basilares na organização da vida e dos hábitos cotidiano na cidade”.

relaciona com a frequência das famílias monoparentais com chefia feminina, no enredo desta cidade¹⁶⁰. No entanto, vale a ressalva realizada por Ferreira Filho (2004: 192): “Por mais que a sociedade baiana fosse feminina na sua expressão – fenômeno que revela a importância da mulher em seu contexto -, ela não deixou de ser masculina em seus propósitos”.

Em Salvador se percebe a manutenção de um valor da família¹⁶¹, mas também dos sentimentos individuais que são, cada vez mais, ressaltados pelos seus membros. Os discursos dos jovens das camadas populares revelam a co-existência de indicadores relacionais e individualistas nos comportamentos familiares. A família é descrita como instância de importância onde predominam valores como: respeito, moral, responsabilidade e afeto; e estes orientam as relações familiares. Nos assuntos da vida privada, as narrativas juvenis das camadas médias não revelam grandes disparidades ao que foi observado entre os demais entrevistados. Assim, o modelo de família contemporânea que valoriza a autonomia individual, ainda que em graus variados de concepção e prática, está presente entre os jovens pais/mães. Entretanto, a observação da vida soteropolitana na sua cotidianidade revela, principalmente através do campo semântico, como permanecem determinados sentidos já pouco usuais entre jovens de outros centros urbanos. Ainda convive-se com o consentimento parental para o “namoro na porta”, bem como o ressentimento por ser “mãe solteira”, o desejo de ter “casa, marido e filho”, e o “me perdi” como alusão ao desvirginamento (termo encontrado também nos discursos masculinos).

A condição de parentalidade acirra a necessidade de aquisição de independência, sobretudo da família de origem, e insere os jovens em novas situações, nas quais demonstram sentirem-se pai/mãe de ou na família. O maior desafio, para eles/as, está na criação do filho. Na descrição dos procedimentos adotados ou previstos na formação da criança, esboçam, também, as expectativas de construção de relações familiares mais

¹⁶⁰ Ver Mattoso, 1988; Reis, 2001; Ferreira Filho, 2004, entre outros. A historiadora Isabel Reis (2001: 142) destaca o “papel das mulheres no sentido de defender e preservar a família negra. Elas foram as principais protagonistas das nossas muitas histórias de resistência contra a violência que se abatia sobre sua parentela”.

¹⁶¹ Na Pesquisa GRAVAD percebe-se que a ênfase na família é maior entre os jovens de Salvador comparativamente aos do Rio de Janeiro e Porto Alegre.

igualitárias. No debate sobre a (re)significação da paternidade (Ridenti, 1998), os rapazes demonstram interesse na aquisição de maior afetividade com os filhos, mas não reivindicam maior participação no cuidado infantil. Se solicitados, em geral, contribuem. Torna-se perceptível, entre os/as sujeitos pesquisados, certo encantamento com a parentalidade, mais especificamente com a idéia de que o filho é parte de si. Assim como, o surgimento de um sentimento de família pautado em noções de pertencimento, de referência e de continuidade. Como afirma Fábio (24 anos, camada popular): *sou filho e agora sou um pai, para mim é a melhor coisa do mundo.*

O diálogo com uma literatura mais específica sobre significados atribuídos à família em Salvador, como também especificidades das relações entre pais e filhos, inclusive acerca das camadas médias que, nessa cidade, tem demonstrado considerável crescimento nas últimas décadas, revela uma lacuna deste estudo. Ao mesmo tempo aponta para futuros caminhos de investigação que compõem meu interesse, por exemplo, a possibilidade de construir um *ethos* de comparação entre as cidades de Salvador e do Rio de Janeiro. A tese de doutorado de Brandão (2003) se constitui como uma referência de relações familiares entre pais e filhos jovens das camadas médias, e viabiliza tal construção. Os estudos baianos, ao realizarem pouco investimento na análise dos comportamentos familiares, favorecem a abertura de novos questionamentos e novos objetos de pesquisa. A representação de sentimentos como individualismo, autonomia, independência e solidariedade nas famílias, a partir de distinções de gênero, classes sociais e raça/etnia desponta como um campo teórico em constituição nos aportes sócio-antropológicos baianos.

Referências

ABRAMO, Helena W. *Cenas juvenis*. Punks e darks no espetáculo urbano. São Paulo: Scritta/ANPOCS, 1994.

_____. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo: ANPED, n.5/6, 1997. p. 25-36.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary G; SILVA, Lorena B. *Juventude e sexualidade*. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

ADORNO, Teodor e HORKHEIMER, Max. *Sociologia da família*. In: CANEVACCI, M. (org.). *Dialética da Família: gênese, estrutura, dinâmica de uma instituição repressiva*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p.210-22.

AGIER, Michel. O sexo da pobreza: homens, mulheres e famílias numa “Avenida” em Salvador da Bahia. *Revista de Sociologia da USP*. São Paulo, v. 2, n. 2, 1990, p. 35-60.

ALMEIDA, Ângela M. et al. *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: UFFRJ, 1987.

ALMEIDA, Angela M. Notas sobre a família no Brasil. In: ALMEIDA, Ângela M. et al. *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: UFFRJ, 1987. p.53-66.

ALMEIDA, Paulo H. A expansão recente do ensino superior privado no Brasil e na Bahia. *Bahia Análise e Dados*. Salvador, v. 12, n. 3, p.143-157, dez. 2002.

ALMEIDA, Maria da Conceição C. *Escola e gravidez na adolescência: um estudo em três capitais brasileiras*. Projeto de tese de doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Saúde Coletiva, da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2004.

_____.; AQUINO, E.M.L.; GAFFKIN,L.; MAGNARI, R.J. Uso de contracepção por adolescentes de escolas públicas na Bahia. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, 2003. v. 37, n. 5, p.566-75.

ALVIM, Rosilene. Família e trabalho infantil. *Interseções – Revista de Estudos Interdisciplinares*. Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, ano 3, n. 2, p.213-231. jul./dez. 2001.

_____.; GOUVEIA, Patrícia (Orgs.). *Juventude anos 90: conceitos, imagens, contextos*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

AQUINO, Estela M. L. et al. Gravidez na adolescência: a heterogeneidade revelada. In: HEILBORN, M.L. et al. *O aprendizado da sexualidade: um estudo sobre reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*. Rio de Janeiro, Garamond (no prelo).

_____. et al. Pesquisa GRAVAD: aspectos metodológicos, operacionais e éticos. In: HEILBORN, M.L. et al. *O aprendizado da sexualidade: um estudo sobre reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*. Rio de Janeiro, Garamond (no prelo).

ARANTES, Antonio. A et al. *Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. Campinas: Editora UNICAMP, 1994.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981a.

_____. A família e a cidade. In: FIGUEIRA, Sérvulo; VELHO, Gilberto. *Família, psicologia e sociedade*. Rio de Janeiro: Campus, 1981b. p.13-23.

_____. O amor no casamento. In: ARIÈS, P. e BÉJIN, A. (Orgs.). *Sexualidades ocidentais*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.153-162.

_____. e BÉJIN, André. (Orgs.). *Sexualidades ocidentais*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ARILHA, Margareth. Homens: entre a “zoeira” e a “responsabilidade”. In: ARILHA, M. et al. (Orgs.). *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: ECOS/Editora 34, 1998. p.51-77.

_____. CALAZANS, Gabriela. Sexualidade na adolescência: o que há de novo? *Jovens acontecendo na trilhadas políticas públicas*. Brasília: CNPD, 1998. p.687-708.

AVENA, Armando. Pensar Salvador. In: LUZ, Ana Maria C. et al. (orgs.) *Quem Faz Salvador*. Salvador: UFBA, 2002. p.81-84.

AZEVEDO, Thales. *Namoro à Antiga: tradição e mudança*. Salvador, mimeo, 1975.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARBOSA, Regina & PARKER, Richard. (orgs.). *Sexualidade pelo Avesso: direitos, identidades e poder*. Rio de Janeiro: IMS/UERJ; São Paulo: Editora 34, 1999.

BARROS, Myriam M. L. *Autoridade & Afeto: avós, filhos e netos na família brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

_____. Velhice na contemporaneidade. In: PEIXOTO, C. E. (Org.). *Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p.13-23.

BASTERD, Leila L. Permanência ou mudança? O discurso legal sobre a família. In: ALMEIDA, Ângela M. et al. *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: UFRJ, 1987. p.103-13.

BECK, Ulrich. *The invention of politics*. Polity Press, 1997.

BECKER, Howard S. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec, 1993.

BÉJIN, André. O casamento extraconjugal dos dias de hoje. In: ARIÈS, P. e BÉJIN, A. (orgs.). *Sexualidades Ocidentais*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p.183-193.

BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1985

BERQUÓ, Elza. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998a. p.411-438.

_____. Quando, como e com quem se casam os jovens brasileiros. Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas. Brasília: CNPD, v. 1, 1998b. p.93-107.

BILAC, Elisabete D. Família: algumas inquietações. In: CARVALHO, Maria do Carmo B. (org.). *A Família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC/Cortez Editora, 1995a. p.29-38.

_____. Sobre as transformações nas estruturas familiares no Brasil. Notas muito preliminares. In: RIBEIRO, I.; RIBEIRO, A C T. (Orgs.). *Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociologia brasileira*. São Paulo: Loyola, 1995b. p.43-61.

BLÖSS, Thierry. La “democratization” des relations parents-jeunes. In: NEYRAND, Gerard. *La famille malgré tout*. Paris: Panoramiques. 2^o trimestre, 1996. n.25. p.177-182.

BOCK, Silvio D. A inserção do jovem no mercado de trabalho. In: ABRAMO, H., FREITAS, M. V. & SPOSITO, M. P. (orgs). *Juventude em Debate*. São Paulo: Cortez, 2002. p.11-16.

BOMENY, Helena M. Quando os números confirmam impressões: desafios da educação brasileira. *Interseções – Revista de Estudos Interdisciplinares*. Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, ano 5, n. 2, p.277-301. dez. 2003.

BOTT, Elizabeth. *Família e Rede Social*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p.112-121

_____. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

_____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

_____. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOZON, Michel. Amor, sexualidade e relações sociais de sexo na França contemporânea. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ – PPCIS/UERJ. 1995, vol. 3, n. 1. p.122-135.

_____. Dês rites de passage aux “premières fois”, Socio-ethnologie de la jeunesse em France. In: DESDOUITS, A.M.; TURGEON, L. (Eds.). *Etnologies francophones de L’Amérique et d’ailluers*. Québec: Press de l’Université Laval, 1997. p.187-196

_____. Demografia e Sexualidade. In: LOYOLA, Maria A.(Org.). *A Sexualidade nas ciências sociais*. Rio de Janeiro: UERJ, 1998. p.227-251.

_____. *Sociologia da sexualidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2004a.

_____. A nova normatividade das condutas sexuais ou a dificuldade de dar coerência às experiências íntimas. In: HEILBORN, Maria Luiza (Org.). *Família e sexualidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2004b. p.119-153.

_____. LERIDON, Henri. Les constructions sociales de la sexualité. In: BOZON, M & LERIDON, H. (Coord.). *Sexualité et sciences sociales*. *Population*, n. 5, set./out., 1993, p.1173-95. Paris, INED:PUF.

BOZON, Michel, HEILBORN, Maria Luiza. As carícias e as palavras. Iniciação sexual no Rio de Janeiro e em Paris. *Novos Estudos*, São Paulo: CEBRAP, n.59, p.111-135, mar. 2001.

_____. , _____. Iniciação à sexualidade: modos de socialização, interações de gênero e trajetórias individuais. In: HEILBORN, Maria L. et. all. *Família, Sexualidade e Ethos Religioso*, Rio de Janeiro: Garamond, no prelo.

BRANDÃO, Maria A. Salvador: da transformação do centro à elaboração das periferias diferenciadas. In: LUZ, Ana Maria C et al. (orgs.) *Quem Faz Salvador*. Salvador: UFBA, 2002. p.151-161.

BRANDÃO, Elaine R. *Individualização e vínculo familiar em camadas médias: um olhar através da gravidez na adolescência..* Tese de Doutorado – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003

_____. Iniciação sexual e afetiva: exercício da autonomia juvenil. In: HEILBORN, Maria Luiza (org.). *Família e Sexualidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p.63-86.

_____. et al. Juventude e família: reflexões preliminares sobre a gravidez na adolescência em camadas médias urbanas. *Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares*. Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, ano 3, n.2, jul./dez. 2001. p.159-180.

BRIOSCHI, Lucila R. e TRIGO, Maria H.B. Relatos de vida em ciências sociais: considerações metodológicas. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v.39, n.7, p.631-637, jul. 1987.

BROWN, Peter. *Corpo e Sociedade: o homem, a mulher e a renúncia sexual no início do Cristianismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990.

BRUSCHINI, C. Teoria crítica da família. In: AZEVEDO, Maria. A. e GUERRA, Viviane. N. A. (orgs.). *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 1993. p.49-80.

BUSTAMANTE, Vânia. *Família, paternidade e saúde: um estudo etnográfico sobre a participação paterna no cuidado da saúde de crianças pequenas em um bairro popular*. Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva – Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, 2005.

CABRAL, Cristiane S. *Vicissitudes da gravidez na adolescência entre jovens das camadas populares do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2002.

CABRAL, Cristiane S. Contracepção e gravidez na adolescência na perspectiva de jovens pais de uma comunidade favelada do Rio de Janeiro. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 19 (Sup.2):S283-292. 2003.

CANEVACCI, Massimo (org.). *Dialética da Família: gênese, estrutura, dinâmica de uma instituição repressiva*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CARMO, Paulo S. *Culturas da Rebeldia: a juventude em questão*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

CARVALHO, Maria C.B. (org.). *A Família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC/ Cortez Editora, 1995

CARVALHO, Inaiá M.M. & ALMEIDA, Paulo H. Família e proteção social. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação SEADE, v 17, n 2. 2003. p.109-122

CASAL, Joaquim. Modos emergentes de transición a la vida adulta en el umbral del siglo XXI: aproximación sucesiva, precaridad y desestructuración. In: PAIS, José M. & CHISHOLM, Lynne. *Jovens em Mudança: Actas do CONGRESSO INTERNACIONAL GROWING UP BETWEEN CENTRE AND PERIPHERY*; 2-4 de maio 1996. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, p.121-142.

CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Mary G. Empregadas Domésticas: a busca de uma unidade de classe. *Cadernos do CEAS*. Salvador:CEAS, n. 123, 1989. p.49-58.

_____. LAVINAS, Lena. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, A. O. & BRUSCHINI, C. (Orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: FCC, 1992. p.216-251.

_____. et al. *Cultivando vidas, desarmando violências: experiências em educação, cultura, lazer, esportes e cidadania com jovens em situação de pobreza*. Brasília: UNESCO, Brasil Telecom, Fundação KELLOGG, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2001.

CHAMPAGNE, Patrick. A ruptura com as pré-construções espontâneas ou eruditas. In: _____. et al.. *Iniciação à prática sociológica*. Petrópolis: Vozes, 1998. p.171-227.

CHODOROW, Nancy. *Psicanálise da maternidade: uma crítica a Freud a partir da mulher*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1990.

CICHELLI, Vicenzo. Individualismo e formas de apoio: entre lógica incondicional e personalização da parceria intergeracional. In: PEIXOTO, C. et al (orgs.). *Família e Individualização*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 113-132

_____. Repensar os laços entre pais e jovens adultos fora da aporia conflito/entendimento. *Interseções – Revista de Estudos Interdisciplinares*. Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, ano 3, n. 2, p.247-265. jul./dez. 2001.

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. In: ARANTES, A. A et al. *Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. Campinas: Editora UNICAMP, 1994. p. 15-42.

COSTA, Maria C.O.et all..Condições de gestação, parto e nascimento em adolescentes e adultas jovens: Santa Casa. *Adolescência Latinoamericana*. 1999, 1414-7130 (1) p.242-251.

COSTA, Terezinha M. *Gravidez na adolescência: um estudo de caso sobre a maternidade na faixa de 10 a 14 anos em Juiz de Fora (MG)*. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002a.

_____. A maternidade em menores de 15 anos em Juiz de Fora (MG): uma abordagem socioantropológica. *Praia Vermelha: estudos de política e teoria social*. Rio de Janeiro: UFRJ, Escola de Serviço Social. n.7, segundo semestre, 2002b. p.154-183.

DADOORIAN, Diana. *Pronta para voar: um novo olhar sobre gravidez na adolescência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

DAMATTA, Roberto. A família como valor: considerações não familiares sobre a família à brasileira. In: ALMEIDA, Angela M. et. al. *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: UFRJ, 1987. p.115-136

_____. *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

_____. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

DAUSTER, Tânia. A invenção do amor: amor, sexo e família em camadas médias urbanas. In: FIGUEIRA, S. A. (org.). *Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987. p.99-111.

DAYRELL, Juarez. O Jovem como sujeito social. Trabalho apresentado na 25ª Reunião Anual da ANPED. 29 de setembro a 2 de outubro, Caxambu, 2001.

DIAS, Ana C & GOMES, William. Conversas, em família, sobre sexualidade e gravidez na adolescência: percepção das jovens gestantes. *Psicologia: reflexão e crítica*. Porto Alegre, 2000. v.13, n.1, p.109-125.

DIAS, Acácia B. et. all. Perfil de pais e mães adolescentes em três cidades brasileiras. Anais do IV CONGRESSO BRASILEIRO DE EPIDEMIOLOGIA. ABRASCO. Recife, 19 a 23 de jun.2004.

DONZELOT, Jacques. *A Polícia das Famílias*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

DUARTE, Luis F. D. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Brasília: CNPq, 1986.

_____. Horizontes do indivíduo e da ética no crepúsculo da família. In: RIBEIRO, I & RIBEIRO, A C T. (Orgs.). *Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociologia brasileira*. São Paulo: Loyola, 1995. p.27-41.

DUQUE-ARRAZOLA, Laura S. O cotidiano sexuado de meninos e meninas em situação de pobreza. In: MADEIRA, Felícia R. *Quem mandou nascer mulher?* Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997. p.343-402.

DURHAM, Eunice R. Família e reprodução humana. In: FRANCHETTO, Bruna et. all. *Perspectivas antropológicas da mulher*, 3. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. p.13-44.

ELIAS, Nobert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994a

_____. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

_____. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ELO, Irmã T et. all. Adolescent females: their sexual partners and fathers of children. *Journal of marriage and family*. 61 (february, 1999): p.74-84.

ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1987.

FERRAND, Michèle. Para uma leitura simultânea do qualitativo e do quantitativo: o exemplo de “contar sua vida”. *Caderno do CRH*. Salvador, n.30/31 (Espaço Público. Questões de Método), jan/dez. 1999. p.339-361.

FERREIRA FILHO, Alberto H. *Quem pariu e bateu, que balance!:* mundos femininos, maternidade e pobreza, Salvador, 1890-1940. Salvador: CEB/EDUFBA, 2003.

FIGUEIRA, Sérvulo A. O “moderno” e o “arcaico” na nova família brasileira: notas sobre a dimensão invisível da mudança social. In: FIGUEIRA, S. A. (org.). *Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987. p.11-30.

FLANDRIN, Jean-Louis. *Famílias: parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*. Lisboa, Editorial Estampa, 1995.

FONSECA, Claudia. Pais e filhos na família popular. In: D’INCAO, Maria A. (org.). *Amor e família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989. p.95-128.

_____. Amor e família: vacas sagradas da nossa época. In: RIBEIRO, I; RIBEIRO, A C T. (Orgs.). *Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociologia brasileira*. São Paulo: Loyola, 1995. p.69-89.

_____. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

_____. Mãe é uma só?: Reflexões em torno de alguns casos brasileiros. *Psicologia USP*. V.3, n.2, São Paulo, 2002. p. 49-68.

_____. A certeza que pariu a dúvida: paternidade e DNA. *Estudos Feministas*. Florianópolis: UFSC/CFH/CCE, v.12, n.2, 2004. p.13-34.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 3: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

_____. *História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. *História da Sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. L’entraide familiale varie selon les milieux. In: NEYRAND, Gerard. *La famille malgré tout*. Paris: Panoramiques. 2^o trimestre, 1996. n.25. p.183-185.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Record, 1995.

GALLAND, Olivier Qu'est-ce que la jeunesse? In: CAVALLI, Alessandro & GALLAND, Olivier (orgs.). *L'Allongement de la jeunesse*. Arles: Editions Actes-Sud, 1993. p.11-18.

_____. *Sociologie de la jeunesse*. Paris: Armand Colin, 1997.

_____. Adolescence, post-adolescence, jeunesse: retour sur quelques interprétations. *Reveu Française de Sociologie*, Paris, v.42, n.4, p.611-640, 2001.

GIDDENS, Anthony. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo; Editora UNESP, 1991.

_____. *A Transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

_____. *Conversas com Anthony Giddens: o sentido da modernidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

_____. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOLDANI, Ana Maria. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. n. 91, nov. 1994a. p.7-22.

_____. Retratos de família em tempos de crise. *Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ. Nº. Especial. 2º sem/1994b. p.303-335.

_____. *Família, relações de gênero e fecundidade no Nordeste*. Nordeste – Brasil. Fecundidade, anticoncepção e mortalidade infantil. Pesquisa sobre saúde familiar no Nordeste, 1991. BENFAM, DHS. Rio de Janeiro, jun. 1994c

GOMES DA COSTA, Antonio C. A Família como questão social no Brasil. In: KALOUSTIAN, Sílvio M. (org.). *Família Brasileira, a base de tudo*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2002. p. 19-25.

GOODE, William J. *A Família*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1970.

GOUVEIA, Patrícia. Juventude-adolescente-pobre e valor-trabalho. In: ALVIM, R., GOUVEIA, P. (orgs.). *Juventude anos 90: conceitos, imagens, contextos*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. p.59-80.

GREGORI, Maria F. *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra/ANPOCS. 1993.

GROPPO, Luís A. *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

GUEDES, Simoni L. Redes de parentesco e consideração entre trabalhadores urbanos: tecendo relações a partir de quintais. *Caderno do CRH*. Salvador, n.29 (Gênero e Família), jul/dez. 1998. p.189-208.

GUIMARÃES, Iracema B. Famílias, relações de gênero e experiência feminina no trabalho. *Caderno do CRH*. Salvador, n.16 (Gênero, família e trabalho), jan/jun. 1992. p.51-64.

_____. Revisitando a família no cenário da pobreza. *Caderno do CRH*. Salvador, n.29 (Gênero e Família), jul/dez. 1998. p.89-127.

_____. Moradia, família e trabalho: as demandas urgentes na experiência popular. In: LUZ, Ana Maria C. et al. (Orgs.). *Quem faz Salvador*. Salvador: UFBA, 2002. p.308-316.

GUPTA, Neeru & LEITE, Iuri C.,. Tendências e determinantes da fecundidade entre adolescentes no Nordeste brasileiro. *Perspectivas Internacionais de Planejamento Familiar*. Número especial. 2001. p.24-29.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HEILBORN, Maria Luiza. Conversa de Portão: juventude e sociabilidade em um subúrbio carioca. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1984

HEILBORN, Maria Luiza. Gênero e Hierarquia: a costela de Adão revisitada. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, v.1, n.1, p.50-82, 1993.

_____. O traçado da vida: gênero e idade em dois bairros populares do Rio de Janeiro. In: MADEIRA, Felícia R. *Quem mandou nascer mulher?* Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997. p.291-342.

HEILBORN, Maria Luiza. Gravidez na adolescência: considerações preliminares sobre as dimensões culturais de um problema social. In: VIEIRA, Elisabeth (org.) et all. Seminário Gravidez na Adolescência. Rio de Janeiro: CEPIA/IPEA. 1998a. p.23-32

_____. A primeira vez nunca se esquece. *Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, v.6, n.2, 1998b. p.370-374.

_____. Construção de si, gênero e sexualidade. In: HEILBORN, M. L. (org.) *Sexualidade: o olhar das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999. p.40-58.

_____. Família e sexualidade: novas configurações. In: HEILBORN, Maria Luiza (org.). *Família e Sexualidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p.9-14.

_____. Uniões juvenis, gênero e sexualidade. In: HEILBORN, Maria L. et. all. *Família, Sexualidade e Ethos Religioso*, Rio de Janeiro: Garamond, no prelo.

_____. LEAL, Ondina F., AQUINO, Estela & BOZON, Michel. (resps.). *Gravidez na adolescência: estudo multicêntrico sobre jovens, sexualidade e reprodução no Brasil*. s/l, 1999.

_____. BRANDÃO, Elaine R. Introdução: ciências sociais e sexualidade. In: HEILBORN, Maria Luiza (Org.). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p.7-17.

_____. SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, Sérgio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Sumaré: ANPOCS; Brasília, DF: CAPES, v.2, 1999. p.183-221.

_____. et al.. Aproximações Socioantropológicas sobre gravidez na adolescência. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre: PPGAS, 2002, ano 8, nº 17, p.13-45.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Censo Demográfico 2000: Famílias e Domicílios: resultados da amostra. Comunicação Social. Dez. 2003.

JELIN, Elisabeth. Família e gênero: notas para el debate. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ – PPCIS/UERJ. vol. 3, n. 2. 1995. p.394-412.

KAUFMANN, Jean-Claude. Construção dos hábitos conjugais e sexualidade. *Interseções – Revista de Estudos Interdisciplinares*. Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, ano 3, n. 2, p.121-132. jul./dez. 2001.

KELLERHALS, Jean et. all. *Microsociologia da Família*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1989.

_____. Linguagens do parentesco: lógicas de construção identitária. *Análise Social: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*. Lisboa. v.37, n.163, 2002. p.545-567.

KNAUTH, Daniela R. & LEAL, Ondina F. Sexualidade, reprodução e negociação familiar. *Interseções – Revista de Estudos Interdisciplinares*. Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, ano 3, n. 2, p.147-158. jul./dez. 2001.

KOFES, Suely. “Entre nós mulheres, elas as patroas e elas as empregadas”. In: ARANTES, A. A et al. *Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. Campinas: Editora UNICAMP, 1994. p.185-193.

LANDES, Ruth. *A Cidade das Mulheres*. Rio de Janeiro: Editora da URFJ, 2002.

LAVINAS, Lena. Gênero, cidadania e adolescência. In: MADEIRA, Felícia R. *Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997. p.11-43.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

LASCH, Christopher. *Refúgio num mundo sem coração*. A família: santuário ou instituição sitiada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LEAL, Ondina F. Sangue, fertilidade e práticas contraceptivas. In: LEAL, O.F. (org.). *Corpo e Significado: ensaios de antropologia social*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995. p.13-35.

_____. LEWGOY, Bernardo. Pessoa, aborto e contracepção. In: LEAL, O.F. (org.). *Corpo e Significado: ensaios de antropologia social*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995. p.57-75.

_____. FACHEL, Jandyra M. G. Jovens, sexualidade e estratégias matrimoniais. In: HEILBORN, M. L. (org.). *Sexualidade: o olhar das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1999. p.96-116.

LEAL, Andréa F. *Uma antropologia da experiência amorosa: estudo de representações sociais sobre sexualidade*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de

Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

LEMARCHANT, Clotilde. O parentesco por aliança, um parentesco desejado? Formas e conteúdo das relações entre noras e sogras na sociedade francesa contemporânea. In: PEIXOTO, C. et al (orgs.). *Família e Individualização*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p.157-166.

LENOIR, Remi. Objeto Sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, P et all. *Iniciação à prática sociológica*. Petrópolis: Vozes, 1998. p.59-106.

LE VAN, Charlotte. *Les Grossesses à l'adolescence normes sociales, réalités vécues*. Paris: Éditions L'Harmattan, 1998.

LEVANDOWSKI, Daniela C. Paternidade na adolescência: uma breve revisão da literatura internacional. *Estudos de Psicologia*, 6(2), Porto Alegre, 2001. p. 195-209.

LHOMOND, Brigitte. Sexualidade e juventude na França, In: HEILBORN, Maria Luiza (org.). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999. p.77-95.

LIMA, Indiará C.; COSTA, Maria C.C & CONI, Pierry F.C. Co-responsabilidade masculina na gravidez de adolescentes e adultas jovens: um estudo piloto. *Revista de Saúde Coletiva da UEFS*, Feira de Santana, Ba, v.1, n.1, 2002. p.73-77.

LOBO, Cristina. Do (re)casamento às estratégias de recomposição familiar. *Sociologia – Problemas e práticas*. Lisboa, n.18, 1995, p.69-95.

LOYOLA, Maria Andréa. (org.). *A Sexualidade nas Ciências Humanas*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

LUHMANN, Niklas. *O Amor como Paixão: para a codificação da intimidade*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil, 1991.

LUKER, K., 1996. *Dubious conceptions*. The politics of teenage pregnancy. 2. print. Cambridge: Harvard University Press.

LYRA DA FONSECA, Jorge L. C. Paternidade adolescente: da investigação à intervenção. In: ARILHA, M. et. all. (orgs.). *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: ECOS/Editora 34, 1998. p.185-214.

MACHADO, Lia Z. Famílias e Individualismo: tendências contemporâneas no Brasil. *Interface: comunicação, saúde e educação*. v.4, n.8, p.11-26, 2001.

MACHADO NETO, Zaidê. As meninas: sobre o trabalho da criança e da adolescente em família proletária. In: AGUIAR, N (org.). *Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas*. Petrópolis: Vozes, 1984.

MACÊDO, Márcia S. Tecendo o fio e segurando as pontas: mulheres chefes de família em Salvador. In: BRUSCHINI, C. & PINTO, C. R. (orgs.). *Tempos e Lugares de Gênero*. São Paulo: FCC e Editora 34, 2001. p.53-83.

MADEIRA, Felícia R. & RODRIGUES, Eliana M. Recado dos jovens: mais qualificação. Jovens acontecendo na trilhadas políticas públicas. Brasília: CNPD, 1998. p.427-496.

MARTINS, Miriam. Manifestações do Barroco em Salvador: monumentos sacros. In: LUZ, Ana Maria C. et al. (orgs.) *Quem Faz Salvador*. Salvador: UFBA, 2002. p.235-242.

MARTINS, Heloisa H. T.S. A juventude no contexto da reestruturação produtiva. In: ABRAMO, H., FREITAS, M. V. & SPOSITO, M. P. (orgs) *Juventude em Debate*. São Paulo: Cortez, 2002. p.17-40.

MATTOSO, Katia. M Q. *Família e Sociedade na Bahia do século XIX*. São Paulo: Currupio, 1988.

MEDEIROS. Maria G. L. Novos arranjos familiares: inquietações sociológicas e dificuldades jurídicas. Trabalho apresentado no XIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Ouro Preto (MG), 4 a 8 de novembro de 2002.

MEDRADO, Benedito. Homens na arena do cuidado infantil: imagens veiculadas pela mídia. In: ARILHA, M. et. all. (orgs.). *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: ECOS/Editora 34, 1998. p.145-161.

_____. LYRA, Jorge. A adolescência “desprevenida” e a paternidade na adolescência: uma abordagem geracional e de gênero. *Cadernos Juventude, Saúde e Desenvolvimento*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, Secretária de Políticas de Saúde, 1999. p.230-48.

MENEZES, Greice M. S. *Aborto, Juventude e Saúde*. Projeto de tese de doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Saúde Coletiva, da Universidade Federal da Bahia. Salvador, agosto de 2004.

MENEZES, Greice M. S. et all. Aborto, Juventude e Saúde. Anais do IV CONGRESSO BRASILEIRO DE EPIDEMIOLOGIA. ABRASCO. Recife, 19 a 23 de jun.2004.

MICHEL, Andrée. *Sociologia da Família e do Casamento*. Porto: Rés-Editora, 1983.

MINAYO, Maria C. et. all. *Fala, galera: juventude, violência e cidadania*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

MONTEIRO, Simone. Gênero, sexualidade e juventude numa favela carioca. In: HEILBORN, M. L. (org.) *Sexualidade: o olhar das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999. p.117-145.

MOTTA, Alda B. Emprego Doméstico: revendo o novo. *Caderno do CRH*. Salvador, n.16 (Gênero, família e trabalho), jan/jun. 1992. p.31-49

_____. Gênero, família e fases do ciclo de vida. *Caderno do CRH*. Salvador, n.29 (Gênero e Família), jul/dez. 1998. p.13-20.

MOTTA, Magda L. & SILVA, João L. P. Gravidez entre adolescentes muito jovens. In: *Femina*. FEBRASGO. vol. 22, nº 5. Maio, 1994. p. 348-354.

NERI, Marcelo e COSTA, Daniela. O tempo das crianças. As Caras da Juventude. *Cadernos Adenauer II*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, dez. 2001. p.65-79.

NOLASCO, Sócrates. *O Mito da Masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

NOVAES, Regina R. Juventudes cariocas: mediações, conflitos e encontros culturais. In: VIANNA, Hermano (org.). *Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. p.119-60.

OLIVEIRA, Maria C. A família brasileira no limiar do ano 2000. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ; PPCIS/UERJ. vol.3, nº 2, 1996. p.55-63

PAIS, José M. *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

_____. Introdução. In: PAIS, J.M. *Traços e riscos de vida: uma abordagem qualitativa dos modos de vida juvenis*. Porto: Ambar, 1999. p.09-27.

_____. *Vida cotidiana: enigmas e revelações*. São Paulo: Cortez, 2003.

PAIVA, Vera. Sexualidades adolescentes: escolaridade, gênero e o sujeito sexual. In: PARKER, Richard & BARBOSA, Regina (orgs.). *Sexualidades Brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, ABIA, IMS/UERJ, 1996. p.213-34.

PALMA, Irma & QUILODRÁN, Cecília. Respostas à gravidez entre adolescentes chilenas de estratos populares. In: COSTA, Albertina e AMADO, Tina (orgs.). *Alternativas Escassas: saúde, sexualidade e reprodução na América Latina*. São Paulo: Prodir/FCC; Rio de Janeiro: Editora 34, 1994. p.11-45.

_____. _____. Opções masculinas: jovens diante da gravidez. In: COSTA, Albertina (Org.). *Direitos tardios: saúde, sexualidade e reprodução na América Latina*. São Paulo: Prodir/FCC; Rio de Janeiro: Editora 34, 1997. p.141-71.

PANTOJA, Ana L. N. “Ser alguém na vida”: uma análise sócio-antropológica da gravidez/maternidade na adolescência, em Belém do Pará, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 19 (Sup.2):S335-343. 2003.

PARKER, Richard G. *Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Ed. Best Seller, 1991

_____. BARBOSA, Regina (Orgs.). *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, ABIA, IMS/UERJ, 1996.

PEIXOTO, Clarice E. Avós e netos na França e no Brasil: a individualização das transmissões afetivas e materiais. In: PEIXOTO, C. et al (orgs.). *Família e Individualização*. Rio de Janeiro: FGV, 2000a, p.95-111.

_____. *Envelhecimento e Imagem: as fronteiras entre Paris e Rio de Janeiro*. São Paulo: Annablumme, 2000b.

_____. Aposentadoria: retorno ao trabalho e solidariedade familiar. In: PEIXOTO, C. E. (Org.). *Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p.57-84.

_____. CICCHELLI, Vincenzo. Sociologia e antropologia da vida privada na Europa e no Brasil. Os paradoxos da mudança. In: PEIXOTO, C. et al. (Orgs.). *Família e Individualização*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 7-11.

_____. BOZON, Michel. Comportamentos familiares: resultados e perspectivas. *Interseções – Revista de Estudos Interdisciplinares*. Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, ano 3, n. 2, p.25-29. jul./dez. 2001.

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo: ANPED, n.5 e 6, 1997. p.15-24.

PERES, Simone O. *Aborto e juventude: um horizonte de possibilidades diante da gravidez na adolescência*. Tese – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

PIERRET, Janine. Contexto social, condições da pesquisa e postura dos entrevistados. *Caderno do CRH*. Salvador, n.30/31 (Espaço Público. Questões de Método), jan/dez. 1999. p.297-318.

PINHEIRO, Délio J. F. Os sobrenomes de Salvador In: LUZ, Ana Maria C. et al. (orgs.) *Quem Faz Salvador*. Salvador: UFBA, 2002. p.221-225.

PROST, Antoine. Fronteiras e espaços do privado. In: PROST, A. & VINCENT, G. *História da Vida Privada: da primeira guerra aos nossos dias*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 13-153.

RAMIRES, Vera L. *O exercício da paternidade hoje*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

REIS, Isabel C. F. *Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*. Salvador: CEB, n. 149, 2001.

REZENDE, Claudia B. *Nos Embalos de Sábado à Noite: juventude e sociabilidade em camadas médias cariocas*. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1989

_____. Diversidade e identidade: discutindo jovens de camadas médias urbanas. In: VELHO, G. (org.) *Individualismo e juventude*. Comunicação. n.18. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 1990. p.5-24

_____. A empregada na televisão: uma pequena análise sobre representações. *Cadernos de Antropologia e Imagem*, Rio de Janeiro: UERJ, NAI, v. 5, n. 2, 1997. p.73-89.

_____. “Amigos como irmãos” e “pais amigos”: a interseção de categorias e valores em um discurso carioca. *Interseções – Revista de Estudos Interdisciplinares*. Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, a. 3, n. 2, p.199-212. jul./dez. 2001.

_____. *Os significados da amizade: duas visões de pessoa e sociedade*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

RIDENTI, Sandra G.U. A desigualdade de gênero nas relações parentais: o exemplo da custódia dos filhos. In: ARILHA, M. et. all. (orgs.). *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: ECOS/Editora 34, 1998. p.163-184.

RIETH, Flavia. Amor e sexualidade. In: BÉRIA, Jorge (org.). *Ficar, transar... a sexualidade do adolescente em tempos de AIDS*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1998. p.15-26.

RIOS, Luís F. et all. Rumo à adulez: oportunidades e barreiras para a saúde sexual dos jovens brasileiros. *Cadernos CEDES*, Campinas – SP: ago. 2002. v.22, n.57.:. p.45-61.

RIZEK, Cibele S. Os dados e seu sentido: algumas interrogações metodológicas em sociologia do trabalho. *Caderno do CRH*. Salvador, n.30/31 (Espaço Público. Questões de Método), jan/dez. 1999. p.319-337.

ROHDEN, Fabíola. *A arte de enganar a natureza: contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003.

ROMANELLI, Geraldo. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, Maria do Carmo B. (org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC/Cortez Editora, 1995. p.73-87.

ROSEMBERG, Fúlvia. A criação de filhos pequenos: tendência e ambigüidades contemporâneas. In: RIBEIRO, I & RIBEIRO, A C T. (orgs.). *Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociologia brasileira*. São Paulo: Loyola, 1995. p.167-190.

RUSSO, Jane A. A difusão da psicanálise nos anos 70: indicações para uma análise. In: RIBEIRO, Ivete. (org.). *Família e Valores*. São Paulo: Edições Loyola, 1987. p. 189-204.

SALEM, Tânia. Conflito, poder e negociação na família: a questão geracional. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, 1980. p.185-200.

_____. *O Velho e o novo: um estudo de papéis e conflitos familiares*. Petrópolis: Vozes, 1980b.

_____. O casal igualitário: princípios e impasses. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, v.3, n. 9, fev. 1989. p.24-37.

_____. “Homem... já viu, né?”: representações sobre sexualidade e gênero entre homens de classe popular. In: HEILBORN, Maria Luiza (Org.). *Família e sexualidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p.15-61.

SAMARA, Eni M. Tendências atuais da história da família no Brasil. In: ALMEIDA, Ângela M. et al. *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: UFFRJ, 1987. p.25-36.

_____. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

_____. Mercado de trabalho, gênero e família no Brasil (1836-1996). *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*. São Paulo, v. 57, 1999. p.55-64.

SAMARA, Eni M. O que mudou na família brasileira?: da colônia à atualidade. *Psicologia USP*, São Paulo, 2002, vol.13, n.2, p.27-48.

SANCHES, Maria A.P. Entre pratos e panelas: emprego doméstico e relações de poder. *Humanas: Revista do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia*. Feira de Santana: UEFS, ano 1, n.1, jan/jun. 2002. p.109-123.

SARACENO, Chiara. *Sociologia da Família*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

SARDENBERG, Cecília. Mães e filhas: etapas do ciclo de vida, trabalho e família entre o antigo operariado baiano. *Caderno do CRH*. Salvador, n.29 (Gênero e Família), jul/dez. 1998. p.21-47.

SARTI, Cynthia A. A família como ordem moral. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. n. 91, nov. 1994. p. 46-53.

_____. Família e individualidade: um problema moderno. In: CARVALHO, Maria do Carmo B. (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC, 1995. p.39-49.

_____. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Cortez, 2003.

SCAVONE, Lucila. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*. São Paulo: Fundação UNI/UNESP, 2001. v.2, n.8, p. 47-60.

SCOTT, R. Parry. Famílias sem casais e a diversidade conjugal no Brasil. *Interseções – Revista de Estudos Interdisciplinares*. Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, ano 3, n. 2, p.93-112. jul./dez. 2001.

SEGALEN, Martine. *Sociologia da família*. Lisboa: Terramar, 1996.

_____. Ritos e Rituais Contemporâneos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

SILVA, Rebeca S. Gravidez na adolescência: aonde mora o problema? In: Anais do X ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Belo Horizonte: ABEP, 1996. p. 1545-1565.

SILVA, Sylvio B. M. Em busca de uma nova dinâmica para Salvador. In: LUZ, Ana Maria C. et al. (orgs.) Quem Faz Salvador. Salvador: UFBA, 2002. p.69-73

SIMMEL, Georg. Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal. In: MORAES FILHO, Evaristo (org.). *Simmel*. São Paulo: Ática, 1983. p.165-81.

_____. Filosofia do Amor. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

SINGLY, François de. (org.). *La Famille: l'état des savoirs*. Paris: Éditions La Découverte, 1992.

_____. *Sociologie de la famille contemporaine*. Paris: Éditions Nathan, 1993

_____. *Le modèle singulier da la famille contemporaine*. In: NEYRAND, Gerard. La famille malgré tout. Paris: Panoramiques. 2º trimestre, 1996. n.25. p.29-35.

_____. *Le soi, le couple et la famille*. Paris: Natan, 2000a.

_____. O nascimento do “indivíduo individualizado” e seus efeitos na vida conjugal familiar. In: PEIXOTO, C. et al (orgs.). *Família e Individualização*. Rio de Janeiro: FGV, 2000b, p.13-19.

_____. *Libres ensembles: l'individualisme dans l'avie commune*. Paris: Nathan, 2000c.

SIQUEIRA, Maria J. T. Novas formas de paternidade: repensando a função paterna à luz das práticas sociais. In: SILVA, A. et. all. (orgs.). *Falas de Gênero: teorias, análises e leituras*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999. p.187-201.

SOARES, Sergei et all. Os jovens de 18 a 25 anos: retrato de uma dívida da política educacional. IPEA: *Texto para Discussão*, nº 954. Rio de Janeiro, jun 2003.

SORJ, Bila & GOLDENBERG, Mirian. Um novo modelo de família: coesão e centramento nos filhos. *Interseções* – Revista de Estudos Interdisciplinares. Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, ano 3, n. 2, p.113-120. jul./dez. 2001.

SOUZA, Guaraci A A. A formação de proles e criação de filhos na Bahia. In: RIBEIRO, I & RIBEIRO, A C T. (orgs.). *Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociologia brasileira*. São Paulo: Loyola, 1995. p.191-215.

SPOSITO, Marília P. Estudos sobre juventude em educação. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo: ANPED, n.5 e 6, 1997. p.37-52.

TORRES, Anália C. Casar? Por que não? – perspectivas de jovens portugueses sobre o casamento e a família. Actas do CONGRESSO INTERNACIONAL GROWING UP BETWEEN CENTRE AND PERIPHERY. Lisboa, maio/1996. p.201-221.

_____. A individualização no feminino, o casamento e o amor. In: PEIXOTO, C. et al (orgs.). *Família e individualização*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 135-156.

_____. *Sociologia do casamento*. Portugal: Celta, 2001.

TORRES, Marieze R. Sexo, prazer e dor: vivências sexuais na fala de adolescentes pobres de Salvador. In: BARBOSA, Regina et. all. (orgs.). *Interfaces – Gênero, Sexualidade e Saúde Reprodutiva*. Campinas – SP: Editora da UNICAMP, 2002. p.49-83.

TOURAINÉ, ALAIN. *Poderemos viver juntos?: iguais e diferentes*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

UZIÉL, Anna P. Homossexualidade e parentalidade: ecos de uma conjugação. In: HEILBORN, Maria Luiza (org.). *Família e Sexualidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p.87-117.

VAITSMAN, Jeni. *Flexíveis e plurais: identidade, casamento, família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

VAZ, Marlene. *A menina e a casa: a identidade coletiva da menina empregada doméstica – análise sobre o trabalho infanto-juvenil feminino*. Salvador, 1999.

VANCE, Carole S. A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. *Physis*. Revista de Saúde Coletiva. v.5, n.1, p.7-31. IMS/UERJ: Relume-Dumará, 1995.

VELHO, Gilberto. *Subjetividade e Sociedade: uma experiência de geração*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

_____. Família e parentesco no Brasil contemporâneo: individualismo e projetos no universo de camadas médias. *Interseções – Revista de Estudos Interdisciplinares*. Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, ano 3, n. 2, p.45-52. jul./dez. 2001.

VIANNA, Hermano (org.). *Galerias cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

WALL, Karin et. all. Mães sós e cuidados às crianças. *Análise Social: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*. Lisboa. v.37, n.163, 2002. p.631-663.

WOORTMANN, Klass. *A Família das Mulheres*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/CNPQ, Rio de Janeiro, 1987.

WHO (World Health Organization). *Young People's Health – A Challenge for Society*. World Health Organization Technical Report Series 731. Geneva: WHO. 1986

ZALUAR, Alba. As mulheres e a direção do consumo doméstico. In: ALMEIDA, M.S.K. et. all. (orgs.). *Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p.161-184.

_____. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o sentido da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. Gangues, galerias e quadrilhas: globalização, juventude e violência. In: VIANNA, Hermano (Org.). *Galerias cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. p.17-57.

ZANETI, Hermes. *Juventude e revolução: uma investigação sobre a atitude revolucionária juvenil no Brasil*. Brasília: Edunb, 2001.

ANEXOS

**GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA:
ESTUDO MULTICÊNTRICO SOBRE JOVENS, SEXUALIDADE E
REPRODUÇÃO NO BRASIL**

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Ficha de identificação:

Entrevistado							Entrevistador	
Local	Seg.Soc.	Sexo	Entrev.	N. seq.	Idade		Código	
1	2	3	4	5	6	7	8	9

Observações sobre a aplicação da entrevista:

- Dia/hora da entrevista:
- Tempo de duração:
- Local de realização (Endereço, Bairro, Telefone, para eventuais retornos):

2. Características pessoais e familiares

Objetivo: obter dados sobre constituição e/ou organização familiar (família de origem).

2.1. Quantos irmãos você tem, qual a idade, ocupação? Eles vivem com você?

Nome	Idade	Ocupação	Co-habitação sim/não	Se não, com quem mora?

2.2. Os seus irmãos são filhos dos mesmos pais? Possui irmãos de criação?

2.3. Os seus pais estão vivos? Em caso de morte dos pais qual a idade que o entrevistado tinha quando seu pai/mãe morreu e que mudanças esse evento ocasionou na trajetória de vida do entrevistado?

2.4. Os seus pais vivem juntos? Se sim, há quanto tempo? Com que idade os pais se casaram? Se não, que idade o entrevistado tinha quando os pais se separaram e/ou se os pais casaram novamente e que mudanças esse evento ocasionou na trajetória de vida do entrevistado.

2.5. Qual é a profissão dos seus pais?

2.6. Você e/ou a sua família têm alguma filiação religiosa? É praticante ou freqüenta eventualmente? Pratica mais de uma religião/culto?

3. Trajetória de estudo e trabalho

Objetivo: investigar a trajetória de estudo/trabalho e de que forma isso foi/é importante no possível projeto de autonomização (passagem para a vida adulta) do entrevistado.

Atentar para: de que forma os estudos ou atividade (remunerada ou não) auxiliaram em um projeto de profissionalização/autonomia; trajetória profissional (incluindo interrupções); observar também a escolaridade e atividades dos pais para um contraste inter-geracional com respeito à mobilidade. Nas questões sobre renda, explorar se recebe pensões ou outros benefícios. Quais os arranjos familiares que possibilitam autonomia.

Sobre trajetória educacional:

- 3.1. Você está estudando no momento? Qual a série/nível que está cursando? Onde (se escola/universidade pública ou particular)?
- 3.2. Se não estiver estudando mais, até que série/nível cursou?
- 3.3. Se houve repetência ou interrupção nos estudos, quantas vezes e por que motivos?
- 3.4. Se ocorreu interrupção, qual foi a reação da família ao evento?
- 3.5. Qual o grau de escolaridade dos pais?

Sobre trajetória profissional e renda:

- 3.6. Você está trabalhando, estagiando ou exercendo qualquer atividade remunerada?
- 3.7. Já teve outras atividades remuneradas anteriores?
- 3.8. Como avalia sua atividade profissional atual?
- 3.9. Como esta atividade se vincula a projetos futuros?
- 3.10. Quais são os projetos profissionais futuros?
- 3.11. Qual a remuneração atual (verificar quanto recebeu no último mês)?
- 3.12. Este é um trabalho/remuneração estável?
- 3.13. Qual a renda familiar no domicílio que você mora? Que pessoas contribuem para esta renda? Quem contribui com a maior parcela?
- 3.14. Quanto o entrevistado contribui para a unidade familiar (ou o seu rendimento é apenas para gastos pessoais, ou ainda quanto dos seus gastos pessoais dependem da ajuda financeira da família)?
- 3.15. No caso de ter família própria, ou de morar sozinho(a): quanto ou em que depende da ajuda financeira da(s) família(s) de origem? Se casal: recebe ajuda principalmente da família de qual dos cônjuges?
- 3.16. No caso de ter família própria: quais outras formas de ajuda/dependência, recebe da(s) família(s) de origem, tais como: onde faz(em) as refeições, onde lava(m) roupas, cuidado de filho(s), pagamento de aluguel ou moradia cedida. Em que medida esta situação interfere na vida pessoal do entrevistado ou do casal?
- 3.17. Em relação aos seus pais, na sua idade, você acha que sua situação econômica é melhor, pior ou igual? Por quê?

4. Trajetória afetivo-sexual

Objetivo: obter informações sobre o primeiro envolvimento amoroso/sexual e os subsequentes.

Atentar para o fato de que o entrevistado pode relatar um relacionamento só amoroso ou só sexual ou ambos em uma mesma experiência. Tentar perceber se esta experiência foi um namoro (mais estável ou duradouro) ou algo mais passageiro. Da mesma forma, paixão, namoro, “ficar” e relacionamento sexual também podem aparecer juntos ou em experiências distintas. Deve-se tentar precisar quando e como aconteceu cada evento e a duração dos relacionamentos, bem como as características do(s) parceiro(s) e a opinião sobre cada evento. Nas perguntas referentes à primeira relação sexual, o entrevistador deve estar atento para identificar se houve alguma forma de constrangimento ou violência.

Sobre iniciação afetiva e sexual:

- 4.1. Quando e como aconteceu a primeira experiência amorosa? (Foi um “ficar”, namoro, transa/relação sexual?)
- 4.2. Que idade você tinha?
- 4.3. Qual a idade do(a) parceiro(a)?
- 4.4. Como e onde conheceu o(a) parceiro(a) (se através de amigos, escola, vizinhança, etc.)?
- 4.5. O que mais marcou nesta experiência? (Se não tiver relatado ainda relação sexual, perguntar se já transou.)
- 4.6. Você acha que escolheu a pessoa e a hora certa ou deveria ter sido diferente?
- 4.7. Você teve vontade de transar naquele momento? Gostou ou não de fazer sexo nessa primeira transa? Se não gostou, quando começou a gostar (ter prazer)?
- 4.8. Antes dessa primeira experiência, teve vontade de fazer sexo? O que fazia nestas ocasiões (masturbação)?

Sobre a seqüência dos relacionamentos:

Continuar tentando demarcar quando, como, duração e opinião sobre os relacionamentos subseqüentes, assim como as características do(s) parceiro(s). Prestar atenção na diferenciação entre os parceiros “reais” e os “ideais”. E se o informante faz diferenciação entre os parceiros para relacionamentos afetivos/estáveis e para relação sexual. Supondo que o(a) informante possa ter tido múltiplos parceiros no decorrer da vida, indagar sobre aqueles que ele(a) considera mais importantes e porque são considerados como tal.
Obter os dados gerais do(s)/da(s) parceiro(s)/parceira(s): sexo, idade, escolaridade, profissão (quando for possível).
Tentar depreender especificidades e diferenças no modo como homens e mulheres lidam com a vida sexual e afetiva.

4.9. Como e onde conheceu o(a) parceiro(a) (se através de amigos, escola, vizinhança, etc.)?

4.10. O que gostava e não gostava em cada parceiro(a) (nos principais)?

4. 11.O que mais o atraiu em cada parceiro(a) (nos principais)?

4.12. O que mais lhe atrai em uma pessoa, quais as características que mais chamam a atenção?

4.13. Qual a importância que você atribui ao sexo numa relação afetiva e na vida em geral (se dá para viver bem sem transar; qual a freqüência com que sente necessidade de transar)?

4.14. Você acha que homens e mulheres têm as mesmas necessidades sexuais?

4.15. Seus(suas) parceiros(as) sentem mais, menos ou a mesma necessidade de transar que você?

5. Práticas sexuais

Objetivo: na medida do possível, identificar as práticas sexuais mais freqüentes, as preferidas e as indesejadas.

O entrevistador deve ficar atento para a possibilidade de aparecerem referências a situações de violência.

5.1. Quem costuma tomar a iniciativa na hora de transar? Você ou a outra pessoa?

5.2. Quais as práticas sexuais que faz com mais freqüência?

(Se necessário, para saber mais sobre as práticas, perguntar: O que você gosta de fazer quando transa? O que não gosta? Você já fez algo que não gostou quando estava transando?)

5.3. O que “pode” e o que “não pode” na relação sexual?

5.4. Há alguma coisa que considera desagradável, inadequada ou perigosa em relação a sexo?

5.5. Alguma vez na vida foi constrangida(o)/obrigado(a) a ter uma relação sexual contra a vontade? Que idade tinha e quem foi essa pessoa? Quem soube dela e como reagiu(ram)? O evento foi intencionalmente ocultado de alguém em particular e por quê?

5.6. Já houve alguma situação na qual você “forçou a barra” para transar com alguém?

Sobre experiências homossexuais, investigar:

Este tópico visa identificar a prática de relações homossexuais bem como a opinião dos entrevistados sobre este tipo de prática/relacionamento.

5.7. Você tem algum amigo(a) ou conhece alguém que namora ou transa com uma pessoa do mesmo sexo?

5.8. Alguém do mesmo sexo já paquerou/demonstrou atração por você?

5.9. Você já se sentiu atraído por uma pessoa do mesmo sexo?

5.10. Já transou com uma pessoa do mesmo sexo?

Sobre redes e informação sobre sexo, verificar:

Neste item pretende-se saber sobre as formas de acesso à informação sobre sexo, bem como sobre os interlocutores mais frequentes do entrevistado no que diz respeito aos relacionamentos amorosos e sexuais. É preciso atentar para a rede de pertencimento destes interlocutores (amigos, escola, família, etc.).

5.11. Como obteve as primeiras informações sobre sexo (se foi através de amigos, da família, da escola, de revistas, jornais, livros, TV)?

5.12. Conversa ou troca confidências com alguém sobre namoro e sexo?

5.13. Tem alguma coisa que não gosta de contar sobre seus namoros e relacionamentos sexuais? Por quê?

6. Contracepção

Objetivo: Explorar a trajetória contraceptiva desde a primeira relação sexual; escolha de métodos, razão para mudança ou não uso; papel do parceiro.

Prestar atenção ao nível de informações sobre contracepção e como foi o acesso a tais informações. Obter informações sobre as diferentes práticas e atentar para a distância entre as informações técnicas recebidas e a forma de utilização que cada jovem faz dos métodos (lógica do uso).

Para mulheres:

6.1. Você pensou que na primeira relação sexual poderia engravidar? Fez alguma coisa para evitar a gravidez? Se utilizou algum método, como soube desse método e como aprendeu a usá-lo? Por que escolheu esse método? Discutiu o assunto com o parceiro? Ele teve interesse em saber sobre o uso de contraceptivos?

6.2. O que faz para evitar a gravidez? Quais os métodos, por quanto tempo e quando utiliza? Qual o motivo de troca de um por outro? Que métodos conhece e qual prefere?

6.3. Está utilizando algum método atualmente? Qual é e o motivo da escolha? Como soube e desde quando utiliza este método?

6.4. Você recebe orientação de alguém com relação a este método (médico, parteira, farmacêutico, etc.)?

6.5. Se a entrevistada falou em contraceptivo hormonal (pílula, injetável, implante) ou DIU, perguntar se há acompanhamento médico?

6.6. Qual a participação do parceiro nas escolhas?

6.7. Usa algum método contraceptivo numa transa eventual?

6.8. Já se recusou a transar quando ela ou o parceiro não estava prevenido?

Para homens:

6.9. Na ocasião da primeira relação sexual, pensou que a parceira poderia engravidar? Conversou com ela sobre o assunto?

6.10. Como costuma se comportar em relação à contracepção das parceiras? Que métodos conhece e qual prefere?

6.11. Usa atualmente algum método para evitar a gravidez? Qual e por que escolheu o método? Como soube e desde quando utiliza esse método?

6.12. Usa algum método contraceptivo numa transa eventual?

6.13. Já se recusou a transar quando você ou a parceira não estava prevenido(a)?

7. Gravidez/ Aborto

Objetivo: investigar a trajetória reprodutiva, incluindo todos os eventos de gravidez a termo e aborto e avaliar se existe planejamento da reprodução e quais os seus significados.

Explorar o contexto em que se deu cada evento (idade, parceria, decisões, apoios) e as concepções sobre aborto em distintos contextos. Identificar a percepção sobre o momento ideal para engravidar (idade, parceria, situação profissional, etc.). Atentar para a definição de gravidez (a menstruação atrasada é sinônimo de gravidez?). Verificar qual o conceito de gravidez na adolescência (idade definida pelos próprios entrevistados).

Para mulheres:

7.1. Já esteve grávida? Em que situação isso ocorreu e o que aconteceu? Ambos os parceiros queriam o filho? Ambos estavam de acordo em manter a gravidez? O assunto foi conversado antes de a gravidez ocorrer? Em que medida as famílias participaram da decisão de reter a gravidez?

7.2. Já teve atraso menstrual que motivasse alguma providência? Em caso afirmativo, quando se deu e se fez exame que confirmasse a gravidez? O que fez para resolver a situação (incluindo práticas de interrupção da gravidez e relação com os serviços de saúde)?

7.3. Conversou com alguém sobre isso e com quem? Qual foi o momento em que isso aconteceu? Qual a reação do parceiro e das duas famílias (alguém da família pensou em recorrer ao aborto; alguém da família foi expressamente contra o aborto)?

7.4. Quais as conseqüências da(s) experiência(s) na sua própria vida, incluindo mudanças na relação com o parceiro?

7.5. Qual a sua posição sobre o aborto? Já fez algum aborto? Em que circunstâncias e como foi? O parceiro tomou conhecimento? Qual foi a reação dele. A família soube? Esse foi o único aborto que fez? Como conseguiu os meios para abortar?

7.6. Existe um momento ideal para engravidar e qual?

7.7. Houve “gravidez na adolescência” de alguém da família e/ou grupo social (entre as amigas, na escola, etc.)? Que idade tinha? Em que resultou(aram)?

Para homens:

7.8. Já engravidou alguma parceira? Em que contexto e como você reagiu?

7.9. Conversou com alguém sobre isso? Com quem e em que momento?

7.10. Qual foi a reação de sua família e da família dela?

7.11. Quais as conseqüências da(s) experiência(s) na própria vida, incluindo mudanças na relação com a parceira?

7.12. Alguma namorada já esteve grávida de outro rapaz e o que resultou?

7.13. Existe um momento ideal para engravidar e qual?

7.14. Houve “gravidez na adolescência” de alguém da família e/ou grupo social (entre as amigas, na escola, etc.)? Que idade tinha? Em que resultou(aram)?

7.15. Qual a posição sobre o aborto? Alguma parceira já fez? Em que circunstâncias e como foi? A família soube? Foi um único caso de aborto? Como ela conseguiu os meios para abortar?

8. Paternidade/Maternidade

Objetivo: investigar o quanto a reprodução fez/faz parte da trajetória e/ou do projeto pessoal. De que forma o evento de ter filhos modificou esta trajetória ou modificaria o projeto.

Para os que não têm filhos, o importante é captar o sentido que atribuem à maternidade/paternidade e se o fato de não terem filhos resultou de uma decisão (como a prática de um aborto).

Ver se os filhos são todos do mesmo casamento, se há filhos “adotados” pela rede familiar, se tem contato com eles, ver se o filho representou a interrupção de algum projeto para o pai ou a mãe, ou ao contrário, motivou um novo projeto. Se a reprodução foi planejada ou se não fazia parte de um projeto anterior.

Qual a avaliação sobre esse processo e as decisões tomadas. Se não houve aliança com maternidade/paternidade, quais foram as implicações disso na reconstituição da vida afetiva e matrimonial;

Quais os padrões de constituição conjugal nas respectivas famílias de origem. Se nas famílias de origem o evento da reprodução determinou o início da vida conjugal ou não, e/ou se está associado à constituição de uma nova unidade doméstica ou não.

Arranjos sócio-econômicos. Verificar qual o grau de dependência econômica mantido com a família de origem em função do nascimento dos filhos.

Para os que têm filhos:

8.1. Quantos filhos você tem? Qual a idade?

8.2. Com que idade teve o primeiro filho? São todos desta ou de outra relação?

8.3 Todos os seus filhos vivem com você?

8.4 O que aconteceu no nascimento do(a) primeiro(a) filho(a) em termos de organização da família e arranjos econômicos?

8.5 Quando você teve o seu primeiro filho, você achou que ele veio em um momento apropriado? Por quê?

8.6. Olhando para trás, agora, você acha que o momento era apropriado?

Para todos:

8.7. Quais as vantagens ou desvantagens de ter filhos quando se é ainda jovem?

8.8. O que significa ser pai e ser mãe? Quais as características mais importantes de um bom pai e de uma boa mãe?

8.9. Qual a maior dificuldade na paternidade e na maternidade?

8.10. Que idade os seus pais tinham quando tiveram o primeiro filho? Que idade eles tinham quando você nasceu? Eles já tinham outros filhos antes de se casarem?

9.DST/AIDS

Objetivo: investigar a experiência de DST, conhecimento e formas de cuidados e prevenção. É importante atentar para o fato de se este tema surgiu de uma maneira espontânea ou não no decorrer da entrevista.

9.1. Já teve alguma doença transmitida pelo sexo? Algum(a) dos(as) parceiros(as) já disse que estava com DST? Qual o problema e como resolveu? Caso tenha procurado assistência médica, como se deu o processo de escolha do médico ou do serviço de saúde? Houve recomendação de tratamento conjunto do(a) parceiro(a), como ele(a) reagiu e se o tratamento foi feito?

9.2. Caso não tenha tido DST, o que sabe sobre o assunto? Que doenças conhece?

9.3. Você já teve algum problema nessa parte do corpo? Com quem conversou a respeito? Como resolveu?

9.4. Algum(a) amigo(a), parente ou conhecido(a), teve alguma DST e o que pensa a respeito?

9.5. O que acha da AIDS? Já fez teste de HIV (seria importante saber o resultado do teste mas esta pergunta não deve ser feita diretamente)?

9.6. Quais as formas para se proteger de DST/AIDS que conhece? Faz alguma coisa para se proteger e o que? Se não faz, por que não? Você ou algum parceiro(a) já se recusou a transar por não estar prevenido?

9.7. Utiliza a camisinha nas relações e com que frequência? O que acha de usar a camisinha? Já teve problemas com o uso da camisinha? Como se deve usar e com quem? Quem define que a camisinha será usada? Como reage se o(a) parceiro(a) não quiser usar?

9.8. Você acha que tem algum risco de contrair DST/AIDS?

9.9. Conhece alguém soropositivo para HIV ou com AIDS e o que pensa a respeito?

10. Gravidez na adolescência na mídia

Estamos chegando ao final da entrevista. Gostaria de saber se você tem visto notícias sobre gravidez na adolescência em jornais, revistas, TV, nos últimos tempos? O que você acha a respeito disso?



CONSENTIMENTO INFORMADO

O Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia, em parceria com outros centros de pesquisa de universidades do Brasil (UERJ e UFRGS), está desenvolvendo uma pesquisa sobre comportamento sexual, gravidez e outros temas que têm a ver com a experiência das pessoas em tornarem-se adultas. Estamos lhe convidando a participar desta pesquisa, concedendo-nos uma entrevista.

Como integrante da equipe de pesquisa, vou lhe fazer várias perguntas, pedindo que você conte sua vida e seus relacionamentos, namoros, casamentos, filhos, etc. Às vezes as perguntas poderão ser íntimas. A entrevista precisa ser gravada, mas será totalmente confidencial. Seu nome não será divulgado em nenhuma situação e só os pesquisadores terão acesso às entrevistas gravadas.

Sua participação nesta pesquisa é inteiramente voluntária. Se você não quiser, não precisará responder todas as perguntas. Ou, também, poderá desistir de continuar a entrevista a qualquer momento. Trata-se de uma entrevista longa, que poderá levar cerca de duas horas e, caso não seja possível terminarmos de conversar tudo hoje, eu gostaria de poder encontrá-la(o) outra vez.

Esta pesquisa é composta apenas por entrevistas com perguntas e respostas e, na nossa avaliação, não representa nenhum tipo de risco a seus participantes. A equipe de pesquisa acredita que, sabendo-se mais sobre sexualidade e juventude, estas informações podem vir a auxiliar a fazer programas de saúde para adolescentes e para todos.

Se você tiver qualquer dúvida, por favor, pergunte e eu tentarei esclarecer.

Declaro que li o texto acima e entendo os objetivos e condições de participação na pesquisa **“Gravidez na adolescência estudo multicêntrico sobre jovens, sexualidade e reprodução no Brasil”** e aceito dela participar.

Assinatura do entrevistado/a

Assinatura do/a entrevistador/a



Consentimento Informado

O Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia, em conjunto com outros dois Centros de Pesquisa Universitários, no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, está realizando uma pesquisa sobre juventude e saúde no Brasil. Os jovens entrevistados são moradores de três cidades: Salvador, Rio de Janeiro e Porto Alegre.

Este estudo busca conhecer a experiência dos jovens e o que eles pensam sobre maternidade e paternidade, casamento, sexualidade, métodos para evitar a gravidez, proteção diante de doenças sexualmente transmissíveis, entre outras questões.

Estamos convidando jovens entre 18 e 24 anos para participar desta pesquisa, respondendo a um questionário com perguntas sobre experiência escolar e profissional, relacionamentos, namoros, casamentos, filhos, etc. Gostaríamos também de saber sua opinião e suas experiências sobre alguns temas ligados à sexualidade.

Esta pesquisa, que foi aprovada pelo Comitê de Bioética de Pesquisa, desta Universidade, inclui apenas perguntas e respostas e avaliamos que não apresenta nenhum tipo de risco aos participantes. Esclarecemos que as informações serão utilizadas apenas para fins de pesquisa científica, não sendo feita, em qualquer momento, menção ao seu nome. O questionário é identificado apenas por um código numérico.

Sua participação nesta pesquisa é inteiramente voluntária. Se você não quiser, não precisa responder todas as perguntas. Você também pode desistir de continuar a entrevista em qualquer momento.

Os pesquisadores acreditam que as informações que você pode dar são fundamentais para o desenvolvimento de campanhas educativas, programas e serviços de saúde para os jovens. Se você tiver qualquer dúvida, por favor, pergunte que eu, seu/sua entrevistador/a, tentarei esclarecer.

Declaro estar ciente e que entendo os objetivos e condições de participação na pesquisa “*Gravidez na adolescência: estudo multicêntrico sobre jovens, sexualidade e reprodução no Brasil*” e aceito dela participar.

Salvador, dede 2001

.....
Assinatura do/a entrevistado/a

.....
Assinatura do/a entrevistador/a

PROJETO GRAVAD
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA / UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Rua Padre Feijó, 29, 4º andar
CEP 40110-170, Salvador – BA – Brasil
Telefone: (71) 245-0544 – Fax (71) 237-5856 – e-mail: musa@ufba.br

Objetivos gerais dessa pesquisa:

- ✓ Analisar as mudanças ocorridas nas relações familiares e nas trajetórias biográficas dos adolescentes a partir da experiência da maternidade/paternidade;
- ✓ Investigar em que medida essas mudanças adquirem formas diferenciadas quando correlacionadas a categorias como gênero, classes sociais e composição familiar;
- ✓ Verificar os rearranjos familiares visto que o nascimento da criança implica em novas configurações de espaço, de negociação e de estratégias que envolvem o(s) jovem(s) e sua(s) família(s);
- ✓ Verificar até que ponto a experiência de maternidade/paternidade acelera ou retarda a autonomização dos jovens em relação aos seus pais.

Objetivos específicos:

- ✓ Analisar o relacionamento entre os jovens e a família de origem;
- ✓ Investigar a percepção da maternidade/paternidade na adolescência nos jovens de ambos os sexos;
- ✓ Analisar se o nascimento do primeiro filho antecipa/promove a inserção dos jovens no mercado de trabalho e/ou interrupção dos estudos;
- ✓ Identificar quais as principais mudanças na vida dos jovens pais/mães com o nascimento do bebê e como eles/as as avaliam;
- ✓ Verificar qual a concepção dos jovens sobre o significado de um bom pai e uma boa mãe;
- ✓ Perceber se há identificação entre a trajetória sexual-reprodutiva dos jovens e a de seus pais.

Biografias dos/as jovens

Camadas Populares

Mulheres

Talita, 21 anos, sem união, mora com mais 4 pessoas: mãe (47 anos, dona de casa), padrasto (51 anos, pedreiro, desempregado, faz biscates), filho (3 anos) e irmã (7 anos). A casa é do padrasto e está situada no bairro de São Gonçalo do Retiro. No domicílio reside outro grupo familiar, composto por irmã do padrasto (23 anos, desempregada), seu filho (2 anos) e marido (30 anos, desempregado, faz biscate vendendo produtos de limpeza de carro). Talita cursa a 4ª série do Ensino Fundamental e não exerce atividade remunerada, depende financeiramente da família. Teve o filho aos 18 anos. Não há informação sobre a idade do parceiro.

Marlene, 23 anos, sem união, mora com mais 5 pessoas: pai (50 anos, comerciante), mãe/madrasta (46 anos, dona de casa), irmão (19 anos, trabalha em escritório de contabilidade), irmão (18 anos, estudante do Ensino Médio) e filho (3 anos). A casa é própria e está situada no bairro de Sussuarana. Ela trabalha como empregada doméstica; interrompeu os estudos na 1ª série do Ensino Médio devido à gravidez, mas pretende retomar. Contribui financeiramente em casa, mas não com a maior parte. Teve o filho aos 18 anos e o parceiro tinha aproximadamente 30 anos. Ele era casado e ela não sabia. O relacionamento foi rompido durante a gravidez. Marlene foi criada como filha pela esposa do pai, a quem considera mãe, nunca conheceu a mãe biológica.

Clara, 20 anos, com união, mora com mais 3 pessoas: irmão (22 anos, estudante, desempregado, faz biscate), parceiro atual (27 anos, trabalha) e filha (1 ano). Tem mais dois filhos (5 e 2 anos), cada filho corresponde a um parceiro diferente. Está grávida de 5 meses do parceiro atual. A mãe (45 anos) é cozinheira. Clara não tem informações sobre o pai. A casa do irmão é alugada e está situada no bairro do Bom Juá. Mora com ele há três meses, enquanto aguarda o fim da construção da sua casa no bairro de Paripe. Clara é sustentada pelo companheiro e também recebe ajuda da família. Parou de estudar na 6ª série do Ensino Fundamental quando engravidou da terceira filha, não exerce atividade remunerada. Teve o primeiro filho entre 14 anos e 15 anos e não há informação sobre a idade do parceiro.

Dilma, 18 anos, com união, mora com mais 10 pessoas: sogra (63 anos, cobradora de ônibus), cunhada (33 anos, trabalha no setor de limpeza de um hotel), cunhado (17 anos, estudante do Ensino Fundamental), sobrinha (12 anos, estudante), cunhada (20 anos, desempregada, estudante), marido da cunhada (22 anos, desempregado), dois filhos da cunhada (2 anos, 5 meses), marido (16 anos, estudante do Ensino Fundamental) e a filha (7 meses). A casa é de propriedade da sogra e está situada no bairro de Coutos. Mora com o parceiro há um ano. Dilma cursa a 8ª série do Ensino Fundamental e faz estágio sem remuneração, depende financeiramente da família. Teve a filha aos 18 anos.

Kátia, 19 anos, com união, mora com mais 3 pessoas: mãe (40 anos, aposentada e trabalha como empregada doméstica), marido (21 anos, marceneiro) e filha (1 ano). A casa é própria e está situada no bairro de Pirajá. Ela cursa a 1ª série do Ensino Fundamental, não exerce atividade remunerada, depende financeiramente da família. Teve a filha aos 18 anos. A primeira gravidez ocorreu aos 16 anos, mas teve um aborto espontâneo. Estava grávida no momento da entrevista e acreditava na necessidade de interromper os estudos devido ao segundo filho.

Mara, 18 anos, com união, mora com mais 2 pessoas: parceiro (21 anos, trabalha com serviços gerais em loja de material de construção) e filho (1 ano). A casa é alugada e está situada no bairro de Santa Cruz. Ela estudou até a 2ª série do Ensino Médio na cidade de Serrinha, interior da Bahia. Atualmente interrompeu os estudos para morar em Salvador com o parceiro, ele esperou que ela terminasse o ano letivo para vir com o filho encontrá-lo. Mara é dona de casa e não exerce atividade remunerada, mas, eventualmente, realiza pequenos serviços no mercadinho do cunhado e, em troca, recebe dinheiro ou alimentos. Teve o filho com 17 anos.

Léa, 18 anos, com união, mora com mais 2 pessoas: marido (26 anos, desempregado, faz biscate) e filha (3 meses). A casa é emprestada, a proprietária é a sogra que mora em uma casa ao fundo. O bairro é Fazenda Coutos. Ela cursou até a 5ª série do Ensino Fundamental, interrompeu os estudos porque se mudou para Salvador para trabalhar

como empregada doméstica aos 15 anos. Atualmente não exerce atividade remunerada, depende financeiramente da família. Teve a filha aos 18 anos.

Homens

João, 20 anos, sem união, mora com mais 4 pessoas: pai (43 anos, porteiro, desempregado), irmão (17 anos, trabalha), irmão (10 anos, estudante) e outro irmão (12 anos, estudante). A casa é própria e está situada no bairro de Fazenda Coutos. A mãe (49 anos, empregada doméstica, desempregada) há 2 anos está separada do pai de João e mora com outro parceiro, mas passa todo o período do dia na casa dos filhos, inclusive finais de semana, só retornando para sua casa à noite. João cursou até a 2ª série do Ensino Médio, interrompeu os estudos devido ao trabalho. Exerce atividade de garçom, é o responsável pelo sustento da casa. Teve filho aos 19 anos. A parceira tem 18 anos e a filha 8 meses. O relacionamento entre o casal continua, ele pretende casar-se com ela.

Francisco, 19 anos, sem união, mora com mais 3 pessoas: mãe (orientadora educacional em instituição de menores infratores), irmão (29 anos, trabalha em agência de viagem) e outro irmão (25 anos, caixa de supermercado). A casa é própria e está situada no bairro de Brotas. Ele cursa a 1ª série do Ensino Médio, não exerce atividade remunerada (está desempregado), depende financeiramente da família. Teve filho aos 18 anos, a parceira tinha 16/17 anos. Atualmente, o filho está com 1 ano e 4 meses.

Carlos, 23 anos, sem união, mora com o pai (48 anos, serviços gerais). Os pais são separados, mas são vizinhos. A casa possui dois andares; ele e o pai moram na casa de baixo. Na casa de cima residem: a mãe (49 anos, empregada doméstica), irmão (25 anos, auxiliar de cozinha) e outro irmão (24 anos, porteiro). A casa é própria e está situada no bairro do Uruguai. Está matriculado na 1ª série do Ensino Médio, retorna aos estudos após um período de interrupção. Trabalha como auxiliar de escritório em loja de equipamentos hospitalares. Contribui em casa, mas não com a maior parcela. Teve filho aos 18 anos. A filha está com 4 anos e a mãe tem 22 anos.

Fábio, 24 anos, sem união, mora com mais 11 pessoas: pai (49 anos, aposentado e trabalha como motorista de táxi), mãe (46 anos, se formou em professora primária; há

pouco tempo, montou uma escola infantil), irmão (28 anos, trabalha com computação gráfica), irmã (27 anos, estudante, desempregada), irmã (26 anos, trabalha num escritório de contabilidade), irmão (25 anos, professor de dança em uma academia própria), irmã (desempregada), irmão (22 anos, estudante do Ensino Médio), irmão (21 anos, desempregado), irmão (20 anos – trabalha no almoxarifado de uma fábrica de tecidos) e outro irmão (18 anos, estudante). A casa é própria e está situada no bairro da Federação. Fábio concluiu o Ensino Médio através do Supletivo e retornou à escola por falta de dinheiro para pagar outros cursos profissionalizantes ou universitários. Acredita que assim não fica desatualizado e poderá prestar concursos públicos. Trabalha como *office boy* num escritório de advocacia. Não contribui em casa porque ganha salário mínimo e paga as despesas da filha (5 anos). Teve filho aos 19 anos, a parceira tinha a mesma idade.

Milton, 19 anos, sem união, mora com mais 3 pessoas: mãe (48 anos), irmã (11 anos, estudante) e irmão (25 anos). A casa possui dois andares e o irmão dorme na parte de baixo, mas faz as refeições junto com os demais. Milton dormia com o irmão na parte de baixo da casa, mas com a morte do padrasto (fato ocorrido dias antes da entrevista) ele passou para casa de cima. A casa é própria e está situada no bairro de San Martim. Todos trabalham juntos em uma Distribuidora de Catálogos pertencente à família. Ele parou de estudar há aproximadamente três anos, concluiu apenas o Ensino Fundamental. Contribui em casa, mas não com a maior parcela. Teve filho aos 18 anos, a parceira tinha 14 anos. A filha está com 10 meses.

Noel, 24 anos, com união, mora com mais 4 pessoas: mãe (52 anos, vende sorvete e doces em casa), pai (49 anos, aposentado, era operador de máquina de empresa no Pólo Petroquímico), irmã (22 anos, secretária em uma construtora civil) e irmão (18 anos, estudante). A casa é própria e está situada no bairro de Mussurunga. Está casado a 4 anos e morava com a esposa (25 anos) e filha (4 anos) na casa do sogro. No entanto, devido a desentendimentos com o cunhado e a construção de uma fábrica artesanal de pizza e massas num espaço reservado da casa dos pais, voltou a morar com estes. As duas casas estão situadas no mesmo bairro, viabilizando o contato diário do casal. Estudou até a 2ª série do Ensino Médio (curso técnico de mecânica), há quatro anos que

interrompeu os estudos. Contribui em casa, mas não com a maior parte. Tem dois filhos com parceiras diferentes; teve o primeiro filho aos 14 anos e a parceira tinha 16/17 anos. Atualmente esta criança está com 10 anos. Noel não o registrou e não contribui com as despesas dele.

Lucas, 22 anos, sem união, mora com mais 9 pessoas: pai (45 anos, pedreiro), mãe (37 anos, dona de casa e vende pastel e suco na vizinhança), irmã (19 anos, secretária em escritório), irmão (17 anos, estudante), irmão (16 anos, estudante), irmãs gêmeas (15 anos, estudantes, ajudam a mãe no comércio ambulante), irmã (16 anos, estudante, também ajuda a mãe nas vendas) e filho (1 ano). A casa é própria e está situada no bairro Vila Canária. Coursou até a 6ª série do Ensino Fundamental, tem sete anos que interrompeu os estudos para trabalhar. Atualmente trabalha como carregador em uma empresa que distribui produtos da Nestlé. Contribui em casa, mas não com a maior parcela. Teve filho aos 18/19 anos, a parceira tinha 14 anos.

Camadas Médias

Mulheres

Joana, 20 anos, sem união, mora com mais 5 pessoas: pai (59 anos, aposentado de companhia de eletricidade), mãe (49 anos, dona de casa), irmão (estudante universitário), irmão (17 anos, estudante do Ensino Médio) e o filho (3 anos). A casa é própria e está situada no bairro de Piatã. Ela concluiu o Ensino Médio, não exerce atividade remunerada, depende financeiramente da família. Teve o filho aos 17 anos, o parceiro tinha 21 anos.

Suzi, 23 anos, com união, mora com mais 2 pessoas: marido (31 anos, autônomo da área de publicidade) e filha (3 anos). A casa é própria e está situada no bairro da Pituba. Ela está terminando o curso de Psicologia na UFBA e faz estágio remunerado em uma universidade particular. A remuneração é usada apenas para gastos pessoais. Teve a filha aos 19 anos.

Ana, 19 anos, com união, mora com mais 6 pessoas: mãe (41 anos, auxiliar de enfermagem), irmão (13 anos, estudante), irmão (17 anos, estudante), tia (32 anos,

transporte escolar), marido (32 anos, vendedor em empresa de cerveja) e filha (3 meses). A casa é própria e está situada no bairro da Liberdade. Ana pretende construir a casa dela na parte superior da casa da mãe. Ela concluiu o Ensino Médio, não exerce atividade remunerada, depende financeiramente da família. Teve a filha aos 18 anos.

Homens

Adão, 24 anos, sem união, mora com mais 2 pessoas: mãe (40 anos, cabeleireira) e irmã gêmea (24 anos, estudante). O pai (62 anos, piscicultor) mora no interior, mas continua casado com a mãe de Adão. A casa é própria e está situada no bairro do Campo Grande. Ele cursou até a 2ª série do Ensino Médio e interrompeu por não gostar de estudar, trabalha na área de informática. Contribui em casa, mas não com a maior parcela. Teve a filha aos 19 anos, a parceira tinha a mesma idade. A filha está com 5 anos.

Elder, 21 anos, com união, mora com mais 12 pessoas: pai (58 anos, engenheiro civil), mãe (51 anos, professora universitária), irmão (20 anos, estudante universitário), irmão (18 anos, estudante universitário), irmão (15 anos, estudante do Ensino Fundamental), irmã (23 anos, estudante do Ensino Médio), irmã (31 anos, médica), cunhado (30 anos, formado em Educação Física, desempregado), sobrinho (1 ano), sobrinha (2 anos), esposa (21 anos, desempregada, faz cursinho pré-vestibular), filha (2 anos). A casa é própria e está situada no bairro do Saboeiro. É uma casa grande de dois andares e com ampla área externa. Elder cursa o 4º ano de medicina e não exerce atividade remunerada, depende financeiramente da família. Teve filho aos 19 anos. A coabitação com a parceira e filha é recente.

Pedro, 19 anos, com união, mora com mais 2 pessoas: esposa (18 anos, dona de casa) e filho (9 meses). A casa é alugada e está situada no bairro de Cajazeira. O proprietário da casa é o cunhado (irmão da esposa) e a sogra mora na casa de baixo junto com 3 filhos e a irmã. Pedro parou de estudar sem concluir o Ensino Médio, pretende voltar no ano em curso. Trabalha com manutenção de aparelhos telefônicos, seu salário é a renda da casa. Teve filho aos 18 anos. Inicialmente morou na casa da sogra.

Jovens mães e jovens pais das camadas populares

Grupo familiar de residência					
Jovem	Nº de moradores (incluindo Ego)	Relação de parentesco	Idade	Escolaridade	Profissão/ocupação
Talita	05*	Mãe	47	Ensino Fundamental incompleto	Dona de casa
		Padrasto	51	Não informa	Pedreiro/desempregado
		Irmã	07	Alfabetização	Estudante
		Filho	03	Pré-escolar	-
Marlene	06	Pai	50	Ensino Fundamental	Comerciante/Dono de bar
		Mãe/madrasta	46	Ensino Fundamental	Dona de casa
		Irmão	19	Ensino Médio	Auxiliar de escritório
		Irmão	18	Ensino Médio incompleto	Estudante
		Filho	03	Pré-escolar	-
Clara	04	Irmão	22	Não informa	Biscates/desempregado
		Parceiro	27	Não informa	Fabricação de laje
		Filha	01	-	-
Dilma	11	Sogra	63	Não informa	Cobradora de ônibus
		Cunhada	33	Não informa	Serviços gerais – Hotel
		Cunhado	17	Ensino Fundamental incompleto	Estudante
		Sobrinha	12	Ensino Fundamental incompleto	Estudante
		Cunhada	20	Ensino Fundamental incompleto	Estudante/desempregada
		Marido da cunhada	22	Não informa	Biscates/desempregado
		Sobrinho	01	-	-
		Sobrinha	5m	-	-
		Parceiro	16	Ensino Fundamental incompleto	Estudante
Filha	7m	-	-		
Kátia	04	Mãe	40	Não informa	Aposentada/Empregada doméstica
		Parceiro	21	Não informa	Marceneiro
		Filha	01	-	-

*Na casa de Talita mora também outra família, formada por parentes do seu padrasto: irmã, cunhado e filho

Grupo familiar de residência					
Jovem	Nº de moradores (incluindo Ego)	Relação de parentesco	Idade	Escolaridade	Profissão/ocupação
Mara	03	Parceiro Filho	21 01	Não informa -	Serviços Gerais/Material de construção -
Léa	03	Parceiro Filha	26 3 meses	Não informa -	Biscates/desempregado -
João	05	Pai Irmão Irmão Irmão	43 17 12 10	Ensino Fundamental incompleto Não informa Ensino Fundamental incompleto Ensino Fundamental incompleto	Porteiro Trabalha – sem especificação Estudante Estudante
Francisco	04	Mãe Irmão Irmão	Não informa 29 25	Ensino Fundamental incompleto Não informa Não informa	Orientadora educacional Agência de Viagens Caixa de supermercado
Carlos	02	Pai	48	Ensino Fundamental	Aux. serviços/Prefeitura
Fábio	12	Pai Mãe Irmão Irmã Irmã Irmão Irmã Irmão Irmão Irmão Irmão Irmão	49 46 28 27 26 25 NI 22 21 20 18	Ensino Fundamental incompleto Ensino Médio Não informa Ensino Médio incompleto Não informa Não informa Ensino Fundamental incompleto Ensino Médio incompleto Ensino Médio Não informa Não informa	Aposentado e taxista Dona de escola infantil Computação gráfica Desempregada/estudante Auxiliar de escritório de Contabilidade Professor de dança/Academia Desempregada/estudante Desempregado/estudante Desempregado Almoxarifado/Fábrica Estudante

Grupo familiar de residência					
Jovem	Nº de moradores (incluindo Ego)	Relação de parentesco	Idade	Escolaridade	Profissão/ocupação
Milton	04	Mãe	48	Ensino Médio	Distribuição de Catálogo
		Irmão	25	Não informa	Distribuição de Catálogo
		Irmã	11	Ensino Fundamental incompleto	Estudante
Noel	05	Pai	49	Ensino Médio	Aposentado/indústria
		Mãe	52	Ensino Médio	Dona de casa/Venda de doces
		Irmã	22	Ensino Médio	Secretária/Construção Civil
		Irmão	18	Ensino Médio incompleto	Estudante
Lucas	10	Pai	45	Ensino Fundamental incompleto	Pedreiro
		Mãe	37	Analfabeta	D. de casa/Venda ambulante de pastel
		Irmã	19	Não informa	Secretária/Escritório
		Irmão	17	Não informa	Estudante
		Irmão	16	Não informa	Estudante
		Irmã	15	Não informa	Estudante/ Venda ambulante de pastel
		Irmã	15	Não informa	Estudante/ Venda ambulante de pastel
		Irmã	16	Não informa	Estudante/ Venda ambulante de pastel
Filho	01	-	-	-	

Jovens mães e jovens pais das camadas médias

Grupo familiar de residência					
Jovem	Nº de moradores (incluindo Ego)	Relação de parentesco	Idade	Escolaridade	Profissão/ocupação
Joana	06	Pai	59	Superior	Aposentado/Empresa de Energia Elétrica
		Mãe	49	Ensino Médio	Dona de casa
		Irmão	NI	Superior incompleto	Estudante
		Irmão	17	E. Médio incompleto	Estudante
		Filho	03	Pré-escolar	-
Suzi	03	Parceiro	31	Não informa	Autônomo/Publicitário
		Filha	03	Pré-escolar	-
Ana	07	Mãe	41	Ensino Médio	Auxiliar de enfermagem/Hospital
		Irmão	17	E. Médio incompleto	Estudante
		Irmão	13	Não informa	Estudante
		Tia	32	Não informa	Transporte escolar
		Parceiro	32	Não informa	Vendedor/Empresa de Cerveja
Adão	03	Filha	3 meses	-	-
		Mãe	40	Ensino Médio	Proprietária/Salão beleza
Elder	13	Irmã	24	Ensino Médio	Estudante/Ajuda no salão
		Pai	58	Superior	Eng. Civil/Construção Civil
		Mãe	51	Superior	Professora Universitária
		Irmão	20	Superior incompleto	Estudante
		Irmão	18	Superior incompleto	Estudante
		Irmão	15	Ensino Fundamental incompleto	Estudante
		Irmã	23	Ensino Médio incompleto	Estudante
		Irmã	31	Superior	Médica
		Cunhado	30	Superior	Desempregado/Professor de Ed. Física
		Sobrinho	01	-	-
Pedro	03	Sobrinha	02	Não informa	-
		Parceira	21	Superior incompleto	Desempregada/Estudante
		Filha	02	Pré-escolar	-
		Filha	18	Não informa	Dona de casa
			9 meses	-	-

Jovens mães e jovens pais das camadas populares

Outros familiares de referência (sem residência com o/a jovem)					
Jovem	Relação de parentesco	Idade	Situação conjugal	Escolaridade	Profissão/ocupação
Talita	Pai	Não informa	União conjugal	Ensino Médio	Gerente/desempregado
	Irmão	24	Não informa	Não informa	Não informa
	Irmã	23	União	Não informa	Vendedora ambulante de pastel
	Irmão	20	Não informa	Não informa	Obreiro da Igreja Universal
	Irmão	13	-	Não informa	Estudante
	Irmão paterno	Não informa	Não informa	Não informa	Não informa
	Irmão paterno	Não informa	Não informa	Não informa	Não informa
	Irmão paterno	Não informa	Não informa	Não informa	Não informa
Marlene	Mãe biológica	Não informa	Não informa	Não informa	Não informa
Clara	Mãe	45	Sem união conjugal	Analfabeta	Cozinheira
	Irmã	23	Não informa	Não informa	Estudante/desempregada
	Irmã	17	Sem união conjugal	Não informa	Estudante
	Filha	05	-	Pré-escolar	-
	Filho	02	-	Não informa	-
Dilma	Pai	47	União conjugal	Ensino Fundamental	Serviços gerais – Hospital
	Mãe	47	União conjugal	Ensino Médio incompleto	Cuida de idosos e lavadeira
	Irmã	20	Sem união conjugal	Ensino Médio incompleto	Estudante
	Irmão	19	Sem união conjugal	Ensino Fundamental incompleto	Estudante
Kátia	Pai	Não informa	Não informa	Não informa	Não informa
Mara	Pai	44	União conjugal	Analfabeto	Trabalho – sem especificação
	Mãe	41	União conjugal	Ensino Fundamental incompleto	Vendedora de cosméticos
	Irmã	23	União conjugal	Não informa	Vendedora de bijuterias
	Irmã	20	União conjugal	Não informa	Empregada doméstica
	Irmão	21	Sem união conjugal	Não informa	Serviços Gerais/Fazenda
	Primo (irmão de criação)	11	-	Não informa	-

Outros familiares de referência (sem residência com o/a jovem)					
Jovem	Relação de parentesco	Idade	Situação conjugal	Escolaridade	Profissão/ocupação
Léa	Pai	Não informa	União conjugal	Analfabeto	Agricultor/desempregado
	Mãe	Não informa	União conjugal	Analfabeta	Aposentada
	Irmã	Não informa	Sem união conjugal	Ensino Fundamental incompleto	Serviços Gerais – Edifício
	Irmã	Não informa	União conjugal	Ensino Fundamental incompleto	Empregada doméstica
	Irmã	Não informa	União conjugal	Ensino Fundamental incompleto	Dona de casa
	Irmã	Não informa	União conjugal	Ensino Fundamental incompleto	Dona de casa
	Irmã	Não informa	União conjugal	Ensino Fundamental incompleto	Dona de casa
	Irmã	Não informa	Sem união conjugal	Ensino Fundamental incompleto	Não informa
	Irmão	Não informa	União conjugal	Ensino Fundamental incompleto	Não informa
João	Mãe	49	União conjugal	Analfabeta	Empregada doméstica/desempregada
	Irmão materno	27	Não informa	Não informa	Policial
	Filha	8 meses	-	-	-
Francisco	Pai	Não informa	Sem união conjugal	Não informa	Gerente/ Loja Material de construção
	Irmão materno	32	União conjugal	Não informa	Segurança
	Irmã materna	33	Sem união conjugal	Não informa	Desempregada
	Irmã materna	27	União conjugal	Não informa	Orientadora educacional
	Irmão paterno	Não informa	Não informa	Não informa	Não informa
	Irmão paterno	Não informa	Não informa	Não informa	Não informa
	Filho	01	-	-	-
Carlos	Mãe	49	Sem união conjugal	Ensino Fundamental incompleto	Empregada doméstica
	Irmão	25	Sem união conjugal	Não informa	Auxiliar de cozinha
	Irmão	24	Sem união conjugal	Não informa	Porteiro
	Irmã	28	União conjugal	Não informa	Policial
	Irmã	27	União conjugal	Não informa	Comerciante
	Irmã	26	União conjugal	Não informa	Empregada doméstica
	Filha	04	-	Pré-escolar	-

Outros familiares de referência (sem residência com o/a jovem)					
Jovem	Relação de parentesco	Idade	Situação conjugal	Escolaridade	Profissão/ocupação
Fábio	Irmã paterna	30	Não informa	Não informa	Não informa
	Irmã paterna	29	Não informa	Não informa	Não informa
	Filha	05	-	Pré-escolar	-
Milton	Pai	NI	Não informa	E. Fund. Inc.	Não informa
	Irmã materna	NI	União conjugal	Não informa	Não informa
	Filha	10 meses	-	-	-
Noel	Filho	10	-	Não informa	-
	Parceira	25	União conjugal	Não informa	Promotora de vendas
	Filha	04	-	Não informa	-
	Irmão paterno	21	Sem união conjugal	Não informa	Gerente de loja

Obs: Lucas não foi incluído devido à ausência de referência de outros familiares.

Jovens mães e jovens pais das camadas médias

Outros familiares de referência (sem residência com o/a jovem)					
Jovem	Relação de parentesco	Idade	Situação conjugal	Escolaridade	Profissão/ocupação
Suzi	Pai	50	Sem união conjugal	Superior incompleto	Proprietário/Posto gasolina
	Mãe	47	Sem união conjugal	Ensino Médio	Proprietário/Posto gasolina
	Irmão	21	Sem união conjugal	Não informa	Estudante
	Irmã	18	Sem união conjugal	Não informa	Estudante
Ana	Pai	44	União conjugal	Não informa	Aposentado/Empresa Pólo Petroquímico
Adão	Pai	62	União conjugal	Não informa	Piscicultor
Elder	Irmã paterna	04	-	Não informa	-
Pedro	Pai	39	União conjugal	Ensino Médio	Gerente/ Empresa de Telecomunicação
	Mãe	40	União conjugal	Ensino Médio	Desempregada
	Irmã materna	Não informa	-	Não informa	-
	Irmã paterna	Não informa	-	Não informa	-
	Irmão paterno	Não informa	-	Não informa	-

Obs: Joana não foi incluída devido à ausência de referência de outros familiares.

Informações sobre a primeira relação sexual das/os jovens

Jovem	Idade	Parceiro/a	Idade do parceiro/a	Como o/a conheceu
Joana	15	Namorado/pai do filho	21	Festa, foram apresentados por um amigo.
Talita	15	Namorado	16	Carnaval; moravam próximos e não se conheciam.
Marlene	17	Namorado/pai do filho	29	No aniversário dela, ele era amigo do pai.
Suzi	-	Namorado	-	Não informa.
Ana	14	Namorado	17	Festa; moravam próximos e não se conheciam.
Clara	14	Namorado/pai da filha	-	Bingo, realizado em uma rua próxima a sua casa.
Dilma	16	Namorado/pai da filha	14	Curso de dança, ele fazia parte do grupo.
Kátia	15	Namorado/pai da filha	18	Foram apresentados por uma amiga; moravam próximos e não se conheciam.
Mara	15	Namorado	18	Eram primos, mas não se conheciam. O encontro ocorreu na aula de catequese.
Léa	14	Namorada	22	Amigo da cidade (interior) onde ela morava.
João	15	Namorada	15	Passeio de grupo para praia.
Adão	14	Amiga	17	Amiga da família.
Francisco	14	Namorada	19	Colega de escola de um amigo.
Carlos	18	Namorada/mãe da filha	17	Vizinha e colega de escola.
Fábio	15	Namorada	15	Colega de escola.
Milton	13	Namorada	13	Colega de escola.
Elder	14	Ex-namorada	16	Férias; filha de um amigo do seu pai.
Pedro	13	Paquera/ficar	13	Férias.
Noel	12	Conhecida	17	Empregada doméstica da casa da mãe ou apenas vizinha.
Lucas	12	Paquera/ficar	10/11	Prima do interior hospedada na sua casa.